

Orientação

AGRADECIMENTOS

Estando certa de que este Relatório não nasce apenas do esforço pessoal, mas de uma sinergia de esforços que possibilitou a sua construção, e um crescimento pessoal e profissional ímpares, é chegado o momento de demonstrar o meu profundo agradecimento a cada um dos co construtores.

A cada criança e a cada jovem acolhido na Instituição em que desenvolvi o Projeto, em especial aos “Protagonistas da Própria Ação”, por me terem permitido entrar no seu mundo e me terem feito sentir parte integrante da sua casa.

À Instituição que me abriu as suas portas, dando entrada num mundo novo, fulcral para a realização deste Projeto, colocando sempre à minha disposição os recursos necessários.

A cada profissional da Casa de Acolhimento Residencial que partilhou, com total disponibilidade, o seu dia a dia de trabalho comigo, conversando, refletindo e aceitando a mudança e a inovação que este tipo de Projetos necessariamente implica.

À minha orientadora, Professora Doutora Manuela Pessanha, por todo o acompanhamento prestado, pela incrível disponibilidade e paciência, pelo apoio incondicional ao longo de todo o trajeto e pelo inestimável questionamento, conducente a uma aprendizagem única.

Aos restantes docentes do Mestrado, em especial à Professora Doutora Ana Bertão e à Professora Doutora Sílvia Barros, por todas as aprendizagens proporcionadas ao longo do curso, potenciadoras de um espírito cada vez mais reflexivo e crítico.

Aos meus pares de Mestrado, pelas intensas partilhas que tantas reflexões geraram e pela permanente interajuda. Uma nota especial para a Rita pela amizade, que tantas vezes me ajudou a manter elevados os níveis de motivação.

À minha família/ minhas âncoras, em especial aos meus pais e irmã, que apesar de todas as adversidades da vida, continuam a ser uma força da natureza e um exemplo, tendo sempre para mim uma palavra de amor e coragem, nunca permitindo que pensamentos menos bons se instalassem.

Ao meu porto seguro, Fábio Costa, um agradecimento especial, por todas as horas que eram nossas e passaram a ser deste Projeto, sempre de bom grado, pela presença constante, pelo amor e pela força, sem a qual nada disto teria sido possível. À sua família também, pelo tanto que me ouviram, sempre com uma palavra de alento para dar.

Aos meus amigos, Lara, Inês, Patrícia, Sara, Daniela, Rita, Ana, Raquel, Raúl, Vanessa, Verónica, Paula, pelo apoio e pela motivação, que ajudaram a nunca esmorecer.

RESUMO

O acolhimento residencial, na ausência de uma retaguarda familiar adequada que assegure a satisfação das necessidades mais básicas das crianças e jovens, assume-se como uma medida fulcral para o desenvolvimento integral e estruturado dos menores acolhidos, não obstante a inexistência de um consenso alargado entre os autores sobre a importância deste acolhimento.

Nesta lógica, atendendo à duração da institucionalização de crianças e jovens, afigura-se como fundamental criar linhas de intervenção por profissionais especializados que partam das necessidades evidenciadas por estas crianças e jovens, no sentido de lhes proporcionar um apoio efetivo e individualizado na sua transição para a vida ativa.

O presente Relatório apresenta o desenho e o desenvolvimento do Projeto “Re(Construir) o Caminho”, orientado pela metodologia de Investigação Ação Participativa. Este Projeto tinha como finalidade “A desinstitucionalização e a transição para a vida adulta seguras através da promoção da autonomia dos jovens”. Para tal, foi planeada uma intervenção com os profissionais e as crianças e jovens institucionalizados, com base numa reflexão/consciencialização sobre as práticas adotadas e um subsequente ajuste às necessidades das crianças e jovens, com o objetivo de aprofundar as suas competências pessoais e sociais.

Os resultados do Projeto e as mudanças evidenciadas foram considerados como significativos pelos participantes, tendo sido atingidos os objetivos traçados, tanto a nível da intervenção com as crianças e jovens, como com os profissionais. A continuidade desta intervenção poderá desencadear mudanças mais estruturais.

Palavras-chave: acolhimento residencial, crianças e jovens, autonomia, mudança, transição para a vida adulta.

ABSTRACT

Residential care, in the absence of a proper family background which ensures the satisfaction of the children and young people's most basic needs, is regarded as an essential measure for integral and structured development of the children and young people in residential care, notwithstanding the lack of a broad consensus among authors on the importance of residential care.

In this logic, regarding the duration of children and young people's institutionalization, it is crucial to create lines of intervention by specialized professionals, whose work comes from the needs shown by these children and young people to provide them an effective and individualized support in the transition for active life.

This Report presents the drawing and the development of the Project “(Re)Construir o Caminho” [(Re)Build the Path], oriented by Research-Participatory Action methodology. This project had as its aim “A secure deinstitutionalization and transition for adult life through the promotion of young people's autonomy”. For that, we planned an intervention both with professionals, children and young people, based on a reflection/awareness about the adopted practices and a subsequent adjustment to children and young people's needs, with the objective of deepening their personal and social competences.

The results of the Project and the evidenced changes have been considered significant by the participants and the drawn objectives have been achieved, both with children and young people and with professionals. The continuity of this intervention will probably trigger more structural changes.

Keywords: residential care, children and young people, autonomy, change, transition for adult life.

“Cada Instituição é um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afectos, projectos, passados, presentes e futuros próprios.

Cada Instituição é uma casa de ‘faz-de-conta’, é uma família de ‘faz-de-conta’, para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa ‘de verdade’, com uma família ‘de verdade’, como têm os outros meninos e meninas”

(Alberto, 2003, p.242)

ÍNDICE VOLUME I

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	iv
Introdução	1
1. Projetos em Educação e Intervenção Social	3
1.1. Um Projeto em Educação e Intervenção Social	3
1.2. A Metodologia: Investigação-Ação Participativa	7
1.3. Técnicas de Recolha de Dados	9
1.4. A Avaliação de Projetos em Educação e Intervenção Social	11
2. A Casa de Acolhimento Residencial	14
2.1. As Crianças e Jovens	17
2.2. As Equipas Técnica, Educativa e de Apoio	25
2.3. Avaliação do Contexto	31
2.3.1. Identificação de Problemas e de Necessidades	32
2.3.2. Recursos, Oportunidades e Constrangimentos	38
3.1. A Autonomia como Preparação para o Futuro do Jovem	40
3.2. Da Institucionalização à Desinstitucionalização	42
3.3. O Desenvolvimento da Autonomia nas Casas de Acolhimento Residencial	45
4. Desenho do Projeto “(Re)Construir o Caminho” e Avaliação de Entrada	50
4.1. Objetivos Gerais e Específicos	51
4.2. Estratégias, Ações e Calendarização	52
4.3. Avaliação de Entrada e Indicadores de Avaliação	54

5. Desenvolvimento do Projeto “(Re)Construir o Caminho” e Avaliação de Processo	56
5.1. Ação 1: “Refletir para Agir”	56
5.2. Ação 2: “Protagonistas da Própria Ação”	61
5.3. Ação 3: “Projetar o Futuro”	71
6. Avaliação de Produto	73
Considerações Finais	84
Referências	86

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, Especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, foi desenvolvido o Projeto “Re(Construir) o Caminho”, numa Casa de Acolhimento Residencial (CAR), localizada no distrito do Porto. À data da nossa integração, encontravam-se acolhidas 30 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 anos e os 19 anos. O Projeto foi desenvolvido entre setembro de 2017 e julho de 2018, sendo orientado pela metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP).

A escolha do contexto assentou no nosso gosto pessoal e por se tratar de uma realidade social complexa, desafiante e privilegiada, no sentido de que possibilita um crescimento pessoal e profissional profundo pelo contacto com histórias de vida únicas e, não raras vezes, dramáticas e pela enriquecedora articulação que se impõe com várias entidades e profissionais de diversas áreas. A necessidade de mudança das situações identificadas permite-nos trabalhar com as pessoas, e não para as pessoas, através de um processo de conscientização. Paralelamente, consideramos que, pelo risco associado a este contexto, se torna fulcral a adequação da ação psicossocial desenvolvida com as crianças e jovens, no sentido de lhes permitir reconstruir as suas próprias vidas e minimizar a probabilidade da reprodução de comportamentos de risco. É de referir ainda que, dada a inexistência de consenso acerca da importância deste tipo de contexto, estudos, como o que apresentamos, tornam-se pertinentes para se compreender o real funcionamento, as vantagens/desvantagens e o verdadeiro impacto deste tipo de Instituição na vida das crianças e jovens.

O nome do Projeto, “(Re)Construir o Caminho”, adveio de uma reflexão sobre duas vertentes: por um lado, a construção do caminho para o futuro dos jovens e, por outro, a reconstrução das práticas adotadas pelos profissionais. Afigurou-se como fundamental o conceito de “construção” pela sua semântica eminentemente prática, ainda que apoiada numa constante reflexão.

Assim, o presente Relatório encontra-se organizado em dois volumes. O primeiro volume encontra-se estruturado em seis capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos uma abordagem teórica acerca dos projetos sociais, as opções metodológicas assumidas no âmbito do Projeto e o modelo de avaliação privilegiado. No segundo capítulo, apresentamos uma abordagem teórica acerca do conceito de autonomia, dando especial importância à fase da adolescência e transição para a vida adulta, bem como à relevância do trabalho nesta área com crianças e jovens institucionalizados. O terceiro capítulo dá a conhecer o contexto em que foi desenvolvido o Projeto, focando-se nos dois grupos de coparticipantes: as crianças e jovens e os profissionais. O quarto capítulo é dedicado ao desenho do Projeto, elencando as linhas mestras que o orientaram e a respetiva avaliação de entrada que permitiu aferir a coerência e a exequibilidade do mesmo. No quinto capítulo, apresentamos o desenvolvimento do Projeto e a avaliação de processo. Por último, no sexto capítulo, damos a conhecer a avaliação de produto, com a apresentação dos principais resultados atingidos. No segundo volume, encontram-se os Apêndices que foram elaborados ao longo do desenho e desenvolvimento do Projeto, com o intuito de proporcionar uma leitura mais pormenorizada, facilitadora da compreensão do Relatório e do Projeto.

Todos os nomes utilizados ao longo deste Relatório são fictícios, para garantir a confidencialidade total de todos os envolvidos, tendo sido escolhidos pelas próprias crianças e jovens e pelos profissionais. O anonimato da Instituição é assegurado, tendo sido também elaborados consentimentos informados que podem ser consultados em Apêndice (Apêndice A, pp.92-93).

1. PROJETOS EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, apresentam-se os pressupostos que norteiam os projetos em Educação e Intervenção Social, a metodologia de IAP, elencam-se as técnicas de recolha de informação que orientaram a construção do conhecimento e, por fim, realça-se a importância da avaliação em projetos deste âmbito.

1.1. UM PROJETO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

A necessidade de desenvolver projetos sociais surge, segundo Guerra (2010), em virtude das constantes mutações da nossa sociedade. A mesma autora refere que nos deparamos atualmente com uma realidade cada vez mais complexa e que, portanto, se torna fundamental que a intervenção seja desenvolvida de forma consciente, sendo que, para isso, é essencial elaborar uma análise da realidade adequada e profunda. Neste sentido, “(...) se o enquadramento teórico é indispensável à elaboração do diagnóstico, não é possível formular uma intervenção sem uma boa colheita de informação, levada a cabo a partir das fontes de informação diversificadas” (Guerra, 2010, p.131), pelo que caberá ao investigador munir-se dos necessários conhecimentos teóricos e metodológicos. Impõe-se, neste contexto, uma definição de projeto que pode ser considerado

(...) uma intenção de transformação do real, guiada por uma representação do sentido dessa mesma transformação. O projecto consubstancia a oportunidade de exercer a aprendizagem e o desenvolvimento do que desejamos fazer o que nos tenta, aquilo para que nós estamos preparados para investir, aquilo em que acreditamos (Mendonça, 2002, p.20).

Um projeto materializa sempre um desejo de mudança do real, pautado pela singularidade, já que cada projeto tem uma identidade irrepetível, única, cabendo ao

seu autor reinventar processos e instrumentos para responder à sua idiossincrasia (Boutinet, 2002; Mendonça, 2002; Serrano, 2008). A este respeito, Boutinet (2002, p.252) refere que “a organização em projecto é desenvolvida para nos afastar da rotina, para particularizar as situações, para repersonalizar os seres e as coisas”. Assim, é essencial que se elabore uma análise da realidade adequada, realista e participada. No entanto, não nos podemos esquecer que, segundo Cembranos, Montesinos e Bustelo (2003, p.63), o projeto tem sempre um lado de utopia, visto que “a utopia proporciona as doses de motivação necessárias para ir superando os obstáculos que surgem até alcançar o ponto de chegada aspirado”. Paralelamente, Serrano (2008) salienta que, apesar do conceito de utopia ter que estar sempre presente quando se fala em projeto, o investigador deve conseguir um equilíbrio entre utopia e realismo, entre o sonho do inalcançável e os verdadeiros objetivos a que se propõe.

Segundo Cembranos e colegas (2003), os projetos devem ser vistos como algo que não é definitivo, nem tão pouco estanque, podendo permanentemente ser alterados, rumo à desejada transformação social. Mendonça (2002) elenca algumas características intrínsecas dos projetos: intencionalidade, responsabilidade, autonomia, autenticidade, complexidade, criatividade e, por fim, o processo e o produto. A autora explica que, identificados os problemas e encontradas as soluções com base num trabalho de partilha entre os intervenientes, o seu envolvimento e capacidade de tomar decisões relevantes para todos apresenta-se como algo fundamental, a par da necessária criatividade exigida pela complexidade das situações.

Paralelamente, importa referir que são vários os autores que apresentam várias etapas pelas quais um projeto deve passar (Boutinet, 2002; Cembranos et al., 2003; Guerra, 2010; Mendonça, 2002). Boutinet (2002) refere que, quando se organiza um projeto com vista à mudança, devem ser consideradas quatro premissas fundamentais: a unicidade da elaboração e da realização (construir o projeto e pretender realizá-lo); a singularidade de uma situação a ordenar (um projeto deve ser visto como algo singular, com as suas particularidades); a gestão da complexidade e da incerteza (os projetos devem ser desenvolvidos em contextos complexos, sendo que, muitas vezes, a realidade é incerta); a exploração de oportunidades num

ambiente aberto (os projetos devem ser desenvolvidos em realidades que tenham ambientes abertos, estando recetíveis à exploração e modificação).

Segundo Boutinet (2002), a elaboração de projetos contempla três etapas fulcrais, sendo elas: a análise e diagnóstico de situação; o esboço de um compromisso entre o possível e o desejável; e a determinação das escolhas estratégicas. Na primeira etapa pretende-se que o investigador conheça a história, os recursos, os constrangimentos, os problemas e as necessidades observados, os desejos e as aspirações (Boutinet, 2002). Para isso, o investigador deve interrogar-se constantemente sobre o ambiente (Boutinet, 2002). O mesmo autor salienta ainda que o investigador deve dedicar algum tempo a esta etapa, uma vez que este tem que conhecer a realidade a fim de entender as várias oportunidades da ação. Na segunda etapa, emergem a finalidade e os objetivos que se querem atingir, sendo que estes devem estar em conformidade com as necessidades identificadas (Boutinet, 2002). É também nesta fase que devem analisar-se a pertinência e a coerência do projeto idealizado. Boutinet (2002, p.262) destaca ainda que o projeto “(...) representa um compromisso entre o possível da situação e o desejável das finalidades”. Por fim, na última etapa, pretende-se que o investigador encontre as estratégias mais apropriadas para a ação que vai desenvolver.

Relativamente ao desenvolvimento do projeto, Boutinet (2002) apresenta três etapas essenciais: a planificação, a gestão dos desvios e a avaliação. Na planificação, definem-se as estratégias e os tempos para cada fase da ação. A segunda fase faz referência aos imprevistos que surgem devido aos obstáculos ocorridos e que originam desvios entre o que foi planificado e o que foi realizado (Boutinet, 2002). Por fim, pretende-se avaliar a eficácia, a eficiência, a coerência e a pertinência de um projeto (Boutinet, 2002). É ainda importante ter em conta que, ao longo do desenvolvimento de um projeto, este tende a passar por fases distintas que vão do sucesso ao insucesso. No entanto, para Boutinet (2002, p.294), é fundamental que o investigador e os participantes saibam valorizar os sucessos “(...) como elemento de colocação em confiança e de motivação (...)” e ter em conta os insucessos “(...) como elemento de interrogação e de estimulação (...)”. Assim, pretende-se que os atores sociais envolvidos não atuem “(...) sem demasiada ilusão, nem demasiada resignação” (Boutinet, 2002, p.294).

Segundo Guerra (2010, p.131), o investigador não pode olhar para a realidade “(...) como uma lista de “desgraças” mais ou menos empiricamente provadas. É um olhar sobre uma realidade que tem vulnerabilidades, mas tem também potencialidades de desenvolvimento”. Assim, pretende-se que na análise da realidade se detetem as causas dos problemas, procurando ao mesmo tempo os recursos necessários para suprir as necessidades inerentes (Guerra, 2010). A mesma autora realça a necessidade do investigador não se focar apenas nas vulnerabilidades do meio social, mas também nos recursos e potencialidades. Importa ainda referir que esta etapa deve ser organizada de forma participada, uma vez que só desta forma teremos uma co construção da realidade. Note-se que para a identificação dos problemas e das necessidades, o investigador deverá recorrer aos diversos instrumentos de recolha de dados disponíveis e que serão abordados adiante.

Tal como já foi referido, os projetos são pensados e desenvolvidos com o objetivo de potenciar melhorias na realidade social em que estamos inseridos, sendo que, para isso, torna-se fundamental que os atores sociais sejam envolvidos de forma ativa e participada no próprio processo de mudança (Serrano, 2008; Timóteo & Bertão, 2012). Neste contexto, o envolvimento dos sujeitos no desenho, no desenvolvimento e na avaliação do projeto social em questão, permitirá que aqueles se assumam como produtores de conhecimento, conseguindo munir-se de novas estratégias para autoconhecimento e conhecimento do mundo (Timóteo & Bertão, 2012). Assim, os profissionais estarão a assumir que “(...) todo o ser humano possui, em si mesmo, os recursos necessários para se desenvolver em direcção à autonomia e interdependência” (Arnaud, 1992, citado por Mendonça, 2002, p.20). Carvalho e Batista (2004) e Simões, Fonseca e Belo (2006) partilham da mesma opinião, ao reconhecerem também a necessidade de os sujeitos serem envolvidos na própria mudança, visto que estes são “(...) os verdadeiros protagonistas da acção (...)” (Carvalho & Batista, 2004, p.93). Cabe ao profissional munir-se de competências que lhe permitam mostrar aos sujeitos que são seres capazes, com potencialidades próprias que, devidamente reconhecidas e exploradas, lhes permitem ultrapassar todo o tipo de adversidades (Carvalho & Batista, 2004; Simões et al.,2006)

1.2. A METODOLOGIA: INVESTIGAÇÃO-AÇÃO PARTICIPATIVA

Antes de explicitar a metodologia que orientou o Projeto “Re(Construir) o Caminho”, é necessário fazer referência ao paradigma no qual assenta. Os paradigmas são definidos por Kuhn (2001, p.13) como um modelo que contempla “(...) as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Considera-se, assim, que estão na base dos pressupostos das ciências e permitem procurar respostas para os problemas identificados. Como referem Guerra (2010), Kuhn (2001), Lessard-Hérbert, Goyette e Boutin (1994) e Santos (2010), a investigação nas ciências sociais foi, tradicionalmente, presidida pelo paradigma positivista, sendo este definido como “(...) um modelo totalitário (...)”, exigente, previsível, que procura a objetividade e privilegia os métodos quantitativos (Santos, 2010, p.10). Santos (2010, p.13) acrescenta que este modelo “(...) visa conhecer a natureza para dominar e controlar”, sendo assim “(...) total a separação entre a natureza e o ser humano”. No entanto, atualmente, face à diversidade e complexidade das situações sociais, os projetos em educação e intervenção social devem abranger uma maior subjetividade, valorização da opinião do senso comum, da produção do conhecimento conjunto. Assim, nenhum conhecimento deve ser considerado maior ou melhor que o outro, sendo ambos importantes na produção do conhecimento, construído na interação entre todos os participantes (Santos, 2010). Como tal, o paradigma sócio crítico, ou paradigma emergente, procura romper com o paradigma dominante que defende um modelo válido e estático (Carvalho & Batista, 2004). Este paradigma considera o investigador como parte integrante do contexto, já que faz parte da mesma realidade (Santos, 2010). Nesta perspetiva, a metodologia que apresenta pressupostos coerentes com este paradigma é a IAP.

De acordo com Lima (2003), Coutinho e colegas (2009) e Serrano (2003), a IAP é uma metodologia prática que pretende conhecer os problemas reais de um determinado contexto, num processo sistemático, sempre com o intuito de alcançar a transformação. Para Ceballos (1989), Serrano (2003), Lima (2003) e Timóteo (2010), a IAP pressupõe a participação ativa dos intervenientes que fazem parte do contexto e

a valorização dos seus conhecimentos. Assim, Ceballos (1989) valoriza a partilha de informações entre o investigador e os intervenientes porque, enquanto o primeiro traz o conhecimento científico, os segundos trazem o testemunho real do contexto. Lima (2003, p.323) constata que “(...) o conhecimento constrói-se em diálogo, e essa construção coautorizada não é por isso pertença de um autor, mas do investigador coletivo que a foi edificando com os contributos analisados”. Na mesma linha, Esteves (2007) e Serrano (2003) consideram a motivação e ação coletivas a pedra angular do processo de transformação da realidade.

Tendo por base a articulação entre a teoria e a prática, a IAP pretende capacitar os atores sociais acerca das suas capacidades e competências, no sentido de estes se sentirem capazes de produzir o próprio conhecimento, possibilitando o desenvolvimento e a mudança integral do sujeito e do contexto onde estão inseridos (Carvalho & Batista, 2004; Lima, 2003). Lima (2003, p.306) afirma que a IAP “(...) corresponde a um modo de procurar entender o mundo para nele melhor se viver (...)”, acrescentando que “(...) É uma posição que não procura apenas conhecer o mundo, mas também transformar alguma coisa do tanto que ofende o sentido de justiça e de harmonia permanente (re)construção”. Assim, a participação dos sujeitos é sempre fundamental, sendo estes percecionados como capazes e diretamente implicados na realidade social, construindo em conjunto o conhecimento (Lima, 2003). Daqui se conclui que a IAP procura o saber eminentemente prático, do quotidiano dos seus atores sociais, sendo eles crianças, jovens ou adultos. Segundo Soares (2006), as crianças e os jovens são atores sociais com direitos, cuja voz e ações devem ser consideradas pelas ciências sociais e integradas, por isso, no processo de investigação, não devendo nunca ser encaradas como um entrave ao desenvolvimento daquele.

Latorre (2003) refere que a IAP tem como objetivos: contribuir para a transformação de um determinado contexto, procurando, ao mesmo tempo, uma melhor perceção da prática; possibilitar a articulação entre a investigação, a ação e a formação; possibilitar uma maior aproximação entre o conhecimento e a mudança; e, por fim, permitir que os intervenientes sejam os protagonistas da intervenção. Podemos, assim, considerar que a IAP se destaca das outras metodologias porque “(...) contribui para a melhoria das práticas (...) exactamente porque aproxima as partes

envolvidas na investigação, colocando-as num eixo horizontal” (Coutinho et al., 2009, p.375). Acresce que a IAP valoriza o diálogo entre os diferentes atores sociais e a subjetividade “(...) ao ter sempre mais em conta as idiosincrasias dos sujeitos envolvidos”, conciliando-a com a “(...) objectividade e a capacidade de distanciamento ao estimular a reflexão crítica” (Coutinho et al., 2009, p.375).

Esteves (2007) apresenta três objetivos da IAP: os objetivos de investigação (construção de conhecimentos de um contexto); os objetivos de inovação (apresentação de soluções para os problemas priorizados, procurando a mudança social); e os objetivos de formação de competências (desenvolvimento do conhecimento pessoal e social, estando implicados todos os atores sociais).

Para Guerra (2010), a IAP, para além de permitir a construção do conhecimento da realidade, possibilita as transformações no contexto, munindo, em simultâneo, os intervenientes de competências, caracterizando-se por uma intervenção continuada, em que os objetos do conhecimento se tornam sujeitos desse conhecimento, apoiados pelo investigador que não se limita ao papel de observador.

1.3. TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS

No sentido de construir o conhecimento da realidade, foi necessário recorrer às técnicas de recolha de informação que mais se adequavam ao contexto em questão, uma vez que cada realidade é uma e complexa (Ander-Egg, 1990). Neste sentido, privilegiaram-se a análise documental, a observação participante, as conversas intencionais e as entrevistas. Segundo Coutinho (2013) e Latorre (2003), a análise documental consiste na pesquisa e consulta de documentos diversificados, sendo que estes se assumem como uma fonte de informação útil e fundamental para a co-construção do conhecimento, por parte do investigador. Lessard-Hébert e colegas (1990) referem que esta possibilita a triangulação de informação, complementando-se com o cruzamento de dois ou mais pontos de vista, permitindo um conhecimento mais profundo e realista. Coutinho (2013) acrescenta que a informação recolhida

através da análise documental serve para confrontar a veracidade de outras fontes ou, até mesmo, para acrescentar informações. No entanto, a mesma autora sublinha que “(...) nem sempre os documentos retratam a realidade” (Coutinho, 2013, p.342).

Relativamente à observação participante, considera-se que é adequada e fundamental para o investigador social, visto que este observa e compreende o meio a partir “(...) do interior (...)”, e “(...) partilha da condição humana dos indivíduos que observa” (Lessard-Hébert et al., 1990, p.155). Segundo Lessard-Hébert e colegas (1990), esta técnica adequa-se sobretudo aos investigadores que pretendem conhecer uma realidade externa, sendo que a integração progressiva possibilitará a sua melhor compreensão. Assim, se o investigador se implicar na prática, poderá ter uma perceção mais fidedigna da realidade, conseguindo compreender a realidade com maior profundidade (Latorre, 2003; Quivy & Campenhoudt, 2013). Coutinho (2013) considera que para que o investigador se torne um participante ativo necessita de permanecer no contexto durante um tempo considerável.

Quanto às conversas intencionais, Coutinho (2013) refere que estas se focam nos participantes, tendo por base o diálogo e a interação. Costa (2007) refere também que o investigador consegue obter informações acerca da realidade através destas, uma vez que permitem “(...) observar a multiplicidade de facetas das redes de relações em que estão inseridos, das práticas do quotidiano, das estratégias de vida, dos quadros de representações sociais respectivos” (Costa, 2007, p.139).

Salienta-se ainda a importância da utilização de notas de campo para compilar com mais pormenor o que foi sendo observado na prática, bem como as conversas intencionais realizadas. Bogdan e Biklen (1994, p.150) definem as notas de campo como um “(...) relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflectindo sobre os dados de um estudo qualitativo”. As notas de campo devem ser escritas e refletidas após a recolha de informação, contendo contributos fulcrais para a co construção do conhecimento, bem como para a avaliação dos resultados (Bogdan & Biklen, 1994; Latorre, 2003; Lessard-Hébert, 1996).

1.4. A AVALIAÇÃO DE PROJETOS EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

A avaliação é consensualmente considerada uma etapa fulcral de um projeto social, devendo estar presente desde o primeiro instante até ao seu término (Cembranos et al., 2003; Guerra, 2010; Monteiro, 1996; Petrus, 1997; Serrano, 2008). Serrano (2008, p.84) refere que a avaliação tem “(...) o propósito de controlar a forma como se alcançam os resultados, as lacunas existentes no processo, os aspectos não previstos que vão surgindo na aplicação do projecto, a adequação ou inadequação das atividades, etc.”. A avaliação é um processo contínuo que pretende aliar a reflexão e a ajuda para o melhoramento da prática, reajustando as ações (Serrano, 2003). Assim, a avaliação não deve ser encarada como “(...) um fim em si mesmo, mas sim um meio para melhorar (...)”, possibilitando a adequação dos recursos disponíveis (Serrano, 2008, p.81). Torna-se assim fundamental a existência de objetivos delineados e de critérios de avaliação para aferir o sucesso do projeto. A este respeito, Guerra (2010, p.197) refere que “o sucesso do processo de avaliação depende, em larga medida, da capacidade para encontrar indicadores que meçam o processo e os resultados de avaliação”. Segundo Monteiro (1996, p.139), a avaliação permite “(...) estabelecer o grau de pertinência, idoneidade, eficácia e eficiência” de um projeto. O mesmo autor salienta ainda que permite avaliar os sucessos e os fracassos, permitindo estes ao investigador melhorar o trabalho desenvolvido. Em suma, a avaliação possibilitará a melhoria da própria intervenção (Monteiro, 1996).

A avaliação deve ser encarada como um processo de aprendizagem, de reflexão entre os diferentes participantes. Pretende-se, assim, que estes “aprendam a gerir, a adaptar as soluções às necessidades e aos contextos evolutivos que se modificam constantemente através do acompanhamento avaliativo” (Guerra, 2010, p.187).

Segundo Cembranos e colegas (2003), a avaliação, ao assentar numa recolha e análise sistemáticas de informação, permite tirar conclusões sobre o valor do trabalho realizado. Permite chegar a decisões e apurar responsabilidades (Stufflebeam & Shinkfield, 1995), devendo ser considerada “(...) como o elo de ligação entre a acção já

desencadeada e a perspetivação de acções futuras (...)” (Monteiro, 1996, p.138). Para Cembranos e colegas (2003), a avaliação visa a obtenção de um “feedback” mais fidedigno da realidade, devendo ser aprofundada, para perceber as causas, e participada para envolver todos os atores sociais da realidade analisada. Deve, ainda, ser útil e prática no sentido de perceber as lacunas e melhorar a intervenção através do aperfeiçoamento da ação (Cembranos et al., 2003). A este respeito, os mesmos autores salientam a continuidade do projeto como uma característica fundamental desta etapa, pois “o processo avaliativo deve ter uma continuidade, já que os resultados da avaliação são utilizados para melhorar ou mudar o programa que mais tarde se voltará a avaliar” (Cembranos et al., 2003, p.191).

Petrus (1997) considera que a avaliação deve ser progressiva, incluindo uma componente reflexiva relativamente à qualidade da intervenção, bem como sobre os resultados que pretendemos atingir, e sobre o impacto das ações desenvolvidas na realidade. O mesmo autor refere que a avaliação deve ser feita por todos os participantes em parceria com os profissionais, tendo por base a negociação. Assim, perceberemos qual o impacto que o projeto desenvolvido teve na vida dessas pessoas, bem como se a finalidade e os objetivos propostos foram alcançados (Petrus, 1997).

Evidencia-se, então, a importância da seleção do modelo de avaliação, uma vez que nem todos os modelos respeitam as características da metodologia que orienta a prática desenvolvida, isto é, a IAP. Tendo por base tudo o que foi referido, considera-se que o modelo de avaliação que mais se adequa aos projetos em Educação e Intervenção Social é o modelo Contexto–Input–Processo–Produto (CIPP; Stufflebeam & Shinkfield, 1995), uma vez que este modelo permite uma avaliação ampla, possibilitando aos atores sociais a tomada de decisões. Valoriza-se também o facto deste modelo não se preocupar apenas com o produto final, centrando-se também no desenvolvimento do projeto (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

De acordo com Stufflebeam e Shinkfield (1995), na avaliação do contexto definem-se os problemas e as necessidades subjacentes à realidade social analisada, bem como os recursos e as potencialidades inerentes a esse mesmo contexto, contribuindo estas para se alcançarem as metas desejadas. Segundo os mesmos autores, é também nesta primeira fase que se detetam as metas e as prioridades, devendo estar em

concordância com os problemas e necessidades identificados. Para isto, torna-se necessário recorrer a técnicas de recolha de dados, visto que estas permitem conhecer a realidade através do cruzamento de informação fornecida pelos diferentes atores sociais e que servirá como ponto de partida para o desenho do projeto (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Na opinião de Stufflebeam e Shinkfield (1995), a avaliação de entrada analisa as capacidades do projeto, tendo em conta os seus limites e potencialidades, bem como as estratégias alternativas. Assim, pretende-se verificar se os problemas e necessidades prioritizados são coerentes com o projeto traçado, tornando-se importante conferir se os recursos disponíveis são suficientes para colocar em prática a ação do projeto. De acordo com os mesmos autores, é igualmente importante verificar se as estratégias definidas serão suficientes para atingir a transformação da realidade social. Relativamente à avaliação de processo, Stufflebeam e Shinkfield (1995) consideram que decorre durante o desenvolvimento do projeto, acompanhando as ações e atividades inerentes, sendo fulcral, nesta fase, analisar se as atividades estão a desenvolver-se de acordo com o que estava planeado e se os recursos estão a ser eficientes e, caso seja necessário, reajustar-se o desenho do projeto, uma vez que uma realidade não é estanque. É ainda importante descrever como está a decorrer o projeto, tendo por base o olhar crítico do investigador e dos participantes (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). Por sua vez, a avaliação de produto permite analisar e interpretar os resultados do projeto desenvolvido, tendo sido eles positivos ou negativos, no imediato ou a médio/longo prazos (Stufflebeam & Shinkfield, 1995). A avaliação de produto pretende avaliar se o projeto conseguiu dar resposta às necessidades sentidas pelos intervenientes, devendo os resultados ser analisados em níveis diferentes: grupo, subgrupos e individualmente (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

2. A CASA DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Antes de caracterizar o contexto no qual o Projeto foi desenvolvido, importa salientar as técnicas de recolha de informação utilizadas. Numa fase inicial, foram privilegiadas a análise dos documentos oficiais da Instituição, como o Regulamento Interno, o Plano Socioeducativo Individual (PSEI) das crianças e jovens, os estatutos da CAR, o Manual de Acolhimento e integração do Colaborador, que se apresentaram como fundamentais para conhecer a orgânica da Instituição, os seus objetivos e o seu funcionamento (Apêndice B, pp.94-97). Importa referir que todo este processo foi complementado pela observação participante, por parte da investigadora, em momentos, como: reuniões da equipa técnica (ET); reuniões com entidades externas (com a professora em contexto escolar e com a psicóloga que acompanhava algumas crianças e jovens institucionalizados); rotinas e dinâmicas dos profissionais; conversas entre as crianças/ jovens e as diferentes equipas (Apêndice D, pp.103-159); interações entre os jovens. É de referir também que estabelecemos conversas intencionais com todos os elementos que constituíam a ET da Instituição (Dra. Vera, Dra. Beatriz, Dra. Sara e Dra. Sofia), com a equipa educativa (EE) (Educadora [Ed.] Cláudia, Ed. Rita, Ed. Matilde, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro e Ed. Mateus) e alguns elementos da equipa de apoio (EA) (D. Rosa, D. Laura, D. Alice). Todo este enquadramento resulta da análise e reflexão conjunta com os atores sociais envolvidos, tratando-se de uma caracterização co construída.

A CAR é uma sociedade de cariz social, criada recentemente no concelho do Porto, em terrenos cedidos pela Câmara Municipal do Porto. Segundo o Regulamento Interno, e tal como evidenciou a Dra. Beatriz, a CAR tem acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital da Segurança Social do Porto e é considerada uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos (CAR, 2014). A CAR encontra-se bem localizada, junto a um lar de idosos, uma escola, um supermercado, cafés, uma clínica e um campo de jogos, numa zona servida por uma boa rede de transportes públicos. Para além disso, a CAR contava com apoios

comunitários e particulares (em bens alimentares, produtos de higiene ou donativos numerários). Pelo que evidenciaram a Dra. Beatriz e a Ed. Mariana, estes apoios eram cruciais para o dia a dia da Instituição, uma vez que contribuía para aspetos elementares do seu funcionamento, como é o caso da alimentação, da higiene, das deslocações e dos momentos comemorativos (Apêndice D, pp.109-122).

De acordo com a Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, o acolhimento residencial tem como finalidade

(...) contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 49.º, p.7204).

Segundo o Regulamento Interno, e de acordo com conversas estabelecidas com a ET, a CAR tem capacidade para acolher 35 crianças e jovens em situação de perigo, dos géneros masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos, cujo acolhimento é solicitado por entidades competentes, nomeadamente as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e as Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais (EMAT), não podendo, contudo, colidir com o superior interesse das crianças/jovens já acolhidos (CAR, 2014). São consideradas prioritárias as situações de jovens que já tenham irmãos ou outros laços de parentesco na Instituição e também a proximidade geográfica entre a residência dos jovens e a Instituição, o que facilita o trabalho com as famílias e a manutenção da rede de relações previamente estabelecidas, desde que sejam benéficas para a criança. A CAR integrava ainda dois jovens que tinham completado 19 anos e que, de acordo com a legislação em vigor, tinham optado por continuar na Instituição, uma vez que um ainda estudava e por não possuírem retaguarda familiar com condições socioeconómicas mínimas.

No que concerne ao processo de acolhimento, a Dra. Beatriz referiu que este se iniciava com a preparação do grupo, dando informações, como o nome do menor, a idade, gostos pessoais e outros dados pertinentes; era atribuído ao menor um gestor de caso; de entre a ET, que ficaria responsável pelo processo de acolhimento e

integração; era, depois, construído um cartaz de boas vindas e escolhida uma prenda para o momento da recepção; no dia da recepção, o menor conhecia o seu espaço pessoal, o grupo de pares e os colaboradores. Num primeiro momento, o menor era elucidado sobre rotinas e regras da Instituição; o cuidador e o menor, nesse mesmo dia, assinavam um Contrato de Prestação de Serviços e/ou Alojamento, onde figuravam os direitos e deveres a serem respeitados por ambas as partes; no decorrer das primeiras semanas, o menor começava a perceber as dinâmicas da casa. A Dra. Beatriz referiu que, no que diz respeito às despedidas, desenvolvia-se uma preparação do grupo para a saída do jovem em questão e era organizada uma pequena festa de despedida, sendo entregue uma recordação única e intimista que retratava a passagem do jovem pela CAR (Apêndice D, p.103).

Partindo de conversas intencionais iniciais, da leitura atenta do Regulamento Interno e da observação participante, foi possível constatar que a CAR era constituída por quatro pisos. Na parte exterior, existia um jardim, um parque de estacionamento e um campo de jogos. As conversas intencionais estabelecidas mostraram que as equipas e as crianças e jovens eram unânimes em considerar as instalações recentes e adequadas (Apêndice B, pp.94-95).

Com base nas conversas intencionais estabelecidas com os profissionais da Instituição, verificou-se que a maioria considerava que todas as equipas trabalhavam para o mesmo fim. Contudo, os mesmos reconheciam que, eventualmente fruto do pouco empenho e motivação dos colaboradores, isto nem sempre acontecia. Assim, todos concordavam que ainda havia trabalho a ser desenvolvido para que a intervenção acontecesse totalmente para o mesmo fim (Apêndice D, pp.103-159). O plano de atividades era delineado pela ET e pela EE, tendo esta última uma responsabilidade acrescida. Assim, e tendo em conta as conversas estabelecidas com as equipas, concluiu-se que a EE estava incumbida da função de organização de todas as atividades recreativas, enquanto que à ET estava atribuída a função de organizar atividades formativas. O plano de atividades era organizado anualmente, tendo em conta, segundo o que pudemos constatar através das conversas intencionais estabelecidas, as atividades que as crianças e jovens mais apreciavam, bem como as sugestões que os mesmos apresentavam ao longo do ano, nomeadamente, no projeto

“Assembleias da Casa” (Apêndice B, p.95-97). Além disso, a Dra. Beatriz salientou que, no final de cada atividade, as crianças e jovens e os profissionais preenchiam um formulário acerca da atividade (Apêndice D, p.109).

2.1. AS CRIANÇAS E JOVENS

Como já foi referido, a CAR acolhia 30 crianças e jovens, 10 do género feminino e 20 do masculino, com idades compreendidas entre os 6 e os 19 anos, existindo apenas seis crianças (6-11 anos). Existiam seis fratrias, cinco delas de dois elementos e uma de três. À exceção do Ricardo e do Dinis, que tinham alguns conflitos entre si (tinham sido institucionalizados em fevereiro de 2018), as restantes fratrias davam-se bem, sendo evidente o papel de proteção entre irmãos. A maioria das crianças e jovens era proveniente do centro do Porto (10) e de Matosinhos (oito), sendo os restantes provenientes de Gondomar (três), Vila Nova de Gaia (três), Maia (um), Trofa (um), Póvoa de Varzim (um) e Marco de Canaveses (um) (Apêndice C, pp.98-102). Relativamente à escolaridade, 13 crianças e jovens frequentavam o ensino regular (cinco no 1.º Ciclo, dois no 2.º Ciclo, cinco no 3.º Ciclo e um no Secundário), quatro jovens beneficiavam de currículos específicos individuais (CEI) (dois no 8.º ano, um no 9.º ano e um no 10.º ano), seis frequentavam cursos vocacionais (CEF) (três no 8.º ano e três no 9.º ano) e cinco frequentavam cursos profissionais (a Núria frequentava o curso Técnico de Apoio à Gestão, a Maria João, o curso de Restauração e Bar, a Joana, o curso de Animador Sociocultural, o Arlindo, o curso Técnico de Turismo, e o Salvador, o curso de Técnico de Comunicação e Marketing, Relações Públicas e Publicidade) (Apêndice C, pp.98-102). O Mário frequentava um curso de especialização tecnológica (CET) de Automação e Robótica, tutelado pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social (Apêndice D, p.158). O Lourenço tinha 19 anos e terminado, no ano letivo anterior, o curso profissional de Restauração e Bar. Apesar de já ter tido uma experiência profissional na área, o jovem tinha decidido despedir-se, tendo escondido durante uma semana a sua situação da sua gestora de caso. Quando questionado, o

Lourenço referiu que o emprego não era aquilo que pretendia e que gostaria de seguir outra área, evidenciando o seu gosto pela área da segurança (Apêndice D, p.134). Encontrava-se desempregado e à procura de emprego, sendo que, pelo que se pôde constatar, através das conversas estabelecidas com a Dra. Sara e com a Dra. Beatriz, estas reconheciam que o jovem demonstrava pouca maturidade e pouco sentido de responsabilidade, lembrando que, quando o jovem tinha recebido o seu terceiro ordenado, não tinha hesitado em gastá-lo num iPhone 6S (Apêndice D, pp.108-111). Ainda no que à escolarização diz respeito, tal como sublinhou a Dra. Beatriz em conversa intencional, as crianças e jovens institucionalizadas tinham tido 100% de sucesso escolar no ano letivo precedente. Acrescentou, ainda, que isso se tinha devido ao facto de a CAR apostar nesta área, tendo ao seu serviço uma professora. Além disso, a mesma referiu que os voluntários de apoio ao estudo também tinham um papel preponderante neste processo. Neste sentido, alguns educadores evidenciaram, em conversas intencionais, a necessidade constante de motivar e promover o interesse dos jovens pela escola (Apêndice D, pp.119-129).

No que toca aos motivos de institucionalização, a maior parte das crianças e jovens tinha sido retirada aos cuidadores por negligência, nomeadamente falta de supervisão e acompanhamento familiar, seguindo-se a exposição a modelos parentais desviantes, a negligência ao nível da educação e da saúde e, por fim, negligência face a comportamentos de risco da criança/jovem. São de notar ainda outros motivos, como a ausência temporária de suporte familiar, a orfandade, os comportamentos desviantes, o mau trato físico e o mau trato psicológico ou emocional (sobretudo a rejeição ativa), o abandono e o abuso sexual (exposição verbal/física a linguagem ou comportamentos de cariz sexual e aliciamento sexual) (Apêndice C, pp.98-102). Pela análise dos PSEI e pelas conversas intencionais com a Dra. Beatriz, na maioria dos casos, as famílias já tinham tido, como medida de promoção e proteção, o apoio junto dos pais, uma vez que a legislação prevê que a primeira medida a desenvolver seja esta, durante um ano, podendo ser prolongada até aos 18 meses (Apêndice D, p.107). O processo de institucionalização inicia-se apenas se não se concretizarem as melhorias necessárias, estudando-se simultaneamente todas as possibilidades de integração num ambiente familiar (família alargada, acolhimento familiar ou adoção)

(Instituto da Segurança Social [ISS], 2003). O Marco era o jovem que se encontrava havia menos tempo na CAR, estando institucionalizado desde outubro de 2017. Ao contrário dos outros, não tinha sido sinalizado por nenhuma entidade, tendo sido o próprio a solicitar a sua institucionalização. Em conversa, referiu que tinha conflitos graves com os cuidadores, salientando que lhe davam pouca liberdade e, como tal, considerava que o facto de estar inserido numa casa, como a CAR, seria uma mais valia (Apêndice C, p.156).

Tal como previsto no Regulamento Interno da Instituição, as crianças e jovens eram envolvidos ativamente no seu processo de institucionalização, através da tomada de decisão (CAR, 2014). Assim, através da observação participante, constatou-se que as crianças e jovens conversavam, com alguma regularidade, com as suas gestoras de caso e, quando estas tinham que enviar o relatório intercalar para o tribunal (de seis em seis meses, tal como previsto na lei em vigor), chamavam a criança ou jovem em questão e analisavam em conjunto o que tinham redigido, sendo, se necessário, o produto final alterado. Evidenciava-se ainda que, quando uma criança recebia alguma carta, como o caso de cartas do tribunal, era chamada ao gabinete da gestora, abrindo a carta em conjunto para saberem que medidas tomar.

O tempo de institucionalização variava entre os 15 anos e menos de um ano, sendo de destacar a existência de 10 casos mais recentes (Apêndice C, pp.98-102).

No que respeita aos projetos de vida, segundo o ISS (2003), quando uma criança ou jovem é institucionalizado, deve ter atribuído um projeto de encaminhamento ou de vida, elaborado de forma participada (com a criança e a sua família, se possível), tendo como objetivo primordial a desinstitucionalização segura. Assim, e tendo em conta a prática vivenciada na CAR, constatava-se que os projetos de vida das crianças e jovens passavam pela reintegração familiar (10 casos), autonomização (14 casos) e, por fim, o acolhimento permanente (dois casos). Quatro casos não tinham projeto de vida definido, pois, tal como a lei prevê, só após seis meses de institucionalização o deveriam ter, estando a ser estudadas todas as hipóteses pelas gestoras de caso e entidades envolvidas (Apêndice C, pp.98-102). De referir que, tal como previsto no Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 62.º, “as medidas são obrigatoriamente revistas findo o prazo fixado no acordo ou na decisão judicial e, em

qualquer caso, decorridos períodos nunca superiores a seis meses” (p.7223). Caberá ao tribunal a decisão de manter, de substituir ou de cessar a medida. Prevê-se, assim, que a criança ou jovem seja reintegrado no seu meio natural de vida, depois de serem criadas as condições necessárias por parte dos cuidadores. No entanto, e tendo em conta o apurado junto da Dra. Beatriz e da Dra. Sofia, nem sempre os pais cumpriam o que era pedido e, por vezes, a medida acabava por se arrastar desnecessariamente, sendo disso exemplo o Miguel, de 10 anos, que tinha sido institucionalizado com 6, mantendo-se a instabilidade na vida da mãe. Da mesma forma, o Santiago e a Filipa encontravam-se na CAR havia dois anos e, como evidenciou a Dra. Beatriz numa conversa intencional, já poderia ter sido aplicada outra medida, como a adoção. No entanto, o tribunal tentava dar várias oportunidades aos pais, acabando estes por não cumprirem com as suas obrigações. A Dra. Beatriz realçava que nem sempre era fácil aceitar a decisão dos pais de não cooperarem, apesar do apoio que lhes tentavam prestar. A mesma referiu ainda que o trabalho com as famílias cabia a outras entidades com competência para tal. A CAR encaminhava os cuidadores para formações de competências parentais e para apoios financeiros ou de outra ordem. A Dra. Beatriz acrescentou que, por vezes, a ET fazia visitas domiciliárias que eram previamente agendadas. O trabalho com as famílias era desenvolvido apenas com os pais das crianças e jovens com medida de reintegração familiar (Apêndice D, pp.103-114).

Relativamente à autonomia de vida, todos os atores sociais identificaram, de forma unânime, esta questão como um ponto frágil, no sentido em que, apesar de haver algum trabalho desenvolvido com as crianças e jovens, não era considerado suficiente. Existia apenas o projeto de treino de competências, desenvolvido com os jovens de idade igual ou superior a 15 anos, que incluía tarefas na lavandaria e na cozinha (Apêndice D, p.108). Pelas conversas intencionais estabelecidas, toda a ET concordava que o treino de competências da cozinha não decorria como deveria, ou seja, as cozinheiras tinham dificuldade em implementar o que era pretendido (Apêndice D, pp.103-118). Após conversas com alguns jovens, eles mostraram o seu desagrado perante a situação, referindo que faziam sempre a mesma coisa (Apêndice D, pp.132-159). A Dra. Beatriz e a Dra. Sofia referiram que, por mais que tentassem falar com as cozinheiras, estas eram pouco recetivas, não demonstrando vontade de mudar. Na

opinião das mesmas, as cozinheiras limitavam-se a fazer o que era mais fácil, não pensando no futuro dos jovens. Relativamente às tarefas na lavandaria, tanto os profissionais, como os jovens consideravam que eram bem executadas e que aprendiam bastante. A diretora técnica (DT) salientou que os profissionais deveriam estabelecer metas para que os jovens conseguissem alcançá-las e melhorar progressivamente. Para além do treino de competências a estes dois níveis, tanto a ET como a EE referiram que as crianças e jovens deveriam participar nas tarefas domésticas da casa, sendo estas atribuídas e distribuídas tendo em conta a idade e a maturidade. Ao nível da gestão financeira, a CAR atribuía uma semanada simbólica a cada criança e jovem, com o objetivo de aprenderem a lidar com dinheiro e a saber poupar. Este valor variava consoante a idade, sendo que 25% do mesmo ficava sempre retido como poupança, o que, na prática, não permitia que fosse o próprio jovem a, de forma voluntária e autónoma, criar esse hábito. Frequentemente, na maior parte dos casos, as crianças gastavam o dinheiro logo no dia seguinte em guloseimas. A ET referiu que seria necessário um maior envolvimento de todos para que o projeto de autonomia fosse desenvolvido com sucesso. Foram vários os elementos das diferentes equipas que manifestaram a sua preocupação relativamente a alguns jovens que já tinham completado 18 anos ou que estavam prestes a fazê-lo, considerando que havia ainda muito trabalho a realizar neste âmbito (Apêndice D, pp.103-132). Quanto à opinião dos jovens, estes, de forma geral, não concordavam com o facto de só poderem fazer o treino de competências a partir dos 15 anos. Todavia, alguns realçavam que não queriam, ainda, trabalhar a autonomia a todos os níveis. O Salvador, a Núria e a Leonor salientaram que gostavam de ter um maior apoio a este nível, pois gostariam de sair da CAR no final desse ano letivo (Apêndice D, pp.132-153). A Dra. Sara referiu a preocupação com o Salvador, pois este tinha pedido o apoio de autonomia ao ISS, aguardando resposta, mas que revelava falta de maturidade e de responsabilidade, tal como dependência de terceiros e dificuldades na gestão de tempo. A mesma evidenciou também a sua preocupação com o Lourenço que apresentava dificuldades, sobretudo na gestão financeira (Apêndice D, p.111).

A ET considerava que acolhiam crianças e jovens com idades mais avançadas, o que, por vezes, dificultava a definição de regras e limites. Paralelamente, consideravam que

os casos tendiam a ser mais complexos, o que obrigava a um maior apoio e uma maior preparação por parte dos profissionais. A Dra. Sara salientava ainda que, se anteriormente os casos se cingiam a maus-tratos dos cuidadores, mais recentemente tinham começado a ser acolhidos casos diferentes, com necessidades distintas das habituais, como o caso de jovens que tinham comportamentos desviantes. Isto originava a necessidade de investir em formação específica na área (Apêndice D, pp.103-118).

Na opinião dos profissionais, de modo geral, as crianças e jovens eram iguais aos outros e com similares particularidades, desafiantes, mas com muitas potencialidades e capacidades. Além disso, consideravam que, apesar da sua história de vida, as crianças e jovens apresentavam um elevado grau de resiliência. A Dra. Beatriz referia que, por vezes, as crianças e jovens tinham conflitos, mas que, geralmente, não se impunham pela violência. Considerava que havia alguns grupos dentro da CAR, formados com base em amizades prévias. A Dra. Beatriz referiu também que os dois jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) tinham uma maior dificuldade em se inserirem nos grupos e, por esse motivo, surgiam, por vezes, pequenos desentendimentos. Estes jovens eram, segundo a mesma, muito protegidos e apoiados até em tarefas básicas, como o despertar ou a higiene pessoal, algo que acabava por comprometer o desenvolvimento da sua autonomia e responsabilidade. Da mesma forma, não estavam envolvidos em tarefas de treino de competências, o que também não os ajudava a evoluir, situação já sinalizada pela Dra. Beatriz, pela Ed. Rita, pela Ed. Mariana, pelo Ed. Mateus, pela Ed. Maria e pela Ed. Matilde (Apêndice D, pp.103-132). Ainda no que respeita à opinião da ET acerca das crianças e jovens, a Dra. Sara e a Dra. Sofia salientavam que eram exigentes e, no geral, carentes, mas também muito pouco afetivos. Todavia, a Ed. Mariana manifestava uma opinião diversa, considerando que todos tinham necessidade de afeto, ainda que não o demonstrassem. A mesma referia que conseguiam ser muito inteligentes e tentavam manipular para terem o que queriam. Para a Dra. Vera, “as crianças suportam-se muito bem umas às outras”, sublinhando que os adultos eram “muito importantes para criar estrutura, para criar segurança, para dar orientação, para dar afeto e suporte (...) mas onde eles muitas vezes vão buscar o suporte emocional e afetivo é na relação entre

pares. Eles funcionam quase como um grupo de irmãos que se apoia, suporta, defende”. A Ed. Maria referia que estas crianças e jovens tinham “marcas” e, portanto, necessitavam de mais apoio e carinho, mas também de regras e limites. A Ed. Matilde referia que estas crianças e jovens tinham uma percepção irrealista acerca do mundo exterior, uma vez que “estão habituados a que as coisas apareçam, sem se aperceberem do esforço que é necessário para as obter”, acabando por ser demasiado protegidos. A Ed. Rita acrescentou que eram muito sonhadores, referindo que “vivem na utopia... sonham, mas não corresponde à realidade”. De forma geral, eram pouco críticos e reflexivos, o que poderia advir da falta de autonomia, fruto da proteção já referida. Acrescia, ainda, a sua baixa autoestima, muitas vezes explicada pela história de vida de cada um (Apêndice D, pp.103-132). A Ed. Cláudia considerava que estas crianças e jovens tinham tendência para seguir o modelo que traziam de casa e que, por vezes, se tornava difícil quebrar essa tendência. Esta referiu ainda que, sendo crianças e jovens revoltados, muitas vezes culpabilizavam os profissionais por estarem nessa situação, pois, para eles, os pais não tinham culpa. Os profissionais também consideravam que havia alguns jovens com comportamentos desadequados, como faltarem às aulas sem justificação ou serem mal-educados quando não queriam cumprir alguma tarefa. A Dra. Beatriz explicou que a ET por vezes recorria à polícia para que os jovens percebessem que as suas atitudes poderiam ter consequências (Apêndice D, pp.103-132). Uma questão, partilhada pelos diferentes profissionais, prendia-se com o facto de estes considerarem que as raparigas eram mais conflituosas do que os rapazes, já que “ou gostam ou não gostam e, se eu não gosto e tu gostas, já não podemos ser amigas” (Dra. Sofia). Por outro lado, consideravam que os rapazes também tinham os seus problemas, mas resolviam-nos rapidamente “oferecendo porrada, ou com uns nomes feios” (Ed. Mariana). A Dra. Beatriz e a Ed. Mariana consideravam que alguns dos rapazes mais velhos (Raúl, Salvador, Arlindo e Mário) acabavam por ter uma influência positiva nos jovens mais novos (Júlio, Ivo, Sandro e Filipe), quando estes contrariavam um educador ou quando tinham conflitos com alguém (Apêndice D, pp.103-132).

Relativamente à opinião das crianças e jovens sobre si próprios, a Leonor, a Joana, a Núria e o Salvador referiam que não gostavam do grupo que se encontrava na casa

porque não eram unidos e se, anteriormente, se consideravam uma família, era impensável serem-no nesse momento. Para estes, o problema prendia-se com o facto de entrarem e saírem, com regularidade, crianças e jovens, reforçando que, nos últimos três anos, tinha havido muitas entradas, tendo alguns jovens idades avançadas e comportamentos desadequados. Consideravam, portanto, que a proximidade acabava por não ser a mesma. As crianças e jovens consideravam que o grupo “se dá bem”, salientando, no entanto, sobretudo as raparigas, que poucas amigas tinham lá dentro. Quando questionadas, referiam que não viam isto como um problema, pois sempre tinham vivido assim e não precisavam de mudar. Já o João referiu que convivía pouco com os jovens da casa, pois não se identificava com a maioria, acrescentando “sinto que não posso confiar em ninguém”, não sendo o único a partilhar desta ideia (Apêndice D, pp.132-159).

Em relação às perspetivas para o futuro, tendo em conta as conversas intencionais estabelecidas, todos pretendiam sair da CAR com a maior brevidade possível, alguns por não gostarem de estar ali e outros porque estavam havia muitos anos e queriam sentir-se livres. Alguns perspetivavam regressar a casa, outros salientavam que isso não era opção, sabendo que os seus pais não tinham condições financeiras para os receberem. Relativamente ao trabalho, alguns tinham sonhos em relação ao que gostariam de fazer, outros sentiam-se perdidos e sem grandes ambições para o futuro (Apêndice D, pp.132-159).

No que concerne aos gostos pessoais das crianças e jovens, os rapazes tendiam a referir que gostavam de jogar futebol e que, por vezes, organizavam, na CAR, pequenos jogos entre eles. Os rapazes também gostavam de jogar computador, “playstation” e “ping-pong”. Já as raparigas destacavam a dança e as redes sociais como as atividades preferidas. Evidenciava-se a música como um gosto comum a todas e para algumas (Sofia, Maria João e Maria Inês) deveria ser possível ouvir música enquanto cumpriam as tarefas domésticas, o que não acontecia. A este respeito, estas jovens referiram, em conversas intencionais, que na CAR havia excesso de regras e algumas “sem-sentido”. De um modo geral, quando questionados sobre com o que não concordavam ou mudariam, os jovens cingiam-se apenas aos telemóveis, à impossibilidade de cumprir as tarefas com música, não poderem ler após deitarem-se

(sendo que o faziam na hora limite) e serem aplicados castigos de grupo (Apêndice D, pp.132-159). Tentou perceber-se o que os profissionais pensavam sobre este assunto. A Dra. Beatriz notou que era curioso eles referirem o excesso de regras, pois, segundo esta, quando eram questionados acerca das regras essenciais para que todos pudessem “conviver bem” os jovens tendiam a criar mais regras do que as existentes. A Dra. Beatriz acrescentou que era normal queixarem-se das regras existentes e sentirem que eram excessivas porque “os nossos filhos em casa também acham o mesmo”. O Ed. Pedro referiu que começou a utilizar os castigos de grupo porque sentia que conseguia chamá-los à razão mais facilmente. O mesmo referia que os castigos coletivos tinham começado a resultar e outros educadores recorriam a essa estratégia (Apêndice D, pp.103-129).

Para finalizar, as crianças e jovens salientavam o facto de se darem bem com todos os elementos das equipas. No entanto, consideravam ter mais afinidade com uns do que com outros, encontrando, assim, modelos de referência. A ET partilhava a opinião, referindo que, quando os jovens eram contrariados pelos técnicos, ficavam aborrecidos, mas que rapidamente lhes passava. Assim, as relações estabelecidas eram positivas para as crianças e jovens e, tal como foi por eles referido, sabiam quem procurar quando necessitavam de ajuda, tendo em conta o problema em causa (Apêndice D, pp.106-158).

2.2. AS EQUIPAS TÉCNICA, EDUCATIVA E DE APOIO

O organograma de funcionamento da CAR é apresentado no Manual de Acolhimento e Integração do Colaborador (CAR, 2012). Neste, referia-se que a CAR contava com 20 colaboradores distribuídos pelas diferentes equipas: ET (quatro), EE (nove) e EA (sete). Segundo a mesma fonte, a CAR apostava num trabalho em equipa, sendo, para isso, necessária uma constante articulação entre as diferentes equipas. Assim, indo ao encontro da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, “as casas de acolhimento dispõem necessariamente de recursos humanos

organizados em equipas articuladas entre si (...)”, sendo elas a ET, a EE e a EA (Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 54.º, p.7205).

De acordo com o Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 54.º, a **equipa técnica** deve ser pluridisciplinar, integrando colaboradores licenciados na área do trabalho social, sendo o DT designado de entre estes. A ET da CAR era constituída por quatro profissionais, sendo que uma desempenhava o papel de DT, duas psicólogas e uma Técnica de Serviço Social (TSS). A DT era licenciada em Serviço Social e em Ciências da Educação e desempenhava esta função havia 22 anos. Pelo que se pôde constatar no Regulamento Interno (CAR, 2014), e através da conversa intencional com a Dra. Vera, à DT cabia a responsabilidade de coordenar e dirigir a CAR (Apêndice D, pp.103-118). A ET considerava-se coesa, com objetivos idênticos, assumindo uma relação de ajuda mútua. A DT salientava que esta equipa era “muito competente e muito capaz, muito empenhada, é uma equipa que acredita no trabalho que faz”. Paralelamente, a Dra. Beatriz, a Dra. Sara e Dra. Sofia referiam que consideravam que os elementos da equipa se entreajudavam muito, no sentido em que, por ser uma realidade com um grande desgaste emocional, por vezes “vão a baixo, no entanto, com o apoio das restantes, rapidamente se erguem” (Dra. Sara). A Dra. Beatriz acrescentou que “tentamos ajudar-nos como podemos... damos força umas às outras”. Ao longo das conversas intencionais, foi perceptível que, à exceção da Dra. Vera, os restantes elementos da ET assumiam a função de gestoras de casos, podendo acompanhar até 12 casos em simultâneo. Cada uma apresentava-se como “representante legal das crianças e jovens” que acompanhavam. Cabia ao gestor de caso tratar da receção na casa, bem como da plena integração. Este profissional fazia também visitas domiciliárias, consultas, reuniões escolares, contactos com outras entidades e com a família. A Dra. Sara evidenciou que partilhar o gabinete com a Dra. Beatriz e com a Dra. Sofia e os elementos da equipa terem um horário semelhante eram uma mais-valia, no sentido em que facilitava a comunicação, acabando por partilharem informações e apoiando-se na tomada de decisões (Apêndice D, pp.103-118).

No dia a dia, era possível verificar a proximidade entre as crianças e jovens e a ET. As técnicas colocavam-se ao nível da criança em muitos momentos, sendo utilizado o tratamento por tu e não por doutora, e os jovens procuravam-nas só para darem um

beijinho ou um abraço. Contrariamente, o Mário, o Ivo, o António, o Marco e o Sandro referiam que só procuravam a ET quando precisavam de alguma coisa, nomeadamente autorizações (Apêndice D, pp.137-159). A Dra. Beatriz reforçou a ideia de que a equipa tentava funcionar de forma próxima ao modelo familiar, tendo, contudo, a noção de que isso não acontecia totalmente. Estando com os jovens diariamente, a equipa considerava-se uma referência para estes. Todavia, “mais para uns do que para outros (...) alguns nunca vão ver como referência pelo facto de terem um sentimento de pertença à própria família, o que é natural” (Dra. Sara). A Dra. Sara referiu ainda que esta questão também se encontrava ligada ao facto de alguns jovens serem mais reservados e de preferirem estar “no seu canto”. Contudo, e segundo a mesma fonte, “o mais importante é que eles tenham referências dentro da Instituição” (Apêndice D, pp.103-111).

De acordo com a Dra. Beatriz, a ET reunia-se, “de 15 em 15 dias, com o gestor de qualidade (figura externa à CAR), sendo este acordo não formal (pedido feito para melhorar os serviços, desde 2012)”. A ET reunia também com um técnico exterior (licenciado em Serviço Social) para supervisão. Estas reuniões aconteciam mensalmente para discussão das dinâmicas da casa, de estratégias de resolução de problemas e de casos. Estas reuniões, para além de “trazerem uma visão externa, conseguiam orientar a equipa para a tomada de decisão” e de caminhos a seguir (Apêndice D, p.103). Segundo o Regulamento Interno (CAR, 2014), a ET apresentava-se como uma equipa multidisciplinar que, tal como refere Franco (2007, p.116), “(...) reconhece a necessidade de múltiplos profissionais que avaliem e intervenham, de acordo com a situação e necessidades da criança, nomeadamente a sua patologia”. Todavia, de acordo com este modelo, cada técnico trabalha autonomamente, tomando as decisões de acordo com as suas convicções profissionais. Prevê-se também que exista uma ligação e coordenação fracas do trabalho desenvolvido (Franco, 2007). No entanto, tendo por base as conversas intencionais e a observação participante, constatou-se que a ET apresentava características do modelo transdisciplinar, uma vez que, tal como defende Franco (2007, p.117), este modelo “(...) supõe a existência de um conceito mais forte, estruturado e dinâmico”, em que há uma corresponsabilização por parte dos elementos da equipa na tomada de

decisão, e na avaliação de resultados. Na ET verificava-se a ajuda mútua e a partilha de informações, vistas como essenciais para o trabalho desenvolvido, sendo que “(...) cada técnico integra conhecimentos e estratégias que ultrapassam a sua formação de base” (Franco, 2007, p.117). Considera-se, assim, que a ET se aproximava deste modelo pelo facto de existir uma grande proximidade entre os seus elementos, que consideravam fundamental para a sua prática, salientando que eram um suporte umas das outras. Além disso, a intervenção desenvolvida englobava a criança e a família como participantes ativos do próprio processo.

Segundo o Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 54.º, a **equipa educativa** deve incluir profissionais com “(...) formação (...) específica para as funções de acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens” (p.7205). Através da conversa intencional com a Dra. Beatriz, foi possível constatar que a EE era composta por nove elementos, sendo dois do género masculino. As principais funções da EE prendiam-se com “participar e auxiliar nas tarefas diárias das crianças e jovens, garantindo a qualidade dos serviços prestados, organizar e participar nas atividades organizadas pela CAR, manter o sigilo em relação às informações relativas às crianças e jovens, supervisioná-las, fazendo chegar situações relevantes à ET”, zelando pela boa circulação da informação. A este respeito, salienta-se o facto de a ET criar estratégias diversificadas para que a informação estivesse acessível a todos. Uma outra função da EE tinha a ver com a aplicação de medidas reparadoras para punição de comportamentos considerados desadequados. Em conversa intencional, a Ed. Rita referiu as mais utilizadas, como “terem tarefas extras para realizar, a retenção do telemóvel, a inibição de entrada na sala de lazer (podendo ser um castigo individual ou de grupo), a inibição de saídas de autonomia e a antecipação do horário de deitar” (Apêndice D, pp.103-129). Além das tarefas mencionadas, os elementos da EE eram também considerados educadores de referência (ER), embora eles próprios não assumissem esse papel/função. A Ed. Rita e a Ed. Mariana salientaram que o mesmo era assumido muitas vezes pela ET, considerando assim que existia uma sobreposição de papéis. Na Metodologia “World Café” (Apêndice E, pp.160-167), desenvolvida com os profissionais, o Ed. Pedro e a Ed. Cláudia mencionaram que a maior parte dos profissionais não sabia quais eram as funções de um ER. Contrariamente, a Ed. Mariana

referiu que considerava que, se esta figura estivesse implementada, poderiam existir benefícios para as crianças e jovens. No final da sessão, os profissionais concordaram que seria importante que a CAR retomasse o papel do ER, sendo que, para isso, seria necessário esclarecer com a própria equipa o que era pretendido. A EE era descrita pela Dra. Beatriz, pela Dra. Sara e pela Dra. Sofia como conflituosa, justificando que tal se devia sobretudo ao facto de ser uma equipa grande, com pontos de vista distintos. A Dra. Sara evidenciou que seria mais produtivo se os diferentes pontos de vista fossem rentabilizados para beneficiar a intervenção. Acresce ainda o facto de nem todos os elementos da EE conseguirem impor regras e limites às crianças, o que comprometia a sua autoridade e a realização das tarefas propostas. Para a DT, “a EE executa muitos dos objetivos da ET”, acrescentando que esta equipa estava no terreno e que, portanto, lidava frequentemente com dificuldades e com desafios. Considerava também que esta equipa tinha conflitos e não trabalhava no mesmo sentido, chegando mesmo a contradizer-se. Todavia, salientou que considerava que a EE estava mais autónoma (Apêndice D, pp.103-118). A Ed. Mariana, a Ed. Cláudia, a Ed. Maria e o Ed. Pedro mencionaram que, anteriormente, a EE tinha sido uma equipa muito coesa que organizava facilmente as suas tarefas. No entanto, o facto de existirem constantes entradas e saídas de profissionais, conferia instabilidade à EE, o que acabava por ser prejudicial. A este respeito, a Dra. Beatriz também evidenciou que um dos constrangimentos da ET era estar com dificuldade em fixar uma EE. A mesma salientava que a Direção investia em formações para a EE, mas percebia que fosse uma realidade dura e que o salário acabava por não ser muito aliciante. A Dra. Beatriz referiu que o objetivo da ET era conseguir formar uma EE coesa, havendo ainda muito trabalho a fazer nesse sentido (Apêndice D, pp.103-129).

Relativamente às relações estabelecidas entre equipas, pelo que se pôde constatar, a EE tinha alguma proximidade com a ET, sendo de destacar que a EE expressou em diversos momentos a vontade de existir maior articulação entre ambas as equipas. A Dra. Beatriz salientou que esta proximidade se tinha construído com o tempo, salientando que a EE fornecia informações privilegiadas (“são os nossos olhos no terreno”). Considerava que o contrário também acontecia, ou seja, que a ET também fornecia informações à EE. No entanto, vários elementos da EE referiram que, por

vezes, havia falta de comunicação, sobretudo pelos horários distintos e rotativos. A Ed. Rita fez notar que, por vezes, sentia que a ET não lhes “passava tudo”, o que, na sua opinião, dificultava a intervenção com os jovens. Para facilitar a comunicação, tinha sido nomeada uma coordenadora de equipa, a Ed. Cláudia. Esta considerava que era um trabalho difícil e exigente. Referiu que sentia grande proximidade e à vontade para conversar com a ET, uma vez que considerava que esta compreendia as dificuldades que ela sentia. Realçava, ainda, as reuniões de supervisão, que se realizavam uma vez por mês, como uma mais valia, uma vez que cada um podia falar “do que sentia” (Apêndice D, pp.103-129). Relativamente à relação entre as equipas e as crianças e jovens, a Ed. Matilde considerava que era boa, tentando estes, no entanto, desafiar mais a EE do que a ET. Algo similar foi mencionado pela Ed. Mariana que considerava que entre as crianças e jovens e a EE havia respeito e, ao mesmo tempo, o desafio de tentar testar os limites (Apêndice D, pp.121-123).

De acordo com o Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 54.º, a **equipa de apoio** deve incluir profissionais de serviços gerais. A EA da CAR era constituída por sete elementos, com funções diferenciadas: duas cozinheiras, uma roupeira, um motorista, uma escriturária, um auxiliar de serviços gerais e uma empregada de limpeza. A Dra. Beatriz referiu que, ao contrário das restantes equipas, que reuniam com profissionais externos, esta reunia apenas com a DT, sempre que necessário e por departamentos. Segundo a DT, a EA era “(...) uma equipa que está numa posição mais confortável (...)”, visto que “(...) tem tarefas de carácter mais instrumental (...)”. No entanto, a DT evidenciou que, apesar de a EA não estar com as crianças e jovens com a mesma regularidade que as restantes “(...) direta ou indiretamente educa ou deseduca”. Referiu também que a EA “(...) nem sempre entende e percebe os desafios que a ET e a EE têm e, por vezes, até boicotam e estragam o trabalho das equipas”, salientando que muitas vezes tal não era intencional (Apêndice D, pp.103-118).

Relativamente às relações entre esta equipa e as restantes, de modo geral, todos os profissionais da CAR referiram que existia proximidade, apesar de sentirem que eram profissionais mais independentes pelo trabalho que efetuavam na Instituição. A Ed. Maria referiu que deveria existir um trabalho mais articulado com esta equipa (Apêndice D, pp.103-132).

No que toca às relações entre esta equipa e as crianças e jovens, eram vários os jovens que “(...) se refugiam numa relação próxima com alguns elementos da EA” (Dra. Vera). Evidenciou-se, nas conversas intencionais com a Dra. Beatriz, com a Dra. Sara e com a Dra. Sofia, que as crianças e jovens tendiam a procurar a D. Alice e o Sr. Manuel. Os próprios jovens referiam que gostavam de conversar com a D. Alice porque se sentiam ouvidos e compreendidos. Relativamente ao Sr. Manuel, os jovens gostavam de fazer com ele pequenas manutenções, como envernizar as portas da Instituição, tendo sido este facto visível através da observação participante (Apêndice D, pp.105-117).

Além dos profissionais mencionados, a CAR contava ainda com 16 voluntários que auxiliavam no estudo, três estagiárias de Psicologia e a autora deste Relatório. Na opinião da ET, estes profissionais eram uma mais valia para a CAR, já que uns auxiliavam numa área “frágil” como a escola e os restantes traziam um novo olhar crítico e reflexivo relativamente à CAR, o que se tornava bastante positivo (Apêndice D, pp.105-118).

2.3. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

A avaliação do contexto é considerada, por Stufflebeam e Shinkfield (1995), uma etapa essencial que resulta da análise e compreensão da realidade. Na análise da realidade vão sendo identificados os problemas, a partir da reflexão sobre as práticas e o discurso dos diferentes atores sociais, tendo por base o conhecimento aprofundado acerca das necessidades institucionais. Também nesta fase, e tendo mais uma vez em conta o discurso dos sujeitos, devem identificar-se os recursos, as oportunidades e os constrangimentos existentes para o desenvolvimento do projeto. Importa realçar que, tal como acontece em todas as etapas do projeto, nesta fase, os sujeitos devem ser incentivados a ter uma participação ativa, uma vez que só assim estaremos a contribuir para uma análise eficaz da realidade. A avaliação do contexto

contou assim com a participação da maior parte dos colaboradores da CAR e com a participação das crianças e jovens que, à data, se encontravam na Instituição.

2.3.1. Identificação de Problemas e de Necessidades

Para a identificação de problemas e de necessidades foram constituídos três grupos, dois dos quais compostos pelas crianças e jovens e um composto pelos profissionais que se encontravam disponíveis. A identificação de problemas e de necessidades foi realizada pela ET, pela EE, por três elementos da EA (D. Rosa, D. Laura e D. Alice) e por todas as crianças e jovens que à data se encontravam na Instituição. Recorreu-se, inicialmente, às conversas intencionais individuais com todos os profissionais referidos, bem como com as crianças e jovens por se considerar que estariam mais desinibidos num contexto individual. Posteriormente, e de forma a refletir sobre os vários problemas apresentados, tornou-se necessário realizar a devolução dos problemas identificados ao grupo de profissionais e às crianças e jovens, no sentido de explorar as necessidades e causas associadas a cada problema, procurando identificar conjuntamente quais os problemas a priorizar. Nesse sentido, recorreu-se à metodologia “World Café” com os profissionais (Apêndice E, pp.160-167). Com as crianças e jovens desenvolveram-se duas atividades: “Está mal” e a “Árvore dos problemas” (Apêndice E, pp.168-179).

A escassez de recursos humanos foi um dos problemas apresentados, num primeiro momento, pelos elementos da ET e pelos elementos da EE e da EA. Apesar de ser um problema comum, este era sentido sobretudo na EE, referindo que se tornava difícil acompanhar 30 crianças e jovens. Com a exceção das cozinheiras, que, à data da sessão, sentiam a necessidade de se contratar mais um membro para a sua equipa, a maior parte dos profissionais referiu que, tendo em conta as contratações recentes que tinham sido feitas para a EE, o problema fora, entretanto, suprido, pelo que não faria sentido discuti-lo (para além disso, tratava-se de uma questão cuja resolução não estaria ao nosso alcance) (Apêndice E, p.161).

Outro problema enunciado pelos diferentes profissionais, sobretudo pela ET, relacionava-se com as divergências existentes entre os diferentes elementos da EE. Ao explorar o problema junto das profissionais que o identificaram, estas referiram que se devia ao facto de ser uma equipa extensa e, conseqüentemente, com opiniões diferentes. No entanto, a Dra. Sara referiu que, se os profissionais utilizassem os distintos pontos de vista como algo positivo para o grupo, estes poderiam ter uma intervenção mais produtiva. Ideia semelhante foi apontada pela DT que considerava que uma maior proximidade e articulação entre os elementos da equipa permitiria a partilha de objetivos, sendo mais fácil atingir metas que eram comuns. Quando se tentou explorar o problema com os elementos da EE, estes referiram que se identificavam com o problema e consideravam que as suas causas radicavam no facto de terem horários rotativos e de a equipa estar em constantes alterações. Para além disso, a própria intervenção variava de acordo com o profissional, o que gerava desentendimentos porque, se uns compreendiam em determinada situação, outros não, opinião esta partilhada pela Dra. Vera que referiu que os profissionais por vezes se contradiziam (Apêndice D, pp.110-128). Na sessão, os profissionais, depois de muito refletirem e debaterem, consideraram que o problema existia, de facto, não tendo, porém, repercussões nas dinâmicas institucionais diretas com as crianças e jovens. Consideraram, assim, que deveria ser trabalhado em reuniões de equipa e de supervisão (Apêndice E, p.161).

A insuficiente articulação entre a ET e a EE foi outro dos problemas apontados, sendo sentido sobretudo pela EE. Ao explorar o problema, os profissionais tinham discursos, como: “há falta de articulação entre equipas. A ET desenha a intervenção e a EE operacionaliza” (Ed. Rita); “na teoria, temos objetivos comuns, mas na prática não” (Ed. Mateus); “a EE executa muitos dos objetivos da ET” (Dra. Vera); “não somos envolvidos nos projetos de vida das crianças e jovens” (Ed. Mariana); “sinto que há falta de informações em relação às crianças e jovens porque a ET não nos passa tudo” (Ed. Rita); “para mim, o facto de não haver a articulação necessária dificulta a intervenção” (Ed. Mateus). A ET também concordava com o problema identificado, referindo que “a EE poderia ser mais envolvida” (Dra. Sara), tendo a Dra. Beatriz referido que “é preciso corresponsabilizar a EE” (Apêndice D, pp.104-129). É de referir

ainda que os profissionais apresentavam a rotatividade de horários, a carga de trabalho da ET e da EE, a falha de comunicação, sobretudo pessoal, e a imposição de tarefas à EE, como causas do problema apresentado. Como necessidades, os profissionais reconheceram que seria importante: uma maior articulação entre profissionais, sendo crucial que os profissionais reconhecessem a importância do seu papel na CAR; uma maior articulação entre ambas as equipas e os profissionais de cada equipa; um maior envolvimento da EE na tomada de decisão e na planificação de tarefas; e, por fim, rentabilizar os conhecimentos das equipas, envolvendo-as ativamente no quotidiano dos jovens e no desenvolvimento das suas competências (Apêndice E, pp.162).

Outro problema identificado pelos profissionais foi a inexistência de ER, ou seja, apesar de estar previsto o acompanhamento das crianças e jovens por parte do ER, escolhido de entre os profissionais da EE, o que se verificou com a exploração do problema foi que essa função não estava a ser implementada, faltando, portanto, um acompanhamento mais individual. No discurso dos profissionais ficou evidente que a questão não havia sido ponderada: “na minha opinião, o papel do ER não está a ser implementado” (Ed. Pedro); “o papel não é desenvolvido na totalidade” (Ed. Mariana). A Ed. Cláudia referiu, “se o papel não está a ser desenvolvido, talvez não devesse ser feito a partir de agora. No entanto, acho que poderia ser benéfico que fosse desenvolvido”. A Ed. Maria referiu ainda que “na teoria, o papel deveria estar a ser desenvolvido. Está previsto. No entanto, parece que, na prática, os educadores não têm feito nada para que isso aconteça”; “acho que é mesmo importante que este papel exista numa Instituição. Já estive noutra Instituição em que era feito e só trazia benefícios para as crianças e jovens” (Ed. Mariana). Na opinião da Ed. Rita, “este papel está a ser desenvolvido pelas doutoras... pela ET” (Apêndice D, pp.120-129). O grupo considerou que o que contribuía para “a não implementação do papel” era o facto de a ET suprir algumas das funções do ER e o facto de não haver uma supervisão por parte da ET relativamente à operacionalização da figura do ER por parte da EE. A ausência de estabilidade na EE agravava esta situação. Os profissionais sentiam a necessidade de distinguir o papel do ER do papel do gestor de caso e de estabelecer um acompanhamento regular dos ER (Apêndice E, pp.162-163).

A falta de autonomia dos jovens a nível pessoal e social foi o problema que maior consenso reuniu no discurso de todos os profissionais, sendo identificadas duas vertentes da questão: por um lado, o trabalho a desenvolver com as crianças e jovens e, por outro, o trabalho a realizar com os profissionais. Estes reconheceram que tinham dificuldade em promover a autonomia dos jovens, uma vez que se substituíam a eles no desempenho dos seus papéis, conseguindo, assim, maior rapidez e facilidade de execução, mas menosprezando, por vezes, as capacidades dos jovens; o insuficiente envolvimento de todos os profissionais para o mesmo fim; a superproteção das crianças e jovens por parte dos profissionais; por fim, a dificuldade na operacionalização de objetivos. A este respeito, a Dra. Beatriz referiu que era necessário que “todos os profissionais da casa percebessem como podem/devem contribuir para o desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens”, salientando que, para isso, seria necessário que existisse mais implicação dos profissionais. Assim, os profissionais, com a reflexão e discussão acerca do problema, identificaram a importância e urgência deste ser trabalhado a dois níveis, considerando que “há muito trabalho a fazer. Estamos a fazer algum trabalho, mas não chega” (Dra. Beatriz), “é preciso responsabilizar mais estes jovens. Mas, para isso, é preciso também trabalharmos todos para que isso aconteça (Ed. Mariana); “a tarefa da cozinha não está a ser feita como queríamos. As cozinheiras limitam-se a fazer o que é mais fácil, não pensando no futuro destes jovens” (Dra. Sara); “temos que estabelecer metas para que os jovens consigam alcançar o sucesso. Estamos estagnados no mesmo” (Dra. Vera). Assim, concluiu-se que as necessidades que eram intrínsecas ao trabalho dos profissionais seriam: compreender o conceito de autonomia e as suas implicações; repensar as práticas profissionais numa postura crítica, reflexiva e implicativa; e, por último, desenvolver novas formas de intervenção (Apêndice E, pp.164-165).

No que aos jovens diz respeito, salientava-se o discurso “a única coisa que trabalhamos na autonomia é a parte da roupa e da cozinha” (Lara), “tenho dificuldades em guardar dinheiro. Sempre que recebo a semanada, gasto-a toda e normalmente em comida” (Filipe), “acho que o treino de competências deveria começar mais cedo. Não tem que ser só a partir dos 15 anos” (Afonso), “revolta-me o facto de haver regras de idades. Hoje tenho 17 anos. Amanhã faço 18 anos e já posso fazer certas coisas”

(Núria), “quero sair da Instituição em breve. Não me sinto ainda com capacidades para gerir a minha vida” (Leonor). Em suma, para os jovens, este problema era preponderante e fazia-os pensar (Apêndice E, pp.169-173). Ao longo das conversas intencionais, os profissionais destacaram a importância do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, bem como a necessidade de estabelecer hábitos de poupança e ter objetivos na vida. Assim, apresentavam-se como necessidades: promover as competências pessoais e sociais dos jovens; promover o auto e hetero conhecimento e o sentimento de pertença; desenvolver uma maior confiança e segurança pessoal e interpessoal; consciencializar os jovens para a perceção da vida real; por fim, envolver o jovem no próprio processo de mudança (Apêndice E, p.165).

Paralelamente, foram identificados, pelos profissionais, os problemas “jovens pouco críticos e reflexivos”, “jovens com baixa autoestima” e a “superproteção das crianças e jovens por parte dos profissionais”. No entanto, rapidamente se concluiu que estes problemas acabavam por estar diretamente ligados à falta de autonomia por parte dos jovens, a nível pessoal e social, sendo causas e efeitos do mesmo problema (Apêndice E, p.165).

Os comportamentos desadequados por parte de alguns jovens também foram apontados, pelos profissionais e pelos jovens. Os que normalmente os assumiam, justificavam-nos como impulsos de momento, salvaguardando que sabiam que não deveriam agir daquela forma. Contudo, descontrolavam-se e por vezes tinham comportamentos mais agressivos (Apêndice E, p.173). Apesar de os profissionais considerarem que este problema existia, pensavam que não era preponderante por serem poucos os casos (Apêndice E, pp.165-166).

Os conflitos entre as jovens do primeiro piso foram identificados, por todos os jovens e pelos profissionais. Isto devia-se sobretudo, segundo os mesmos, ao facto de elas serem muito radicais, ou gostarem ou não gostarem, não dando grande margem para se conhecerem melhor. Outra causa do problema prendia-se com o facto de “sentirem as dores das outras”, como referiram vários profissionais (Apêndice E, p.166). Já o grupo de rapazes, considerava que elas poderiam ser diferentes, referindo que eles também tinham as suas desavenças, mas que as resolviam no momento, não criando o “burburinho” que elas criavam. As jovens partilhavam da mesma opinião, ao

dizerem que sabiam que o problema existia, conseguindo, no entanto, lidar bem com ele, tal como referiu a Lara, “se até ao momento vivemos assim e estamos bem com isso, por que deveremos agora considerar isto um problema?”. A Carolina acrescentou que “dou-me com quem sinto proximidade e não me incomodo com isso” (Apêndice E, pp.170-177).

O excesso de regras na casa foi o último problema identificado, sendo sentido apenas por alguns jovens da Instituição. Ao explorar o problema, eles utilizavam o termo “regras sem sentido”, pois consideravam que tinham demasiadas regras e que algumas delas não tinham fundamento, como era o caso de não poderem ouvir música enquanto cumpriam as tarefas domésticas, o não poderem ler à noite, quando iam para a cama, os castigos coletivos e, também, a inibição do telemóvel em certas alturas do dia. Contudo, depois de se explorar o problema, os jovens reconheceram que algumas das regras não eram “tão sem sentido, como parecem”, aceitando assim a pertinência das mesmas, numa casa com aquelas dimensões (Apêndice F, pp.170-177). Este problema foi também debatido e refletido entre profissionais, chegando-se à conclusão que este seria um dos futuros temas a abordar nas assembleias da casa, para que se propusessem algumas alterações (Apêndice E, p.166).

Terminada a reflexão sobre os problemas identificados, impôs-se efetuar a devida priorização, tendo em conta a importância e a urgência da sua resolução. Com os profissionais, este momento ocorreu no final da sessão de “World Café”, tendo-lhes sido pedido que reanalisassem os problemas identificados e os priorizassem. Ressaltou, assim, a falta de autonomia por parte dos jovens a nível pessoal e social (Problema 1) como o mais importante e urgente, devendo ser trabalhado em duas vertentes. Consideravam igualmente urgente resolver a insuficiente articulação entre a ET e a EE (Problema 2) e a inexistência do ER (Problema 3) (Apêndice E, p.167). Com os jovens, a priorização efetuou-se com a atividade “Árvore dos Problemas”, sendo que o único problema priorizado foi a falta de autonomia a nível pessoal e social (Problema 1), dada a sua complexidade e o trabalho que implicava (Apêndice E, pp.178-179).

Posto isto, em conversas intencionais com os profissionais, foram definidos critérios que permitissem selecionar os jovens que participariam no Projeto, em

virtude da grande diversidade etária. Tendo sido a autonomia identificada como uma questão de intervenção prioritária, concluiu-se que seria melhor optar pelos jovens que tinham como projeto de vida a autonomização. Este grupo, composto por 14 elementos, foi convidado a participar numa sessão (Apêndice F, pp.180-185) em que foi abordado o tema da autonomia em dois momentos: inicialmente, fez-se um “brainstorming” sobre a questão e o que ela implicava (o que é ser autónomo/sentem-se autónomos?); num segundo momento, foram debatidos alguns temas mais concretos (gestão financeira, gestão de tempo, emprego/formação e desenvolvimento de competências pessoais). No final da sessão, o grupo reuniu-se num círculo e cada um falou do seu caso concreto. Posto isto, explicámos que iríamos desenvolver um Projeto com alguns dos jovens, pelo que gostaríamos de saber quem estava mais motivado e interessado em participar. Os jovens que mostraram maior entusiasmo, considerando que seria positivo, foram: a Núria, a Joana, o Arlindo, o Filipe e a Leonor. Apesar do Lourenço não ter inicialmente mostrado interesse, conversando com ele individualmente, reconheceu algumas dificuldades a nível financeiro, considerando que beneficiaria da sua integração no Projeto. A ET foi também unânime em considerar que a inclusão deste jovem seria muito importante e benéfica, tanto mais que já concluíra o Ensino Secundário, mas não estava a trabalhar. Nesta fase, foram então definidos os jovens participantes do Projeto, acerca dos quais se apresenta uma caracterização aprofundada em Apêndice (Apêndice G, pp.186-193).

2.3.2. Recursos, Oportunidades e Constrangimentos

Tendo em conta os problemas e necessidades identificadas, tornou-se importante considerar as potencialidades e os constrangimentos existentes e os recursos disponíveis. Como potencialidades, identificaram-se: a abertura a novos projetos de intervenção social; a motivação da maior parte dos profissionais para a mudança; a motivação dos profissionais e dos jovens para participarem no Projeto; o interesse demonstrado por alguns jovens em relação à autonomia; as competências dos jovens

e dos profissionais e a sua consciência dos problemas, evidenciando algumas consequências dos mesmos; a proximidade criada com os diferentes atores sociais; o interesse mostrado em trabalhar outros problemas identificados. Todavia, identificaram-se também alguns constrangimentos, nomeadamente: a dificuldade na articulação dos horários entre os profissionais e os jovens; a resistência à mudança por parte de alguns jovens e profissionais; as entradas e saídas dos diferentes atores sociais; a idade dos jovens participantes no Projeto (sendo maiores de 18 anos, poderiam sair da casa).

No sentido de rentabilizar as potencialidades e contornar/minimizar os constrangimentos existentes, existiam na CAR vários recursos que viabilizaram o desenvolvimento do Projeto. No que concerne aos recursos físicos, as infraestruturas da CAR eram bastante polivalentes: o salão, a sala de reuniões, as salas de jogos e computador e de convívio, os espaços, a cozinha e a lavandaria. No que respeita aos recursos materiais podem referir-se a televisão e os materiais multimédia, como o computador e o “data show”. Relativamente aos recursos humanos, considerávamos os vários profissionais e estagiárias da CAR. Estes recursos contribuíam para uma intervenção participada, que ia ao encontro das necessidades identificadas.

3. A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Tendo em conta os problemas priorizados e as necessidades apontadas pelos participantes, importa explorar teoricamente os conteúdos necessários para a compreensão dos problemas e das necessidades priorizadas, no sentido de se construir uma base adequada e sustentada.

3.1. A AUTONOMIA COMO PREPARAÇÃO PARA O FUTURO DO JOVEM

A autonomia é encarada como uma tarefa desenvolvimental que tem início na infância (Ferreira & Nelas, 2006; Fleming, 1993; Silva, 2004). Fleming (1993) considera a adolescência o período primordial para o desenvolvimento e evolução, ocorrendo mudanças biopsicossociais significativas, nomeadamente a nível cognitivo, emocional e comportamental. Ferreira e Nelas (2006) e Silva (2004) reforçam esta ideia, referindo que a adolescência consiste numa transição que se inicia com as alterações a nível da maturidade sexual e termina com a realização pessoal e social. Para Strecht (2005b, p.63), a fase da adolescência é também marcada por modificações na relação entre pais e filhos, visando “(...) a procura de uma maior autonomia emocional”, e a valorização do grupo de pares por parte do jovem. Neste sentido, o mesmo autor afirma que “(...) no final da adolescência há uma maior autonomia emocional face às referências familiares e um balanço mais adequado entre identidade individual e social” (Strecht, 2005b, p.62). Correia e Alves (1990, citados por Silva, 2004, p.26) salientam que a adolescência é uma etapa da vida que se pauta pela mudança, “(...) situando-se entre dois pólos importantes: dependência (protecção) e independência (autonomia), caracterizando-se por contradições, confusões, ambivalência, conflitos com os pais (...)”. Tendo em conta o referido, Ferreira e Nelas (2006, p.142) realçam a

necessidade de se dar uma especial atenção a esta etapa de vida, por esta acarretar, muitas vezes, “(...) problemas futuros para o desenvolvimento (...)” do jovem. Assim sendo, a autonomia é definida por Fleming (1993) como um constructo individual, ainda que as relações interpessoais se assumam como fundamentais, por concederem ao menor a segurança que este precisa para construir a sua identidade de forma positiva. Para Josselson (1980, citado por Fleming, 1993) o conceito de individuação está ligado ao conceito de autonomia, auxiliando na construção da sua própria identidade. Neste sentido, Josselson (1980, citado por Fleming, 1993, p.48) considera que

A autonomia é o outro lado da individuação. À medida que a individuação se processa, a autonomia cresce. Isso depende se se olha para aquilo de que o adolescente se afasta (individuando-se) ou para aquilo de que ele se aproxima (ganhando autonomia) [...]. Os aspectos do sujeito que se tornaram individuados e autónomos devem ser incorporados na identidade. Então, há uma sequência interdependente entre individuação/autonomia/formação de identidade

Fleming (1993, p.49) considera também que a autonomia, a individuação e a construção da identidade são conceitos interdependentes, mas interligados. Para a autora, estes “(...) processos referem-se à consciência progressiva da necessidade de reorganizar o mundo interno, de acordo com as mudanças desenvolvimentais” (Fleming, 1993, p.49).

O conceito de autonomia deve ser distinguido do conceito de independência, uma vez que, segundo Steinberg (1987, citado por Fleming, 1993), apesar de o conceito de independência estar ligado à autonomia, ser autónomo é muito mais do que ser independente. Assim, considera-se que ser independente é ter a capacidade de agir por si próprio, sem necessitar dos outros, enquanto que ser autónomo expressa o saber pensar, sentir e tomar decisões por si próprio, independentemente da opinião dos que o rodeiam (Fleming, 1993; Pappámikail, 2010). Para Noom, Dekovic e Meeus (2001, p.578) o conceito de autonomia abrange diferentes abordagens, sendo frequentemente considerado “(...) separação-individuação, desapego, maturidade psicossocial, autorregulação, autocontrolo, autoeficácia, autodeterminação, tomada de decisões e independência”.

Noom e colegas (2001) apresentam um construto tridimensional que contempla as dimensões cognitiva, emocional e funcional. A dimensão cognitiva da autonomia envolve, segundo os mesmos autores, a capacidade do jovem para tomar decisões, para desenvolver os seus valores pessoais e para estabelecer os seus objetivos pessoais, o que lhe permitirá ter a percepção e a consciência necessária para ser capaz de orientar a sua vida. Contudo, se o adolescente tiver dificuldades em estabelecer objetivos e em prever as consequências dos seus atos, terá maior dificuldade no desenvolvimento da autonomia (Noom et al., 2001). A dimensão emocional da autonomia engloba, de acordo com Noom e colegas (2001), um significado afetivo, relacional e “(...) envolve a percepção de independência emocional a partir dos pais e colegas”, contra a pressão dos quais os adolescentes se sentem muitas vezes a lutar (Noom et al., 2001, p.581). Segundo os mesmos autores, os adolescentes devem ter um sentimento de confiança nos seus objetivos, demonstrando, também, respeito pelos objetivos pessoais dos que os rodeiam. Por fim, a dimensão funcional da autonomia reporta-se à capacidade de o adolescente selecionar as estratégias mais adequadas para alcançar os objetivos propostos (Noom et al., 2001). Seguindo a mesma linha de pensamento, “essa capacidade incorpora processos reguladores como a percepção de competência e a percepção de controlo” (Noom et al., 2001, p.581). Importa, ainda, salientar que o adolescente trilha um caminho em direção ao seu autogoverno e a uma maior autonomia, sob a natural influência do meio social e familiar, bem como das normas e valores culturais (Fleming, 1993).

3.2. DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À DESINSTITUCIONALIZAÇÃO

Sendo considerada por vários autores uma etapa particularmente conturbada do desenvolvimento (Arnett, 2000; Borges & Magalhães, 2009), a transição para a vida adulta é ainda mais difícil para os jovens que se encontram em casas de acolhimento, devendo-se esta dificuldade sobretudo à falta de acompanhamento durante este processo de transição por parte dos profissionais (Moslehuddin & Mendes, 2006,

citados por Calheiros et al., 2013). A este respeito, Calheiros e colegas (2013, p.242) referem que as instituições centram a sua intervenção nas atividades, sejam elas de carácter educativo, lúdico ou de saúde, proporcionando aos menores “(...) poucas oportunidades para a independência e tomada de decisões”.

Importa, neste momento, explorar a medida do acolhimento residencial. Quando a família biológica não consegue garantir o bem-estar do menor e este se encontra numa situação de perigo eminente, o acolhimento residencial é a medida de proteção adotada. Para Delgado (2006), esta medida só se impõe quando já foram esgotadas todas as outras medidas ou estas se revelaram ineficazes. Pretende-se assim que, com a institucionalização, o menor consiga criar novas figuras de identificação e desenvolva novamente os sentimentos de proteção e de segurança, de modo a estimular o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social. Para Pinhel, Torres e Maia (2009, p.512), independentemente de o vínculo materno ser seguro ou inseguro, a rutura desse vínculo acarreta repercussões para o futuro do menor, nomeadamente ao nível das “(...) perturbações de comportamento e dificuldades de relacionamento (...)”, uma vez que os menores sentem, frequentemente, sentimentos de desconfiança e medo na relação com o outro. Os mesmos autores acrescentam que, quando o menor se depara com situações de perda ou de separação, nem sempre consegue estabelecer vínculos seguros; com regularidade o menor tende a isolar-se e a retrair-se a nível emocional, o que dificulta o estabelecimento de novas relações, nomeadamente com os profissionais das instituições. Com a institucionalização prolongada dos menores, aqueles assumem-se como figuras significativas que atenuam a perda das figuras cuidadoras primárias (Mota & Matos, 2010). Assim, pretende-se que os profissionais estabeleçam relações de proximidade com os menores, centradas no respeito, na confiança, na empatia, no diálogo e no afeto, assegurando “(...) a aprendizagem da contrariedade e da frustração que a vida lhes reserva (...)” (Delgado, 2006, p.85). Por conseguinte, torna-se importante que os profissionais rompam com práticas pouco promotoras do desenvolvimento, como o assistencialismo, as generalizações e o foco burocrático, permitindo intervenções cada vez mais diferenciadas e especializadas. A construção destas relações contribui para a existência de um sentimento de pertença

e para o desenvolvimento de um processo resiliente, podendo surgir a sensação de “(...) estar em casa (...)” (Mota & Matos, 2010, p.247).

Torna-se também importante referir qual o impacto da institucionalização. Alberto (2003) refere que se, por um lado, o acolhimento pretende proteger o menor, possibilitando as condições necessárias que a família não tinha oferecido até ao momento, por outro lado, este processo origina, muitas vezes, efeitos negativos ainda mais significativos nestes menores, como a rutura com a família (Delgado, 2006), a perda de identidade (Strecht, 2004), o sentimento de punição, de diminuição da responsabilidade familiar, de estigmatização e discriminação social e a reprodução das desigualdades sociais (Alberto, 2003). O processo de institucionalização tende a associar-se a “(...) espaços «artificiais» distantes da realidade” (Delgado, 2006, p.81), na medida em que estas instituições proporcionam um atendimento padronizado que se revela pouco eficaz, dado o grande número de menores atribuídos a cada cuidador, o que causa situações de sobrecarga de tarefas e, por consequência, dificuldade no estabelecimento de uma rede de apoio afetivo (Siqueira & Dell’Aglío, 2006). Apesar de ser uma medida que protege o menor de situações de perigo, este, na maior parte das vezes, não se sente verdadeiramente feliz numa Instituição, pois mesmo sendo uma medida que lhe permite ter uma estabilidade que não tinha anteriormente, os traumas e as fragilidades do passado estão apenas escondidos “(...) por detrás dos sorrisos, das exclamações de alegria (...)” (Delgado, 2006, p.84).

Ainda que a institucionalização esteja frequentemente ligada a aspetos negativos, considerados prejudiciais para o desenvolvimento do menor, pode também acarretar aspetos positivos (Calheiros et al., 2013), como proporcionar um ambiente seguro e protetor para o menor e o estabelecimento de relações satisfatórias (Siqueira & Dell’Aglío, 2010). Através da relação estabelecida com os profissionais, o menor torna-se capaz de refletir acerca dos seus atos e das suas consequências (Delgado, 2006), para além de assegurar a satisfação de necessidades básicas, como a alimentação, a higiene, o vestuário e a segurança (Delgado, 2006), sendo todos os aspetos mencionados de mais fácil consecução em instituições de pequenas dimensões (Delgado, 2006; Gomes, 2010), abertas à comunidade, facilitadoras da inclusão e da

participação dos jovens, potenciadoras, sempre que possível, das relações de proximidade com a família biológica.

A fase que se segue ao período de acolhimento é, no entender de Delgado (2006), crucial para a adaptação e para o desenvolvimento integral do menor, sendo fundamental um apoio individualizado. A preparação para a vida futura também deve ser alvo de um cuidado acrescido, pelo impacto que terá a longo prazo nos menores. Calheiros e colegas (2013) salientam a necessidade de as instituições prepararem atempadamente a transição para a desinstitucionalização, principalmente no que compete ao treino da autonomia, sobretudo com os menores cujo projeto de vida assenta na sua autonomização. Os mesmos autores defendem a importância do papel dos profissionais, no que concerne ao treino de competências pessoais e sociais, com vista à superação dos obstáculos de vida enfrentados pelo menor e à preparação responsável para a transição para a vida adulta.

3.3. O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA NAS CASAS DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Como já foi referido, o acolhimento residencial é, segundo Delgado (2006), uma medida de última instância que só deverá ser aplicada quando todas as outras se revelarem ineficazes para retirar o menor do perigo. O mesmo autor refere que este tipo de estruturas deve aproximar-se o mais possível de um contexto familiar, sendo para isso importante que o número de menores acolhidos seja reduzido, contornando assim a massificação no acolhimento. A mesma opinião foi referida por Valle (2000, citado por Gomes, 2010), que mencionou também que este tipo de instituições deve respeitar alguns princípios fundamentais, tais como, a individualidade, o respeito pelos direitos da criança, a satisfação das necessidades básicas, a educação, a saúde, a normalização e a integração social, a autonomia e a interdependência, a segurança e a proteção e o apoio às famílias. As casas de acolhimento deverão proporcionar um ambiente seguro e acolhedor que possibilite um desenvolvimento integral do menor

acolhido, sendo que, muitas vezes, os projetos de vida delineados pelos profissionais visam o aprofundamento da autonomização do menor. De forma consensual, os investigadores da área têm apresentado a sua preocupação relativamente a esta questão, evidenciando-se a necessidade de haver um maior acompanhamento por parte da Instituição durante a permanência do jovem, bem como de preparar e de acompanhar a transição para a vida adulta (Gomes, 2010). Como evidenciam Delgado (2006) e Gomes (2010), uma das principais preocupações dos profissionais das casas de acolhimento prende-se com o trabalho que deve ser desenvolvido para a promoção da autonomia, visto que esta medida se prolonga, não raras vezes, por um tempo indeterminado, o que obriga a que o menor cresça num ambiente promotor do seu desenvolvimento pessoal e social. Neste sentido, caberá aos profissionais preparar o menor para a sua emancipação (Delgado, 2006).

A este respeito, será importante esclarecer os conceitos de autonomia e de autonomização. Para Gomes (2010, p.196), a autonomia é definida como “(...) a capacidade para assumir a responsabilidade individual pelos assuntos e opções próprias”, acrescentando que “não se refere apenas ao nível económico e físico, mas também à afetividade e capacidade de assumir valores, juízos e decisões próprias”. A autonomização é a etapa final no âmbito da intervenção para a promoção da autonomia que tem como objetivo proporcionar “(...) a reflexão e o desenvolvimento de estratégias” com o intuito de atingir o grau de autonomia plena (Gomes, 2010, p.196).

Tal como referem Hermosa, Cano e Aguilera (1998) e Gomes (2010), o acolhimento residencial permite que as crianças e jovens desenvolvam o nível de autonomia correspondente ao seu patamar evolutivo, contribuindo para o desenvolvimento biopsicossocial. Assim, a promoção da autonomia permitirá que o jovem ganhe um auto e heterocontrolo em relação ao seu comportamento, bem como um maior sentido de responsabilidade. Assim, a intervenção desenvolvida deve ter como objetivo a capacitação dos jovens, tanto mais que são eles que detêm o controlo da sua vida (Hermosa et al., 1998). De acordo com Gomes (2010, p.198), “num processo de autonomia de vida estão sempre presentes noções como: saber fazer, saber decidir, assumir responsabilidades, ser capaz de realizar algo, capacidade para aceitar desafios,

acreditar em si e nos outros, saber aceitar os insucessos, saber brindar às conquistas, saber lidar com as tristezas e as alegrias...”, pelo que, apesar de o processo parecer natural e comum ao desenvolvimento de todas as crianças e jovens, o que é certo é que acaba por ser muito mais complexo e desafiante no contexto dos menores acolhidos, uma vez que estes jovens não têm uma retaguarda familiar segura que lhes assegure apoio após a desinstitucionalização (Gomes, 2010). A mesma autora salienta a necessidade de as casas residenciais prepararem as crianças e jovens para a autonomia, destacando a necessidade deste trabalho ter início na infância e “potenciar e otimizar todo o seu processo de crescimento e individuação/autonomia, a sua capacidade de tomada de decisões, bem como, de resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social” (Gomes, 2010, p.105). Se este trabalho for devidamente desenvolvido pelos profissionais, tendo em conta as necessidades dos jovens e respeitando as suas particularidades, os jovens enfrentarão a vida real com uma maior capacidade de superação de obstáculos (Gomes, 2010). Para alcançar o mencionado, a autora apresenta dois níveis de intervenção fulcrais: o socio afetivo e o comportamental. Embora distintos, a autora reforça que estão relacionados entre si, uma vez que, se estivermos a trabalhar um dos níveis, estaremos também a trabalhar, mesmo que indiretamente, o outro, opinião esta também já referida por Hermosa e colegas (1998).

Segundo Leandro, Alvarez, Cordeiro e Carvalho (2006), a promoção da autonomia nos jovens institucionalizados deve ser vista como um processo gradual que implica o respeito pela individualidade do jovem para que este sinta a Instituição como a sua casa. Os mesmos autores sublinham que os profissionais devem encorajar o jovem no sentido de se sentir responsável por si e pelos seus atos e, conseqüentemente, capaz de realizar as suas tarefas. Neste sentido, torna-se fundamental que o jovem consiga tomar as suas próprias decisões, promovendo a sua autonomia, autodeterminação e bem-estar emocional, devendo os profissionais mostrar-se abertos às ideias dos jovens, encorajando a sua participação (Leandro et al., 2006).

De acordo com Gomes (2010), uma intervenção que se centre na promoção da autonomia deve ter por base uma relação de confiança, sendo o profissional visto como um modelo para o menor e a quem compete desenvolver relações contentoras

e securizantes (Carvalho & Batista, 2004). Caberá ao profissional lembrar as oportunidades que os menores têm, fazendo-os acreditar no futuro, devendo ajudá-los a ultrapassarem as suas necessidades básicas de afeto/promoção de autonomia “(...) e fazê-los acreditar que nós, adultos, também acreditamos que, reparando o seu passado e reconstruindo o presente, poderão alcançar com êxito o FUTURO” (Gomes, 2010, p.30). Assim, o papel dos profissionais na promoção da autonomia é fundamental, uma vez que assumem o papel de ER dos jovens, sendo, simultaneamente, impulsionadores da aquisição das competências, supervisores das evoluções e reparadores de situações traumáticas (Carvalho & Batista, 2004; Delgado, 2006; Gomes, 2010). Contudo, para Martins (2005), o desenvolvimento da autonomia em contexto residencial está comprometido pelo facto de os cuidadores terem dificuldade em criar vínculos de proximidade com os jovens. O mesmo autor acrescenta que “na prática, é negada à criança a satisfação da necessidade de investir psiquicamente numa figura de vinculação, de construir uma relação onde possa projectar e pensar. No fundo, são assegurados um afecto e uma disponibilidade em serviço, racionais e racionalizados, sem relações de pertença” (Martins, 2005, p.6). De acordo com Strecht (2005a, p.65), “a tarefa não é simples, o desafio é constante e implica um desgaste emocional profundo. Essa é a primeira razão por que este trabalho deve ser feito em equipa e regularmente supervisionado”, pelo que os profissionais devem ter acesso a um espaço onde possam partilhar e refletir sobre as rotinas e dinâmicas institucionais, bem como sobre as suas dúvidas e angústias. O mesmo autor conclui que “(...) se o trabalho terapêutico for bem conseguido, é possível esperar mudanças importantes em todas as partes implicadas no processo (crianças e adultos)” (Strecht, 2005b, p.65).

Moreno (1996, citado por Delgado, 2006, p.84) refere que, após a sua desinstitucionalização, os jovens “(...) sofrem uma pressão diária provocada pela preocupação com o seu futuro imediato”, confrontando-se com problemas reais, como é o caso da sua manutenção económica. Para Calheiros e colegas (2013), os jovens encontram-se mais vulneráveis e mais suscetíveis a situações de baixa escolaridade, de desemprego, de parentalidade precoce, a ter comportamentos de risco e/ou desviantes, de delinquência e de problemas de saúde mental, como

depressões. Para ultrapassar estes problemas, Valle e Arteaga (2009b) referem como fulcral uma intervenção neste sentido, ou seja, com o objetivo de preparar os jovens para as vicissitudes da vida exterior e a transição para a vida adulta. Ao completarem 18 anos, os jovens que crescem em acolhimento residencial, veem-se confrontados com um processo de independência para o qual não foram integralmente preparados. O ideal seria que, após a desinstitucionalização, existisse um acompanhamento que auxiliasse os jovens a enfrentarem os obstáculos que inevitavelmente encontrarão (Gomes, 2010), revelando-se os apartamentos de autonomia e o apoio para a Autonomia de Vida relevantes nesta matéria. Sendo a primeira uma medida de apoio para jovens que se encontram em casas de acolhimento residenciais, é um espaço autónomo do Lar, localizado na comunidade local, supervisionado por técnicos que proporcionam um acompanhamento individual e grupal, para a promoção da autonomia dos jovens (Gomes, 2010). O apoio para a Autonomia de Vida destina-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos, com a exceção das mães adolescentes que podem beneficiar desse apoio em qualquer idade. Esta medida visa “(...) um apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida” (Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 49.º).

4. DESENHO DO PROJETO “(RE)CONSTRUIR O CAMINHO” E AVALIAÇÃO DE ENTRADA

Finda a análise da realidade e a avaliação do contexto, urge desenvolver o Projeto em Educação e Intervenção Social. Segundo Serrano (2008), os projetos sociais pretendem solucionar os problemas e as necessidades sentidas, sendo, para isso, importante envolver os participantes na própria ação. O desenho de projeto começa, segundo Mendonça (2002), com a definição de uma finalidade. Para Guerra (2010), a finalidade justifica o motivo da construção de um projeto, tendo este intrínseco o desejo de mudança. Cembranos e colegas (2003) apontam que a finalidade tem sempre um lado utópico, visto como uma motivação para o desenvolvimento da intervenção. Após a definição da finalidade, e tendo em conta os problemas e necessidades priorizadas, impõe-se definir objetivos que devem ser estruturados como objetivos gerais (OG) e objetivos específicos (OE). Os OG “(...) descrevem grandes orientações para a ação (...)” e estão em concordância com a finalidade, enquanto os OE “(...) exprimem os resultados que se espera atingir (...) funcionando como a sua operacionalização” (Guerra, 2010, pp.163-164).

Tendo em conta os problemas e necessidades priorizados (Apêndice H, pp.194-197), definiu-se como finalidade do Projeto **“A desinstitucionalização e a transição para a vida adulta seguras através da promoção da autonomia dos jovens”**, a partir da alteração das práticas adotadas na Instituição e do desenvolvimento de competências. Pretendia-se, igualmente, ir ao encontro do que é previsto pelo Instituto de Segurança Social (ISS, 2003), segundo o qual, quando do processo de acolhimento e tendo por base o diagnóstico interdisciplinar realizado, cada criança ou jovem deve ter um projeto de vida que vise uma desinstitucionalização segura. Do mesmo modo, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Decreto-Lei 142/2015, de 8 de setembro, artigo 49.º) salvaguarda também o desenvolvimento integral dos menores, sendo a autonomia uma peça fundamental para o mesmo.

4.1. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Tendo por base a finalidade do Projeto, foram definidos os objetivos que norteavam o mesmo e que pretendiam ir ao encontro dos problemas priorizados e das respectivas necessidades (Apêndice H, pp.194-199). Assim, foram definidos quatro Objetivos Gerais (OG) e os respectivos Objetivos Específicos (OE):

OG1 – Promover uma maior responsabilização, envolvimento e participação dos profissionais no processo de promoção de autonomia dos jovens.

OE1.1 – Compreender o conceito de autonomia e o que envolve.

OE1.2 – Refletir acerca das práticas profissionais adotadas e ajustá-las às necessidades das crianças e jovens.

OE1.3 – Perceber como cada profissional pode contribuir, de forma intencional, para o desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens.

OE1.4 – Envolver os jovens nas tomadas de decisão e nas rotinas e dinâmicas institucionais.

OE1.5 – Refletir conjuntamente acerca dos problemas, das necessidades e das potencialidades das crianças e jovens.

OE1.6 – Delinear conjuntamente estratégias de intervenção.

OG2 – Promover a autonomia dos jovens.

OE2.1 – Reconhecer e refletir sobre as suas competências/potencialidades, problemas, limitações, emoções e sentimentos.

OE2.2 – Ser capaz de identificar aspetos positivos em si e nos outros.

OE2.3 – Identificar e refletir acerca dos efeitos que as palavras e os atos têm em si e nos outros.

OE2.4 – Adquirir conhecimentos, recursos e competências pessoais que permitam solucionar problemas do dia a dia.

OE2.5 – Projetar o futuro de forma realista.

OG3 – Promover uma maior articulação entre as diferentes equipas

OE3.1 – Reconhecer a pertinência do envolvimento das diferentes equipas para um trabalho concertado.

OE3.2 – Reconhecer as capacidades e potencialidades de cada profissional no sentido de favorecer o trabalho desenvolvido.

OE3.3 – Encontrar tempos comuns para uma articulação e partilha mais regular entre profissionais.

OE3.4 – Trabalhar de forma articulada, no sentido de favorecer a promoção da autonomia das crianças e jovens.

OG4 – Contribuir para a existência do papel do ER.

OE4.1 – Reconhecer a importância do ER, por parte das EE e ET.

OE4.2 – Clarificar as funções do ER.

OE4.3 – Compreender a preponderância da existência do ER no sentido da promoção da autonomia das crianças e jovens.

4.2. ESTRATÉGIAS, AÇÕES E CALENDARIZAÇÃO

Para a concretização dos objetivos supracitados, foram mobilizadas algumas estratégias. Estas são definidas por Guerra (2010, p.167) como “(...) as grandes orientações metodológicas” no desenvolvimento de um projeto, considerando as possibilidades de os recursos existentes darem resposta aos objetivos delineados.

As ações desenvolvidas emergiram dos participantes no Projeto, ou seja, dos seis jovens e dos 14 profissionais. As sessões grupais iniciais com os jovens tornaram-se fundamentais para perceber de que forma é que poderíamos satisfazer as suas necessidades, dando destaque ao que eles gostariam de fazer. Com os profissionais, estabeleceram-se algumas conversas intencionais em pequeno grupo, durante as quais surgiram algumas reflexões sobre como colmatar as necessidades sentidas: a importância de haver um espaço de partilha/reflexão para repensar as práticas adotadas e, paralelamente, um espaço onde pudessem esboçar uma intervenção com

as crianças e jovens. Assim, as ações delineadas tiveram a participação ativa dos participantes no Projeto, tendo a Ação desenvolvida com os jovens resultado de conversas intencionais estabelecidas com os profissionais envolvidos na promoção da autonomia.

O Projeto “(Re)Construir o Caminho” foi, assim, organizado em três ações interligadas, duas delas centradas na intervenção com os profissionais e outra na intervenção com os jovens (Apêndice I, pp.200-201).

A Ação 1, denominada “Refletir para Agir”, visava responder ao OG1 e ao OG3 e respetivos objetivos específicos. As estratégias mobilizadas nesta Ação foram as conversas intencionais, os encontros grupais entre profissionais, o “brainstorming”, os exercícios de escrita, os exercícios individuais e de dinâmica de grupo e a discussão e reflexão grupal. Nesta Ação, pretendia-se um trabalho conjunto entre os profissionais, sendo para isso fundamental encontrar um caminho comum, recorrendo-se, numa fase inicial, à reflexão sobre as práticas adotadas. Paralelamente, seria também importante que, ao longo deste trabalho, a importância do trabalho em equipa fosse reforçada, para que, numa fase final, os profissionais esboçassem uma intervenção para a promoção da autonomia, a colocar em prática a partir de outubro de 2018. Esta Ação decorreu em sessões quinzenais entre março e julho de 2018. A Ação 2, intitulada “Protagonistas da Própria Ação”, pretendia responder ao OG2 e respetivos objetivos específicos. Com esta Ação pretendia-se aprofundar competências de ordem pessoal e social, tendo em conta as principais áreas de interesse apontadas pelos jovens, mobilizando-se as seguintes estratégias: conversas intencionais, exercícios de dinâmica de grupo, exercícios individuais, acompanhamento individual, discussão e reflexão em grupo, “brainstorming” e “roleplay”. A Ação 3, designada “Projetar o futuro”, visava responder ao OG4 e respetivos objetivos específicos. Esta Ação visava a consciencialização dos profissionais acerca da importância do papel do ER, uma vez que, apesar de as suas funções se encontrarem definidas e de serem consideradas fundamentais por todos os profissionais, não era desenvolvido. Como estratégias recorreu-se às conversas intencionais, ao encontro grupal entre profissionais, a reuniões com a DT e com a ET e à discussão e reflexão grupal.

Para que o Projeto fosse desenvolvido como previsto, foi importante a construção do conhecimento previamente realizada, a confiança estabelecida, a empatia, o olhar para os profissionais e jovens como seres capazes. Esse trabalho permitiu que os jovens e os profissionais sentissem o Projeto como sendo nosso, construído por todos, indo ao encontro da construção participada defendida por vários autores (e.g., Carvalho & Batista, 2004; Cembranos et al., 2003; Simões et al., 2006; Timóteo & Bertão, 2012). Em Apêndice (Apêndice H, p.194), o desenho do Projeto é apresentado de forma mais pormenorizada.

4.3. AVALIAÇÃO DE ENTRADA E INDICADORES DE AVALIAÇÃO

Tal como referem Cembranos e colegas (2003) e Stufflebeam e Shinkfield (1995), na avaliação de entrada o investigador deverá refletir, em conjunto com os intervenientes, sobre a coerência dos problemas priorizados, bem como das respetivas necessidades. Nesta etapa, verifica-se também a coerência da finalidade e dos objetivos delineados, assim como se analisam os recursos, as potencialidades e os constrangimentos para o desenvolvimento do projeto.

Através das conversas intencionais, foi possível avaliar, em conjunto com os participantes, a exequibilidade do Projeto, bem como a sua coerência e a sua pertinência, procurando aferir se o mesmo permitia responder aos problemas priorizados e às necessidades identificadas. No que respeita à sustentabilidade e à continuidade do Projeto, dados os constrangimentos associados à prática quotidiana numa casa de acolhimento, a EE admitiu que a continuidade de tal Projeto era ambiciosa, relatando que “no dia a dia há muito trabalho... nem sempre é fácil conjugar as tarefas que já temos” (Ed. Tomás), “não vai ser fácil, mas também não é impossível” (Ed. Cláudia). Todavia, é de realçar a vontade e a disponibilidade demonstradas, sobretudo pela a ET e por alguns elementos da EE, não só para se envolverem no desenho e desenvolvimento do Projeto, como também na continuidade da intervenção com enfoque na promoção da autonomia dos jovens, por reconhecerem

a pertinência deste trabalho no âmbito do acolhimento residencial. A própria DT, nas conversas intencionais estabelecidas, mencionou que o importante era que ambas as equipas se unissem pelo mesmo objetivo e, conjuntamente, juntassem esforços no sentido de tornar possível uma intervenção mais integrada e articulada (Apêndice E, p.167).

Ao analisar os problemas priorizados, percebeu-se que o Problema 2 estava mal formulado em relação aos indicadores e causas identificadas pelos participantes, tendo sido necessário reajustá-lo. Em seguida, verificou-se se os objetivos gerais e específicos definidos iam ao encontro das necessidades sentidas. De forma a garantir a viabilidade do Projeto, e tendo em conta o elevado número de objetivos específicos, sentiu-se a necessidade de priorizar o que seria exequível, dotando assim o Projeto da congruência necessária. Não se deixou, contudo, de procurar atingir a finalidade definida, que se assumia como abrangente e em consonância com a avaliação do contexto apresentada. Neste sentido, previa-se ser possível promover uma maior responsabilização, envolvimento e participação dos profissionais no processo de promoção da autonomia dos jovens, promover a autonomia dos jovens, promover uma maior articulação entre as diferentes equipas e, por fim, contribuir para a existência do ER. Assim, concretizando-se os objetivos específicos, tornava-se possível responder às necessidades e às causas dos problemas, no sentido de os minimizar ou suprimir.

As ações planeadas mostraram-se coerentes, adequadas à disponibilidade dos participantes e pertinentes no momento de dar resposta às dificuldades apontadas. A panóplia de estratégias mobilizadas foi fundamental para a motivação dos participantes. É ainda de destacar a importância da preparação antecipada e com rigor de todas as sessões para poder dar resposta a todas as possíveis questões levantadas.

A definição dos indicadores de avaliação nas etapas seguintes de avaliação de processo e de produto. Estes indicadores foram quantitativos (assiduidade dos participantes nas sessões) e qualitativos, sendo estes definidos para cada uma das ações (Apêndice H, pp.198-199). Os instrumentos de avaliação centraram-se nas conversas intencionais, na observação participante e nos momentos de discussão e de reflexão.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “(RE)CONSTRUIR O CAMINHO” E AVALIAÇÃO DE PROCESSO

Neste capítulo, apresenta-se o desenvolvimento do Projeto e a avaliação de processo, referindo-se as ações desenvolvidas e destacando-se os aspetos mais relevantes.

5.1. AÇÃO 1: “REFLETIR PARA AGIR”

A Ação 1, denominada pelos profissionais “Refletir para Agir” (Apêndice I, p.200), decorreu entre março e junho de 2018, tendo sido realizados dois encontros grupais por mês, num total de oito sessões (Apêndice J, p.202). Esta Ação surgiu da necessidade, manifestada pelos profissionais, de refletirem acerca das práticas adotadas na CAR para a promoção da autonomia das crianças e jovens. Pretendia-se uma maior articulação entre equipas, no sentido de trabalharem para o mesmo fim e com os mesmos objetivos. Assim, a Ação 1 proporcionou aos profissionais momentos de partilha, bem como discussão e reflexão acerca dessa questão. O Problema 2, não sendo reconhecido por todos, era sentido por grande parte dos profissionais. Era também nossa intenção que estes percebessem que cada um tinha importância na promoção da autonomia dos jovens, visto serem figuras de referência para eles, e que só com a alteração das práticas, das posturas adotadas e com esforço de todas as partes seria possível atingir a mudança desejada (Strecht, 2004).

Inicialmente, recorreremos às conversas intencionais individuais para conseguir perceber exatamente o que os profissionais esperavam desta intervenção, sendo posteriormente organizada uma primeira sessão de grupo (Apêndice K, pp.205-207) para debater esse mesmo assunto, criando uma linha condutora da intervenção. Dessa sessão, surgiu a vontade de o grupo refletir sobre as práticas e de criar um programa

de promoção de autonomia para a Instituição. Não obstante, previa-se que existissem outros temas a serem abordados, nomeadamente, o conceito de autonomia, a par da importância do trabalho em equipa. Findada a sessão, e tendo-se recorrido novamente às conversas intencionais, verificou-se que os profissionais se encontravam motivados para a intervenção, como se pode verificar nos discursos: “vai ser uma oportunidade para todos” (Dra. Sara); “vamos abrir horizontes” (Ed. Rita); “precisamos mesmo de trabalhar em equipa para conseguir alcançar a mudança” (Ed. Mariana).

A segunda sessão (Apêndice K, pp.208-210) teve como objetivo esclarecer o conceito de autonomia e o que este envolve. Inicialmente, com recurso ao senso comum e, posteriormente, com o suporte de literatura especializada, foram formados três grupos de discussão e análise do conceito. Cada grupo incluiria um elemento de cada equipa, de forma a incentivar a articulação entre equipas, fundamental para a intervenção desenvolvida (Delgado, 2006; Robertis, 2011). Após o desafio ter sido lançado, cada grupo apresentou as principais conclusões a que tinha chegado, tentando verificar se a opinião que tinham ia ao encontro do referido na literatura, realçando a importância da formação contínua na postura e atitudes do profissional, tal como defendem Carvalho e Baptista (2004), Delgado (2006) e Gomes (2010). Os profissionais confirmaram a utilidade da sessão, referindo: “foi importante porque, como vimos no trabalho em grupo, cada um tem uma opinião, uns mais completa do que outros” (Ed. Cláudia); “pudemos verificar o que achávamos, mas considero que o mais importante foi verificar o que os autores dizem e perceber a que devemos estar mais atentos” (Ed. Maria). Para a Dra. Sara, “houve uma uniformização dos conceitos para todos os colaboradores porque nem sempre há uma ideia vasta e clara do conceito em si”, acrescentando, “aplica-se a todos. Eu própria tinha uma ideia não tão abrangente. Os textos foram úteis para clarificar as ideias”. Para a Dra. Sofia, “quando se pensa em autonomia, pensa-se muito na parte funcional e esquecem-se as outras, a dimensão emocional e a dimensão cognitiva”. No final da sessão, foram distribuídos ainda três excertos de textos sobre a importância da autonomia nos jovens institucionalizados. Os profissionais valorizaram-nos: “são textos pertinentes que nos trazem uma visão mais clara” (Ed. Mariana); “apesar de saber que é importante que este trabalho exista, os textos ajudaram a perceber realmente a sua utilidade” (Ed.

Rita); “foi útil, no entanto nem sempre é fácil passar do teórico para a ação. A articulação em equipas é mesmo fundamental” (Ed. Tomás).

A terceira sessão (Apêndice K, pp.211-214) focou-se na reflexão do grupo acerca das práticas institucionais adotadas relativamente à promoção da autonomia. Nesse sentido, cada profissional preencheu uma folha que continha quatro espaços: o que está a ser feito (práticas adotadas); o que está a ser bem feito; o que é preciso melhorar; e, por fim, o que ainda é preciso fazer. É de referir que alguns profissionais apresentaram alguma resistência, não querendo escrever o que pensavam porque depois teriam que partilhar com o grande grupo. Após a conclusão da tarefa, cada profissional partilhou a sua opinião, o que gerou um debate, considerado positivo pelo grupo, sobretudo pelo impacto ao nível da avaliação das práticas e da possibilidade de uma maior comunicação entre os profissionais, tal como referem Carvalho e Baptista (2004). Na opinião dos profissionais, possibilitou “concluir que o que estava a ser feito não era suficiente, estando aquém do que era esperado” (Ed. Maria), “trouxe uma visão do que estava a ser mal feito e como deveria ser feito a partir de agora” (D. Alice), “serviu para os profissionais perceberem que a autonomia não é só cozinha e lavandaria” (D. Laura). No final, uma profissional voluntariou-se para escrever no quadro as principais conclusões do grupo, ou seja, o que os profissionais gostariam de atingir a longo prazo.

A quarta sessão (Apêndice K, pp.214-222) teve como objetivo que os profissionais refletissem sobre o seu contributo diário para a autonomia dos jovens, procurando estimular-se a capacidade crítica e reflexiva, a sua auto e hétero avaliação, bem como o desenvolvimento de uma atitude de responsabilização perante o trabalho desenvolvido (Carvalho & Baptista, 2004; Gomes, 2010). Neste sentido, recorreu-se à “estratégia” da régua sociométrica: num espaço limitado, e numa escala de zero a 100%, pretendíamos que se posicionassem de acordo com o que pensavam fazer para promover a autonomia das crianças e jovens da casa. Os profissionais afirmaram que tinha sido uma forma interessante de refletir sobre o assunto: “adorei participar na sessão. Foi bom porque me fez pensar sobre o meu trabalho” (Ed. Maria); “proporcionou-nos um momento de reflexão individual, o que é muito importante na nossa prática” (Dra. Sofia); “achei que os profissionais foram contidos e conscientes ao

se posicionarem na régua” (Ed. Magda); “considero que os profissionais foram modestos, ou seja, desvalorizaram o trabalho que já é feito,(...) no entanto, considere a sessão interessante, uma vez que permitiu-nos perceber individualmente o que poderíamos ainda melhorar” (Ed. Mariana). Num segundo momento, foi pedido aos profissionais que refletissem sobre as suas práticas de promoção da autonomia. Os profissionais escreveram numa folha o que faziam e o que achavam que ainda poderiam vir a fazer. Para finalizar, colocaram os papeis num saco, passando este por cada profissional, que tirava um papel, lia o que estava escrito e dava uma sugestão sobre o que lera. A Ed. Mariana mencionou que “foi bom ouvir as sugestões dos meus colegas de trabalho, e de ver como eles próprios solucionavam o que eu tinha escrito”. A Ed. Magda acrescentou, “o debate foi muito produtivo e refletido, o que possibilitou uma autorreflexão”. Posto isto, surgiu um debate no grupo, sendo discutidas quais as áreas a trabalhar no domínio da autonomia pela sua importância e urgência: competências pessoais e sociais, emprego/voluntariado e gestão financeira. Foi, então, pedido aos profissionais que se organizassem em grupos de trabalho para que fosse possível nas sessões seguintes debater o programa de autonomia que estes pretendiam desenvolver. É de salientar que, nesta sessão, verificou-se menos resistência por parte dos profissionais, sendo notória a evolução e cooperação nas tarefas propostas, mostrando-se mais críticos e reflexivos, tanto a nível individual como grupal.

A quinta sessão (Apêndice K, pp.223-225) centrou-se na importância do trabalho em equipa, contando com uma convidada, para orientar a sessão, que abordou os benefícios do trabalho em equipa e como deve ser desenvolvido, referindo também alguns entraves, como os “ruídos” de equipa. De forma a exemplificar o que estava a transmitir, a convidada fez um exercício prático em que três das profissionais saíram da sala e a convidada contou uma história um pouco longa, com alguns pormenores. Um dos profissionais, que tinha ficado na sala, tinha como função partilhar com os três elementos, que tinham saído, o que ouvira. No final, refletiram sobre o sucedido, verificando que, quando se trabalha em equipa, a informação não passa por todos da mesma forma, concluindo-se que as reuniões de equipa frequentes eram fundamentais, indo ao encontro do que defendem Gomes (2010) e Robertis (2004). A

este respeito, a D. Alice referiu que “a dinâmica foi extremamente importante e provou que realmente as equipas são assim... sempre a acrescentar “um ponto”. Também prova a falta de comunicação”. O balanço final da sessão foi positivo, tendo os profissionais referido que “é realmente importante que haja uma maior coesão de equipa” (Ed. Mariana), mas que, para isso, “é preciso que os profissionais encarem o trabalho como um compromisso de equipa” (Dra. Sofia); “se já achava que o trabalho em equipa era importante, após a sessão acho que é fundamental! É a base do sucesso” (Ed. Maria).

A sexta e sétima sessões (Apêndice K, pp.225-228) destinavam-se à construção do programa de promoção de autonomia que pretendiam desenvolver e para o qual se tinham comprometido a desenhar subprogramas em grupos de trabalho (competências pessoais e sociais, gestão financeira e emprego/voluntariado). O balanço das sessões foi positivo, tendo os profissionais concordado que tinha havido empenho e envolvimento por parte dos envolvidos e um esforço para que os subprogramas fossem apresentados no dia proposto. Os profissionais salientaram: “achei interessante ter trabalhado em equipa para construir um esboço de um subprograma” (Ed. Maria); “estas sessões foram produtivas. Construámos um esboço de um Projeto e, se tudo correr como planeamos, em setembro/outubro estaremos a desenvolver estes subprogramas na prática” (Ed. Pedro); “não vai ser fácil pela quantidade de trabalho que temos, no entanto, é bem preciso que este trabalho seja feito” (Ed. Cláudia). Realçaram ainda o debate gerado em grupo, nomeadamente na primeira sessão em que se discutiu a importância de um subprograma de gestão financeira, o mais similar possível a uma realidade familiar (Delgado, 2006; Leandro et al, 2006). No entanto, refletiu-se também sobre a dificuldade em desenvolver certas ideias, pela instabilidade da EE e pela existência de profissionais com diferentes perfis, o que poderia comprometer as práticas, como já tinha sido referenciado e como menciona Gomes (2010). Nestas sessões, e como defende a mesma autora, é de destacar a crescente perceção da necessidade de mudança para qualificar a intervenção, nomeadamente através do reforço da comunicação e da motivação, sendo estas características fulcrais para a mudança.

Na última sessão (Apêndice K, p.228), os profissionais concluíram a apresentação dos subprogramas, tendo aproveitado também para debater a importância de serem desenvolvidos a partir de setembro/outubro. Para além disso, houve ainda tempo para fazer a avaliação final do Projeto que será alvo de análise no Capítulo 6.

5.2. AÇÃO 2: “PROTAGONISTAS DA PRÓPRIA AÇÃO”

A Ação 2, denominada pelo grupo “Protagonistas da Própria Ação” (Apêndice N, p.200), decorreu entre fevereiro e julho de 2018, com encontros semanais, e, sempre que possível, duas vezes por semana, num total de 28 sessões (Apêndice J, pp.202-203). Esta Ação surgiu pelo facto de os profissionais e as crianças e jovens, nomeadamente os protagonistas deste Projeto, considerarem que seria importante trabalhar a autonomia a vários níveis.

Durante fevereiro de 2018, foram realizadas várias conversas intencionais com os profissionais e com os jovens, algumas delas individuais, bem como três sessões grupais iniciais, nas quais lhes foi pedido para debaterem o que gostariam de ver trabalhado ao longo das sessões e quais as suas expectativas. As necessidades apresentadas foram discutidas com os jovens e organizadas por áreas de trabalho, tendo estes identificado o que deveria ser feito para resolver os problemas, respondendo às suas necessidades e expectativas. Assim, em conjunto, decidiu-se que a Ação 2 focar-se-ia em quatro áreas centrais: competências pessoais e sociais; emprego; recursos; e gestão financeira. Estas sessões ajudaram-nos também a perceber que o grupo tinha alguma dificuldade em controlar e adequar o seu discurso, desrespeitando-se frequentemente: “és mesmo burro”, “óh tone, não percebes o que quero dizer”, “é ignorante”. Tendo em conta o comportamento dos jovens, bem como o “ruído” existente nas sessões, o grupo concluiu que seria importante estabelecer algumas regras, sendo que, na opinião da Núria, da Joana e do Arlindo, só com um contrato conseguiríamos que todos cumprissem as condições. Os jovens ficaram de pensar no assunto, tendo-se comprometido a trazer na sessão seguinte algumas ideias

para a construção do contrato. Manifestando a sua responsabilização e compromisso, elaborou-se o contrato da Ação 2. De forma unânime, o grupo considerou que este seria uma mais valia, uma vez que “ao assinar, estou a assumir um compromisso contigo” (Filipe), tendo a Núria acrescentado, “e com o grupo” (Apêndice K, pp.239-245).

Na área das competências pessoais e sociais, foram desenvolvidas mais nove sessões. Inicialmente, foram privilegiados exercícios de dinâmicas de grupo que promovessem o auto e heteroconhecimento. Na primeira sessão, realizou-se o “Quem é quem?” (Apêndice K, pp.246-248). De modo geral, os jovens conseguiram identificar-se, no final do exercício, referindo que tinha sido divertido e que tinham percebido que não se conheciam tão bem, mesmo tendo conseguido identificar-se: “não foi fácil” (Lourenço); “só adivinhei pelo estilo de música, porque se não teria várias opções”, “este jogo serviu para nos conhecermos melhor” (Filipe); “tive mais dificuldades em dizer qualidades minhas” (Joana). A segunda sessão (Apêndice K, pp.248-251) surgiu com o objetivo de dar continuidade à sessão anterior, tendo-se iniciado com o exercício de dinâmica de grupo “Mercado das Características”. Na opinião dos jovens, este exercício correu muito bem, tendo apenas o Lourenço e a Núria revelado alguma dificuldade em identificar a característica que gostavam de trocar com alguém. É de referir que o Lourenço considerou também que não haveria nenhuma característica nova que gostasse de ter, reforçando que “estou bem assim”. Num segundo momento, foi pedido aos jovens que colassem um papel nas costas, porque íamos “Falar dos outros pelas costas”. Neste exercício, foi proposto que os jovens escrevessem aspetos positivos e negativos, ou seja, qualidades e defeitos nas costas dos seus colegas. Ao longo do exercício, os jovens apresentaram algumas dificuldades em reconhecer aspetos positivos no Lourenço, reconhecendo que este era um pouco distante do grupo. O balanço das sessões foi positivo, segundo os jovens: “foi bom ouvir o que os meus colegas acham de mim” (Núria); “podemos aproveitar os reforços positivos e negativos para ver o que precisamos de melhorar” (Joana); “não tinha noção de que tinha tanta dificuldade em reconhecer pontos positivos em mim” (Leonor); “tenho uma postura crítica para comigo” (Arlindo). Nestas sessões, foi possível trabalhar algumas das características pessoais e sociais dos adolescentes, ao nível do

autoconceito e autoestima (Leandro et al., 2006; Gomes, 2010; Silva, 2004). Na terceira sessão (Apêndice K, pp.252-256), realizaram-se os exercícios de dinâmica de grupo “Tiro-lhe o chapéu porque...”, no sentido do reforço pessoal. No final do exercício, os jovens referiram, de forma consensual, que, apesar de ter sido difícil iniciar, porque não estavam à espera de se verem a si próprios, a atividade tinha sido interessante. De acordo com o discurso dos mesmos, “foi tão difícil iniciar, mas depois comecei a falar sobre mim, sem dar por mim” (Núria); “foi desafiante. Mas adorei fazer a atividade. Foi difícil utilizar a terceira pessoa, mas se não o fizesse, eles iam perceber” (Leonor); “eu cheguei lá e assustei-me. Não sabia o que dizer. Só tive vontade de me rir. No entanto, acabou por fluir e consegui falar de mim” (Joana); “senti-me mais desinibido do que nunca, estava a falar de mim, sem os outros saberem” (Arlindo). Na segunda parte da sessão, foi desenvolvido o exercício “Atribuir imagem a alguém”, tendo o “feedback” dos jovens sido positivo como se verifica pelo seu discurso: “compreendi e aceitei as imagens que me tinham sido atribuídas. A atividade foi divertida e foi bom ver o que os meus colegas achavam de mim” (Lourenço); “adorei as imagens todas que me atribuíram. Adorei a atividade, até gostava de repetir com todos os meninos do lar” (Núria); “quando podemos repetir esta atividade? Gostei mesmo muito” (Leonor). É de salientar a facilidade com que os jovens faziam e recebiam críticas, tendo sido estas sobretudo construtivas, o que, comparando com sessões anteriores, revelava uma evolução dos jovens ao nível pessoal e interpessoal, nomeadamente no que respeita à consciência emocional, autoestima, autorregulação, sentimento de pertença e relação com os pares (Gomes, 2010; Martins, 1997; Strecht, 2004; Strecht, 2005a). Na quarta sessão (Apêndice K, pp.256-259) abordaram-se os “Estilos da comunicação”. Pretendíamos dar continuidade à temática abordada, mas, desta feita, atribuindo um estilo de comunicação a um colega, justificando as razões de tal escolha; este colega devia, por sua vez, aceitar as críticas de natureza construtiva e refletir sobre as considerações que lhe haviam sido feitas. O balanço final foi positivo, tendo os jovens referido “gostei de perceber as características de cada estilo, não tinha conhecimento” (Filipe); “foi interessante perceber o porquê de me atribuírem aquela característica” (Joana); “achei que tinha um pouco de cada estilo, isso é possível?” (Núria). Assim, foi realçada a importância de um estilo de comunicação mais assertivo,

em vez de um estilo mais agressivo (Jardim & Pereira, 2006). Com o objetivo de fortalecer o conhecimento de si próprio e de fazer e receber críticas construtivas, na quinta sessão (Apêndice K, pp.259-262) realizou-se o exercício de dinâmica de grupo “Concordo vs Discordo”. Segundo os jovens, a sessão foi interessante, sendo reforçado o respeito mútuo entre todos os participantes, referindo: “penso que nos respeitámos e, mesmo que não concordássemos com a resposta de alguém, tivemos modos para falar” (Núria); “na minha opinião, foi visível que o grupo respeitou a opinião de cada um, no início isso não acontecia” (Joana); “gosto do grupo assim...somos mais unidos” (Filipe). Na sexta sessão (Apêndice K, pp.262-266), realizámos o exercício de dinâmica de grupo “Da negociação à decisão - Os valores” e “Da negociação à decisão - As profissões”. Pretendia-se que os jovens fossem capazes de tomar decisões em grupo, tendo para isso que negociar (Calheiros et al., 2013; Gomes, 2010). A sessão tinha também como objetivo o autoconhecimento, através da hierarquização de valores pessoais, bem como da gestão de conflitos (saber ceder/defender as suas opiniões). Ao falar sobre os valores e tentar priorizá-los, os jovens apresentaram maior dificuldade em chegar a um consenso, existindo momentos de discussão de ideias e posterior tomada de decisão. O debate criado foi interessante porque, “apesar de termos chocado a nível de ideias, soubemos ouvir o outro e isso é fundamental no trabalho em grupo” (Leonor). Na seleção das profissões, também se observaram alguns conflitos, mas foram superados rapidamente porque o Filipe, ao apresentar a sugestão de cada um excluir uma profissão (visto serem seis elementos), evidenciou uma atitude proativa na resolução do problema. Os jovens foram apresentando as suas ideias, sublinhando, por vezes, que, embora aceitassem, não concordavam com a opção, justificando a sua resposta. No final, os jovens referiram, de forma consensual, que tinham sentido mais dificuldade em escolher os valores mais importantes porque, tal como referiu o Arlindo, “todos eram importantes”. A Joana referiu que, apesar de não ter concordado com a opinião do grupo, “tive que aceitar. Tinha que ser uma decisão conjunta”. A Leonor, o Lourenço e a Núria referiram que tinham gostado da sessão e que tinham percebido a importância da negociação, tendo o Filipe acrescentado que “devemos ouvir sempre os outros e respeitar a opinião deles”. Na sétima sessão (Apêndice K, pp.266-270), realizou-se o exercício de dinâmica de grupo

“Se fosse comigo... como seria?”. Os jovens referiram que tinham gostado bastante da sessão, salientando que esta tinha sido muito prática e dinâmica: “adorei. Por mim, tinha feito todas as representações. Foi interessante podermos vivenciar e tomar decisões, sendo que isto foi o mais difícil por termos de aceitar a decisão do grupo” (Núria); “foi muito dinâmico. Representámos coisas que não fazemos, mas situações que podem acontecer no dia a dia, e é importante termos noção disso” (Arlindo); “gostei imenso desta sessão e tenho consciência que foi das que mais participei até ao momento” (Lourenço); “gostei bastante da sessão, foi muito dinâmica. As situações que representámos mexiam comigo e, em certos momentos, dava mesmo vontade de intervir” (Joana). Nesta sessão, os jovens desenvolveram a capacidade de se colocarem no lugar do outro e a capacidade de resolver situações quotidianas, o que favoreceu o desenvolvimento de competências pessoais e de relacionamento interpessoal (Strecht, 2005a). A penúltima sessão (Apêndice K, pp.270-273) foi dedicada à reflexão sobre o passado e o futuro, tendo sido pedido a cada jovem que identificasse os pontos positivos e negativos do seu passado (“Picos do passado”). Inicialmente, os jovens tiveram alguma dificuldade em entender o que estava a ser pedido, mas, rapidamente conseguiram iniciar a tarefa. No final, foi pedido a cada jovem que partilhasse com o grande grupo a sua linha do passado. O balanço da sessão foi positivo, apesar de os jovens terem revelado que tinha sido difícil pensar em tudo o que já tinham vivido e conseguirem atribuir os “picos mais positivos e os mais negativos” (Joana; Filipe; Lourenço); “foi um pouco difícil pensar em tudo o que já vivi, mas foi bom ver que tenho muitos pontos positivos” (Núria). Ao longo da sessão, o Arlindo, a Joana e a Núria referiram que havia marcos da vida que iam apontar como positivos ou negativos, mas que não queriam explorar a questão com o grande grupo. No entanto, no momento de partilha, acabaram por fazê-lo, assumindo que “já vou tendo uma maior confiança no grupo, por isso é que acabei por revelar algumas coisas” (Arlindo); “só falei porque no momento senti confiança para o fazer” (Joana); “foi difícil falar sobre a desilusão que sinto por a minha mãe ter sido presa, no entanto, foi reconfortante ter chorado e ter um grupo que respeitou a dor, ficando um silêncio enorme”. Esta sessão revelou a existência de um maior sentimento de pertença ao grupo, que se constituiu num espaço de acolhimento de sentimentos e de segurança para a criação de novas

relações/afetividades (Strecht, 2004; Strecht, 2005a). Paralelamente, os jovens desenvolveram a percepção da importância de não julgarem o outro sem conhecerem a sua história. Na última sessão (Apêndice K, pp.273-276), foi proposto que cada jovem pensasse no tema desta sessão, “A minha vida... agora... e no futuro”. Mais uma vez, evidenciou-se a dificuldade que o grupo demonstrou em cumprir a tarefa, visto que “é difícil pensar num futuro a curto, médio e longo prazo, quando tenho dificuldade em prever os próximos dias” (Joana), tendo o grupo concordado com esta ideia. No geral, os jovens previam que o futuro, a curto prazo, passasse por terminarem os estudos, por obterem a carta de condução e por arranjam um emprego. A médio prazo, de um modo geral, pretendiam arranjar uma casa e constituir família, prevendo que, a longo prazo, iriam ter filhos e netos. Evidenciava-se ainda a dificuldade de os jovens definirem o que queriam ser e se pretendiam, ou não, ingressar no Ensino Superior, confirmando o que os profissionais afirmavam quando referiam as dificuldades daqueles em projetar o futuro de forma realista. Tornou-se assim importante, no final da sessão, analisar a profissão que cada um gostaria de exercer e que formação deveria ter para concretizar esse desejo. Os jovens refletiram sobre a importância de não se prenderem às memórias do passado, apesar de não as poderem esquecer. Concluíram, assim, a importância de valorizar o mais positivo e evoluir a partir do que tinha sido mais negativo, para criar novas perspetivas, sobretudo adequadas à realidade.

No que respeita à área do emprego, foram realizadas seis sessões em grupo e seis sessões individuais, tendo estas últimas sido dedicadas à construção de currículos e de cartas de apresentação dos jovens. As duas primeiras sessões grupais (Apêndice K, pp.276-280) tiveram como objetivo esclarecer os jovens acerca dos cuidados a ter na procura de emprego e como deveriam analisar um anúncio de emprego. Os jovens realçaram a importância das sessões, referindo: “adquiri novos conhecimentos que serão úteis para o meu futuro próximo” (Núria); “foi bom poder partilhar com o grupo o que já sabia, visto que no meu curso fomos falando nisso, mas foi ainda melhor aprender coisas novas que são úteis para nós (Arlindo). Na terceira sessão (Apêndice K, pp.280-281), os jovens estiveram inicialmente a analisar anúncios de emprego, vendo exatamente o que cada um exigia a nível de características, de experiência e de qualidades pessoais. Posteriormente, preencheram formulários de candidatura a

diversos estabelecimentos comerciais. Numa fase inicial, os jovens revelaram alguma dificuldade em preencher os formulários, tendo pedido auxílio em vários momentos: “estou com dificuldade em compreender o que eles perguntam” (Filipe); “posso colocar duas opções ou só uma?” (Joana); “como é que preencho aqui” (Leonor). No entanto, facilmente perceberam que era uma questão de leitura e interpretação e começaram a estar mais atentos ao que era pedido. No final da sessão, os jovens revelaram que se sentiam mais capazes para se candidatarem a um emprego: “penso que a partir de agora vou ter mais facilidade em preencher os formulários” (Núria); “já não vou ter que recorrer às doutoras para me ajudarem” (Filipe). A quarta sessão (Apêndice K, pp.281-285) foi dedicada às entrevistas. À semelhança das primeiras sessões, os jovens organizaram-se em dois grupos, discutindo sobre os cuidados a ter numa entrevista de emprego. Posteriormente, e tendo em conta que os jovens referiram que só dois já tinham vivenciado tal situação, simulámos duas entrevistas, tendo um jovem assumido o papel de entrevistado e outro de entrevistador. Os jovens revelaram dificuldades na realização do exercício, encravando na pergunta ou na resposta. Sempre que isso acontecia, pedia-se para os jovens inverterem os papéis. No final da sessão, todos salientaram que tinham adorado a dinâmica, mas, “foi muito difícil assumir o papel de entrevistador, não sabia o que perguntar” (Joana); “tive dificuldade em responder às perguntas que me colocavam... perdia muito tempo a pensar” (Leonor). Na quinta sessão (Apêndice K, pp.285-286), foi dito aos jovens que todos estariam a lutar pelo mesmo emprego, tendo, portanto, que “vender” os seus serviços ao entrevistador que deveria conseguir contratar um no final do dia. Para isso, os candidatos teriam que salientar as suas qualidades e competências. Ao longo do exercício, os jovens mostraram um crescente envolvimento, tendo considerado a dinâmica muito divertida, interessante e “inovadora, porque nunca fiz algo deste género” (Filipe); “é uma boa forma de trabalhar a questão do emprego” (Arlindo). A última sessão (Apêndice K, pp.287-290) foi novamente dedicada às entrevistas, tendo os jovens assumido mais uma vez os papéis de entrevistador e entrevistado. Os jovens pareceram sentir-se mais à vontade, verificando-se uma evolução e um envolvimento maior sobretudo por parte do Lourenço e do Filipe. No final destas sessões, os jovens revelaram que tinham sido essenciais e muito positivas pelos conhecimentos

adquiridos, bem como pelo facto de terem aprendido a construir um currículo: “adorei tudo! Desde a parte mais teórica às sessões práticas que nos proporcionaste” (Núria); “aprendi muito. Gostei sobretudo das partes práticas que tivemos” (Joana). Estas sessões foram ao encontro das necessidades identificadas pelos jovens e pelos profissionais, apresentando um carácter mais prático, permitindo aos jovens, num espaço de confiança e segurança, treinarem situações quotidianas que iriam enfrentar na procura de emprego e estarem mais preparados e capazes para as enfrentarem, desenvolvendo, assim, a sua autonomia (Calheiros et al., 2013; Gomes, 2010).

As três sessões subsequentes foram dedicadas ao conhecimento dos serviços existentes na comunidade. Foi, inicialmente, pedido aos jovens que identificassem os serviços que conheciam, mesmo que desconhecessem a sua utilidade, como a Segurança Social, a Loja do Cidadão, os Bombeiros, a Polícia e o Tribunal. Simultaneamente, foram debatidas as funções dos serviços referidos e o seu horário de funcionamento. No final da sessão, pediu-se aos jovens que, até à sessão seguinte, descobrissem novos serviços da comunidade (Apêndice K, pp.290-291). Na segunda sessão (Apêndice K, pp.291-293), a Núria, a Joana e o Arlindo referiram que tinham andado à procura de novas entidades, referindo a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, as Finanças e o Centro de Emprego como entidades importantes. Os mesmos referiram que tinham procurado na internet, mas que não tinha sido muito fácil identificar os objetivos de cada uma, visto que “os sites se tornam confusos, falam de tanta coisa que senti dificuldade em compreender” (Núria). O Filipe e a Leonor referiram que, apesar de não terem ido pesquisar “online”, tinham-se lembrado de dois serviços: os serviços de saúde e o banco. Num segundo momento, foi apresentado ao grupo um “PowerPoint” onde eram apresentados os principais serviços disponíveis na comunidade, tendo a ET partilhando quais os mais úteis e importantes para os jovens, os serviços disponibilizados e o horário de funcionamento. No final, os jovens afirmaram: “agora é que tenho noção que não conhecia mesmo os serviços que temos disponíveis” (Filipe); “eu tinha noção, no entanto, não sabia que respostas é que davam” (Joana); “está a ser bom para conhecer melhor a nossa comunidade” (Arlindo). A última sessão (Apêndice K, pp.293-295) foi mais prática, devendo os jovens conseguir mobilizar os conhecimentos adquiridos nas sessões anteriores. Na mesa,

encontravam-se 12 caixas, representando cada uma delas, uma entidade à qual teriam que associar os serviços que disponibilizava ou a partir da qual era possível tratar. Nem sempre houve consenso e os jovens recorreram à estratégia da tomada de decisão e negociação conjuntas. No final do exercício, verificámos se tudo estava correto. No geral, os jovens partilharam o seu agrado com as três sessões, reforçando a relevância das mesmas para o seu futuro: “foi útil não para agora, como para o futuro” (Arlindo); “foi muita informação, não sei se consegui reter tudo, no entanto foi bom porque sei que aprendi muito” (Núria); “eu já conhecia a maior parte, isso é tudo óbvio para mim. Sei que errei ao atribuir alguns serviços específicos às entidades, no entanto isso é porque às vezes confundo-me” (Lourenço); “se calhar agora não dou o valor, no entanto, quando precisar vou-me lembrar muito destas sessões” (Leonor); “ao final de 19 anos conheço a nossa sociedade” (Joana). Estas sessões permitiram aos jovens conhecer melhor o meio circundante e os serviços disponíveis, preparando-se para a realidade, sendo capazes de rentabilizar os recursos existentes na mesma, no sentido da sua crescente autonomização, tal como refere Alberto (2003).

A Ação 2 terminou com o tema da gestão financeira, desenvolvido em cinco sessões. Na primeira sessão (Apêndice K, pp.295-296), começámos por perguntar que despesas cada jovem esperava ter quando estivesse a viver sozinho. Os jovens referiram as despesas com a renda, com a água, com a luz e com o gás. Depois de refletirem melhor sobre o assunto, os jovens acabaram por se lembrar também da despesa com a televisão e com a internet, que consideravam imprescindíveis, assim como a despesa com o telemóvel. Referiram ainda as despesas com a alimentação e com a medicação. Num segundo momento, foi atribuído aos jovens um rendimento mensal hipotético para um agregado familiar composto por dois elementos, já considerando as despesas habitacionais. Foi pedido aos jovens que calculassem a despesa mensal relativa à alimentação, aos produtos de higiene pessoal e habitacional, bem como os custos adicionais, não esquecendo o rendimento base, com recurso a folhetos dos supermercados. Os jovens mostraram-se entusiasmados com a ideia e começaram a folhear os panfletos dos diferentes supermercados, ajudando-se mutuamente, partilhando os produtos mais baratos com os restantes colegas. Como os panfletos não continham todos os produtos pretendidos, recorreram também à

“aplicação” de um supermercado para conseguirem concluir a tarefa. O balanço da atividade foi positivo: “foi interessante, mas deu trabalho (Lourenço); “inicialmente tive alguma dificuldade em começar. Não sabia como me organizar, mas a Núria foi-me ajudando” (Filipe); “gostei bastante de fazer esta sessão. Acho que no meu futuro vou recorrer a estas tabelas para me ajudar a organizar o meu orçamento familiar” (Leonor). Na segunda sessão (Apêndice K, pp.296-303), os jovens concluíram a tarefa anterior e partilharam com o grande grupo as suas despesas. Num segundo momento, realizámos um debate sobre o tema. Os jovens mostraram-se bastante participativos e dinâmicos, evidenciando alguma consciência sobre a vida real. No final, o balanço foi também positivo, tendo os jovens referido: “adorei debater com os meus colegas e perceber as prioridades deles” (Arlindo); “nota-se que o Filipe é um pouco inconsciente, no entanto, senti que ele percebeu a importância de se governar sozinho e não gastar mais do que tem” (Joana); “eu gostei bastante. E, mais do que isso, aprendi. Vou ter que me conter nos meus gastos adicionais” (Núria). Na terceira sessão (Apêndice K, pp.304-305), cada jovem elaborou uma ementa semanal. Como se encontravam mais agitados e curiosos com as ementas uns dos outros, a tarefa passou a ser desenvolvida em grande grupo, tendo a mudança sido vantajosa pelo facto de o grupo se sentir mais envolvido, demonstrando o espírito de equipa já existente no grupo. No final da sessão, os jovens mostravam-se entusiasmados: “já que estamos a construir umas ementas, podíamos fazer uma refeição na Instituição” (Núria). A sugestão foi aprovada pela DT. De seguida, trabalhando ainda a questão da gestão financeira, os jovens analisaram as ementas e escolheram duas refeições completas para confeccionarem na Instituição. Apesar de satisfeitos, os jovens demonstraram algum receio, uma vez que teriam que cozinhar sozinhos, tendo referido: “olha que eu não sei cozinhar, vais ter que nos ajudar” (Leonor); “vai ser muito bom fazer a minha comida preferida, estou mesmo feliz e ansiosa que chegue o dia” (Núria). No final da sessão, falámos com a D. Rosa, uma das cozinheiras, a quem pedimos ajuda para a confeção das refeições. No entanto, apesar de os jovens terem elaborado um orçamento para o efeito, não o colocaram em prática, uma vez que a Instituição já tinha os ingredientes. Nas últimas duas sessões (Apêndice K, pp.306-307), confeccionámos as receitas escolhidas. Os jovens organizaram-se em grupos de

trabalho. O Lourenço não participou nas sessões porque tinha começado a trabalhar. O balanço desta atividade foi muito positivo, tendo os jovens referido: “correu mesmo bem. Pensei que fosse correr pior. Sabemos cozinhar, mas nem sempre autonomamente. Estava uma delícia, temos que repetir!” (Joana); “adorei a comida, estava boa. Foi divertido poder fazer estas comidas com os meus colegas” (Filipe); “o bacalhau estava delicioso, foi o meu preferido” (Leonor); “quando podemos repetir?” (Arlindo). No decurso destas últimas sessões, os jovens evidenciaram evolução e aprendizagens a nível das competências de gestão financeira e doméstica, tendo a oportunidade de se aproximar a um modelo mais familiar, o que lhes permitiu estimular a capacidade de escolha e análise para decisões mais conscientes no que respeita à relação custo-qualidade, produzindo um impacto positivo no desenvolvimento da sua autonomia (Leandro et al., 2006).

5.3. AÇÃO 3: “PROJETAR O FUTURO”

A Ação 3 foi intitulada “Projetar o Futuro” pelo grupo de profissionais (Apêndice K, pp.314-324) e pretendia dar resposta ao Problema 3: inexistência do ER.

Para melhor compreender e explorar este problema e as necessidades identificadas, foi realizada uma sessão, orientada pela Metodologia “World Café” e foram estabelecidas várias conversas intencionais. Deste modo, foi possível compreender o impacto deste problema no funcionamento da Instituição, tendo em conta a relevância do ER na vida das crianças, contribuindo, nomeadamente, para o desenvolvimento de competências que estimulassem o processo de autonomia de forma segura e estruturada (Gomes, 2010). Assim, foi promovida a conscientização acerca do problema e a reflexão acerca daquilo que poderia ser feito para o solucionar reestruturando as práticas com o empenho de todos e um trabalho conjunto e articulado. A própria DT da CAR referiu ter percebido, a partir destes momentos, que algo não estaria bem, mostrando-se disponível para encontrar soluções para este problema. Neste sentido, a DT propôs debater este problema com um supervisor

externo, procurando analisar a possibilidade de as equipas receberem formação para a EE assumir a função de ER e a ET saber supervisionar a mesma. No entanto, o supervisor externo, em conjunto com a ET e a EE, concluiu que esta última, em virtude da heterogeneidade de habilitações académicas, não dispunha das competências necessárias para assumir o papel de ER, pelo que foi decidido que este seria desenvolvido pelos membros da ET que, como já foi referido, desempenhavam este papel (Apêndice K, pp.314-324). Questionámos os elementos da EE para perceber se concordavam com a decisão tomada. Estes mencionaram: “eu concordei com o que ficou decidido” (Ed. Tomás); “na reunião reconhecemos que alguns elementos da EE não tinham competências para assumir este cargo, achamos que a melhor opção foi a que foi tomada” (Ed. Mariana); “eu também concordei com a decisão tomada. Penso que foi a melhor para ambas as partes” (Ed. Maria); “também concordei. Acho que foi a decisão mais acertada, tendo em conta as dúvidas que a EE estava a ter” (Ed. Cátia). Aparentemente, os profissionais da EE concordaram com a decisão tomada, considerando, no entanto, que esta decisão seria temporária, como se pôde verificar no discurso da Ed. Maria “este trabalho tem que ser temporário e deverá ter continuidade pelos educadores, assim que estes apresentem as competências necessárias”. A Ed. Maria concluiu que “penso que foi a melhor para ambas as partes. Assim, por um lado, os educadores vão aprender com a ET e a ET estará a ajudar a EE, bem com as crianças e jovens. Estas últimas sairão beneficiados pelo trabalho individual que isto permitirá” (Apêndice K, pp.321-324). Assim, considerou-se que não seria necessário desenhar intervenção nesse sentido.

6. AVALIAÇÃO DE PRODUTO

Findada a apresentação do desenvolvimento do Projeto e da avaliação de processo, chega o momento de se apresentar a avaliação final do Projeto. Segundo Stufflebeam e Shinkfield (1995), a avaliação de produto pretende avaliar as mudanças alcançadas com o desenvolvimento do projeto, estando estas previstas ou não. Para isso, torna-se importante verificar se as ações desenvolvidas permitiram atingir a finalidade, os OG e OE.

O Projeto “Re(Construir) o Caminho” foi constituído por três ações que pretendiam dar resposta às necessidades identificadas, com vista à resolução dos problemas prioritizados, por via da concretização dos objetivos gerais e específicos.

Para avaliar a Ação 1, intitulada “Refletir para Agir”, foi criado um grupo de discussão onde foi debatida a concretização dos OG1, “Promover uma maior responsabilização, envolvimento e participação dos profissionais no processo de promoção da autonomia dos jovens” e do OG3, “Promover uma maior articulação entre as diferentes equipas” (Apêndice K, pp.231-238).

Relativamente aos OE do OG1, tendo em conta os indicadores de avaliação, é de referir que o OE1.1. “Compreender o conceito de autonomia e o que envolve” (Apêndice K, pp.231-232) foi atingido por todos os profissionais que participaram no Projeto. Assim, tal como referiu a Dra. Sofia, os profissionais tinham atingido o objetivo no que respeita à compreensão do conceito. Como reforçou a Ed. Rita, “foi útil porque a informação chegou de igual forma para todos”, tendo os restantes educadores concordado. A Dra. Vera salientou ainda que a concretização deste objetivo tinha sido de tal forma “válido e interessado” que tinha permitido igualmente perceber as representações e resistências já existentes acerca do tema, explorando-as e criando novas interpretações. Com efeito, a compreensão do conceito e a formação acerca do mesmo permitiriam delinear estratégias e intervenções mais ajustadas às verdadeiras necessidades das crianças e jovens (Delgado, 2006; Gomes, 2010).

O OE1.2. “Refletir acerca das práticas profissionais adotadas e ajustá-las às necessidades das crianças e jovens” (Apêndice K, p.232) foi parcialmente atingido. Num primeiro momento, considerámos totalmente atingida a reflexão sobre as práticas, sendo que, tal como mencionou a Dra. Sofia, “Foi o grande ponto positivo do projeto”. Todos os participantes concordaram, reforçando que tinha sido positivo envolver diferentes profissionais e ouvir diferentes opiniões (Dra. Sara e Ed. Cláudia). Com efeito, ao longo das sessões, pôde verificar-se uma crescente participação, tal como a capacidade crítica e reflexiva da maior parte dos profissionais. Esta reflexão permitiu também, na voz da Dra. Vera, “chegar a um consenso e perceber as necessidades e aspetos importantes a melhorar”. No entanto, no que toca à demonstração de conhecimentos e reflexões nas suas atitudes, estando estas relacionadas com as práticas pessoais e um maior reajuste das mesmas, foi consensual a necessidade de dar continuidade ao Projeto (“é preciso mais mudanças”, Ed. Rita). Não obstante, nas palavras do Ed. Pedro, “estamos a caminhar para chegar ao objetivo”, tendo já sido visível um reajuste de práticas, nomeadamente no que toca às tarefas da cozinha e da lavandaria.

O OE1.3., “Perceber como é que cada profissional pode contribuir, de forma intencional, para o desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens,” (Apêndice K, pp.232-233) foi alcançado, uma vez que se verificou uma crescente capacidade de partilha entre os profissionais, nomeadamente no que diz respeito aos contributos de cada um a este nível, sendo as suas opiniões valorizadas. Tal como disse a Ed. Magda, “o debate criado foi produtivo e refletido, tendo, não só permitido uma autorreflexão, como também uma reflexão grupal”. A Ed. Rita salientou também a importância da “humildade de estarem dispostas a mudar, na prática”. A ET concordou, tendo a Dra. Sara avaliado que “fazemos muito no trabalho da promoção da autonomia, embora ainda existam aspetos a limar”. A Dra. Vera salientou a importância de “todos vestirem a mesma camisola”, numa lógica de implicação e envolvimento. Assim, valorizando o potencial de cada um, com partilha de diferentes conhecimentos e responsabilidades, tal como com o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva do próprio trabalho, seria possível melhorar a intervenção, não só individual, mas também em equipa (Carvalho & Baptista, 2004; Gomes, 2010; Robertis, 2011).

Relativamente ao OE1.4., “Envolver os jovens nas tomadas de decisão e nas rotinas e dinâmicas institucionais” (Apêndice K, pp.233-234), podemos considerar que foi atingido porque “com este Projeto aventurámo-nos” e “quase que podemos dizer que aceitámos o desafio. Fez mexer com a nossa rotina e quebrou a deles”, conforme afirmaram a Dra. Sofia e a Dra. Sara. Assim, passaram a dar mais importância à voz e à opinião dos jovens, envolvendo-os mais e incentivando a sua participação nas dinâmicas e decisões institucionais, o que implicava dar-lhes mais responsabilidades e reconhecer que tinham capacidades e qualidades que facilitavam o processo de autonomização (Carvalho & Baptista; Gomes, 2010). Verificaram-se alterações nas regras, no que respeita, a título de exemplo, ao uso dos telemóveis com maior autonomia, ao alargamento das saídas sozinhos, bem como às deslocações para a escola, sobretudo das crianças mais novas ou com necessidades acrescidas, sendo que “ao tornar alguns jovens com mais dificuldades mais autónomos, trabalhamos também os mais velhos porque lhes demos mais responsabilidade” (Dra. Sara).

O OE1.5., “Refletir conjuntamente acerca dos problemas, necessidades e potencialidades das crianças e jovens” (Apêndice K, p.234), foi atingido sobretudo pela partilha de todos os profissionais, no que concerne a estratégias pensadas para facilitar a relação com os jovens, nomeadamente para chegar àqueles que se fechavam mais e dificultavam o acesso. Tal como partilhou a Ed. Magda, “uma das formas de chegar a eles e construir uma relação mais próxima, é identificar e apostar nos interesses e gostos, de forma a captar a sua atenção”. Da mesma forma, a concretização deste objetivo tornou também evidente a importância de valorizar “as coisas boas das crianças” (Dra. Sara).

Por fim, quanto ao OE1.6., “Delinear conjuntamente estratégias de intervenção” (Apêndice K, pp.234-235), não se verificou consenso no grupo dos profissionais. Por um lado, uns consideraram que este objetivo tinha sido atingido, pois o grupo tinha conseguido definir as áreas de intervenção mais importantes e desenhar uma intervenção para desenvolver posteriormente. Nesta lógica, a Ed. Maria mencionou que “os subprogramas foram construídos com sucesso”, acrescentando que “em relação aos resultados, estes só serão visíveis a longo prazo, no entanto, não invalida todo o trabalho que foi feito em conjunto”. Por outro lado, houve quem considerasse

que tinha sido parcialmente atingido pelo facto de nem todos os elementos terem participado em todas as sessões, considerando assim que “este objetivo só poderia ser alcançado com o envolvimento de todos e com a continuidade do projeto” (Ed. Mariana).

Relativamente ao OG3, “Promover uma maior articulação entre as diferentes equipas” (Apêndice K, pp.235-236), e respetivos OE, é de mencionar que foram atingidos, sendo identificados como “a grande base do trabalho” (Ed. Mariana). Isto porque, para um trabalho diferenciador com os jovens, foi fundamental a maior articulação entre todos os profissionais, contribuindo para o maior envolvimento de todos, numa lógica de trabalho conjunto, concertado e ajustado (Gomes, 2010). Assim, potenciando o trabalho em grupo, “a articulação entre todos permitiu a construção da intervenção feita por todos, num espaço aberto à participação e discurso de todos, em que o compromisso foi maior” (Dra. Sofia). A Dra. Vera referiu também que “todos foram implicados na resolução dos problemas”, com vista ao desenvolvimento de novas estratégias comuns. De salientar que uma das mudanças que espelhava a concretização deste objetivo refere-se ao facto de passarem a existir reuniões entre as equipas técnica e educativa, bem como reuniões de supervisão. Tal como referem Gomes (2010) e Robertis (2011), estas reuniões contribuem para uma maior partilha, para a resolução de conflitos e “ruídos”, para o reconhecimento das capacidades e responsabilidades de todos, enfim, para todo um trabalho mais articulado e harmonioso. Neste âmbito, foi ainda relevante e valorizada pelos profissionais a participação de uma convidada externa.

Face ao exposto, consideramos que o desenvolvimento da Ação 1 contribuiu para a concretização dos OG1 e OG3 e respetivos objetivos específicos (Apêndice K, pp.236-237), sobretudo “porque houve a participação e o envolvimento de todos os colaboradores” e “fez-nos repensar as práticas, de modo a melhorá-las” (Dra. Sofia). Com efeito, consideramos que as sessões que decorreram no âmbito da Ação 1 tiveram um papel preponderante por terem desencadeado vários debates entre todos os profissionais, “apresentando-se com um fio condutor, que ajudou bastante. Teve um princípio, meio e fim” (Ed. Cláudia). Como mencionou a Ed. Maria, “todo o trabalho desenvolvido tornou-se uma mais valia por ter permitido ajudar a refletir no assunto

de forma mais intensa”. Isto permitiu ao grupo de profissionais chegar a várias reflexões e conclusões, a que davam continuidade em reuniões de equipas e de supervisão, afigurando-se como motores para as mudanças. Deve também ser reconhecido o facto de os profissionais terem valorizado e respeitado a opinião dos colegas, mesmo quando ia contra a sua opinião, permitindo uma maior abertura, em vez da inicial inibição. Salienta-se igualmente a mudança ao nível das práticas adotadas na cozinha e na lavandaria. Além das sessões agendadas, podemos também salientar, enquanto momentos positivos, todas as conversas intencionais realizadas, individualmente e em pequenos grupos, no sentido em que estas incentivavam os participantes para as reflexões e considerações, posteriormente apresentadas e discutidas nas sessões (Apêndice K, pp.236-237). Contudo, apesar dos objetivos terem sido, na opinião de todos os participantes, alcançados, possibilitando ainda “unir um grupo de pessoas para o mesmo fim” (Ed. Rita), importa referir que existiram alguns constrangimentos. Estes relacionaram-se sobretudo com o facto do número de participantes presentes nas últimas sessões ter diminuído devido à rotatividade de horários, folgas ou férias. Todavia, houve sempre a preocupação de falar posteriormente com os profissionais, colocando-os a par do que havia ocorrido e ouvindo o seu parecer sobre o mesmo (Apêndice K, pp.236-237). Da mesma forma, são de valorizar as conquistas atingidas e já descritas, “fruto da reflexão que o próprio Projeto obrigou que acontecesse” (Dra. Vera). Não obstante, é de mencionar que ainda não ocorreram mudanças mais estruturais, considerando como fundamental a continuidade das sessões e do envolvimento dos profissionais, já que “os resultados não são atingidos a curto prazo e leva tempo a comprovar” (Dra. Vera). De facto, como mencionou a Ed. Cátia, “foi bem conseguido! No entanto, daqui para a frente é que se conseguirá ver mais mudanças”. A Ed. Rita lembrou que “no que respeita ao futuro, tudo vai depender das pessoas em querer mudar e progredir, independentemente da equipa a que pertencem”, opinião partilhada pela Dra. Vera. Todavia, as reflexões produzidas surtiram várias mudanças, uma das quais com um impacto considerável no que respeita à intervenção da CAR e à promoção da autonomia dos jovens. Referimo-nos à decisão de ser recuperado um edifício pertencente à Instituição, com vista à

criação de um apartamento de autonomização para os jovens (Apêndice K, pp.237-238).

No âmbito da Ação 2, que decorreu em simultâneo com a Ação 1, deu-se enfoque ao trabalho desenvolvido com os jovens, procurando responder ao OG2, “Promover a autonomia dos jovens” e respetivos OE. De salientar que as nove sessões iniciais se destinaram ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais, sendo estas a base para a construção da autonomia (Calheiros et al., 2013; Gomes, 2011; Matos 2005; Valle & Quintanal, 2006).

Assim, no que respeita ao OE2.1, “Reconhecer e refletir sobre as suas competências/potencialidades, problemas, limitações, emoções e sentimentos” (Apêndice K, pp.308-309), consideramos que foi alcançado. Foi visível o aumento do auto e hétero conhecimento, bem como a valorização pessoal e do outro. Tal como mencionou o Filipe, foi possível “pensar em tanta coisa, desde o mais simples ao mais complexo. Foi bom!”. A Joana acrescentou ainda que “sinto-me mais crítica e reflexiva, tanto comigo e com coisas que estão diretamente ligadas a mim como com os outros”. As sessões desenvolvidas contribuíram para “mudar atitudes e refletir mais do que antes” (Núria), tornando “útil e sei que vai ajudar no futuro. Consegui refletir sobre o que era pressuposto” (Arlindo). A Leonor considerou que “ajudou-me a pensar imenso”, contribuindo para que sentissem que “cresci e melhorei um pouco” (Lourenço). Este objetivo foi também alcançado, por via do trabalho desenvolvido ao nível da autoconsciência emocional e autorregulação, assim como no âmbito do relacionamento interpessoal e da capacidade de dar e receber críticas construtivas (Brites, Batista, Ribeiro, & Cordeiro, 2016; Gomes, 2010; Martins, 1997; Strecht, 2005a). Como já mencionado, o desenvolvimento destas competências pessoais são fundamentais para o desenvolvimento da autonomia dos jovens.

Quanto ao OE2.2, “Ser capaz de identificar aspetos positivos em si e nos outros” (Apêndice K, pp.309-310), os participantes consideraram que foi concretizado, verificando-se uma crescente evolução. Aliás, como disse o Arlindo, “no início via mais rapidamente os defeitos nos outros e não em nós. Mas, as sessões foram-nos ajudando que nem sempre devemos julgar os outros porque não sabemos o que está por trás, e como a pessoa vai reagir. Nesse aspeto, melhorou!”. Já a Leonor identificou “alguma

dificuldade em identificar, tanto aspetos positivos em mim, como nos outros. Com os outros, é sempre um bocadinho mais fácil, mas o mais difícil foi nas duas primeiras sessões. Depois de nos conhecermos também melhor, tudo fluiu”. A Joana concordou com esta opinião, reforçando que “Só era capaz de ver a minha parte negativa, agora apesar de não ter mudado muito, sei que já olho mais para as coisas positivas. Nos outros, foi tudo mais fácil”. Em suma, verificaram-se melhorias ao nível da autoestima dos jovens, possibilitando ainda uma maior satisfação pessoal e grupal, com o que concordaram também o Filipe e o Lourenço. Assim, para permitir a cada um reconhecer aspetos positivos e negativos, foi também importante trabalhar com os jovens a gestão da capacidade de dar e receber críticas, a gestão de conflitos, tal como o relacionamento interpessoal e a autoconfiança (Céspedes, 2014; Gomes, 2010; Jardim & Pereira, 2006; Strecht, 2005a).

Relativamente ao OE2.3, “Identificar e refletir acerca dos efeitos que as palavras e os atos têm em si e nos outros” (Apêndice K, pp.310-311), os jovens consideraram também que foi atingido. Pelas palavras do Filipe, “era uma das minhas maiores dificuldades e acho que melhorei. Considero também que os meus colegas foram melhorando tanto comigo, como com outros”. Todos concordaram, tendo o Arlindo completado que “deu para entender que as ações que nós temos têm uma forte consequência nos outros. Foi útil para pensarmos melhor nisso e saber quando parar em muitos momentos”. Assim, através do desenvolvimento da autorregulação, do relacionamento interpessoal, da negociação de conflitos e da negociação de soluções, ao longo das sessões, foi possível contribuir para a diminuição dos atos negativos (Céspedes, 2014; Gomes, 2010; Jardim & Pereira, 2006; Strecht, 2005a).

No que concerne à concretização do OE2.4, “Adquirir conhecimentos, recursos e competências pessoais que permitam solucionar problemas do dia a dia” (Apêndice K, pp.311-312), foram trabalhados diferentes temas, em distintas áreas (emprego, recursos da comunidade e gestão financeira), contribuindo para que se sentissem “mais autónomos a todos os níveis trabalhados” (Joana), com maior capacidade de iniciativa, motivação e sentido de responsabilidade. Assim, no que respeita à procura de emprego, os jovens consideraram que “era algo que já sabia como fazer, mas aprendi. Deu uma ajuda extra nisto, e foi um reforço do que já tinha aprendido no

curso” (Arlindo). A este nível, é de destacar que o Arlindo reconheceu, “devo referir também que me senti útil nesta área em concreto por ter ajudado também os meus colegas com os meus próprios contributos, do que já sabia”, o que também contribuiu para a sua autoestima e valorização pessoal. No âmbito das aprendizagens relacionadas com o emprego, a Leonor reforçou que “ajudou-me a saber preencher os formulários. O currículo consegui construir quase sozinha, até me senti autónoma”, manifestando a sua satisfação pessoal. Já a Joana salientou que “sobretudo as simulações de entrevista, que nos ajudou bastante, preparando para o futuro”. O Filipe referiu que se sentia mais autónomo e que “candidatei-me mesmo a empregos, apesar de não ter recebido resposta”, acrescentando que sabia que isso não era imediato, como vimos na sessão, mas “continuo com esperança, e quero continuar a fazer isso”. Quanto ao conhecimento dos recursos da comunidade, o Arlindo mencionou “aprendi imenso sobre isso, era o que menos sabia. Foi importante”. Por sua vez, a Joana referiu que “trabalhar os recursos também foi bastante útil para a aquisição de novos conhecimentos”. Ao nível da gestão financeira, a Leonor salientou a motivação de poupar para comprar um telemóvel, identificando que “foi uma experiência positiva porque percebi que sou capaz de juntar dinheiro e concretizar o que quero. Mas temos é que ter metas”. Acrescentou que “foi útil também porque falámos em orçamentos e adorei fazê-los. Senti-me empenhada e envolvida”. A Núria concluiu que “adorei tudo e acho que tudo foi útil para aprender. Adquiri novos conhecimentos, fortaleci outras aprendizagens anteriores”, com o que todos os restantes concordaram. Assim, o desenvolvimento de competências e a aquisição de novos conhecimentos permitiram aos jovens reunir mais recursos, bem como sentirem-se mais confiantes, mais seguros e mais capazes no seu próprio processo de autonomização (Brites et al., 2016; Gomes, 2010; Hermosa et al., 1998; Leandro et al., 2006).

Por fim, os jovens consideraram que o OE2.5, “Projetar o futuro de forma realista” (Apêndice K, pp.312-313), tinha também sido concretizado, pelo desenvolvimento da capacidade de definir metas a curto, médio e longo prazo, refletindo acerca do passado e do presente, no sentido de criar um fio condutor e reflexões acerca do que era necessário e pretendido para o futuro (Gomes, 2010; Leandro et al., 2006; Jardim & Pereira, 2006). Avaliando o OE2.5, o Arlindo considerou que “foi difícil de projetar,

mas consegui. A curto prazo é exequível, mais do que isso é muito difícil mesmo (...). Mas, sinto que tenho uma visão mais clara do que quero, e isso também devo a ti e ao grupo em que estive. Devo admitir que não pensava muito nisto”. A Leonor concordou, mencionando que “temos os pés mais assentes na terra. Refleti sobre o que ouvi de ti e dos meus colegas e ajudou-me a perceber muita coisa. Estou a fazer de tudo para ter metas como falámos. Antes não pensava muito nisto”. A Núria reconheceu igualmente a importância de ter metas, considerando que ter clarificado e compreendido o que tinha sido explorado tinha-lhe permitido “ter uma perceção da vida mais real”. A Joana, reconhecendo a dificuldade de planear a longo prazo, identificou como positiva a capacidade de “definir objetivos concretos e ter uma noção mais real da vida, apesar de o caminho ainda ser longo”. Por fim, a Leonor concluiu que “sei que, quando tiver eu de tomar decisões mais concretas, vou lembrar-me de tudo o que falámos e de cada sessão em particular”, demonstrando que se tinham tratado de aprendizagens significativas.

No âmbito da Ação 2 são também de valorizar as conversas intencionais que foram decorrendo com os jovens, individualmente e em pequenos grupos. Estas contribuíram para a evolução gradual da participação e envolvimento do grupo favoreceram o desenvolvimento de competências pessoais e possibilitaram o reconhecimento da importância de ponderar e refletir sobre o futuro (Apêndice L, pp.325-328).

No que respeita à avaliação desta Ação pelos profissionais, de forma geral, todos consideraram ter sido positiva, já que “é sempre útil, há sempre algo que fica do trabalho desenvolvido. Tenho a certeza que eles deram valor, eles próprios diziam isso” (Ed. Cláudia). A Ed. Ana reforçou que “os jovens falaram-me das tuas sessões. Não vou dizer que todos tinham o mesmo envolvimento ao falar, mas alguns expressavam mesmo o gosto que tinham em estar presentes, notava-se que gostavam bastante”. Esta ideia foi também partilhada pelo Ed. Pedro e pelas Dra. Sofia e Dra. Sara, salientando a motivação transmitida pelos jovens ao longo das sessões. A Ed. Mariana acrescentou que tinha sentido que as competências adquiridas tinham possibilitado aos jovens um maior envolvimento nas próprias rotinas institucionais. A evolução gradual dos mesmos foi também sentida pelos profissionais, como foi

notório nas palavras da D. Magda: “senti que o discurso deles foi alterando-se ligeiramente, tendo mesmo referido que têm que fazer tarefas e ter responsabilidade, mas é esse trabalho que os prepara para a vida” (Apêndice M, 329-330).

A Ação 3, “Projetar o futuro”, pretendia contribuir para a concretização do OG4 “Contribuir para a existência do papel do ER” e respetivos OE. Neste âmbito, as conversas intencionais e as sessões exploratórias contribuíram, por si só, para a resolução do problema e satisfação das necessidades. Tal como referiu a Dra. Sofia, “as conversas realizadas ajudaram a terminar com uma falsa questão” (Apêndice K, p.324). Consideramos que, por via desse trabalho, foram possíveis as reflexões que estimularam uma maior atenção sobre o problema e o reconhecimento da sua importância, nomeadamente no âmbito da promoção da autonomia dos jovens, bem como uma maior predisposição para a criação de estratégias para a sua resolução. A opinião da Ed. Rita reforçava precisamente esta ideia, defendendo que “foi útil porque identificámos contigo e foi contigo que discutimos o assunto. Não metíamos o papel em prática, portanto, não fazia sentido continuar assim”. A mesma acrescentou que “só depois dessa sessão é que levámos o tema para reuniões de equipa e posteriormente para o profissional externo. Portanto, o facto de teres trazido o tema para a sessão, deu-nos a oportunidade de refletir e debater, foi muito positivo” (Apêndice K, p.324). Neste sentido, foi valorizado por parte de todos profissionais o papel do ER e as suas funções. Com efeito, este tem um impacto crucial no desenvolvimento dos jovens, estimulando-os no sentido de se tornarem adultos mais autónomos e independentes (Gomes, 2010; Strecht, 2004).

Face a tudo o que foi referido, consideram-se como principais resultados do Projeto: as mudanças nas dinâmicas e rotinas dos jovens, já enunciadas ao longo da avaliação de processo e de produto; os profissionais mostrarem-se mais refletidos e reunirem com uma maior regularidade; e, por fim, passar a existir a figura do ER. Relativamente aos jovens, estes demonstravam ser mais críticos e reflexivos, com maior confiança e satisfação pessoal, aceitando mais facilmente a opinião do outro e com capacidade para tomarem decisões conjuntas, recorrendo à negociação, o que foi facilitado pelo desenvolvimento de um trabalho em grupo. Reconhece-se que cada um dos jovens apresentava mais vontade de investir no futuro, e uma maior

consciencialização do que isso implicava, tendo referido em conversas, “sinto-me mais capaz” (Núria) “estou mais consciente e preparado” (Filipe) (Apêndice L, pp.325-328). Assim, o desenvolvimento do Projeto permitiu ir ao encontro da finalidade proposta, verificando-se que os jovens manifestavam ganhos ao nível da sua autonomia, apresentando uma crescente evolução ao nível das dimensões cognitiva, emocional e funcional (Gomes, 2010; Noom et al., 2001). Foi também visível um crescente sentido de responsabilidade, sendo este estimulado ao longo das sessões, a par de um maior envolvimento e participação por parte dos jovens. No entanto, apesar de terem sido trabalhadas as questões da gestão financeira e de empregabilidade, não se evidenciaram alterações significativas a este nível, sendo de valorizar a integração profissional do Lourenço. De igual forma, é de realçar a atitude mais proativa dos restantes jovens no que respeita à procura de emprego. No que toca ao trabalho desenvolvido com os profissionais, é de salientar que a equipa se encontrava mais reflexiva e motivada, embora se reconheça que existiram diferentes níveis de envolvimento por parte dos profissionais e que cada um apresentava distintas motivações no que respeita à continuidade deste tipo de intervenção, face à exigência e à necessidade de cumprimento das tarefas diárias (Dra. Vera). Todavia, de uma forma geral, os profissionais reconheceram a importância de mudarem, refletiram e repensaram as suas práticas profissionais, estando mais predispostos para adequá-las no sentido de responder às reais necessidades das crianças e jovens, no âmbito de um trabalho participado entre todos (Apêndice K, pp.231-238).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após um longo e profícuo caminho, consideramos que as aprendizagens e experiências foram tão diversas e marcantes que alteraram para sempre a nossa mundividência, sendo por isso impossível que o trabalho escrito reflita tudo aquilo que experienciámos ao longo de mais de 500 horas. O trabalho encetado na CAR transcendeu amplamente o Projeto, quer no acompanhamento aos profissionais, quer no acompanhamento às crianças e jovens que conhecemos de forma individualizada nas nossas sessões no apoio ao estudo, na ida a consultas e em tantos momentos mais lúdicos que partilhámos e que nos permitiram conhecer a idiossincrasia das crianças e jovens, para mais facilmente irmos ao encontro dos seus gostos e expetativas.

O trabalho desenvolvido permitiu uma maior articulação e um maior envolvimento das diferentes equipas através da criação de momentos de reflexão sobre as práticas adotadas e, em algumas situações, a sua conseqüente reformulação. No que concerne aos jovens, a sua noção do conceito de autonomia foi exponenciada, pois geralmente associavam-na apenas à componente funcional. Conseguimos que os jovens se tornassem mais reflexivos, críticos e seguros, tanto no que diz respeito a aspetos pessoais, como da sua mundividência, tornando-se mais capazes de aceitar a opinião do outro, de tomarem decisões conjuntas e de se prepararem para o futuro. No entanto, os domínios da gestão financeira e da empregabilidade não registaram mudanças de fundo, ainda que tenha sido notória a proatividade dos jovens na procura de emprego. Assim, embora se reconheça que a desinstitucionalização segura de todos os jovens seria uma utopia a alcançar, consideramos que o desenvolvimento do Projeto permitiu caminhar nesse sentido, (re)construindo o caminho, como o próprio nome indica. Com efeito, o Projeto permitiu o desenvolvimento e/ou reforço de capacidades, de competências e de recursos, tanto para os profissionais, como para os jovens, agora mais preparados para promoverem o processo de autonomização. Com base numa relação empática, o trabalho dos profissionais estará a contribuir para que estas instituições se aproximem o mais possível de um ambiente familiar,

proporcionando um trabalho de maior proximidade, potenciador do pleno desenvolvimento do menor. Permitiu também conscientizar os jovens para a importância de apostarem em mecanismos de promoção da autonomia, embora seja necessário um trabalho contínuo e exigente com estes jovens.

Importa também referir os resultados indiretos do Projeto, sendo de realçar as mudanças nas regras e nas rotinas de outras crianças e jovens, fruto da alteração das práticas institucionais. Além disso, os problemas não priorizados foram reconhecidos como pistas para futuras intervenções, de acordo com a DT. Não obstante existirem diferentes graus de motivação entre os profissionais, geralmente atribuídos à sobrecarga de tarefas diárias, foi genericamente reconhecida a importância do trabalho de promoção da autonomia para o futuro dos jovens.

Após algum distanciamento, consideramos que, ao realizar uma nova avaliação do contexto e um novo desenho de projeto poderiam surgir mudanças, nomeadamente, seria importante a partilha de experiências por parte de jovens que viveram em acolhimento residencial. Esta teria como objetivo a valorização do trabalho desenvolvido e a consciencialização para a importância de preparar o futuro.

Não poderíamos finalizar sem referir a necessidade de repensar o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo, nomeadamente: reduzir o número de crianças e jovens acolhidos; existirem mais casas mistas; e haver uma maior proximidade de idades entre jovens os menores acolhidos (Delgado, 2006; Gomes, 2010). Consideramos que estas alterações permitiriam um maior investimento na promoção da autonomia e uma maior aproximação de um ambiente familiar, num trabalho de maior proximidade, potenciador do pleno desenvolvimento do menor. De reforçar a importância da promoção da autonomia, que assume um papel axial na integração social destes jovens, devendo iniciar-se o mais cedo possível e consolidar-se durante o período do acolhimento (Gomes, 2010). Por fim, é importante reconhecer que todas as reflexões explanadas ao longo deste Relatório tornaram-se possíveis pela existência da considerada “distância ótima”. Esta permitiu que todo o trabalho fosse desenvolvido de forma completa, num equilíbrio constante entre uma proximidade essencial para o desenvolvimento dos jovens e um afastamento que garantiu a racionalidade nas práticas (Carvalho & Baptista, 2004).

REFERÊNCIAS

- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas?: Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado, & R. Gonçalves (Coords), *Violência e vítimas de crimes: Vol. 2 – Crianças* (pp.223-244). Coimbra: Quarteto Editora.
- Ander-Egg, E. (1990). *Repensando la investigación-acción-participativa: Comentarios, críticas y sugerencias*. México: Editorial el Ateneo.
- Arnett, J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Borges, C., & Magalhães, A. (2009). Transição para a vida adulta: Autonomia e dependência na família. *Psico*, 40(1), 42-49.
- Boutinet, J. (2002). *Antropologia do projecto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Brites, J., Batista, V., Ribeiro, E., & Cordeiro, L. (2016). Projeto de vida em lares de infância e juventude: Perspectivas dos técnicos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 83-92.
- Brown, J. (2005). *The world café: Shaping our futures through conversations that matter*. United States of America: Berrett-Koehler Publishers.
- Calheiros, M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., Jesus, H., & Garrido, M. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In M. Calheiros & M. Garrido (Orgs.), *As crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção* (pp.241-293). Lisboa: Edições Sílabo.
- Carvalho, A., & Batista, I. (2004). *Educação social: Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Ceballos, P. (1989). *Un metodo para la investigacion-accion participativa*. Madrid: Editorial Popular.

- Cembranos, F., Montesinos, D., & Bustelo, M. (2003). *La animación sociocultural: Una propuesta metodológica* (10ª Ed.). Madrid: Editorial Popular.
- Céspedes, A. (2014). *Educar as emoções*. Lisboa: Editorial Presença.
- Costa, A. (2007). A pesquisa de terreno em Sociologia. In A. Silva, & J. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (14ª Ed., pp.129-148). Porto: Edições Afrontamento.
- Coutinho, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: Metodologia preferencial nas práticas educativas. *Psicologia Educação e Cultura*, 13(2), 455-479.
- Coutinho, C. (2013). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2ª Ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Decreto-Lei n.º 142/2015. *Segunda alteração à Lei de Jovens em Perigo*, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de Setembro. Diário da República – I Série – N.º175 de 8 de Setembro de 2015, 7198-7232.
- Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança: Da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.
- Esteves, A. (2007). A investigação-ação. In A. Silva, & J. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (14ª Ed., pp.129-148). Porto: Edições Afrontamento.
- Ferreira, M., & Nelas, P. (2006). Adolescências... adolescentes.... *Millenium – Journal of Education, Technologies and Health*, 32(11), 141-162.
- Fleming, M. (1993). *Adolescência e autonomia: O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Franco, V. (2007). Dimensões transdisciplinares do trabalho de equipe em intervenção precoce. *Interação em Psicologia*, 11(1), 113-121. Disponível em [http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/1331/1/Dimens%C3%B5es%20\(publicado\).pdf](http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/1331/1/Dimens%C3%B5es%20(publicado).pdf)
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Lisboa: Texto Editores.
- Guerra, I. (2010). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação: O planeamento em ciências sociais* (2ªEd.). Paredes: Príncipia.
- Hermosa, E., Cano, R., & Aguilera, B. (2006). El proceso de intervención en la atención residencial. In R. Cano, & E. Hermosa (Eds.), *Manual de buena práctica para la*

- infancia y adolescencia* (pp. 49-118). Madrid: Federación de Asociaciones para la Prevención del Maltrato Infantil.
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2003). *Manual de boas práticas – Um guia para o acolhimento residencial das crianças e dos jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I. P.
- Jardim, J., & Pereira, A. (2006). *Competências pessoais e sociais: Guia prático para a mudança positiva*. Porto: ASA.
- Kuhn, T. (2001). *A estrutura das revoluções científicas* (6ª Ed.). São Paulo: Editora Perspectiva.
- Latorre, A. (2003). *La investigación-acción: Conocer y cambiar la práctica educativa*. Barcelona: Editorial Graó.
- Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M., & Carvalho, R. (1998). *Manual de boas práticas: Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I. P.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação qualitativa: Fundamentos e práticas* (Tradução de M. Reis). Lisboa: Instituto Piaget.
- Lessard-Hébert, M. (1996). *Pesquisa em educação* (Tradução de M. Rutler). Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantado do chão...com os pés assentes na terra: Desenvolvimento local e investigação participativa - Animação comunitária* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53042>
- Martins, P. (1997). Planificação da actividade e tomada de consciência na criança. In M. Pinto, & M. Sarmiento, *As crianças: Contextos e identidades* (pp.147-216). Braga: Centro de Estudos da Criança – Universidade do Minho.
- Martins, P. (2005). O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional: Elementos para uma análise da ecologia da interpersoalidade. Comunicação apresentada no Encontro Inadaptação Social: Transformações, Avaliação e Intervenção, Porto, Portugal.
- Mendonça, M. (2002). *Ensinar e aprender por projectos*. Porto: ASA Edições.

- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projectos de intervenção social: Reflexões a partir de uma prática. *Sociologia: Problemas e Práticas*, 22, 137-154.
- Mota, C., & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise Psicológica*, 2(18), 245-254.
- Noom, M., Dekovic, M., & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of Youth and Adolescence*, 30(5), 577-595.
- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e sociologia: Questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20, 395-410.
- Petrus, A. (coord). (1997). *Pedagogía social*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado. *Análise Psicológica*, 4(27), 509-521.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de investigação em Ciências Sociais* (6ª Ed.; Tradução de J. Marques, A. Mendes, & M. Carvalho). Lisboa: Gradiva.
- Robertis, C. (2011). *Metodologia da intervenção em trabalho social*. Porto: Porto Editora.
- Santos, B. (2010). *Um discurso sobre as ciências* (16ª Ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Serrano, G. (2003). *Pedagogía social educación social: Construcción científica e intervención práctica* (4ª Ed.). Madrid: Narcea.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projectos sociais: Casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Silva, A. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Simões, J., Fonseca, M., & Belo, A. (2006). Relação de ajuda: Horizontes e existência. *Revista Referência*, 2(3), 45-54.
- Siqueira, A., & Dell’Aglío, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: Uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80.

- Soares, N. (2006). A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem Fronteiras*, 6(1), 25-40.
- Strecht, P. (2004). *Crescer vazio*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Strecht, P. (2005a). *Preciso de ti*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Strecht, P. (2005b). *Interiores*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Stufflebeam, D., & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática: Guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Timóteo, I. (2010). *Educação social e relação de ajuda – Representações dos educadores sociais sobre as suas práticas* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Évora, Évora, Portugal.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação social transformadora e transformativa: Clarificação dos sentidos. *Sensos*, 2(1), 11-26. Disponível em <http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/6296/1/Sensos%203%20-%20Educacao%20Social.pdf>
- Valle, J., & Arteaga, A. (2009). Abordaje de problemas de comportamiento e intervención en crisis. In A. Arteaga & J. Valle (Coords), *Intervención socioeducativa en acogimiento residencial* (pp.165-200). Cantabria: Dirección General de Políticas Sociales.
- Valle, J., & Quintanal, J. (2006). *Umbrella, habilidades para la vida*. Oviedo: ASACI.

VOLUME II

ÍNDICE VOLUME II

Apêndices	91
Apêndice A: Consentimentos informados para a participação num Projeto Social	92
Consentimento dos Profissionais	92
Consentimento dos Jovens	93
Apêndice B: A Casa de Acolhimento Residencial	94
Descrição do Espaço Físico	94
Plano de Atividades	95
Apêndice C: Caracterização das Crianças e Jovens acolhidas na CAR	98
Apêndice D: Registo das Conversas Intencionais	103
Conversas Intencionais: Profissionais	103
Conversas Intencionais: Crianças e Jovens	132
Apêndice E: Exploração dos Problemas e Necessidades e Priorização	160
Apêndice F: Sessão de Seleção de Jovens com Projeto de Vida: Autonomização	180
Apêndice G: Caracterização dos “Protagonistas da Própria Ação”	186
Núria	186
Leonor	187
Filipe	189
Arlindo	190
Joana	191
Lourenço	192
Apêndice H: Desenho do Projeto “(Re)Construir o Caminho”	194
Apêndice I: O Nome do Projeto e das Ações	200

Apêndice J: Projeto “(Re)Construir o Caminho” - Calendarização	202
Ação 1 – “Refletir para Agir”	202
Ação 2 – “Protagonistas da Própria Ação”	202
Ação 3 – “Projetar o Futuro”	204
Apêndice K: Registo do Desenvolvimento do Projeto	205
Ação 1 – “Refletir para Agir”	205
Ação 2 – “Protagonistas da Própria Ação”	239
Sessões: Competências Pessoais e Sociais	246
Sessões: Emprego	276
Sessões: Serviços na Comunidade	290
Sessões: Gestão Financeira	295
Sessão de Avaliação: Ação 2	308
Ação 3 – “Projetar o Futuro”	314
Apêndice L: Acompanhamento Individual	325
Apêndice M: Registo Conversas Intencionais após Desenvolvimento do Projeto	329

APÊNDICES

APÊNDICE A: CONSENTIMENTOS INFORMADOS PARA A PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO SOCIAL¹

Consentimento dos Profissionais

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os mestrandos/as concebem e desenvolvem um Projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Filipa Monteiro foi acolhida na Instituição “X”, para o desenvolvimento do Projeto. O envolvimento de profissionais é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do Projeto. A mestranda elaborará um relatório escrito, que será avaliado e que estará disponível on-line, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da Instituição. Este documento, que tem o nome da Instituição e do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no Projeto, solicita-se que assine este consentimento.

¹ Estes consentimentos foram assinados por todos os profissionais e jovens da CAR que constituíram o grupo, não sendo aqui divulgadas as suas assinaturas.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Aceito participar no Projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

Consentimento dos Jovens

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os mestrandos/as concebem e desenvolvem um Projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Filipa Monteiro foi acolhida na Instituição “X”, para o desenvolvimento do Projeto. O envolvimento dos jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do Projeto. A mestranda elaborará um relatório escrito, que será avaliado e que estará disponível on-line, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes nem o nome da Instituição. Este documento, que tem o nome da Instituição e do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no Projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Aceito participar no Projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social.

APÊNDICE B: A CASA DE ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

Descrição do Espaço Físico

Partindo de conversas intencionais iniciais, da leitura atenta do Regulamento Interno e da observação participante, foi possível constatar que a CAR era constituída por quatro pisos, sendo estes: a cave, o rés-do-chão, o 1º piso e o 2º piso (CAR, 2014).

A cave era considerada uma zona de serviços – lá se encontrava a zona de frios com uma câmara de refrigeração e uma câmara de congelação, o armazém de tubérculos, três salas de arrumos, a rouparia, a lavandaria (com pátio interior), dois balneários com instalações sanitárias, a despensa de artigos de limpeza, a sala de estudos das crianças e jovens que frequentavam o 2.º e 3.º Ciclos e o Ensino Secundário. Para além destes, destaca-se a existência de uma sala polivalente que continha dois pátios interiores.

Tal como acontecia na cave, o rés-do-chão era também considerado uma zona de serviços, que apresentava uma zona administrativa (secretaria, dois gabinetes técnicos, sala de reuniões e duas instalações sanitárias de apoio à zona administrativa), uma sala de atendimento, um gabinete para a ET da CAR com instalação sanitária, um gabinete médico com instalação sanitária, a cozinha e o refeitório, uma sala de arrumos de louças e, por fim, uma despensa de secos e uma despensa de frescos.

O 1º piso era destinado a crianças de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos. Para além disso, este piso destinava-se também a todas as crianças e jovens do género feminino. Este piso era constituído por quatro quartos triplos, um quarto duplo e um quarto individual para isolamento, com instalações sanitárias, tendo capacidade para acolher 15 crianças e jovens. Havia ainda uma sala de apoio, duas salas de arrumos, uma sala para trabalhos manuais, uma sala de TV/vídeo, uma sala de atividades lúdicas, a sala de estudo do 1.º Ciclo, um balneário coletivo, instalações sanitárias para crianças e jovens com NEE e uma sala para os monitores.

O 2º piso destinava-se exclusivamente a crianças e jovens do género masculino, a partir dos 11 anos. Este piso era constituído por seis quartos triplos, um quarto duplo e um quarto individual, para isolamento, com instalações sanitárias. Possuía, ainda, uma sala de monitores, uma sala de computadores, um balneário, instalações sanitárias para crianças e jovens com NEE e uma sala de convívio. Este piso tinha capacidade para acolher 20 crianças e jovens.

Na parte exterior, existia ainda um jardim, um parque de estacionamento e um campo de jogos.

As conversas intencionais estabelecidas mostraram que as equipas e as crianças e jovens eram unânimes em considerar as instalações da CAR recentes e adequadas.

Plano de Atividades

Relativamente ao plano de atividades, é de referir que este era delineado pela ET e pela EE, sendo que esta última tinha uma responsabilidade acrescida. Assim, e tendo em conta as conversas estabelecidas com as equipas mencionadas, considera-se que à EE estava incumbida a função de organização de todas as atividades recreativas, enquanto que à ET estava incumbida a função de organizar e orientar atividades formativas/ informativas. O plano de atividades é organizado anualmente sendo que, segundo o que se pôde constatar através das conversas intencionais estabelecidas, este tinha em conta as atividades que as crianças e jovens apreciaram mais, bem como as sugestões que os mesmos iam apresentando ao longo do ano, nomeadamente, no Projeto “Assembleias da Casa”. Além disso, a Dra. Beatriz salientou que, no final de cada atividade, cada jovem tinha que preencher um formulário acerca da atividade, bem como os profissionais que nela participaram.

O plano de atividades subdivide-se em seis pontos: **festejo de dias comemorativos**, como o caso do dia de Reis, o Carnaval, o Dia Mundial da Criança, festa do São João, Natal e Passagem de Ano; **atividades lúdico-recreativas-pedagógicas**, como o caso da visita ao museu Futebol Clube do Porto, “workshop” da Páscoa, “workshop” de

culinária, convívio em Mira, cuidar do que é nosso, jardim a crescer, acampamento, visita ao Portugal dos Pequeninos, convívio inter-instituições, almoço no Mac Donald's, vamos explorar a quinta; **atividades culturais**, como o caso do roteiro de Portugal, visita ao Planetário do Porto, musical Mama Mia, idas ao cinema e ida à feira medieval; **atividades desportivas**, como é o caso da natação, do rugby, mini-golf, idas ao ginásio, torneio de futebol entre casas de acolhimento, e jogos de basquetebol; **atividades sociais**, como o caso da catequese, dos escuteiros e do banco alimentar; por fim, as **atividades formativas/informativas**, que englobam o treino de competências, o Projeto "Eu e os Outros", as Assembleias da casa, e o Projeto "Sarilhos Amarelo".

As Assembleias da casa tinham como objetivo promover o sentido de pertença dos jovens da casa, bem como fomentar a boa comunicação entre todos. Pelo que se pôde verificar através da observação participante, nesta atividade os jovens são incentivados a partilhar as suas inquietações relativamente ao funcionamento da Instituição, discutindo em grande grupo o problema em questão. Assim, evidenciam-se alguns problemas debatidos em algumas sessões: tempo do uso do telemóvel, hora de deitar aos fins-de-semana, pequenos furtos ocorridos entre jovens, almoços frios (para os jovens que precisam de levar) pouco variados, e as regras sem sentido – nome atribuído pelos jovens em relação às regras excessivas. Durante a sessão, a Dra. Beatriz que era responsável pela orientação deste Projeto vai redigindo uma ata (que está projetada) sobre os assuntos que foram abordados, sendo que esta é lida no final da sessão. A ata é posteriormente enviada para a ET e EE, e sempre que surgirem assuntos que necessitem de um acordo (como o caso da hora de deitar ao fim de semana e a extensão do uso do telemóvel), era solicitada a opinião pessoal dos profissionais para que a decisão seja tomada por todos.

Considera-se assim que a CAR contava com um plano anual de atividades diversificado, que tentava ir ao encontro dos gostos e interesses das crianças institucionalizadas. No entanto é de referir que, tal como foi mencionado por vários jovens, nem todas as atividades iam ao encontro dos seus interesses pessoais, mas, quando questionados, salientaram que percebem a situação, uma vez que como afirma a Joana "somos muitos, e como tal, não dá para agradar todos de uma vez".

Através dos discursos das crianças e jovens podemos destacar as seguintes atividades preferidas pelas crianças e jovens: o acampamento, as atividades desportivas, bem como as saídas pontuais aos fins-de-semana. Os mesmos destacaram como as atividades de que menos gostam, as visitas aos museus ou a monumentos que normalmente eram oferecidas por empresas/ entidades. A este respeito, a Dra. Beatriz referiu que, quando eram atividades oferecidas, muitas vezes a equipa sabe que as crianças e jovens não iam gostar, mas que, na sua opinião, não seria correto recusar as ofertas, sendo estas feitas com boas intenções.

Para além do referido, importa salientar que as crianças e jovens eram incentivados pela ET e pela EE para participarem em atividades extracurriculares que iam ao encontro dos seus gostos pessoais. Assim, as atividades extracurriculares nas quais as crianças e jovens participavam eram: o futebol americano (um jovem), o rugby (um jovem), o teatro (um jovem), o futebol (uma criança e três jovens), o ballet e dança contemporânea (um jovem), a dança (cinco jovens), a natação (três crianças), e por fim, o kickboxing (uma jovem).

APÊNDICE C: CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOLHIDAS NA CAR

Criança/ Jovem	Idade	Proveniência	Escolaridade	Motivos de institucionalização	Tempo institucionalização	Medida	Treino de Competências
Dinis	6 anos	Vila Nova de Gaia	1º ano	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar.	> 6 meses	Reintegração Familiar	
Ricardo	11 anos	Vila Nova de Gaia	4º ano	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar.	> 6 meses	Reintegração Familiar	
Santiago	8 anos	Porto	2º ano	Negligência: ao nível da educação; falta de supervisão e acompanhamento familiar.	1 ano	Reintegração Familiar	
Filipa	10 anos	Porto	3º ano	Negligência: ao nível da educação; falta de supervisão e acompanhamento familiar.	1 ano	Reintegração Familiar	
Júlio	14 anos	Matosinhos	8º ano CEI	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes; Orfandade.	3 anos	Acolhimento Permanente	
Rúben	16 anos	Gondomar	6º ano	Negligência: ao nível da educação; ao nível da saúde; falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.	1 ano	Reintegração Familiar	Cozinha e Lavandaria
Mafalda	12 anos	Gondomar	6º ano CEF	Negligência: ao nível da educação; ao nível da saúde; falta de supervisão e	1 ano	Reintegração Familiar	

				acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.			
Raúl	16 anos	Vila Nova de Gaia	8º ano CEF	Mau trato Psicológico ou emocional: rejeição ativa.	2 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Maria Inês	12	Vila Nova de Gaia	7º ano	Mau trato Psicológico ou emocional: rejeição ativa.	2 anos	Autonomização	
Adriano	14	Porto	8º ano CEI	Negligência: ao nível da educação; ao nível da saúde; falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes. Abuso sexual: exposição verbal/ física a linguagem ou comportamento de cariz sexual; aliciamento sexual. Comportamentos desviantes	2 anos	Autonomização	
João	16	Maia	9º ano	Negligência: exposição a modelos parentais desviantes. Mau trato Psicológico ou emocional: rejeição ativa.	1 ano	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Sofia	14 anos	Trofa	8º ano	Falta de supervisão e acompanhamento familiar; orfandade; ausência temporária de suporte familiar.	6 anos	Autonomização	

Afonso	15	Marco de Canavezes	9ºano CEF	Negligencia: face a comportamentos de risco da criança/jovem; falta de supervisão e acompanhamento familiar. Comportamentos Desviantes.	> 1 ano	Sem medida definida	Cozinha e Lavandaria
Marco	16	Porto	10º ano	Pedi a sua institucionalização	> 1 ano	Sem medida definida	Cozinha e Lavandaria
António	15	Matosinhos	7º ano	Negligência: ao nível da educação; falta de supervisão e acompanhamento familiar.	> 1 ano	Reunificação Familiar	Cozinha e Lavandaria
Leonor	17	Porto	9º ano	Mau trato psicológico ou emocional: rejeição ativa. Negligência: ao nível da saúde; exposição a modelos parentais desviantes.	15 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Ivo	13 anos	Matosinhos	6º ano	Negligência: face a comportamentos de risco da criança/jovem; falta de supervisão e acolhimento familiar. Mau trato psicológico ou emocional: rejeição ativa. Comportamentos desviantes.	> 1 ano	Reunificação Familiar	
Sandro	17 anos	Porto	9º ano CEI	Negligência: ao nível da educação; falta de supervisão e acompanhamento familiar.	7 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Joana	18 anos	Matosinhos	11º ano Prof.	Negligencia: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.	14 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria

Lourenço	19	Matosinhos	Já tinha concluído o 12º ano	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.	7 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Salvador	18 anos	Porto	11º ano	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.	12 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Núria	17 anos	Póvoa de Varzim	10º ano	Mau trato físico. Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes. Abuso sexual: exposição verbal/física a linguagem ou comportamento de cariz sexual; Aliciamento sexual. Ausência temporária de suporte familiar	6 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Arlindo	18 anos	Porto	12º ano	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar.	2 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Miguel	10	Porto	4º ano	Negligência: ao nível da educação; exposição a modelos parentais desviantes. Ausência temporária de suporte familiar.	5 anos	Reintegração Familiar	
Carolina	13 anos	Matosinhos	8º ano	Maus tratos físico. Mau trato psicológico ou emocional. Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos de comportamento desviante. Orfandade.	5 anos	Reintegração Familiar	

Carlos	16 anos	Vila Nova de Gaia	10º ano CEI	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar. Ausência temporária de suporte familiar.	8 anos	Acolhimento Permanente	
Filipe	17	Porto	9º ano CEF	Negligência: Face a comportamentos de risco da criança/jovem. Comportamentos desviantes.	2 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria
Iara	16	Matosinhos	9º ano CEF	Mau trato físico. Mau trato psicológico ou emocional. Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos de comportamento desviante. Orfandade.	5 anos	Reintegração Familiar	Cozinha e Lavandaria
Mário	19	Matosinhos	Curso de especialização tecnológico	Mau trato físico. Mau trato psicológico ou emocional. Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos de comportamento desviante. Orfandade.	5 anos	Reintegração Familiar	Cozinha e Lavandaria
Maria João	15	Matosinhos	10º ano Prof.	Negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.	7 anos	Autonomização	Cozinha e Lavandaria

APÊNDICE D: REGISTO DAS CONVERSAS INTENCIONAIS

Conversas Intencionais: Profissionais

Na conversa intencional com a **Dra. Beatriz** esta referiu que trabalha na Instituição há 14 anos, desempenhando desde sempre o papel de gestora de casos. Acompanhava 12 crianças e jovens, número limite que se pode acompanhar em simultâneo. Como referiu, cabe ao gestor de casos acompanhar a criança ou jovem desde o momento da receção até ao momento da sua desinstitucionalização, sendo, durante esse tempo, o “representante legal da criança ou jovem”. Acrescentou que, para além dessas funções, o gestor de caso também faz acompanhamentos domiciliários, tem que ir a consultas médicas, a reuniões na escola, articulando com todas as entidades que estão a trabalhar com a família. Quando questionada sobre as relações inter e intra equipas, referiu que a ET “é uma equipa que trabalha de forma coesa, que tem objetivos semelhantes. Partilhámos com regularidade as informações entre nós e ajudamo-nos mutuamente”. Acrescentou ainda que “esta realidade é desgastante, sobretudo a nível emocional. Por esse motivo, tentamos ajudar-nos como podemos... damos força umas às outras”. Ainda relativamente à ET, a Dra. Beatriz referiu que esta reúne de “15 em 15 dias com o gestor de qualidade (figura externa à Instituição), sendo que este acordo não é formal (pedido feito pela equipa para melhorar os serviços, desde 2012)”. Mencionou ainda que, para além desse acompanhamento, reunia-se com um técnico exterior (licenciado em Serviço Social) para supervisão, com frequência mensal. Como reforçou, nestas reuniões são discutidos temas como: dinâmicas da casa, estratégias de resolução de problemas e discussão de casos concretos. Considerava estas reuniões bastante positivas para a Instituição por “trazerem uma visão externa, e por orientar a equipa para a tomada de decisões”.

Relativamente à EE, referiu que era composta por nove profissionais, que tinham como funções “participar e auxiliar nas tarefas diárias das crianças e jovens, garantindo a qualidade dos serviços prestados, organizar e participar nas atividades organizadas

pela Instituição, manter o sigilo em relação às informações relativas às crianças e jovens, supervisioná-las, fazendo chegar situações relevantes à ET”, zelando assim pela boa circulação da informação. Acrescentou ainda que “trabalhamos todos os dias para este fim, no entanto, não é uma tarefa fácil pela dimensão que a casa tem”. Para isso, referiu que “criamos algumas estratégias para auxiliar na circulação da informação, como o quadro que temos na entrada, onde estão afixadas as informações mensais mais importantes e as recomendações diárias, que são lidas todos os dias pelos profissionais que entram ao serviço. Trocamos, também, com regularidade emails com algumas informações importantes”. A Dra. Beatriz realçou que as ocorrências eram partilhadas por email entre profissionais, e que era sempre enviado pela pessoa que tinha presenciado a situação, sendo esta também a responsável por aplicar a medida reparadora, tendo em conta a gravidade da situação. Como forma de ilustrar, podemos dar o exemplo de um jovem que faltava às aulas. Quando chegava à Instituição, este jovem para além de cumprir a hora de estudo prevista nas suas rotinas diárias, teria que compensar com mais uma ou duas horas, mediante o número de faltas que tinha dado. Ainda relativamente à EE, a Dra. Beatriz mencionou os conflitos existentes entre os elementos que a constituem, pelo facto de ser uma equipa numerosa e com pontos de vista distintos. Paralelamente, também salientou que têm tido como constrangimento a manutenção de uma EE estável, ou seja, “estão sempre a entrar e a sair elementos, o que dificulta o trabalho que queremos vir a desenvolver com uma equipa coesa. Há muito trabalho a desenvolver. Também sei que o ordenado não é o mais aliciante e que o trabalho que é exigido não é fácil”. Relativamente à proximidade existente entre a ET e a EE, a Dra. Beatriz referiu que “considero que há uma grande proximidade, atualmente. Nem sempre aconteceu, mas fomos melhorando a este nível com o tempo”. Acrescentou ainda que “eles “são os nossos olhos no terreno. São eles que nos trazem as informações do dia a dia. Também acontece o contrário, a ET passar informações à EE”. A este respeito, a Dra. Beatriz salientou o facto de a ET criar estratégias diversificadas para que a informação estivesse acessível a todos, sendo de destacar: o quadro principal da entrada onde constavam informações mensais importantes, bem como recomendações diárias que deviam ser lidas sempre que um profissional entrava ao serviço; troca de emails com informações importantes ou

pedido de opiniões (por exemplo, quando queriam alterar uma regra, como, por exemplo, a assembleia da casa); e, por fim, as fichas de ocorrências, elaborados pela pessoa que tinha presenciado o sucedido - essa pessoa deveria aplicar uma “medida reparadora” que deveria ir ao encontro da falha cometida pela criança ou jovem. Como forma de ilustrar, podemos dar o exemplo de um jovem que faltava às aulas. Quando chegava à Instituição, este jovem, para além de cumprir a hora de estudo prevista nas suas rotinas diárias, teria que compensar com mais uma ou duas horas, mediante o número de faltas que tinha dado.

Em relação à EA, a Dra. Beatriz referiu que a equipa era constituída por sete elementos, tendo uma variedade de serviços – duas cozinheiras, uma roupeira, um motorista, uma escriturária, um auxiliar de serviços gerais e uma empregada de limpeza. Assim, as cozinheiras tinham a função de confeccionarem as refeições para todo o grupo, auxiliarem no treino de competências, nomeadamente ensinarem os jovens a confeccionarem a sua própria refeição, sendo que, como já foi referido, na prática esta função não era cumprida. A roupeira tinha como função o tratamento das roupas, auxiliando também no treino de competências dos jovens. A escriturária cumpria tarefas de secretariado, estando também incumbida da função de gestão financeira da Instituição. O motorista era responsável pelas deslocações das crianças e jovens que não o faziam autonomamente. Por fim, o auxiliar de serviços gerais era responsável pela manutenção das instalações.

A Dra. Beatriz mencionou que esta equipa tinha mais ligação com a Dra. Vera, diretora técnica da CAR, uma vez que era esta que reunia, sempre que necessário, com a equipa e por departamentos. Para a mesma, a EA tinha proximidade com as restantes equipas, “no entanto, essa proximidade não é tão visível por ser um trabalho menos dependente do nosso”. A Dra. Beatriz ressaltou ainda que “as crianças e jovens também têm proximidade com esta equipa, no entanto, destaca-se a cumplicidade existente entre as crianças e jovens e a D. Alice e o Sr. Manuel”.

Destacou também o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos 16 voluntários da CAR, que “apoiam o estudo dos nossos meninos, nas disciplinas que estes mais precisam. Quem faz a gestão deste trabalho é a professora que está diariamente na sala de estudo”. Paralelamente, destacou o trabalho desenvolvido pelos estagiários

que integram todos os anos a CAR, referindo que “são vocês que nos trazem um olhar crítico da realidade, sendo esse bastante importante para nós”.

Quando questionada sobre os problemas existentes na CAR, a Dra. Beatriz mencionou a falta de autonomia por parte dos jovens, os conflitos existentes entre as jovens do 1º piso, as divergências entre a EE, a inexistência do papel do ER e a escassez de recursos humanos. No entanto, ao longo das conversas, a Dra. Beatriz referiu que o problema da escassez de recursos humanos, nomeadamente com a EE e de EA estava resolvido pelas contratações que haviam sido feitas. Isto não quer dizer, contudo, que, em situações de férias, “não se sinta a falta de profissionais. Mas aí, temos que reajustar as tarefas aos profissionais que estão a trabalhar”. Quando questionada sobre a opinião das crianças e jovens serem superprotegidos pelos profissionais na Instituição, a Dra. Beatriz referiu que concorda, reforçando que “para colmatar as lacunas que eles têm a nível afetivo, acabam por compensar noutras coisas e, por vezes, têm muito mais do que uma criança que esteja em casa com os seus pais”. Reforçou, ainda, que se trata de jovens com baixa autoestima, fruto das histórias de vida que apresentam, pouco críticos e reflexivos, o que tem grande impacto na sua vida do dia a dia.

Considerou que os jovens com NEE ainda são mais superprotegidos, não sendo envolvidos em tarefas como o treino de competências e estando sempre dependentes de terceiros para cumprir as tarefas, como o caso de cortar a barba.

A Dra. Beatriz salientou a proximidade existente entre a ET e as crianças e jovens, referindo que “isso é fruto de todo o trabalho que tentamos construir diariamente. Tentamos aproximar-nos o mais possível de um meio familiar, no entanto, sabemos que isso não é conseguido a 100%”, acrescentando que “somos uma referência para estas crianças e jovens. E é isso que pretendemos. Que eles olhem para nós como um exemplo”.

Relativamente à escola, a Dra. Beatriz salientou que “no ano letivo anterior houve 100% de sucesso escolar, portanto, acho que o trabalho que está a ser desenvolvido pela professora e pelos voluntários é excelente. Devo confessar também que é das áreas em que mais apostamos aqui na Instituição”.

No que concerne às crianças e jovens acolhidos, a Dra. Beatriz mencionou que nos últimos tempos acolhiam jovens com idades cada vez mais avançadas, sendo que isso trazia novos desafios para os profissionais, nomeadamente no que toca à imposição de regras e limites. A Dra. Beatriz descreve as crianças e jovens como sendo “iguais a todas as outras, mas com histórias de vida mais complicadas”, acrescentando que “têm muito potencial, são resilientes. Para mim, estas crianças e jovens têm que ser agarrados para se reerguerem”.

A Dra. Beatriz também considerou que as raparigas são mais conflituosas do que os rapazes, aborrecendo-se facilmente uma com as outras, o que faz com que “fiquem de costas voltadas durante algum tempo”; paralelamente, os rapazes têm, na opinião da mesma, outra maneira de solucionar os problemas, “são mais práticos. Resolvem no momento”. Relativamente às relações existentes entre as crianças e jovens, a Dra. Beatriz referiu que, esporadicamente, existiam alguns conflitos entre eles, mas eram raras as vezes em que implicavam agressões. Referiu que dentro do grande grupo havia muitos grupos, funcionando por amizades. Salientou que os dois jovens com NEE sentiram maior dificuldade em integrar-se no grupo, havendo pequenas desavenças, apesar de esporádicas. Nas ocorrências mais graves, a Dra. Beatriz referiu que a Instituição tinha por hábito chamar a polícia, para conscientizar os jovens acerca dos comportamentos errados e das consequências que poderiam acarretar para os mesmos. Para exemplificar, a Dra. Beatriz deu o exemplo do Ivo que tinha partido o vidro da sala dos monitores com uma cadeira. Consequentemente, chamaram a polícia, tendo relatado toda a situação. O jovem foi identificado, ficando com uma ocorrência. Deu ainda o exemplo dos jovens que faltam às aulas, e que, com regularidade, são identificados pela polícia, para evitar reincidências da falta de assiduidade. Questionámos a Dra. Beatriz acerca do que faziam nestas situações. Ela sublinhou que eram aplicadas medidas reparadoras aos jovens correspondentes ao erro cometido, neste caso, os jovens tinham que compensar na sala de estudo.

Relativamente ao trabalho de articulação com as famílias destes menores, a Dra. Beatriz salientou que, antes de ser adotada a medida de institucionalização, na maior parte dos casos, já existira apoio junto dos pais, tal como previsto na lei. No entanto, como evidencia “muitas vezes os pais não colaboram, mesmo depois da

institucionalização, o que leva a que, com regularidade, as medidas sejam prolongadas, muitas vezes sem necessidade”, tendo dado o exemplo do Miguel que tinha 10 anos e estava institucionalizado há quatro anos. Deu também o exemplo do Santiago e da Filipa que, na sua opinião, “já podiam ter tido outra medida, como a adoção” pela idade e também pelas suas características, acrescentando que “nem sempre era fácil aceitar a decisão dos pais de não cooperarem, apesar de todo o apoio que lhes tentavam prestar”. Ressalvou, ainda, que este trabalho com as famílias não era da competência da Instituição, referindo que “esse trabalho deve ser desenvolvido por entidades que tenham essas competências. Por isso, a nós cabe-nos o papel de encaminhar, sempre que possível, as famílias para essas entidades”. Mencionou ainda que a Instituição tinha como função fazer algumas visitas domiciliárias, marcadas com antecedência, no entanto, este trabalho só era desenvolvido com as famílias das crianças ou jovens que tivessem a reintegração familiar como Projeto de vida.

Em relação ao trabalho desenvolvido no sentido da autonomia, a Dra. Beatriz fez referência ao treino de competências (lavandaria e cozinha) que era desenvolvido por todos os jovens com idade igual ou superior a 15 anos. Na opinião da Dra. Beatriz, o trabalho que estava a ser desenvolvido a este nível não era suficiente, nem tão pouco bem executado, sobretudo a tarefa da cozinha. Segundo a mesma fonte, já houve algumas conversas com as cozinheiras a este respeito, no entanto, estas não mostram receptividade para mudar os hábitos, não reconhecendo a pertinência desse trabalho.

A nível da autonomia, a Dra. Beatriz referiu a grande importância dos trabalhos domésticos desenvolvidos por todos os jovens, por exemplo, a limpeza do próprio espaço, das casas de banho e gestão logística do refeitório, tarefas domésticas coletivas atribuídas em função da idade e da maturidade da criança ou jovem. A Dra. Beatriz evidenciou a sua preocupação relativamente a alguns jovens mais velhos que, na sua opinião, já deveriam ter um grau de autonomia superior ao que demonstravam. Era o caso do Lourenço que se encontrava desempregado há algum tempo. Na opinião da mesma, este jovem não tinha ambições e, portanto, não estava muito preocupado com o seu futuro, mesmo já tendo completado 19 anos e sabendo que dois anos depois teria que abandonar a Instituição. Como referiu, o Lourenço revelava, com as suas atitudes e comportamentos, pouca responsabilidade, fruto da sua imaturidade.

Para exemplificar, referiu que o jovem, ao receber o seu terceiro ordenado (antes de se ter despedido), foi comprar um iPhone 6S.

Por fim, e no que se reporta ao plano de atividades, a Dra. Beatriz salientou que era construído anualmente, estando em vigor de janeiro a dezembro. Para a sua construção, realiza-se uma reunião com os jovens, em que podem partilhar os seus gostos pessoais, propondo algumas atividades; para além disso, têm em atenção os formulários que são preenchidos ao longo do ano, no final de cada atividade, tanto pelo jovem como pelo profissional que a supervisionou. Concluiu que as atividades que compõem o plano de atividades são da responsabilidade da ET (nível formativo) e da EE (nível recreativo). Para além disso, a Dra. Beatriz lembrou que as entidades externas também oferecem, de vez em quando, atividades promovidas pelas próprias.

Este tipo de apoios, a par de apoios de ordem financeira e de parcerias institucionais foram considerados pela Dra. Beatriz como cruciais para o funcionamento da Instituição.

Na conversa intencional com a **Dra. Sara**, esta referiu que é Psicóloga Educacional, apesar de não desempenhar essa função na prática, justificando que “não se pode ser mãe e psicóloga ao mesmo tempo” e que trabalhava na CAR há 16 anos. A Dra. Sara começou por fazer referência à realidade, no geral, referindo que “este é um trabalho imprevisível e com um desgaste emocional enorme. Pela minha experiência, considero que nos deparamos cada vez mais com casos mais complexos, o que requer uma maior preparação da nossa parte”. Acrescentou ainda que “antigamente, os casos que tínhamos eram, sobretudo, pelos maus-tratos. Hoje em dia isso já não é tão recorrente”, tendo dado o exemplo dos jovens com comportamentos desviantes.

Tal como já referira a Dra. Beatriz, a Dra. Sara também considera que a ET era “uma equipa muito coesa. Temos os mesmos objetivos e somos um suporte uma para as outras”. No entanto, como frisou “esta realidade é desgastante, portanto, com regularidade vão a baixo, no entanto, com o apoio das restantes, se erguem novamente” (Dra. Sara). Evidenciou também como ponto positivo o facto de partilhar o gabinete com a Dra. Sofia e a Dra. Beatriz e por terem todas um horário semelhante, o que facilitava na partilha de informações e tomada de decisão. Relativamente à

relação entre a ET e as crianças e jovens, a Dra. Sara referiu que “temos uma relação bastante boa. Mantemos uma relação de proximidade. Na minha opinião, somos uma referência para eles... mais para uns do que para outros”, acrescentando que “alguns nunca vão ver como referência pelo facto de terem um sentimento de pertença à própria família, o que é natural”. Reforçou ainda que “alguns jovens, poucos, não nos procuram porque sentem-se melhor no seu canto. No entanto, para mim, o mais importante é que eles tenham referências dentro da Instituição”.

Em relação à EE, a Dra. Sara referiu que “esta equipa não é tão unida como a nossa equipa. É uma equipa conflituosa. Reúnem uma vez por mês, e acho que pelas suas desavenças, isso não é suficiente”. Para a mesma, a equipa é conflituosa porque “têm pontos de vista distintos, no entanto, no entender deles, isso é um ponto negativo. Se encarassem isso como um ponto positivo, as desavenças deixavam de existir”. Considera que, de um modo geral, as crianças e jovens têm uma boa relação com esta equipa, “acabando, contudo, por ter as suas preferências”.

A EA desempenha, na opinião da Dra. Sara, um trabalho mais individual, e por esse motivo refere que “é uma equipa que não arranja problemas. Não é conflituosa, mas também não têm a proximidade da nossa equipa, pelo facto de ter um trabalho que não está dependente de alguém”. No que concerne às relações existentes entre a EA e as crianças e jovens, a Dra. Sara referiu que “no geral dão-se bem com todos os elementos. No entanto, tenho que destacar a proximidade que existe entre as mesmas e a D. Alice e o Sr. Manuel”.

Destacou ainda o papel desempenhado pelos voluntários e os estagiários, tendo referido que “os voluntários dão um apoio fulcral ao nível do estudo. E os estagiários trazem a inovação. Por tudo isso, só posso considerar uma mais valia para as instituições”.

Quando questionada sobre os problemas da CAR, a Dra. Sara referiu, numa fase inicial, a escassez de recursos humanos. Mais tarde referiu “com as novas contratações, este problema ficou resolvido, pelo menos na minha opinião”. Outro problema enunciado foi a falta de autonomia por parte dos jovens, referindo que “este é um problema que me preocupa bastante. Preocupam-me sobretudo dois dos jovens que acompanho, o Salvador e o Lourenço”. Relativamente ao Salvador, a Dra. Sara

evidenciou que este tinha pedido recentemente o apoio de autonomia à Segurança Social, estando a aguardar uma resposta. Acrescentou, no entanto, que “o Salvador é um pouco imaturo nas suas atitudes. Ainda é muito dependente. Precisava de ser mais responsável a nível escolar e ser mais consciente da realidade lá fora”. Em relação ao Lourenço, a Dra. Sara referiu que “este jovem tem muita dificuldade em gerir o seu dinheiro. Com as atitudes que tem também revela algum grau de imaturidade” dando o exemplo de se ter despedido e não ter contado a ninguém e de ter comprado um iPhone 6S, gastando todo um ordenado com essa compra, mais uma vez sem consultar a sua gestora.

No que diz respeito à sua opinião relativamente às crianças e jovens, a Dra. Sara referiu que “estas crianças e jovens são iguais a todas as outras. São muito exigentes, são desafiantes e muito carentes. Não são muito afetivos, porque não o sabem ser, ninguém lhes ensinou. Têm as suas potencialidades, muitas competências e uma capacidade para conseguirem vencer as adversidades da vida”. No que concerne às relações existentes entre crianças e jovens, a Dra. Sara sublinhou que “há um ambiente harmonioso entre eles. Por vezes, uns conflitos entre pares, mas poucas ocorrências de agressões físicas”. Em situações de conflito, a Dra. Sara mencionou que “os rapazes são diretos e resolvem no imediato, com uns palavrões e com umas ameaças. As raparigas são mais complicadas. Andam sempre no diz que disse... falam mal de uma, depois de outra... e assim sucessivamente”. Acrescentou ainda que “devo destacar o papel de alguns jovens mais velhos que têm um papel mais protetor para com os mais novos, para além de nos chamarem muitas vezes à razão”.

Em relação aos problemas que considera que a CAR tem, a Dra. Sara referiu que “há falta de autonomia por parte dos jovens. A tarefa da cozinha não é executada como devia. Há alguns conflitos entre a EE. Os jovens demonstram pouca capacidade de reflexão e crítica no dia a dia. Têm dificuldade em viver no mundo real porque são superprotegidos aqui dentro. Também têm baixa autoestima. Saliento ainda a escassez de recursos humanos, no entanto esse problema não é de fácil resolução. Não depende de nós”.

Na conversa intencional com a **Dra. Sofia**, esta referiu que era Psicóloga Clínica, com funções na CAR há nove anos, sendo gestora de casos.

A Dra. Sofia começou por referir que considerava a CAR uma Instituição bem organizada e bem estruturada, referindo, no entanto, que “o único termo de comparação que conheço advém dos encontros que tenho em congressos ou formações desta área, onde, normalmente partilham o funcionamento de outras instituições”.

Quando questionada sobre o desempenho da ET, referiu que “trabalhamos de forma coesa porque temos os mesmos objetivos. Destaco, tal como as minhas colegas, o trabalho de ajuda mútua que temos, no dia a dia, e que acho que acaba por ser visível também para vós”. Relativamente à relação estabelecida entre a ET e as crianças e jovens, a Dra. Sofia salientou que era “uma ótima relação, pelo menos, na minha opinião. Nós, profissionais, somos uma referência para eles. Claro que, dentro da casa, eles têm as suas preferências e os seus modelos”.

No que concerne à EE, a Dra. Sofia referiu que “é uma equipa conflituosa. No entanto, considero que os conflitos que existem podiam ser resolvidos se estes tivessem mais vontade de conversar uns com os outros”. Para exemplificar, a Dra. Sofia mencionou que estes conflitos surgem muitas vezes da alteração de dinâmicas, salientando que “combinam uma coisa. No entanto, no momento alguém altera. Isso já vai ser motivo para conflito. Repetindo-se o sucedido, o saco enche, até que explode em determinados momentos”. Acrescentou ainda que “também considero que o facto de serem uma equipa grande e de haver rotatividade de horários não facilita”. A relação existente entre esta equipa e as crianças e jovens é considerada pela Dra. Sofia como “positiva e benéfica. Uma relação de proximidade”.

Com a EA, esta referiu que era “uma equipa que tem proximidade, no entanto, não tanta quanto a que existe nas restantes equipas. Isso deve-se ao facto de terem um trabalho menos dependente de outros profissionais”. Relativamente à relação estabelecida entre esta equipa e as crianças e jovens, a Dra. Sofia referiu que “não há tanta proximidade. No entanto, tenho que destacar dois elementos, o Sr. Manuel e a D. Alice, com os quais, diariamente, é visível uma maior cumplicidade”.

Referiu também que para além das três equipas de profissionais, a CAR conta ainda com o apoio de 16 voluntários que auxiliam no estudo dos jovens; para além desses, a CAR conta também com o apoio dos estagiários das mais diversas áreas, sendo esse trabalho considerado pela Dra. Sofia uma mais valia e benéfico, tanto para os profissionais, como para as crianças e jovens.

Relativamente às crianças e jovens acolhidos, a Dra. Sofia referiu que “tanto é fácil ter uma relação de proximidade com eles, como o oposto, pois, se nuns momentos tu fizeres algo que lhes agrada, serás a melhor do mundo, no entanto quando os contradizes, acontece o oposto. Por este motivo, considero-os um pouco inconstantes, exigentes e desafiantes. Por outro lado, também os considero crianças e jovens com muito potencial, com muitas capacidades e com um grande poder para ultrapassar as suas próprias vulnerabilidades”. Acrescentou que “no fundo, são crianças e jovens iguais a todas as outras, com as suas particularidades. Distinguem-se em grande medida pelas histórias que acarretam”. No que diz respeito às relações estabelecidas entre crianças e jovens, a Dra. Sofia referiu que “no geral dão-se bem. Entre pisos, devo destacar os conflitos existentes entre o grupo de raparigas”, acrescentando que “elas ou gostam ou não gostam e, se eu não gosto e tu gostas, já não podemos ser amigas e vamos criar um grupo contra ela. Os rapazes já não são assim. Têm as suas birras, mas resolvem no momento. Não andam no diz que disse”.

Em relação ao trabalho desenvolvido com as famílias, a Dra. Sofia referiu que “articulamos esse trabalho com outras entidades. Não conseguimos fazer tudo”. Tal como a Dra. Beatriz, a Dra. Sofia referiu que a maior parte dos casos já acolhidos, tiveram anteriormente à aplicação desta medida, a medida de apoio junto dos pais, não tendo estes cumprido, no entanto, as recomendações que lhes foram atribuídas. Acrescentou ainda que este processo se arrastava com regularidade para o momento de institucionalização, “sendo as medidas arrastadas sem necessidade”.

A Dra. Sofia mencionou que a institucionalização tem os seus pontos positivos e negativos, referindo que “depende muito dos casos. Como vantagens, posso enumerar a quebra do ciclo de maus-tratos ou de negligência. No fundo, retiramos a criança do perigo. Como desvantagens, enumero a rutura com os vínculos familiares”. Acresce ainda referir que, segundo a Dra. Sofia, a institucionalização tem desafios intrínsecos,

nomeadamente “o ter que resolver todos os problemas que nos apresentam, referindo que muitas vezes, a escola não colabora e apresenta ainda mais problemas para solucionar, quase que como se nós tivéssemos uma receita milagrosa para os problemas”. Referiu também como desafio “os comportamentos desajustados por parte de alguns jovens, que obrigam a um olhar mais atento por parte dos profissionais.

Quando questionada sobre os problemas da CAR, a Dra. Sofia referiu que os “comportamentos desadequados por parte de alguns jovens”, “a falta de autonomia dos jovens e o facto de a tarefa da cozinha não ser desempenhada como devia”. A este respeito, a Dra. Sofia acrescentou que “já tentámos falar com as cozinheiras inúmeras vezes, no entanto, estas não se mostram com vontade de mudar os hábitos. É difícil trabalhar assim”. Referiu como problemas a “falta de recursos humanos”, contudo como salientou “esse problema está a ser resolvido. Vamos ter novas contratações”. Mencionou também “as divergências existentes entre a EE, jovens com baixa autoestima, jovens pouco reflexivos” como problemas existentes na CAR.

Por fim, na conversa intencional com a **Dra. Vera** esta referiu que “sou licenciada em Serviço Social. Mais tarde, tirei uma nova licenciatura em Ciências da Educação e sou diretora técnica há 22 anos”. A mesma profissional referiu que “desempenho as funções de coordenadora de equipas e também coordeno o funcionamento integral da casa. Para além disso, estou envolvida nas tomadas de decisão relativamente aos processos das crianças e trabalho com a ET os Projetos de vida dos jovens. Tenho conhecimento de tudo o que é decidido, em relação a cada um. No fundo, vou tomando conta, vou sabendo o que se vai passando, mas fui delegando determinadas responsabilidades nos diferentes departamentos e serviços e vou, no fundo, coordenando todos os departamentos, sem estar num só. Portanto, o meu trabalho é mais abrangente”.

A Dra. Vera referiu que o Regulamento interno foi construído pela ET “com base naquilo que são as normas legais e naquilo que deve incluir o próprio regulamento, a Segurança Social pediu-nos para elaborar o Regulamento Interno para ser

posteriormente aprovado por eles. A ET elaborou o documento, a direção aprovou e a Segurança Social também aprovou, entrando posteriormente em vigor”.

Relativamente ao Lema, Visão, Missão e Valores a DT referiu que tem a haver com “a nossa política da qualidade. Tem a haver com a implementação do modelo da qualidade na casa. Nós, em 2012, começámos a implementar o sistema da qualidade de uma forma informal. Nós não somos certificados, não temos nenhuma entidade consultora externa a fazer a implementação do sistema da qualidade. Mas nós internamente entendemos que era uma mais valia para a casa implementar o programa da qualidade para melhorar a qualidade dos serviços e para também corresponder aos critérios da qualidade que a própria Segurança Social exige, e olhando para os critérios que estão balizados no manual da qualidade, nós decidimos receber formação externa e fazer parcerias com outras entidades, no sentido de ter formação necessária para implementar o sistema da qualidade. Um aspeto basilar da implementação é de facto definir o Lema, a Visão, a Missão e os Valores da organização, não só para se conseguir implementar o sistema, mas também para alinhar o trabalho das equipas e toda a gente saber qual é a finalidade desta casa, para que trabalha, o que nos move, o que nos motiva, o que nos distingue dos outros, quais são os nossos pontos fortes. No fundo também refletir com toda a equipa, visto que foi definido com toda a equipa da casa. Definimos isso num trabalho conjunto. E a ideia é exatamente essa... manter a equipa alinhada nos seus objetivos, manter o foco de toda a intervenção e saber o que queremos e para onde caminhamos”.

A nível organizacional, a Dra. Vera referiu que “eu acho que esta Instituição corresponde àquilo que se pretende. Temos boas condições físicas o que melhora também a qualidade de vida dos colaboradores que trabalham na casa. Acho que as coisas estão melhores. No início era mais caótico. Mas com o tempo e com a experiência fomos uniformizando critérios de trabalho, fomos-nos conhecendo, fomos criando uma entidade única. Somos uma casa que procura funcionar numa política aberta à comunidade, de porta aberta, quanto baste. Também para garantir e preservar a qualidade e a privacidade das crianças, porque elas precisam de sentir que esta casa é delas e que vivem com alguma privacidade, com algum cuidado, e, portanto, não pode haver muita invasão. Tem que haver uma boa gestão em termos

organizacionais. Temos que gerir bem os tempos de cada serviço. Saber exatamente o que se faz, com quem se faz, por que se faz, por que as pessoas estão aqui, fazer o quê, com que finalidade, e as pessoas estarem também devidamente acompanhadas, suportadas pela própria equipa. Para termos um trabalho organizado e estruturado, porque isso é fundamental. Uma casa que não tenha organização, não consegue funcionar. Penso que estamos a cumprir objetivos, que é o facto de manter os serviços organizados, estruturados, com regras muito bem definidas, e muito bem calendarizadas. E tentar que haja pontes entre as equipas, para facilitar a comunicação”.

No que às equipas diz respeito, a Dra. Vera referiu que a ET “é muito competente e muito capaz, muito empenhada, é uma equipa que acredita no trabalho que faz, claro que queria fazer muito mais do que faz e gostava de fazer outro tipo de coisas, mas é preciso ter tempo. É uma equipa que procura proximidade com as crianças e procura conhecê-las bem, dá o acompanhamento que as crianças precisam e merecem”. Mencionou também que “é uma equipa que mantém a comunicação oleada com a EE, no sentido de conseguir executar aquilo que são os seus objetivos, porque a EE executa muitos dos objetivos da ET, ao nível do acompanhamento da criança. Portanto, é preciso um bom entendimento entre os adultos, no sentido de ver se há um alinhamento estratégico, se pensam da mesma forma, se trabalham todos para o mesmo fim e se estão a conseguir implementar o Projeto educativo que desenharam para conseguir ajudar estas crianças a crescerem, a serem estimuladas e a ter um ambiente gratificante”.

A EE “tem a sua própria cultura, a sua forma de estar. É uma equipa que está no terreno, no direto com os meninos. Têm dificuldades, têm desafios e nem toda a gente está alinhada no mesmo sentido, porque cada um de nós educa como foi educado. É difícil, às vezes, as pessoas conseguirem atingir os mesmos resultados e conseguirem entender-se dentro da equipa e não se contradizerem. Apesar de tudo, eu acho que há um esforço, e a EE está mais autónoma do que estava no início. A EE dependia muito da ET. Esta é que tinha a autoridade, é que tinha o poder de decidir determinadas coisas. A EE tinha pouco poder e, pouco a pouco, fomos debatendo essa distância que existia entre equipas. Agora, há um maior nivelamento, há uma maior parceria, uma

maior comunhão entre as duas equipas, o que ajuda uma e outra. A EE é uma equipa que precisa de muita formação, muito acompanhamento, muita assertividade também, muito diálogo, muita conversa, muito suporte, também para aguentar os grandes embates do dia a dia, porque é uma equipa que sofre um grande desgaste. E é uma equipa que também precisa de ter momentos de reflexão, de relaxamento, de compressão. Porque é uma equipa que está no direto com os meninos, que suporta os maus humores dos meninos, que tem que impor regras, limites, consequências e isso não é fácil. É um trabalho muito ingrato. E, portanto, precisa muito do suporte e compreensão da ET”. A EA “é uma equipa que está numa posição mais confortável, porque tem tarefas de carácter mais instrumental, muito mais fáceis de executar e de conseguir resultados imediatos. Não está tão preocupada com a relação, não está tão preocupada com a dimensão terapêutica e reparadora da relação com as crianças ou até com as questões mais desenvolvimentais das crianças. Está mais focada na realização de tarefas concretas: fazer o almoço, fazer o jantar, lavar a roupa, preparar a roupa, manter a casa arrumada. Não precisam de ter a formação e aquelas coisas mais específicas que uma ET e EE têm. Nem sempre entende e percebe os desafios que a ET e a EE têm e, por vezes, até boicotam e estragam o trabalho das equipas, não é por querer. Mas gostavam de ter o poder que não têm”. Reforçou ainda que “há crianças que se refugiam numa relação próxima com alguns elementos da EA, o que também é bom. Porque esta equipa, direta ou indiretamente educa ou deseduca”.

Em relação às crianças e jovens, a Dra. Vera salientou que “as crianças suportam-se muito umas às outras e acho que muito da parte terapêutica e reparadora está na relação entre pares. Muitas das coisas que as crianças pensam, sentem e sofrem resolvem entre pares. Os adultos são muito importantes para criar estrutura, para criar segurança, para dar orientação, para dar afeto e suporte quando eles se sentem mais desprotegidos ou mais perdidos e mais desorientados, mas onde eles muitas vezes vão buscar o suporte emocional e afetivo é na relação entre pares. Eles funcionam quase como um grupo de irmãos que se apoia, suporta, defende, no bem e no mal, e cria uma cultura própria em que acabam por fazer valer as suas ideias, as suas opiniões, e é extremamente importante a relação que estabelecem entre si”.

A DT caracterizou estas crianças e jovens como sendo “crianças absolutamente normais. Iguais a todas as outras. Até acho que são muito mais resilientes e capazes, porque são crianças que tiveram que crescer demasiado cedo. Contra muita coisa que poderá jogar contra eles. Passaram por situações traumáticas, por situações muito difíceis que a maioria das crianças não passam, felizmente, são situações que os tornam adultos antes do tempo. São crianças que precisam de muito suporte, que precisam de muito carinho, de muita atenção, de muita compreensão, mas também de regras e limites. E são crianças que nos ensinam muito acerca daquilo que é realmente importante. E estamos sempre a aprender com elas. São crianças que aparentemente são iguais a todas as outras, mas nós sabemos que elas têm feridas emocionais e nós temos que estar muito atentos e muito bem preparados para lidar com essa parte emocional, esse sofrimento emocional”.

No que concerne ao olhar que tem sobre a institucionalização, a Dra. Vera enumerou como vantagens “a institucionalização por si só não resolve nada. Mas pensar no acolhimento de uma forma estruturada e contextualizada pode ser muito benéfica para as crianças e jovens. Pode ser reparador e também protetor. Porque, ao acolhê-las, ao atender às necessidades do quotidiano, ao criar uma estrutura de vida (ter horas para almoçar, para jantar, ter médicos, consultas), tudo isto é estruturante e reparador e pode ajudar a resolver muitos problemas. Claro que a relação com a família, a parte dos afetos, a parte das perdas, das privações em relação à família... fica por resolver, ou melhor, vai-se resolvendo, aos poucos. Claro que ficam sempre algumas lacunas, mas muita coisa fica resolvida e, de facto, podemos fazer uma intervenção que ajuda estas crianças e jovens a terem uma vida mais risonha”.

A Dra. Vera concluiu, referindo que “era preciso mais envolvimento e maior implicação de todos. Só desta forma estaremos verdadeiramente a trabalhar para o mesmo fim. É também preciso definir metas que as crianças e jovens possam alcançar”.

A Dra. Beatriz pediu, em fevereiro, uma licença sem vencimento de longa duração, integrando, por essa razão, apenas a análise da realidade e o desenho do Projeto. Em

sua substituição, foi colocada a Dra. Daniela, já em fase do desenvolvimento do Projeto.

Licenciada em Educação Social e Serviço Social, a **Ed. Maria** referiu, em conversa intencional que trabalha para a CAR há 16 anos. No que concerne ao funcionamento da Instituição, a Ed. Maria considerou que “a Instituição anda em reestruturação”, sendo que salienta que “estamos com uma intervenção mais sólida. No entanto, ainda temos muito por onde evoluir”.

Quando questionada acerca das relações existentes na casa, esta refere que a relação entre a EE e a ET poderia ser melhor, visto que “existe um pouco de distanciamento...e não é produtivo”. A mesma acrescenta que “devia haver uma maior proximidade e articulação”. Acreditava ainda que o motivo de não haver a proximidade necessária se prendia com o facto de serem muitos trabalhadores e por haver horários rotativos entre os diferentes profissionais. Em relação à EA, esta profissional salientou a necessidade de haver uma maior articulação com as restantes equipas. No entanto, mencionou que “apesar de haver algumas diferenças, considero que os objetivos a que nos propusemos estão ao longo do tempo a ser alcançados, sendo que no geral trabalhamos para o mesmo fim”.

Relativamente às crianças e jovens, a Ed. Maria caracterizou-as como tendo “marcas significativas devido aos seus percursos de vida. Precisam de mais apoio que qualquer outra criança ou jovem e de muito carinho. Precisam de muitas regras também. Gostam das coisas que os outros gostam”. Tal como as outras crianças e jovens, “estas também gostam de chegar a casa e de partilhar as coisas como os outros partilham com os pais. Mas eles fazem connosco”. Paralelamente, também considerou que são crianças e jovens “com um grande potencial e com muitas competências”.

No que respeita às relações existentes entre crianças e jovens, a Ed. Maria referiu que “eles têm uma boa relação, no geral. Claro que por vezes têm as suas picardias... mais entre raparigas, na verdade”. A Ed. Maria fez também referência ao “lado protetor dos jovens mais velhos para com os jovens mais novos. Normalmente até chamam à razão uns aos outros. Claro que depende também dos dias”.

É ainda importante referir que esta profissional considerou a institucionalização como uma área particularmente desafiante e confortante para as crianças e jovens. Como vantagens, mencionou a estabilidade que a mesma traz diariamente à criança, sobretudo ao nível da alimentação, higiene e escolaridade. Como desvantagem, apontou a parte psicológica da criança, que fica sensível. Evidenciou ainda que “quando uma criança ou jovem passa muitos anos institucionalizado tende a ver tudo negativo... a Instituição, os horários que exigem, bem como, as regras necessárias”.

A Ed. Maria apresentou como problemas da Instituição “a dificuldade de articulação de horários entre profissionais e a própria rotina da Instituição, sobretudo entre a EE e a ET”. Relativamente às crianças e jovens referiu “os comportamentos desadequados que alguns jovens apresentam, a falta de autonomia dos jovens. Este problema é bastante importante e precisávamos mesmo de arranjar estratégias para contrariar esta questão”. Acrescentou ainda a “superproteção das crianças e jovens por parte dos profissionais, bem como o facto de os jovens viverem num mundo irreal”. Ainda relativamente aos problemas referentes aos profissionais, a Ed. Maria reforçou que “a EE é uma equipa pouco coesa e temos alguns conflitos que advêm das muitas entradas e saídas ao longo do ano. O papel do ER também não está a ser desenvolvido pela EE, por isso, também enumero este problema”, tendo acrescentado que “na teoria, o papel deveria estar a ser desenvolvido. Está previsto. No entanto, parece que na prática os educadores não têm feito nada para que isso aconteça”. Concluiu, referindo “há também a necessidade de se repensar nestas casas”.

Por fim, a Ed. Maria referiu que, no que concerne ao plano de atividades, este tende a ser diversificado, indo ao encontro dos gostos das crianças e jovens. Reforçou também a importância das parcerias que a Instituição tem, bem como o trabalho que os voluntários e os estagiários desenvolvem ao longo do ano letivo.

Em conversa intencional com a **Ed. Mariana**, esta referiu que é licenciada em Educação Social e que trabalha na Instituição há sete anos, sendo de referir que teve duas interrupções ao longo desse tempo.

Ao nível organizacional, a Ed. Mariana considerou que “esta Instituição está bem organizada. Tem um ambiente bastante acolhedor para as crianças e jovens”.

Acrescentou ainda que “a CAR tenta aproximar-se de uma casa dita normal. No entanto, nem sempre é fácil e possível”.

No que concerne às relações existentes na Instituição esta profissional salientou que “entre a ET há uma boa relação. Entre a ET e a EE também considero que há uma boa relação, no entanto, considero que deveria haver mais comunicação. Entre a ET/EE e a EA há boa comunicação, no entanto, não há tanta proximidade pelo facto da EA ter um trabalho mais individual”. Em relação às crianças e jovens, considerou que “há uma boa relação com as diferentes equipas e entre eles” reforçando que este feito acontecia “porque a maior parte dos profissionais está cá há algum tempo já”. Relativamente às relações entre crianças e jovens, a Ed. Mariana referiu que as raparigas são mais conflituosas do que os rapazes, resolvendo os problemas de forma diferente, tal como mencionou “as raparigas estão sempre com o ‘diz que disse’. Os rapazes resolvem as situações oferecendo porrada, ou com uns nomes feios e fica resolvido”. Paralelamente, a Ed. Mariana também evidenciou o grau de influência que os jovens mais velhos (Raúl, Salvador, Arlindo e Mário) têm nos mais novos (Júlio, Ivo, Sandro e Filipe), considerando-o na maior parte das vezes benéfico para estes. Ainda no que respeita ao trabalho de equipas, a Ed. Mariana referiu que os profissionais não trabalham todos para o mesmo fim, evidenciando que “se por um lado, uns gostam do que fazem e querem deixar um pouco de si às crianças e jovens que acolhemos, outros só estão cá para ganhar o ordenado no final do mês”.

A Ed. Mariana caracterizou estas crianças e jovens como sendo desafiantes, acrescentando que “todos têm necessidade de afeto, sendo que alguns não o demonstram. São muito inteligentes e sabem manipular os profissionais”. Para além disto, esta profissional referiu que “estas crianças e jovens põem constantemente os educadores à prova. Testam o desafio e respeito ao mesmo tempo”.

Em relação à institucionalização, a Ed. Mariana referiu como pontos positivos o facto de estas crianças e jovens serem protegidos das suas famílias, sendo que considerava que, muitas vezes, são demasiado protegidos. Apontou ainda a autonomia como uma área frágil e onde era necessário haver um maior investimento. Como desvantagem apontou o facto de os jovens serem demasiado protegidos e de considerar que isso os leva a viver, muitas das vezes, num mundo imaginário.

Evidenciou também que nestas instituições as crianças e jovens acabam por encontrar pessoas de referência que, muitas vezes, são vistos como um modelo a seguir. Ainda a este respeito a mesma profissional relatou que as crianças e jovens tendem a ter as suas preferências ao nível dos profissionais.

Relativamente ao plano de atividades, esta profissional referiu que este era construído sobretudo pela EE, sendo que a ET também tinha um papel fundamental no mesmo. Referiu que tentavam diversificar ao máximo as atividades, de modo a não ser “massudo” para as crianças e jovens. Reforçou ainda o facto de terem alguns voluntários que dinamizavam atividades com as crianças e jovens na Instituição, como o caso do Projeto “Arte à Solta”. No que respeita aos apoios oferecidos, a Ed. Mariana evidenciou a importância dos mesmos para o bom funcionamento da Instituição, realçando que “toda a ajuda é bem-vinda”.

Para finalizar, a Ed. Mariana apontou como problemas a escassez de recursos humanos, o facto de os jovens terem falta de autonomia, reforçando a necessidade de haver um apoio individual a este nível (dando o exemplo da procura de quarto e de emprego), a superproteção das crianças e jovens, a insuficiente articulação existente entre a ET e a EE, a falta de formações específicas e a inexistência do papel do educador de referência.

A **Ed. Matilde** referiu que é licenciada em Educação de Infância e que posteriormente tirou uma pós-graduação em Necessidades Educativas Especiais. Esta profissional referiu que trabalhava na Instituição há três meses, estando ainda a adaptar-se às dinâmicas institucionais. A este respeito referiu que “pelo que já conheço, considero que há uma boa dinâmica. É uma Instituição bem organizada.

No que concerne às relações existentes inter e intra equipas, a Ed. Matilde referiu que “no geral considero que haja um ambiente saudável entre todos, embora, cada equipa tenha mais proximidade com o seu núcleo”. Discriminando cada uma, esta profissional referiu que “a ET tem uma boa comunicação entre eles. A ET e a EE também têm uma boa comunicação, mas não há tanta proximidade, no entanto, considero que estão sempre disponíveis para nós”. Relativamente às relações entre a EE, a Ed. Matilde considerou que “há um bom ambiente e um grande espírito de ajuda

entre todos, na minha opinião”. No que concerne às relações existentes entre as crianças e jovens e as equipas, esta referiu que, com a ET, as crianças e jovens “dão-se muito bem”; “com a EE também se dão bem, mas desafiam mais do que com a ET”. Acrescentou que “a relação é boa, mas com necessidade de distanciamento”. Com a EA, a Ed. Matilde evidenciou que “eu considero que há proximidade, no entanto o trabalho que desempenham é mais individual”. Entre as próprias crianças e jovens, a Ed. Matilde referiu que “no geral, entre pisos dão-se bem. Têm um bom relacionamento, emprestam coisas uns aos outros, como é exemplo a roupa e o calçado. Contudo, tenho que referir as picardias que também existem, que nem sempre acabam da melhor forma”, sublinhou.

Ainda no que às crianças e jovens diz respeito, a Ed. Matilde mencionou que “na minha opinião, estas crianças e jovens têm pouca perceção do mundo exterior, estão habituados a que as coisas apareçam, sem se aperceberem do esforço que é necessário para as obter”.

A Ed. Matilde salientou como vantagem da institucionalização “a possibilidade de organizar uma vida estável, por lhes serem fornecidos mecanismos essenciais”; como desvantagem referiu que “acabam por ser demasiado protegidos, o que leva a que não tenham noção da realidade”.

Para finalizar, a Ed. Matilde apontou como problemas da CAR “a superproteção dos jovens por parte dos profissionais, a inexistência do papel do educador de referência, os comportamentos desadequados por parte de alguns jovens, a falta de autonomia dos jovens e a falta de articulação entre equipas, nomeadamente entre a ET e a EE”.

Na conversa intencional com a **Ed. Cláudia**, esta referiu que “trabalho nesta casa há cinco anos e meio, e sou coordenadora da EE”. A este respeito, a Ed. Cláudia evidenciou que “ser coordenadora é muito difícil. Trabalhamos com seres totalmente diferentes. Sinto com alguma regularidade que o ‘outro’ não é recetivo. Questionam com regularidade algumas ordens que também me são dadas mim. Parece que se esquecem que também pertenço há EE”. A Ed. Cláudia referiu que “gosto de trabalhar aqui. Se não gostasse, não estaria aqui. É uma Instituição que gradualmente está a evoluir”.

No que concerne às relações entre equipas, a Ed. Cláudia referiu que “com a ET, sinto-me bastante à vontade. Sinto-me compreendida e percebem as dificuldades a que me refiro, com frequência. Sempre que preciso de alguma orientação, recorro a esta equipa e tentam ajudar-me como podem. Valorizo bastante a opinião delas, uma vez que quem está de fora vê sempre as coisas de outro prisma, o que ajuda”. Acrescentou que a “ET tem uma relação muito boa. É um núcleo pequeno e há coesão dentro da equipa”. Entre a EE, considerou que “é uma equipa muito instável. Está sempre a entrar e a sair gente. Há uma grande dificuldade em fixar esta equipa”. Para além disso, a Ed. Cláudia também mencionou que “há falta de comunicação. É uma equipa com alguns conflitos internos”. Quando questionada se trabalhavam todos para o mesmo fim, a Ed. Cláudia referiu que “se fosse há dois anos atrás, tinha que responder que sim. Mas como me perguntam agora... não! Houve algumas mudanças dentro da EE e, neste momento, as pessoas têm um perfil muito diferente uns dos outros”. Reforçou, no entanto, que “a equipa está a crescer, mas está a ser um processo bastante lento”. Destacou ainda as reuniões de supervisão como positivas, no sentido em que “são reuniões produtivas, cada um fala do que sente, o que no dia a dia não acontece”. Relativamente à EA, a Ed. Cláudia mencionou que “essa equipa é muito independente, tanto de si própria como com as outras equipas. Fazem um trabalho mais autónomo. No entanto, há proximidade com as outras equipas e entre eles”.

Ainda no que às relações diz respeito, a Ed. Cláudia mencionou que “estas crianças e jovens têm as suas preferências, em relação aos profissionais, embora também se aborreçam com os seus preferidos, ficando algum tempo contra eles, no caso de lhes chamarem à atenção”. Acrescentou ainda que “no geral, sinto que gostam de mim. No entanto, se tiverem que desobedecer, também o fazem comigo. Depois, tentam redimir-se”.

A Ed. Cláudia referiu que “na minha opinião, estas crianças e jovens vieram para o mundo sem sorte. São crianças e jovens frustrados pela vida que tiveram. São crianças e jovens que têm” tendência a seguir o modelo que trouxeram de casa, mesmo que os profissionais tentem contrariar isso”, algo que, na sua opinião, torna difícil para impor regras e limites. Considerou ainda que “às vezes, sinto que eles têm vergonha de cá

estar. Por exemplo, eles não dizem que estão numa Instituição. Dizem que estão num colégio. Para além disso, considero que gostam mais de andar na carrinha velha que não tem o nome e o logótipo da Instituição, do que andar na nova, que o tem”. Realçou ainda que “também considero que estas crianças e jovens têm muita revolta dentro de si, culpabilizando muitas vezes os profissionais por estarem naquela condição”. Salientou também que “apesar de tudo isto, estas crianças e jovens também têm as suas qualidades, as suas potencialidades e as suas competências. São muito criativos, divertidos, gostam de surpreender e de conviver”.

Em relação à medida de institucionalização, a Ed. Cláudia mencionou que “tem vantagens, se as crianças e jovens quiserem aproveitar”, acrescentando que “muitas vezes, os profissionais ficam frustrados porque querem fazer mais e eles não aceitam”. Salientou ainda que “é muito difícil lidar com as emoções, nesta área”. Para a Ed. Cláudia, este trabalho era compensador por aqueles que “são o nosso alento. Que agradecem por todo o apoio e ajuda que estão a ter aqui na Instituição. Sabem ser gratos”. Mostrou-se também preocupada com o futuro destas crianças e jovens, referindo que “preocupo-me muito com eles e pelo futuro que eles vão ter. Mas tenho esperança que o resultado seja positivo”.

No que concerne aos problemas que identifica na CAR, a Ed. Cláudia mencionou: a falta de autonomia dos jovens, as divergências existentes entre a EE, jovens com baixa autoestima, jovens pouco críticos e refletidos, a falta de civismo por parte de alguns jovens, os comportamentos desadequados por parte de alguns jovens e a inexistência do educador de referência.

Em conversas intencionais, a **Ed. Rita** mencionou que trabalhava na CAR desde março de 2017, mas anteriormente já o tinha feito durante dois anos. Referiu que gosta das dinâmicas, apesar de, na sua opinião, ser necessária uma reestruturação, nomeadamente ao nível da autonomia e da coesão intra e inter equipas. Ao nível da autonomia, a Ed. Rita referiu que “o que é feito é bom. Mas é muito pouco. Uma hora semanal na cozinha e na lavandaria não chega. E também considero que a autonomia não devia de ser trabalhada apenas a estes níveis”.

No que concerne às relações existentes na CAR, a Ed. Rita evidenciou que “há boa vontade de toda a gente. Os elementos da ET são próximos entre si. Há uma boa relação. Entre a ET e a EE também há proximidade, na minha opinião, no entanto, considero que poderia haver mais, e seria mais benéfico para a intervenção desenvolvida. A EA também tem proximidade com a ET e EE, no entanto, como têm um trabalho mais independente, considero que a proximidade é menor”. Acrescentou ainda que “apesar de haver proximidade entre equipas, quero mencionar que há falta de comunicação entre as equipas, há falta de reuniões e como estamos a falar de uma realidade desgastante nem sempre há sintonia no que concerne ao empenho e dedicação dos profissionais”.

Em relação às crianças e jovens, a Ed. Rita referiu que “no geral, considero que elas sofrem, pois ninguém tem como ideal viver numa Instituição. São sonhadores. Vivem na utopia... sonham, mas não corresponde à realidade. São difíceis pela ausência de regras e limites que normalmente trazem. São crianças e jovens cheios de potencialidades e de competências. Precisam de muito amor e de muito afeto”. Ainda no que às relações diz respeito, a Ed. Rita evidenciou que, na sua opinião, “é mais fácil interagir com os rapazes. Para interagir com as raparigas, é primeiramente preciso criar uma relação”. Acrescentou ainda que “mesmo entre elas. As raparigas são muito mais conflituosas do que os rapazes”.

Relativamente à institucionalização, a Ed. Rita referiu que “cada vez mais acolhemos jovens mais velhos. Nesse sentido, considero que a institucionalização poucas vantagens traz, pois pouco ou nada vamos mudar. No entanto, considero que cá têm muito mais condições do que nas próprias casas”.

Como problemas da CAR, a Ed. Rita referiu que “acho que deveria haver uma maior articulação entre a ET e a EE, uma vez que há muita informação que não nos passa e que acho que era facilitador para o trabalho que estamos a desenvolver. O papel do ER não está a ser desenvolvido pela EE. Este papel está a ser desenvolvido pelas doutoras... pela ET, e não é isso que está previsto. Também considero que os dois jovens com NEE são muito protegidos por parte dos profissionais. Não lhes dão autonomia, o que, na minha opinião é negativo para o futuro dos mesmos. Como evidenciei no início da conversa, acho também que todas as crianças e jovens têm falta

de autonomia, e são superprotegidos. Têm baixa autoestima e são pouco críticos, no dia a dia”.

Para além do mencionado, a Ed. Rita também fez referência a algumas medidas reparadoras aplicadas, quando as crianças e jovens têm comportamentos incorretos, tais como: “terem tarefas extras para realizar, a retenção do telemóvel, a inibição de entradas na sala de lazer (podendo ser um castigo individual ou de grupo), a inibição de saídas de autonomia e a antecipação do horário de deitar”.

A Ed. Rita concluiu, referindo que “sinto-me uma referência para estas crianças e jovens. Tento dar o exemplo e para isso não preciso de falar. Tenho é que ter postura. E tento transmitir os valores que tenho para eles”.

Em conversa intencional com o **Ed. Mateus**, este referiu que trabalha na CAR há seis meses, estando por isso ainda a compreender todo o funcionamento da casa.

No que concerne às relações existentes na casa, o Ed. Mateus mencionou que “a EA tem um trabalho de cariz individual. Portanto, não há necessidade de tanta articulação como nas outras equipas”. Evidenciou o papel de proximidade existente entre as crianças e jovens e o Sr. Manuel que envolve os jovens nas tarefas de manutenção da casa, sendo algo que os mesmos referem gostar. Entre a EE e a ET, “há uma forte ligação, por causa do dia a dia das crianças e jovens”. Relativamente a estas duas equipas, o Ed. Mateus referiu que “à EE está incumbida a função de ser educador de referência. No entanto, na prática isso não acontece, e quem desempenha esse papel, é na maioria das vezes a ET”. No entanto, como referiu, “também há falta de comunicação. Considero que são duas equipas que nem sempre se regem para o mesmo lado”.

O Ed. Mateus descreveu estas crianças e jovens como sendo “muito diferentes, apesar de terem as suas semelhanças. São miúdos espetaculares, no entanto, um pouco rebeldes”, mas, como refere, “é natural, pelas suas idades”. Reconheceu também que eram “crianças e jovens afetivos, divertidos e cheios de competências”.

No que concerne à institucionalização, o Ed. Mateus referiu que esta traz a vantagem de “os mais velhos serem, muitas vezes, responsáveis pelos mais novos, o que lhes traz mais responsabilidade”; como desvantagem o facto de “alguns darem

um mau exemplo para os mais novos”, no entanto, como salientou, “considero que a desvantagem seja ultrapassável com a vantagem”.

Relativamente à autonomia, o Ed. Mateus referiu que “na minha opinião, não está a ser devidamente trabalhada. E o que está a ser feito é só com os jovens que têm idade igual ou superior a 15. E há exceções, como o Carlos que por ter NEE, já não faz as tarefas de treino de competências. Por isto, acho que ainda há muito trabalho a desenvolver neste sentido, sendo, contudo, necessário que os profissionais reconheçam o meu ponto de vista”.

Para finalizar, o Ed. Mateus enumerou como problemas da CAR: a instabilidade da EE, a falta de recursos humanos que era mais visível naquele momento por se encontrar uma cozinheira de férias e pela empregada da limpeza estar de baixa há algum tempo, a falta de autonomia dos jovens, a superproteção de todas as crianças e jovens, sobretudo dos jovens com NEE por parte dos profissionais, a falta de comunicação existente sobretudo entre a EE e a ET, as divergências existentes entre equipas, e o facto de a EE não ter tempo para falar e debater sobre os problemas.

Em conversa intencional com o **Ed. Pedro**, este mencionou que trabalha na CAR há nove anos, revelando que “gosto do trabalho que desenvolvo”.

No que concerne às relações existentes na CAR, o Ed. Pedro evidenciou que “a ET tem uma grande proximidade entre si. É uma equipa coesa, na minha opinião. A EE já foi mais coesa do que é, neste momento. As entradas e saídas fazem com que não tenhamos uma equipa estável e criam bastantes divergências entre nós. A EA é uma equipa que tem proximidade, mas como não são dependentes uns dos outros, isso pouco importa, também”. Ainda no que à EE diz respeito, o Ed. Pedro referiu que “na minha opinião, nem todos os educadores da EE conseguem impor regras e limites nas crianças e jovens”, acrescentando que “isso acaba por depois comprometer a equipa, uma vez que com uns são obrigados a fazer, mas com outros não”.

Relativamente às crianças e jovens, o Ed. Pedro referiu que “são afetivos, quando querem. Têm sentimentos. São crianças e jovens como todas as outras, mas com um pouco mais de sofrimento, pelas infelicidades da vida. Mas são crianças e jovens capazes, cheios de potencialidades”. Acrescentou ainda que “tenho também que

referir que são rebeldes. Mais os rapazes, de forma geral. Mas as raparigas são mais conflituosas”. A este respeito, o Ed. Pedro referiu que “quando um jovem tem um comportamento desadequado, eu tento chamá-lo à razão. Tento corrigi-los e, muitas vezes, recorro a castigos coletivos, pois sei que se um jovem não quer tomar banho ou não quer cumprir a tarefa, será mais fácil proibir o grupo de estar numa determinada sala porque este fará força para que este jovem vá fazer o que é necessário”. O mesmo profissional acrescentou que “agora quase todos os educadores recorrem ao mesmo método porque começaram a verificar que resultava”.

O Ed. Pedro concluiu referindo que os problemas que identifica na CAR eram: “as divergências entre a EE, alguma falta de articulação entre as equipas, falta de empenho de alguns profissionais, as dificuldades que alguns profissionais tinham em impor regras e limites, a inexistência do educador de referência, a falta de autonomia dos jovens e os comportamentos desadequados por parte de alguns jovens”.

Abandonaram a EE os seguintes elementos: o Ed. Mateus (saiu em janeiro, já não integrando o Projeto); a Ed. Matilde (saiu em abril, tendo participado apenas no início do desenvolvimento do Projeto), tendo sido substituídos, respetivamente, pela Ed. Cátia e a Ed. Magda. O Ed. Tomás, devido a uma alteração organizacional de horários, deixou de estar exclusivamente no turno da noite, passando para o dia, em fevereiro, altura em que integrou o Projeto.

Na conversa intencional com a **D. Alice**, esta referiu que trabalha na CAR há nove anos, sendo que durante seis anos desempenhou as funções que estão incumbidas a um elemento da EE; três anos antes fora transferida de posto, estando agora a desempenhar as suas funções na lavandaria, integrando a EA. A D. Alice evidenciou que foi ela que pediu a transferência de serviços, porque como referiu, “havia muitas picardias e pequenos conflitos entre a EE. Como não me sentia bem nesse meio e como surgiu uma vaga na rouparia, pedi para ser eu a assegurar esse trabalho, estando assim num trabalho independente”.

Relativamente à sua opinião em relação à CAR, a D. Alice referiu que “é uma Instituição muito boa. Mas devia haver mais ligação entre equipas, mais interagida.

Também considero que devia haver uma equipa e não trabalho por grupinhos, pois só assim estaríamos a trabalhar verdadeiramente para o mesmo fim”, tendo realçado que já tiveram formação para isso. Mas, com as entradas e saídas que se registaram, era normal que isso tivesse ficado um pouco esquecido, como refere.

No que concerne às relações existentes na CAR, a D. Alice referiu que “a ET é uma equipa coesa, com uma grande proximidade. Mesmo com as crianças e jovens, nota-se um grande envolvimento”. Em relação à EE, a mesma profissional referiu que “é uma equipa com muitos conflitos. Com as crianças e jovens dão-se bem, claro que por vezes há umas picardias, quando os profissionais as contrariam”. Acrescentou ainda que “uma das coisas que não gosto é que alguns educadores têm as suas preferências. E com isso, fazem algumas distinções”. Na EA, a D. Alice referiu que “é uma equipa independente. Damo-nos bem. Mas também, não precisamos da proximidade que as outras equipas precisam”.

A D. Alice caracterizou estas crianças e jovens como sendo “seres humanos com mais necessidade de afeto do que todas outras. Precisam de muito carinho. Precisam de muito amor. Precisam de atenção e de proteção”, acrescentando que “estas crianças e jovens são bastante criativas, divertidas, desafiantes e, por vezes, exigentes também. Têm muitas competências”.

A D. Alice mencionou que “apesar de já não estar no direto com as crianças e jovens, continuo a sentir-me como uma referência para eles, sobretudo com aqueles que vi crescer e com aqueles que fazem semanalmente o treino de competências”. A este respeito, a D. Alice referiu que em relação à lavandaria estava previsto que, numa fase inicial, fossem ensinados aos jovens cuidados de segurança no uso das máquinas de lavar e secar, saber fazer a separação de roupa, saber que detergentes usar na lavagem da roupa à mão e à máquina, saber que temperaturas e programas usar na máquina de lavar, saber interpretar as etiquetas da roupa, saber lavar a roupa à mão, saber estender a roupa, saber qual a temperatura e duração adequada na máquina de secar, saber qual a temperatura do ferro adequada para os diferentes tipos de tecidos, saber engomar as diferentes peças de vestuário, saber dobrar as diferentes peças de roupa, saber arrumar a roupa nos respetivos lugares, saber pregar botões e, por fim, saber fazer pequenos arranjos de costura. A mesma profissional considerou que “estes

jovens precisam que se trabalhe estas questões com eles, tanto da lavanderia, como da cozinha, como de tantas outras coisas que nem estão a ser trabalhadas. No entanto, também devo referir que, em relação à tarefa da lavanderia, considero que alguns estão cá por obrigação, sem gosto. Mas tento motivá-los e explicar a importância deste trabalho. Os que estão cá por obrigação, não têm noção nenhuma do futuro. Pensam que vão ser ricos e que vão ser patrões”. Ainda relativamente a esta tarefa, a D. Alice mencionou que “muitos deles, sobretudo aqueles que têm mais afeição por mim, confidenciam coisas sobre a sua vida. Falam-me sobre si, sobre os seus namoricos, sobre os seus problemas, as suas angústias, os seus medos. E eu tento aconselhá-los, o melhor que sei”.

A D. Alice concluiu, referindo que a CAR tem alguns problemas, nomeadamente: as divergências existentes na EE, falta de articulação entre a EE e a ET, a falta de autonomia por parte dos jovens, a baixa autoestima dos jovens, jovens pouco críticos e reflexivos, os conflitos existentes no 1º piso (grupo das raparigas) e a inexistência do papel do educador de referência.

Na conversa intencional com a **D. Rosa** e a **D. Laura**, estas referiram que trabalham na Instituição há alguns anos, não sabendo precisar quantos. As mesmas só se mostraram disponíveis para conversar sobre o serviço que desempenhavam na Instituição, tendo a D. Laura referido “não queremos arranjar confusões com o resto”.

Assim, relativamente às tarefas da cozinha, estas profissionais referiram que era pretendido que o jovem aprendesse a confeccionar diferentes pratos e sobremesas, de modo a conseguir elaborar uma refeição completa. Para além disso, o jovem devia ter conhecimento dos cuidados de higiene a ter com os produtos alimentares, bem como aprender a utilizar os diferentes utensílios associados a este setor. Ao referirem isto, as mesmas frisaram, por várias vezes, que “os jovens não têm motivação para estar aqui. Por mais que se tente fazer alguma coisa, é quase impossível” (D. Laura), “não podemos generalizar, alguns não têm vontade, e, portanto, é mais complicado para nós, no entanto tento não desistir” (D. Rosa).

Ainda no que concerne à tarefa da cozinha, a D. Rosa referiu que “não posso estar doente, porque se não alguém tem que assumir o meu trabalho”, acrescentando que

“no dia a dia mesmo com duas cozinheiras é difícil assumir todo o trabalho”. A este respeito, a D. Laura refere que “o grupo é grande. É difícil conseguir tratar de tudo, mas enquanto formos duas, tem que ser assim”.

As profissionais concluíram referindo que “o principal problema desta casa é a falta de recursos humanos, na minha opinião, nomeadamente, na cozinha” (D. Laura), tendo a D. Rosa acrescentado que “também acho que era importante que todos os profissionais reconhecessem que a autonomia não envolve só a tarefa da cozinha e da lavandaria. Penso que até agora a ET tem investido pouco nesse sentido”, algo que a D. Laura também concordou.

Conversas Intencionais: Crianças e Jovens

Estabeleceram-se, inicialmente, conversas intencionais com todas as crianças e jovens que, à data, se encontravam institucionalizados, entre os meses de outubro e janeiro.

Em conversa intencional, o **Salvador** referiu que tinha 18 anos e que estava institucionalizado desde setembro de 2005. Este jovem frequentava o 11.º ano do Curso Profissional de Técnico de Comunicação e Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

O Salvador considerava que tinha uma boa relação com todos os profissionais, bem como com todas as crianças e jovens, sentindo-se “um verdadeiro líder do grupo”. Apesar de estabelecer esta boa relação com as crianças e jovens, o Salvador salientou que “eles não pertencem ao meu grupo de amigos. Lá fora tenho os meus verdadeiros amigos. Estes são meus colegas do colégio”. Este jovem referiu ainda que “se fosse há uns anos atrás, poderia falar em amigos aqui dentro. Gostava mesmo do grupo que tínhamos e das relações que estabelecíamos uns com os outros. No entanto, considero que havia outras mentalidades e eram outros tempos”. Ainda no que às relações com os profissionais concerne, o Salvador evidenciou que “dou-me bem com todos, mas só

recorro a eles se precisar mesmo. Não gosto de pedir favores, como alguns que vivem aqui”.

Quanto aos gostos e interesses pessoais, o Salvador mencionou que “adoro ouvir música. Gosto de conversar com os meus amigos e de ver um bom filme. Gosto de passear e de estar no meu canto. Lá sinto-me bem”.

Quando questionado sobre as alterações que faria na instituição, o Salvador mencionou que “alterava as regras. Também pedia um maior acompanhamento ao nível da autonomia, pois recentemente pedi o apoio da autonomia e não sinto que me ajudem neste sentido”.

Quanto ao futuro, o Salvador referiu que “quero sair daqui o mais rápido possível. Já são muitos anos a viver aqui. Mas para isso, preciso que a Segurança Social me atribua o valor do apoio da autonomia de vida, que pedi há pouco tempo. Assim, poderei ir viver para um quarto sozinho”. Acrescentou ainda que “eu não pretendo ir viver para casa dos meus pais. Sei que eles têm lá o meu quarto, mas se durante 12 anos não tiveram condições para me acolher, também não será agora que vou querer. Quero ser independente”. Para além do objetivo de se desinstitucionalizar o mais rápido possível, o Salvador referiu que “pretendia tirar a carta e terminar o meu curso com sucesso”.

Na conversa intencional, o **Santiago** referiu que era irmão da Filipa e que tinha 8 anos, estando institucionalizado há quase um ano. O Santiago referiu que gostava muito dos profissionais, tendo destacado “a Beatriz e a Ed. Cláudia”, uma vez que “são as que mais gosto e que mais me ajudam”.

Relativamente aos amigos, o Santiago salientou “tenho muitos cá em casa e na escola, e gosto de brincar com eles”. Referiu ainda que “gosto muito de pintar, de jogar computador e de jogos de tabuleiro”.

No que concerne à escola, o Santiago mencionou “gosto muito da escola e a minha disciplina preferida é matemática”.

O Santiago concluiu referindo “um dia vou ser um grande jogador de futebol, é o meu sonho”.

A **Filipa**, em conversa intencional, referiu que tinha 10 anos e que também estava institucionalizada há quase um ano, salientando que “gosto de estar aqui e gosto de todos os profissionais. São muito amigos”. Acrescentou ainda que “a profissional que mais gosto é a Beatriz, é muito querida e muito carinhosa para mim e para os outros meninos”.

A Filipa referiu que gostava da escola e que a disciplina preferida era português. Para além do gosto pela escola, a Filipa evidenciou o seu gosto pelo desenho referindo que “se pudesse, passava o dia a desenhar. Depois distribuía um por cada adulto e por cada criança. Costumo distribuí-los todos. Já te dei um a ti, não já? Mas vou fazer outro”.

Relativamente ao contexto familiar, a Filipa mencionou que “não vou para casa. Mas, a minha mãe às vezes vem visitar-me e o meu pai também. Às vezes também recebo a visita da minha irmã pequenina e da minha irmã grande, que também viveu aqui, mas agora está na casa da tia”.

A Filipa concluiu que “no futuro, gostava de ser bombeira para poder ajudar toda a gente que precisar”.

Em conversa intencional, o **Lourenço** referiu que tinha 18 anos e que estava institucionalizado desde outubro de 2010. Este jovem referiu que já tinha concluído o 12.º ano, tendo concluído o Curso de Restauração em junho de 2017. O Lourenço referiu também que tinha já tido “duas experiências profissionais, uma durante três meses como ajudante de cozinha e outra como servente”. Quando questionado sobre o motivo que o levava a abandonar os trabalhos, o Lourenço mencionou que “fui eu que me despedi nas duas vezes. É uma área cansativa. Não tinha essa noção quando escolhi este curso. Tinha muitas horas de trabalho. Não tinha vida própria. Era de manhã à noite”. Depois de se tentar perceber um pouco melhor, o Lourenço referiu que “gostava de mudar de área. Quero ser segurança, mas sei que para isso tinha que fazer uma formação que é paga”. Conversámos um pouco sobre o assunto, tendo sido mencionado que íamos procurar mais informações sobre esta formação.

Ainda a este respeito, falámos de a necessidade do Lourenço juntar dinheiro para frequentar a formação de segurança. Para isso, o Lourenço tinha que procurar um

emprego de modo a juntar o necessário para frequentar a formação pretendida. O Lourenço mostrou-se mais entusiasmado para procurar emprego, referindo que “agora percebi realmente a importância de encontrar um emprego”.

No que concerne ao motivo de institucionalização, o Lourenço referiu que “tenho noção de por que vim para a Instituição, mas não me diz respeito a mim, mas sim aos meus pais”.

Em relação aos problemas e necessidades, o jovem salientou que sentia dificuldades em “controlar os meus gastos”, acrescentando que “tenho um vício! As tatuagens e não me consigo controlar”. Ainda no que às despesas diz respeito, o Lourenço referiu que andava no futebol americano tendo um gasto trimestral de 80€; para além disso, mencionou também a despesa do ginásio, tendo o gasto de 30€ por mês. Quanto a problemas gerais da casa, o Lourenço referiu que “sinto que o colégio tem muitas regras, sobretudo até aos 18 anos. Também considero que os profissionais tentam controlar-nos em demasia”.

Relativamente ao futuro, o Lourenço referiu que “quero ter a minha casa e viver com a minha irmã que também está aqui. Quero construir a minha família, não já, mas é o que quero atingir a longo prazo”.

O **Júlio**, em conversa intencional referiu que tinha 14 anos e que estava institucionalizado desde janeiro de 2015. Este jovem referiu que “eu considero que esta é a minha casa e aqui tenho muitos amigos”. O Júlio acrescentou que “dou-me melhor com os mais pequenos até porque eles gostam de brincar comigo. Os grandes são um bocadinho chatos e nem sempre me compreendem. Mas também sei que quando me porto bem, eles gostam de mim”. Salientou, no entanto, que “só me porto mal quando pegam comigo”.

O Júlio mencionou que “na CAR ajudamo-nos todos. Ajudamos a pôr a mesa, a varrer, a limpar as salas de jogos, o corredor, as casas de banho e os quartos”.

Em relação ao contexto familiar, o Júlio referiu que “costumo estar com a minha avó, o meu primo, o meu pai, a namorada do meu primo e as duas gatinhas. Eles vivem todos juntos”. Acrescentou ainda que “quando vou para casa jogo muito à bola, brinco com o meu pai e com o meu primo, ajudo nas tarefas da casa e vou às compras”.

No que às relações diz respeito, o Júlio mencionou que “gosto muito da Beatriz. Ela é muito minha amiga e motiva-me a ter um bom comportamento na escola”. Destacou o Pedro, a Mariana, a Cláudia, a Maria, e a Alice como sendo as suas profissionais preferidas”. Em relação aos amigos referiu que “gosto de todos e todos nos damos bem. Gostava de referir que o Raúl e o Arlindo partilham o quarto comigo e ajudam-me muito, quando eu preciso”. Ainda no que concerne às relações, o Júlio salientou que “às vezes, quando me chateiam eu enervo-me e depois descarrego no meu saco de boxe”.

Para concluir, o Júlio referiu que “no futuro quero ser jogador de futebol, de preferência jogador do Sporting”.

Em conversa intencional, o **João** referiu que tinha 16 anos e que estava institucionalizado desde março de 2017. Este jovem partilhou que frequentava o 9.º ano do ensino regular, mas que já tinha reprovado duas vezes. Para além disso, referiu que foi vítima de “bullying” durante cinco anos, o que o fez não gostar muito de andar na escola, sentindo com regularidade desmotivação. Ainda no que à situação de “bullying” diz respeito, o João explicou que o motivo desse comportamento por parte dos colegas devia-se ao facto de “eu ter um tom de voz diferente de todos os outros rapazes da minha idade e por dizerem que eu tinha comportamentos gay. Na altura apesar de pensar nesse assunto, eu não conseguia assumir que era bissexual. No entanto, com o tempo consegui fazê-lo e hoje sou um bissexual assumido”. O João acrescentou que “hoje em dia sou uma pessoa bem disposta, otimista, confiante, algo que antigamente não conseguia ser”. Este jovem salientou também que “com a institucionalização, tive que mudar de escola e, conseqüentemente, de turma. Eu gosto da minha escola nova, mas em relação aos meus novos colegas, estou a ter alguma dificuldade em integrar-me no grupo, devo confessar”.

Em relação ao contexto familiar, o João mencionou que se sentia preocupado com a sua família, tendo afirmado que “em minha casa havia muitos conflitos. Penso neles com frequência. Não sei se a minha mãe está bem... se corre perigo de vida... eu não me dou com o meu padrasto. Ele é uma pessoa bastante perigosa e criava conflitos comigo com muita regularidade. Por isso é que aqui estou melhor”.

No que toca às relações, o João mencionou que “aqui dentro não tenho amigos. Tendo mesmo a isolar-me do grupo porque não me identifico com eles. Nem consigo confiar neles, infelizmente. Respeito-os porque temos que ser maduros para isso. Mas não pretendo criar grandes amigos também”. Com os profissionais, o João referiu que “no geral, dou-me bem com todos. Respeito-os e tento perceber que tudo o que fazem é para o meu bem. Às vezes sinto alguma revolta por cá estar, e provavelmente descarrego um pouco neles quando estou mais enervado. Mas tento mais tarde compensá-los com boas palavras e bons atos”. Acrescentou ainda que “um dia que saia daqui, tenho a certeza que levo cada um destes profissionais no meu coração, por tudo o que fizeram por mim”.

Relativamente aos gostos e interesses pessoais, o João salientou que “adoro ouvir música e adoro cantar. Gosto de representar, de participar em pequenos espetáculos cá ou mesmo na escola. Gosto de ter boas conversas, de bons passeios e de bons amigos. Gosto de amar e de me sentir amado”.

Quanto ao futuro, o João referiu que gostava de ser músico, dançarino e seguir a área da representação, confessando que “quero que o palco seja a minha vida”.

O **Sandro**, em conversa intencional, referiu que tinha 17 anos e que estava institucionalizado desde março de 2011. Este jovem referiu que “estou institucionalizado por causa do meu comportamento. Estou a tentar corrigi-lo, para poder ir para casa, mas não é fácil. Nem sempre me consigo controlar. Mas sei admitir quando erro”.

Quando questionado sobre os seus gostos e interesses pessoais, o Sandro referiu que gostava bastante de praticar rugby, de ouvir música e de conversar com os adultos. Acrescentou também que gostava de ir passar os fins-de-semana aos pais, salientando que “alterno os fins-de-semana com os meus pais. Se nesta semana vou para o meu pai, na seguinte tenho que ir para a minha mãe”.

Para o Sandro, a autonomia não está a ser trabalhada por completo, tendo salientado “não me sinto autónomo. Não sei cozinhar, não me lembro que tenho que tomar banho, que tenho de tomar a medicação, que tenho que cumprir com as minhas tarefas domésticas. Se tivesse que procurar um emprego não sabia, não conheço os

recursos da nossa comunidade. Pronto, por tudo isto, é que refiro que não sou, nem me sinto autónomo”. Apontou também que na Instituição havia excesso de regras e com pouco sentido referindo que “sou contra os castigos coletivos. Também não podemos estar sempre com o telemóvel, ou melhor, temos que o entregar quando são 22h”. Estes aspetos foram mencionados pelo Sandro como problemas da Instituição, sendo necessário existir “mudanças de práticas”, como sublinhou. Pessoalmente, o Sandro também referiu que era uma pessoa pouco reflexiva e que tinha dificuldades em “justificar uma opinião pessoal”.

Relativamente ao futuro, o Sandro referiu que “gostava bastante de conseguir ir viver com o meu pai. Ele vive sozinho e gosto bastante de estar com ele”.

O **António**, em conversa intencional, referiu que tinha 15 anos e que estava institucionalizado desde setembro de 2017. Segundo este jovem, o motivo de institucionalização prendeu-se com as reprovações que teve, sempre por excesso de faltas. Quando questionado sobre o motivo de tal situação, ele referiu que “eu faltava porque ficava a jogar no computador. Ou passava a noite a jogar e de manhã sentia-me tão cansado que não me apetecia ir para as aulas. Também aconteceu faltar e ir para casa dos meus amigos jogar computador ou consola. No fundo, o motivo era sempre o mesmo”. No entanto, o António reforçou que “agora já percebo que tinha atitudes incorretas, mas também não era repreendido pela minha família”.

Quando questionado sobre o que menos gostava na CAR, o António referiu que “o que menos gosto é o excesso de regras. Não gosto de deitar cedo, não estava habituado a isso. Agora, tenho rotinas muito fixas. Também não gosto do facto de não poder instalar jogos no computador. Não percebo o porquê de não deixarem, sinceramente”.

A nível relacional, o António referiu que “dou-me bem com todas as crianças e jovens e no geral, gosto muito deles. Às vezes não tenho paciência para todos, mas tento fazer um esforço”. Relativamente aos profissionais, o mesmo jovem salientou que “são todos muito simpáticos e tentam ajudar-nos. Nem sempre compreendo algumas atitudes, como os castigos coletivos, mas aceito”.

Quanto ao futuro, o António referiu que “não tenho qualquer tipo de objetivos definidos. Sinto-me um pouco perdido, sem saber o que seguir a nível de estudos, bem como a nível profissional. Acho que as técnicas tentam ajudar-nos a este nível, mas não está a ser suficiente, pelo menos comigo”.

O **Ivo**, em conversa intencional, referiu que tinha 13 anos e que estava institucionalizado desde maio de 2017. Este jovem frequentava o 6.º ano tendo já reprovado duas vezes pelo seu comportamento e excesso de faltas. Este jovem mencionou ainda que, antes de integrar a CAR, tinha estado num Centro de Acolhimento Temporário.

No que concerne às relações, o Ivo mencionou que “no geral dou-me bem com todos. Mas tenho as minhas picardias”. Acrescentou que “ultimamente, não tenho um comportamento muito adequado e tem vindo a piorar de dia para dia”. Mas, como afirma “esticam-se comigo e eu estico-me com eles, ou seja, parto para a violência”, referindo, no entanto, que sabia que fazia mal.

Quando questionado acerca dos problemas da CAR, o Ivo evidenciou que não concordava com algumas regras, nomeadamente com o facto de o programa da autonomia (cozinha) só ser a partir dos 15 anos; o excesso de regras, tendo dado o exemplo dos castigos coletivos e da entrega dos telemóveis; e o facto de não termos a palavra-passe da internet.

Relativamente ao futuro, o Ivo mencionou que “não sei o que o futuro me reserva. Não sei quando é que vou sair daqui sequer. Mas gostava bastante que esse dia chegasse rápido e que conseguisse arranjar um trabalho onde me sinta bem. Depois disso, pensarei em constituir família”.

Em conversa intencional, a **Sofia** referiu que tinha 14 anos e que estava institucionalizada desde abril de 2011, tendo sido institucionalizada com os três irmãos. A Sofia salientou que já reprovou duas vezes, pelo facto de ter mudado de Instituição quatro vezes, não tendo tido vagas para se mudar a nível de escola; a Sofia salientou que “nunca reprovei por más notas”. Quando questionada sobre a melhor Instituição, a Sofia referiu que “gosto mais desta porque também estou cá há mais

tempo. Mas tenho que admitir que esta tem melhores condições do que as anteriores”.

Em relação ao contexto familiar, a jovem referiu que “até há pouco tempo não tinha visitas, ou seja, estava sempre aqui. Agora vou à casa uma vez por mês e falo com regularidade com a minha mãe”. A jovem acrescentou que “se pudesse, estava em casa. Mesmo sabendo que não tenho as mesmas condições que tenho aqui”.

No que às relações diz respeito, a Sofia mencionou que “pessoalmente, gosto de estar no meu canto, sozinha. Não confio na maior parte dos meus colegas de cá de casa, sobretudo no que concerne ao grupo das raparigas”. A Sofia referiu que “fui perdendo a confiança no grupo porque se digo algo a alguém, passado um bocado toda a gente já sabe. Isso incomoda-me e é por isso que refiro que aqui dentro não tenho muitas amigas. Mas no dia a dia, dou-me bem com todos”. Acrescentou ainda que “não me identifico tanto com o grupo atual da casa como com o anterior grupo. O outro grupo era muito mais divertido. Mas houve muitas desinstitucionalizações seguidas o que fez com que o grupo ficasse assim. Agora temos um grupo em que muitos se armam e só gostam de arranjar confusão” destacando que “esta parte é mais em relação aos rapazes”. Com os profissionais, a Sofia salientou que “gosto mais da Dra. Beatriz, por ser a minha gestora. Ela ajuda-me muito. No geral sou muito crítica comigo e muito negativa. Não sou confiante. A Dra. Beatriz mostra-me o meu outro lado”. Para além da Dra. Beatriz, a Sofia referiu que se identifica com a Ed. Rita, a Ed. Mariana, o Ed. Mateus e a D. Alice.

Relativamente aos seus gostos, a Sofia mencionou que “gosto da maior parte das atividades que são organizadas cá na Instituição, mas destaco as atividades radicais”. Paralelamente, também referiu gostar de “ouvir música e de estar no meu mundo”, como sublinhou.

A Sofia também evidenciou que tem uma família de afeto com quem costuma estar aos domingos. A jovem salientou que esta família tem uma filha de 13 anos. Apesar de referir que sabe que as doutoras pretendiam que ela se sentisse parte integrante desta família, a Sofia mencionou que “olho para eles como uma família amiga, não como a minha família”.

No que ao futuro diz respeito, a Sofia referiu que “isso é um assunto que me tem deixado preocupada. Tenho pensado bastante nisso e ando confusa. Quero seguir teatro e artes porque gosto de desenhar”. Acrescentou também que “considero que deveríamos ter um espaço para conversar sobre este assunto, acho que é um tema que preocupa toda a gente, mas falamos pouco sobre ele”.

O **Rúben**, em conversa intencional, referiu que tinha 15 anos e que estava institucionalizado desde julho de 2016. Acrescentou ainda que “gosto de estar nesta casa, mas às vezes é um pouco seca”. Este jovem mencionou que na CAR estava também institucionalizada a sua irmã Mafalda, no entanto, salientou que “dou-me bem com ela, mas não ando atrás dela”.

A nível relacional, o Rúben referiu que “com as crianças e jovens dou-me bem. Tento respeitá-los para também ser respeitado”. Acrescentou também que no geral “as raparigas são mais conflituosas do que os rapazes e andam sempre com mexericos. Os rapazes também têm os seus conflitos, mas resolvem no imediato”. Com os profissionais, o Rúben referiu que “dou-me bem com todos no geral. Por vezes tenho pequenas picardias, quando tenho alguma atitude mais infantil, mas passa rápido. Se errar, tento sempre reconhecer o erro, apesar de saber que nem sempre é no imediato”. Acrescentou ainda “não sou muito dependente deles. Não procuro muito, ao contrário do que acontece com a maioria das crianças e jovens”.

Relativamente às atividades realizadas, o Rúben mencionou que “no geral gosto. Gosto mais das radicais e das atividades ligadas ao futebol. Mas nem sempre é possível fazer atividades do meu gosto. Eles tentam diversificar para agradar a todos”.

Para concluir, o Rúben referiu que no futuro prevê “voltar a viver com a minha mãe porque gosto muito dela e sinto-me muito bem em minha casa”.

Em conversa intencional, a **Leonor** referiu que tinha 17 anos e que estava institucionalizada desde outubro de 2002. Esta jovem salientou que foi institucionalizada com os seus irmãos, mas como era a mais nova, só ela estava institucionalizada ainda. A Leonor referiu que “gosto de estar cá na casa, sinto-me bem. Sei perfeitamente o porquê de ter vindo para aqui”.

No que toca às relações, a Leonor mencionou que “já me dei muito bem com o grupo de crianças e jovens acolhidos, mas agora isso não acontece. Atualmente, não me identifico com o grupo que está acolhido e tento mesmo afastar-me e isolar do grande grupo. Tenho alguns jovens que ainda me identifico e com as crianças também me dou bem”. Acrescentou que “as coisas mudaram muito por estarem sempre a entrar e a sair pessoas”. Relativamente às relações com os profissionais, a Leonor mencionou que “dou-me bem com todos. A maior parte já está cá algum tempo e já criei relações muito próximas com eles”. Salientou ainda que “já passei a minha fase de rebeldia, em que não respeitava sempre, mas agora isso não acontece. Gosto muito de todos e, portanto, mesmo que um dia saia de cá, estou muito grata por todo o trabalho que fizeram comigo”.

Quando questionada sobre o que poderia ter sido feito e não foi, a Leonor mencionou a autonomia, referindo que “apesar de estar cá há muitos anos, não me sinto autónoma. Sinto que ainda precisava de desenvolver algumas competências. Se tivesse que sugerir alguma coisa, sugeria exatamente isso”.

Ao tentar explorar o assunto, a Leonor referiu que “ainda não sei cozinhar. Financeiramente tenho algumas dificuldades. Gostava de ter objetivos, mas é difícil, não sei como fazer. Gostava de comprar um telemóvel. Também não sei que produtos escolher quando vou às compras, sabendo, no entanto, que preciso de ter em atenção a relação de preço-qualidade. Relativamente ao médico, vou sozinha, mas antes preciso que me expliquem tudo para não errar”. Mencionou ainda que “gostava de arranjar um part-time, mas não tenho um currículo. Nem sei como fazê-lo”.

Para finalizar, a Leonor salientou que “sinto-me muito perdida em relação ao meu futuro. Quero sair da Instituição em breve. Não me sinto ainda com capacidades para gerir a minha vida. Sinto-me psicologicamente cansada, mas sei que ainda preciso disto. Se saísse agora, não tinha casa, dinheiro, trabalho... o principal. Para além disso, ainda tenho que terminar os estudos”. A Leonor finalizou referindo “sempre que pensava nos meus 18 anos, pensava que seria nesse dia que deixaria o colégio. No entanto, agora que está tão próximo, não sei mesmo o que fazer. Por um lado, sei que preciso disto, por outro, quero sair e sentir-me livre”.

A **Maria Inês**, em conversa intencional, referiu que tinha 12 anos e que se encontrava institucionalizada desde abril de 2016. Esta jovem referiu que na CAR também se encontrava institucionalizado o seu irmão Raúl. A Maria Inês mencionou que “gosto muito de cá estar. É a minha casa. E cá, tenho muitos amigos mesmo”.

No que concerne às relações, a Maria Inês referiu que “gosto muito das profissionais que trabalham cá na casa. Tenho que destacar a proximidade que tenho com a minha gestora. Com os restantes profissionais também tenho proximidade e também confio neles, mas com a minha gestora é diferente. Com os meninos cá da casa, também me dou bem. Tenho alguns rapazes e raparigas com quem me dou melhor e que são amigos verdadeiros”. A Maria Inês destacou que “as raparigas são mais conflituosas e muitas vezes criam burburinho na casa”. Em relação aos rapazes, a jovem referiu que “os rapazes também têm alguns conflitos, é verdade, mas normalmente resolvem no momento”.

Relativamente às atividades da casa, a Maria Inês salientou que “eu acho que os profissionais respeitam os nossos gostos. Às vezes, temos que fazer atividades que não gosto, mas porque temos todos gostos diferentes. Para além das atividades dinamizadas cá na Instituição, também temos a oportunidade de escolher algumas atividades extracurriculares, e eu escolhi a dança porque adoro dançar. Sinto-me livre”.

Em relação à escola, a Maria Inês salientou que gosta da escola e que “gosto de estudar com os nossos voluntários. Eles ajudam-me muito mesmo, quando tenho dificuldades”.

A Maria Inês mencionou também que “ao fim de semana vou para casa da minha tia, com o meu irmão. Gosto muito de lá estar com o Raúl. Mas devo referir que o Raúl é um pouco controlador comigo porque quer saber tudo o que faço”.

A Maria Inês considerou que a autonomia era uma área em que se investia pouco, sendo isto errado na sua opinião. Para além disso, referiu que “considero que as regras da idade na autonomia não fazem sentido, uma vez que eu não posso fazer pela idade que tenho e gostava de fazer”. Acrescentou ainda que “gostava também de referir que aqui em casa temos muitas regras, nomeadamente com o telemóvel”.

A Maria Inês concluiu referindo que “sabes, sinto-me perdida em relação ao meu futuro, sem saber o rumo que devo dar à minha vida. Mas também sei que ainda tenho tempo”.

Em conversa intencional, o **Arlindo** referiu que tinha 18 anos e que se encontrava institucionalizado desde abril de 2015. O Arlindo mencionou que percebia o motivo da institucionalização sendo por esse motivo “que me mantenho na Instituição, mesmo depois de já ter completado a idade que me permitia pedir a minha desinstitucionalização. No entanto, se até agora não tinha condições em casa, agora também não as tenho”. No entanto, como referiu, “ao fim de semana vou para casa e gosto bastante porque também me sinto bem em casa”.

No que toca às relações, o Arlindo mencionou que “dou-me com todas as crianças e jovens. Tento inclusive ajudá-los a acalmar quando estão a ter comportamentos menos bons. Claro que nem sempre me dão ouvidos, mas tento explicar a importância de ter boas atitudes, tanto com os profissionais como com as crianças e jovens”. Com os profissionais, o Arlindo também referiu que tinha uma boa relação com todos os profissionais sobretudo porque “sou uma pessoa calma e respeito muito os adultos. Sei que tudo o que fazem e dizem é para o meu bem, ou melhor, para o nosso bem”. Para além disso o Arlindo mencionou que “a boa relação que fui construindo também teve por base todas as conversas que fui estabelecendo com eles, nomeadamente, quando colaboro com eles nas tarefas. Gosto de ajudar e de aprender”.

Tal como outros jovens, o Arlindo referiu que não se sentia muito autónomo e que necessitava de desenvolver algumas competências, nomeadamente no que respeita às tarefas da cozinha. Assumiu também que tinha dificuldades ao nível da gestão financeira, dos recursos da comunidade e em relação ao emprego. O Arlindo salientou também que estava com dificuldades em perspetivar o futuro, sabendo apenas que “vou permanecer lá até terminar os estudos. Gostava de seguida de ir para a tropa-marinha, mas não sei exatamente o que fazer”.

O **Filipe**, em conversa intencional, referiu que tinha 17 anos e que estava institucionalizado desde junho de 2015. Este jovem mencionou que se encontrava a

frequentar o 9.º ano do Curso de Educação e Formação de Geriatria. Quando foi pedido ao Filipe para falar um pouco sobre ele, referiu que “não sei falar sobre mim. Isso é uma tarefa difícil para mim. Não consigo enumerar aspetos positivos em mim”.

No que às relações diz respeito, o Filipe referiu que “com as crianças e jovens dou-me bem. Claro que às vezes tenho umas pequenas picardias, mas tento resolvê-las no momento, no entanto, nem sempre tenho as melhores atitudes”. Com os profissionais, “também me dou bem, mas à semelhança do que acontece com os meus colegas, tenho maior proximidade com a minha gestora de caso e com alguns educadores como a Mariana, a Cláudia, o Pedro, a Alice, a Rosa e o Manuel”.

Em relação ao que precisava de melhorar, o Filipe referiu os seus comportamentos, uma vez que, “muitas vezes meto-me onde não sou chamado e isso prejudica-me, mas não me consigo controlar, na maior parte das vezes”. Acrescentou ainda que “depois, os profissionais chamam-me à atenção e dificilmente aceito o que me tentam dizer. Gostava de mudar, mas não sei se consigo”.

O Filipe mencionou também que “não me sinto autónomo. Gostava de melhorar algumas competências”. Quando questionado sobre as suas maiores dificuldades, o Filipe salientou “tenho dificuldades na organização do espaço pessoal e na gestão financeira, uma vez que tudo o que recebo, gasto. Também não tenho muito conhecimento das entidades da nossa comunidade e gostava de construir o meu próprio currículo para arranjar um part-time”.

No que ao futuro diz respeito, o Filipe mencionou que “eu gostava de ficar cá até terminar o 12.º ano. Mas às vezes canso-me e penso em deixar a casa quando completar os 18 anos. Também me sinto um pouco perdido. Em relação ao futuro, não sei o que seguir, nem o que fazer. Não tenho muitos objetivos”.

Em conversa intencional, o **Ricardo** referiu que tinha 11 anos e que estava institucionalizado desde dezembro de 2017. Como mencionou, frequentava o 4.º ano tendo reprovado, duas vezes no 3.º ano.

O Ricardo referiu que ninguém lhe tinha explicado o motivo pelo qual veio para esta casa, tendo, no entanto, destacado que “a Dra. Rita ia muitas vezes a minha casa e um dia disse que tinha uma surpresa para mim e para o meu irmão e que íamos estar com

muitos meninos e meninas”. Para o Ricardo, o início da sua institucionalização foi bastante complicado, uma vez que, “chorei muito porque nunca tinha estado num sítio como este, mas agora já estou habituado e gosto muito de estar aqui”.

A nível relacional, o Ricardo mencionou que “tenho muitos amigos cá. Gosto de quase todos. Os que não gosto é porque pegam comigo. Não gosto do meu irmão, por exemplo”. Quando tentámos perceber o motivo, o Ricardo tentou desviar o assunto referindo apenas “ele é preto”.

Relativamente aos profissionais, o Ricardo salientou que “gosto muito da Beatriz e da Sara. Da Sofia gosto mais ou menos. Dos educadores gosto da Mariana, da Maria, da Matilde, do Pedro e do Tomás”.

No que concerne aos gostos pessoais, o Ricardo evidenciou o seu gosto pelos “jogos de computador da ‘playstation’ e pelo futebol”, acrescentando que “quando crescer vou ser um grande jogador de futebol”.

O **Dinis**, em conversa intencional, referiu que tinha 6 anos e que estava institucionalizado desde dezembro de 2017. Salientou que era irmão do Ricardo, mas que “não nos damos muito bem porque ele bate-me e diz que não gosta de mim. E se ele não gosta de mim, eu também não gosto dele”.

À semelhança do Ricardo, o Dinis também referiu que “a minha vinda para cá foi muito complicada. No início não gostava de estar aqui, mas agora gosto. Já tenho muitos amigos cá e divirto-me com eles”.

No que toca às relações, como já foi referido, o Dinis evidenciou que “já tenho muitos amigos cá na casa. E gosto muito deles. Gosto mais do Santiago, da Filipa, da Maria Inês, da Núria e da Leonor. Eles ajudam-me quando podem”. Em relação aos profissionais, o Dinis referiu que gostava muito da “Sofia, da Sara e da Beatriz. Também gosto da Cláudia, da Mariana, da Matilde, da Maria e da Cátia. Elas são boas para mim”.

No que concerne aos seus gostos e interesses, o Dinis evidenciou que “gosto de desenhar e de pintar, de jogar computador e ‘playstation’, de jogar futebol e jogos de tabuleiro”. O Dinis concluiu referindo que “quando for grande gostava de ser polícia”.

O **Miguel**, em conversa intencional, referiu que tinha 10 anos e que estava institucionalizado desde dezembro de 2012.

O Miguel mencionou que “tenho bem presente o dia em que me deixaram aqui ficar”, acrescentando que “a minha mãe não podia ficar comigo porque ela não trabalha em Portugal. Mas às vezes estou com ela, quando ela vem a Portugal de férias”.

No que concerne às relações, o Miguel referiu que “gosto muito de todos os profissionais que estão cá na casa. Mas tenho que destacar a Sofia que é a minha gestora de caso, a Beatriz e a Sara. Dos educadores gosto mais da Mariana, a Matilde, o Pedro, da Maria e da Cláudia”. Das crianças e jovens, o Miguel referiu que tinha um carinho especial pelo Santiago e pela Filipa e que gostava também da “Leonor, da Lara e da Carolina. Também gosto do Arlindo, do Raúl e do António”.

Relativamente aos gostos e interesses pessoais, o Miguel mencionou que “adoro jogar futebol, jogar computador e ‘playstation’. Gosto também das atividades que são realizadas cá no colégio. São muito interessantes e divertidas”.

O Miguel referiu que não mudava nada na casa, à exceção de algumas regras, uma vez que como evidenciou, “são muitas regras”. Finalizámos a conversa com o Miguel a mencionar que “no futuro gostava de ser jogador de futebol ou bombeiro”.

Em conversa intencional, o **Carlos** referiu que tinha 16 anos e que não sabia precisar o tempo que estava institucionalizado.

O Carlos evidenciou o seu gosto pelos colegas referindo “aqui dentro tenho muitos amigos e brinco com eles”. Em relação aos profissionais, o Carlos mencionou que “gosto mais da Beatriz. Ela é a minha gestora e ajuda-me muito. Gosto muito da Cláudia, da Maria, da Mariana e do Pedro”.

Relativamente aos gostos e interesses pessoais, o Carlos mencionou que “gosto muito de dançar e de jogar futebol, mas jogo pouco futebol porque os meninos às vezes são agressivos”. A conversa finalizou com o Carlos a referir que “gostava de ser dançarino. Lá na dança tenho muitas amigas”.

A **Mafalda**, em conversa intencional, referiu que tinha 12 anos, que estava institucionalizada desde julho de 2016 e que era irmã do Rúben. Esta jovem referiu que “gosto de cá estar. Sinto-me bem porque sou acarinhada por todos. Claro que há dias que não são tão bons, mas os outros compensam”.

A nível relacional, a Mafalda referiu que “com as crianças e jovens dou-me bem. Mas tenho os meus amigos preferidos. A maior parte são raparigas. Confio nelas e falo de muitas coisas com elas. Também tenho alguma proximidade com alguns rapazes com quem me dou melhor”. Com os profissionais, a Mafalda também mencionou que tinha uma boa relação com todos, destacando que “apesar de me dar bem com todos, tenho uma relação de maior proximidade com a Sara por ser a minha gestora, mas gosto muito da Beatriz e da Sofia também. Dos educadores tenho uma maior ligação à Maria, à Cláudia, à Mariana, à Rita e ao Pedro”. Em relação aos membros da EA, a Mafalda evidenciou “não tenho muita proximidade com esses profissionais. Os únicos que conheço melhor é a Alice e o Manuel”.

Relativamente a gostos e interesses, a Mafalda salientou que “adoro ir passear no shopping e fazer compras, sempre que posso. Gosto também de ir passear aos parques e aos jardins com algumas amigas. Gosto de ver telenovelas, de conversar com as minhas amigas cá da casa. Acho que isto é o principal”.

Quando questionada sobre o que alteraria na Instituição, a Mafalda mencionou que “alterava algumas regras da casa, uma vez que acho excessivas”. Para além disso, a Mafalda também destacou o facto de a autonomia só ser trabalhada a partir dos 15 anos e “como sou nova, ainda não posso participar nas tarefas, sobretudo nas tarefas de culinária”. Considerou também que “cá na Instituição, somos pouco autónomos. Precisamos de ajuda para quase tudo o que fazemos e isso também não é bom para o futuro”.

A Mafalda finalizou a conversa referindo que “não sei exatamente o que ser quando for grande. Sinto-me um pouco perdida ao pensar no meu futuro. Como às vezes me dizem, preciso de definir metas, mas isso é difícil”.

Em conversa intencional, a **Lara** referiu que tinha 16 anos e que estava institucionalizada desde outubro de 2012. A Lara salientou que “cá na casa também

estão os meus irmãos, a Carolina e o Mário”. Esta jovem mencionou também que “gosto de estar cá, já estou habituada também. Mas prefiro estar em casa. Ao fim de semana e nas férias vou para casa da minha mãe e sinto-me muito bem mesmo. Para mim estava lá sempre. Mas sei que a minha mãe não tem condições para nos ter em casa”.

No que às relações diz respeito, a Lara referiu que “eu gosto muito destes queridos. Os profissionais são atenciosos, carinhosos. Às vezes têm umas atitudes que no momento não compreendo, mas, com o tempo, vou percebendo que as chamadas à atenção que nos fazem são para o nosso bem”. Acrescentou ainda que “a Sara é a minha preferida porque é a minha gestora. Também gosto da Maria, da Cláudia, da Rita, da Mariana e do Pedro. São os que estão há mais tempo connosco”. Relativamente às crianças e jovens, a Lara evidenciou o seu gosto pessoal pela maior parte das raparigas, tendo referido “as raparigas são um pouco conflituosas, mas gosto de estar com elas e partilhar algumas coisas pessoais porque confio nelas. Com os rapazes, tenho uma maior ligação com alguns, como o Arlindo, o Raúl, o meu irmão, o Marco e o Filipe”.

Em relação aos gostos e interesses pessoais, a Lara mencionou que “gosto de fazer tudo o que as raparigas gostam de fazer. De passear, de conversar com as raparigas, de andar às compras, de desenhar, de ensinar os mais novinhos a fazer os trabalhos de casa e de ver televisão, sobretudo séries. Também gosto bastante das atividades que são dinamizadas pela Instituição, sendo que em muitas não participo exatamente porque estou em casa e muitas das atividades realizam-se ou nos fins de semana ou nas férias”.

Quando questionada sobre o que gostava de mudar na Instituição, a Lara referiu que “eu mudava algumas regras, mas ainda não sei bem quais. Tinha que pensar de forma intensa. Quero com isto dizer que a autonomia deveria ser trabalhada com todos os meninos e meninas da casa e não apenas com os que têm 15 anos ou mais. Além disso, os profissionais referem com frequência que a autonomia não é só cozinha e lavandaria, mas são as duas áreas que são trabalhadas”.

Quanto ao seu futuro, a Lara mencionou “ainda não sei como vai ser. Vivo um dia de cada vez”.

A **Carolina**, em conversa intencional, referiu que tinha 13 anos e que estava institucionalizada ao mesmo tempo que os seus irmãos, a Lara e o Mário. Esta jovem mencionou que “não gosto muito de cá estar. Preferia estar em casa. No entanto sei que estar aqui não é para o meu mal, antes pelo contrário”.

No que toca às relações, a Carolina evidenciou “gosto de todos os profissionais. Claro que tenho um carinho maior com uns do que com outros, mas isso é normal. Mesmo com amigos, não criamos a mesma relação com todos. A Beatriz é a minha preferida. É a minha gestora. Mas também gosto da Sara e da Sofia. Dos educadores gosto mais da Maria, da Cláudia e da Mariana. Também me identifico com a Alice e com o Manuel, que são muito divertidos”. Com as crianças e jovens, a Carolina referiu ter “um carinho especial pelos meus irmãos, pela Mafalda, pela Maria João e pela Sofia. Também me dou bem com o Afonso, com o Adriano e com o Ivo. Com os pequenos dou-me muito bem. Apesar de serem um pouco chatos, são muito amorosos. Costumo até dizer que o Santiago é o meu filho”.

Relativamente a gostos pessoais, a Carolina mencionou que não era esquisita e que gostava de fazer um pouco de tudo, tendo destacado “gosto de brincar com os mais pequenos. Gosto de conversar tanto com os rapazes como com as raparigas. Gosto de passear e de ir às compras. Também gosto de jogar no computador e na ‘playstation’. Gosto de jogar matrecos. E gosto de partilhar o meu dia com as pessoas importantes”.

Quando questionada sobre o que alteraria na casa, a Carolina referiu que “mudava algumas regras, porque temos muitas. Criava um grupo na casa mais unido, sobretudo o grupo das raparigas, porque temos algumas pegas. E pedia para que o trabalho de autonomia fosse desenvolvido de outra forma, pois considero que isto acaba por ser uma necessidade de todas as crianças e jovens da casa”.

Em relação ao futuro, a Carolina referiu que “não penso muito nisso, sabes. Sinceramente não sei o que fazer e o que vou seguir quando estiver no 9.º ano”.

A **Joana**, em conversa intencional referiu que tinha 18 anos e que estava institucionalizada desde outubro de 2003. Apesar de saber que já poderia ter deixado a Instituição por já ter completado os 18 anos, a Joana referiu que “ainda não estou preparada para ir viver sozinha. Ainda não reuni as competências necessárias, tanto

nas tarefas mais básicas como a cozinhar, mas também em competências mais pessoais”.

No que concerne às relações, a Joana mencionou que “tenho uma boa relação com todos os profissionais da casa. Claro que tenho mais à vontade com uns do que com outros. Mas tento ajudá-los sobretudo com os mais novos, também porque por ser das mais velhas, sinto-me nessa obrigação”. Acrescentou que “a pessoa com quem sinto mais proximidade e mais à vontade é a Sofia, a minha gestora. Já a conheço há muitos anos e falo com ela sobre todos os assuntos”. Em relação às crianças e jovens, a Joana evidenciou que “apesar de me dar bem com todos, não me identifico com o grupo da casa neste momento. Acho que são todos infantis e muito imaturos. Têm brincadeiras com as quais não me identifico. A única pessoa com quem tenho uma verdadeira relação de amizade e de proximidade é a Núria. Vai ser uma amiga que mesmo depois de sair daqui, vou ter para sempre uma relação com ela de companheirismo”. A Joana acrescentou que “nós aconselhamo-nos muito. Tanto no bem, como no mal. Por isso, considero que somos uma dupla imbatível”.

Relativamente aos gostos e interesses pessoais, a Joana salientou que “eu sou uma pessoa que me isolo bastante. Não gosto de confusões e estar no meio de multidões. Na verdade, isso é uma tarefa difícil, quando se vive numa casa com 30 crianças e jovens e com cerca de 20 profissionais. Mas tenho os meus momentos. Também gosto de conversar com a Núria, a minha melhor amiga. Ela sabe como me acalmar, conhece-me melhor do que ninguém. Gosto de ouvir música e de ver as minhas novelas preferidas. Passo os meus dias a fazer isto”.

Quando questionada sobre o que alteraria na Instituição, a Joana mencionou que “essa pergunta é difícil, sobretudo para quem cresceu neste ambiente. Estou completamente habituada às rotinas e regras desta casa. Provavelmente mencionava apenas o facto de considerar, como já referi, que a autonomia não é trabalhada a todos os níveis”.

Relativamente ao futuro, a Joana evidenciou que “não sei quando vou sair daqui. Não tenho pressa. Quero primeiro organizar a minha vida, ou seja, concluir o meu curso profissional e conseguir arranjar um emprego, de preferência dentro da minha área. Entretanto, pretendo conseguir alugar uma casa e construir aos poucos a minha

vida. A minha preocupação é realmente a minha idade. Sei que no dia que completar 21 anos terei que abandonar a Instituição. Tenho receio de não conseguir atingir os meus objetivos até lá, mas vou fazer por isso”.

Em conversa intencional, a **Núria** referiu que tinha 17 anos e que estava institucionalizada desde dezembro de 2011. A Núria mencionou que “já gostei mais de cá estar. Preferia estar em casa, com a minha mãe, mas agradeço muito todos os momentos que cá passei e tudo o que fizeram por mim”.

Quando questionada sobre o porquê de ter referido que já gostou mais de cá estar, a Núria referiu que “apesar de não estar cá há tantos anos como a Joana, considero que já tivemos grupos mais unidos e mais divertidos. Nessa altura não havia conflitos. Agora temos vários conflitos sobretudo entre o grupo das raparigas, que andam sempre com mexericos. Eu pessoalmente não gosto disso, e é por isso que tento não ter tanta proximidade com este grupo. Tento estar mais no meu canto, sem perturbar o outro. Dou-me muito bem com alguns jovens cá da casa, como a Joana, que é a minha melhor amiga da casa, o Arlindo, o Filipe e o Salvador”. Acrescentou “também tenho uma boa relação com os mais novos, menos com o Ricardo que me tira do sério, devo confessar”.

No que toca às relações com os profissionais, a Núria referiu gostar da maior parte, apesar de não se identificar com todos, como podemos verificar no seu discurso “gosto da maior parte dos profissionais, apesar de me identificar mais com uns do que com outros. A Beatriz é a minha preferida. É a melhor gestora que poderia ter. Dá-me na cabeça quando é preciso, mas também sabe cuidar de mim de uma forma ímpar. A Alice é uma confidente, assim como a Cláudia”. Em relação às crianças e jovens, a Núria mencionou que “não posso dizer que não gosto deles, mas sinceramente, não me identifico com o grupo que está na casa neste momento. É um grupo desunido. Não se preocupa com as amizades. Preferem olhar para um para o seu umbigo. A única pessoa que posso chamar de amiga é a Joana. Ela sim é uma amiga de verdade. Está lá tanto para o bem, como para o mal. Chama-me à atenção sempre que preciso. E eu sei ouvi-la. Costumo dizer que ela é a minha razão”.

Quanto aos gostos pessoais, a Núria evidenciou que “gosto muito de ouvir música, de conversar horas infinitas com a Joana, de partilhar as maiores aventuras. Adoro ler, ver televisão e de conversar com as pessoas. Gosto de passear, de ir às compras e de me divertir”. Acrescentou que “também gosto de participar nos projetos da Instituição. Gosto de aprender e sempre que há um novo desafio, gosto de participar. Sei que será para o meu bem, portanto, tenho que agarrar todas as oportunidades que surjam”.

Quando questionada sobre o que alteraria na Instituição, a Núria salientou que “isso é uma boa pergunta. Uma pergunta que dá que pensar. Se estivesse num dia mais irritada, provavelmente dir-te-ia mil e uma coisas, mas hoje estou num dia bom. Portanto, tenho que pensar com a cabeça e com o coração ao mesmo tempo. Alteraria algumas regras, nomeadamente em relação à autonomia e às saídas de autonomia. Por tudo o que já fui falando com a Beatriz, considero que a autonomia deveria ser trabalhada de forma mais profunda e não o é. Ainda relativamente às regras, também não concordo com as regras das idades, revolta-me o facto de haver regras de idades. Hoje tenho 17 anos. Amanhã faço 18 anos e já posso fazer certas coisas. Não consigo aceitar estas questões”.

Em relação ao futuro, a Núria referiu que “gostava de ir viver com a minha mãe. Sinto tanto a falta dela. Gostava de terminar o meu curso com sucesso e de arranjar um emprego. Também tenho o sonho de construir a minha própria família”.

O **Afonso**, em conversa intencional, referiu que tinha 15 anos e que estava institucionalizado desde agosto de 2017. O jovem salientou que vivia no Marco de Canaveses e que frequentava o 7.º ano, tendo, no entanto, reprovado duas vezes.

Quando questionado sobre o motivo da institucionalização, o Afonso referiu “foi por causa dos meus comportamentos. Os meus vícios. As companhias que tinha. Eu consumia. Acabava por ser influenciada pelo meu grupo de pares. Aqui, sei que estou melhor, mas já tive um deslize. E após ter feito um teste e ter dado positivo, fiquei sem visitas a casa, para cortar de vez com as minhas companhias”. O jovem mencionou que já fumava desde os 10 anos e que tinha começado a consumir dois anos depois. O

Afonso mostrou-se consciente e com vontade de mudar, referindo que “isso faz parte do passado. Não quero voltar a essa vida”.

Relativamente à escola, o Afonso referiu “até entrar para aqui, não gostava da escola. Mas, como quando aqui entrei fui eu que escolhi e pude ir para um curso do meu interesse, ganhei mais gosto”.

No que concerne aos passatempos preferidos, o Afonso salientou que “gosto de estar no meu computador a jogar. No entanto, quando me porto mal, tiram-me o computador”, dando o exemplo de ter faltado às aulas para ir ter com uma amiga”.

A nível relacional, o Afonso referiu “dou-me bem com todos. Alguns têm a mania que são os maiores, mas tento ignorar isso”. Referiu ainda que as raparigas são muito conflituosas e que criam muito burburinho na casa. Os rapazes têm uma maneira diferente de lidar com os problemas. Oferecem porrada, berram. Os monitores controlam a situação, mas passa rápido”.

No que concerne aos gostos e interesses pessoais, o Afonso referiu que “gosto muito de cinema, de jogar paintball e de ir à praia”. Acrescentou que “aqui na Instituição fazemos atividades muito diversificadas e divertidas”.

Para finalizar, o Afonso referiu que achava que havia a necessidade de alterar algumas regras da casa, destacando em específico a promoção da autonomia que, na sua opinião, não estava a ser bem desenvolvida. Para além disso, mencionou que “também gostava que alterassem alguns hábitos, como poder tomar café e poder ter saídas de autonomia ao fim de semana”.

Em conversa intencional, o **Adriano** referiu que tinha 14 anos e que estava institucionalizado desde novembro de 2015, tendo mencionado que não tinha conhecimento do motivo de institucionalização, reforçando que “nunca conversaram comigo sobre isso”. Este jovem acrescentou que estava no 6.º ano e que nunca tinha reprovado.

No que às relações diz respeito, o Adriano referiu que “no geral gosto de todas as crianças e jovens. Claro que tenho mais ligações a uns do que a outros, mas convivemos todos e respeitamo-nos”. O Adriano salientou que “no grupo todo, as raparigas são mais conflituosas do que os rapazes. As raparigas têm tendência a criar

mais confusões, mas resolvem no momento, não arrastam as situações”. Em relação aos profissionais, o Adriano destacou o Manuel, referindo que “ele é muito fixe para mim e compreende-me”.

Em relação ao contexto escolar, o Adriano mencionou ainda que “nem sempre me porto bem e falto com muita regularidade às aulas. Não é o dia todo, costumo faltar mais ao final da manhã e da tarde”. Pelo que mencionou, nestes momentos “ia fazer recados a uns colegas e levava algumas encomendas” referindo que “não tenho a certeza do conteúdo no interior da caixa, mas sei que não é nada de bom. Mas faço a troca de dinheiro e de cigarros”.

Quanto aos gostos e interesses pessoais, o Adriano salientou que gostava de ouvir música e de jogar computador ou playstation, destacando também o seu gosto pessoal pela maior parte das atividades organizadas pela Instituição.

Para finalizar, o Adriano referiu que “gostava de poder fazer o treino de competências, mas não posso pela idade que tenho. Por este motivo, penso que não sou nada autónomo”.

Em conversa intencional, o **Raúl** referiu que tinha 16 anos e que estava institucionalizado desde abril de 2016. Este jovem mencionou que tinha uma irmã que também fora institucionalizada ao mesmo tempo que ele.

O Raúl explicou que “viemos parar aqui porque a minha mãe faleceu e como vivíamos com ela, tivemos que deixar a nossa casa e ir viver com o meu pai. Mas correu muito mal. Ele não queria saber de nós. Não nos dava de comer sequer. Foi por isso que aprendi e tive que aprender muita coisa sozinho. E cresci. A minha irmã era muito pequenina e a minha preocupação era ela. Acho que dentro das minhas possibilidades, fiz o que estava ao meu alcance. Entretanto, não sei em como, viemos cá parar”. Quis também explicar que “no início não me adaptei nada bem aqui. Tive um comportamento muito desadequado e não me orgulho. Mas na altura a revolta era tanta que não consegui lidar com a situação. No entanto, foram os castigos que me fizeram várias vezes pensar no que me estava a tornar. Até que num belo dia meti um ponto final nisso”. Acrescentou que “agora até brinco com a situação e refiro-me aos

castigos como o meu remédio santo”. Por isto tudo, o Raúl mencionou que se tornou muito protetor com a sua irmã, não dando “muito espaço de manobra”, como referiu.

No que toca às relações, o Raúl evidenciou que “dou-me bem com todas as crianças e jovens. Com os mais novos sou protetor, como sou com a minha irmã. A vida fez-me ficar assim”. Em relação aos profissionais, o Raúl referiu que “agora dou-me muito bem com todos. Quando cá entrei não gostava de ninguém. Mas com o tempo fui percebendo que era para o meu bem. A Sofia teve muita paciência comigo. Agora agradeço muito todas as horas que ela perdeu comigo a chamar-me à atenção”.

Relativamente aos gostos e interesses pessoais, o Raúl mencionou que “gosto bastante das atividades que são desenvolvidas cá na casa. São bastante diversificadas e divertidas”. Acrescentou que “o meu passatempo preferido é mesmo conversar com os meus colegas da casa. Também gosto de jogar futebol, mas não todos os dias, como alguns cá na casa”.

Quando questionado sobre o que gostaria de mudar, o Raúl referiu “não mudava nada. Acho que a casa esta bem assim. Na verdade, há jovens que se queixam das várias regras que temos. Mas eu compreendo que haja muitas regras. Também somos muitos. Só assim é que conseguimos conviver todos”. Depois de pensar um pouco, o Raúl lembrou-se que “afinal lembrei-me de algo que deveria ser melhorado que era o facto de a autonomia não ser muito trabalhada. Não falo tanto por mim porque sinto que, pela história de vida que tenho, fui obrigado a crescer, mesmo sem querer. Mas muitos desses jovens não sabem fazer o mais básico, como cozinhar, arrumar o seu espaço e ter noção das repercussões do seu comportamento”.

Ao finalizar a conversa, o Raúl mencionou que “ao pensar no futuro penso em mim e na minha irmã. Só quero o melhor para nós e é por isso que luto todos os dias”.

Em conversa intencional, o **Marco** referiu que tinha 16 anos e que estava institucionalizado desde outubro de 2017. Este jovem mencionou que “estou cá há pouco tempo. Fui eu que pedi a minha institucionalização. Não me sentia bem em casa com os meus pais. Eles eram muito controladores e tornavam-se agressivos”. Ao tentar pormenorizar, o Marco referiu “a minha mãe esperava por mim todos os dias na porta da escola. Mesmo depois de ter esta idade. Sentia muita vergonha por isso. O meu pai

em casa era tão agressivo que eu ficava bastante marcado. Como não aguentava tanta pressão, dirigi-me à CPCJ e expus a situação. Já não voltei mais para casa”.

A nível relacional, o Marco mencionou “para já não tenho razões de queixa das crianças e jovens. Já tenho um grupinho com que normalmente convivo mais, mas gosto de todos e dou-me bem com todos”. Com os profissionais, o Marco referiu “são todos atenciosos. Tenho estado mais com a Sofia porque é a minha gestora e com a Mariana, a Matilde e o Pedro. Gosto de todos eles”.

Relativamente aos gostos e interesses pessoais, o Marco mencionou que “gosto de jogar futebol, jogar computador e ‘playstation’. Também gosto de conversar com o meu grupo de amigos”.

Quando questionado sobre o que mudaria na casa, o Marco salientou que “neste momento não alterava nada. Não estou cá há muito tempo, por isso mais para a frente a minha resposta pode alterar. Mas neste momento, a minha resposta é essa”.

Para finalizar, o Marco mencionou que “neste momento, o meu futuro é uma incógnita. Não previa ter vindo para aqui e vim. Por isso, não sei mesmo como será o meu futuro! Espero que os profissionais me ajudem a encontrar o meu caminho”.

A **Maria João**, em conversa intencional, referiu que tinha 15 anos e que estava institucionalizada desde outubro de 2010. Esta jovem mencionou que o seu irmão Lourenço também estava na Instituição, acrescentando “ainda bem que sim! Gosto muito dele. Não imagino viver aqui sem ele”.

No que às relações diz respeito, a Maria João evidenciou que “tenho uma boa relação com todas as crianças e jovens da Instituição. Claro que tenho os meus preferidos como o meu irmão, a Sofia, a Maria Inês e a Carolina”. Em relação aos profissionais a Vera referiu que “dou-me bem com todos, mas tenho uma relação de maior proximidade com a Beatriz, por ser a minha gestora. Ela é muito compreensiva e não tira conclusões precipitadas. Tenta, antes de mais, compreender as situações e ajuda-nos a tomar decisões”.

Relativamente aos gostos e interesses, a Maria João mencionou que “gosto bastante de ir às compras com as minhas amigas. Também gosto de ver televisão e de ouvir música”. Acrescentou ainda o seu gosto por atividades desenvolvidas na CAR,

referindo que “os profissionais tentam adaptar as atividades aos nossos gostos. Fazem de tudo para nos deixarem felizes”.

Quando questionada sobre o que alterava na casa, a Maria João evidenciou que “eu gostava de poder alterar algumas regras como por exemplo, o facto de o primeiro e o 2º piso estarem separados uma vez que, quando chegamos da escola, temos que ir pra os pisos tomar banho e preparar para o jantar. No jantar também não estamos com eles porque jantamos por pisos. Isto faz com que durante a semana haja poupa proximidade entre o primeiro e o 2º piso. Não concordo com isso porque gostava de passar mais tempo com o meu irmão”. Também mencionou que “não concordo, ou melhor, não compreendo o porquê de a autonomia ser apenas trabalhada a partir dos 15 anos. Para além disso também estamos sempre a fazer o mesmo e isso não me agrada. Gostava que trabalhassem comigo outras questões como o ajudarem-me a planear o meu futuro, não sei o que fazer, na verdade”.

A Maria João evidenciou que “no futuro gostava de ser professora. Mas para isso, tenho de continuar a dedicar-me muito. Também gostava de conseguir morar com o meu irmão”.

Em conversa intencional, o **Mário** referiu que tinha 19 anos e que estava institucionalizado desde outubro de 2012. Este jovem salientou que era irmão de Carolina e da Lara e que “atualmente só estou cá porque quero concluir o meu curso de especialização pós-secundária. Também cá estou por causa das minhas irmãs. Sinto-me responsável por elas e sei que a minha mãe não tem condições para nos sustentar em casa”.

No que concerne às relações, o Mário mencionou que “dou-me bem com todos os profissionais, mas não os procuro com muita regularidade. Tento ser mais independente”. Com as crianças e jovens, o Mário referiu que “também tenho uma boa relação com eles, no geral. Esta relação não é de proximidade. Aqui dentro não considero que seja uma pessoa muito dada. Gosto de estar no meu quarto, no meu canto. Eles acabam por preferir conviver mais uns com os outros e acabam por criar alguns conflitos, que são desnecessários”.

Relativamente aos gostos e interesses pessoais, o Mário evidenciou “gosto de ouvir música. A música é a minha companhia. De resto, não há assim mais nada que desperte a minha atenção”. O Mário referiu “não costumo a participar muito nas atividades da Instituição porque a maior parte realiza-se ao fim de semana e costumo estar em casa, com a minha mãe e irmãs”.

Quando questionado sobre alterações que faria na casa, o Mário evidenciou que “sinceramente, não mudava nada. Gosto da casa como ela está! As regras que existem são precisas. A única coisa que provavelmente alterava, agora que penso, era a maneira de promoção da autonomia. Eu tenho 19 anos e não me sinto pronto para deixar a casa e viver sozinho”.

No que ao futuro diz respeito, o Mário salientou que “pretendo terminar o curso, começar a trabalhar e juntar algum dinheiro, para depois ajudar a minha mãe em casa e as minhas irmãs”.

APÊNDICE E: EXPLORAÇÃO DOS PROBLEMAS E NECESSIDADES E PRIORIZAÇÃO

Metodologia World Café (Profissionais)	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	23.01.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Vera, Dra. Sara, Dra. Sofia (ET); Ed. Cláudia, Ed. Rita, Ed. Matilde, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro, Ed. Cátia (EE); D. Rosa, D. Laura, D. Alice (EA).
Descrição	<p>No dia 23 de janeiro decorreu a primeira sessão com os profissionais para fazer a devolução dos problemas já abordados em conversas intencionais. Para isso, recorreu-se à Metodologia World Café de Brown (2005). Inicialmente, começámos por fazer uma breve apresentação que explicava a metodologia adotada, os princípios pelos quais esta metodologia se rege e, por fim, os seus procedimentos, reforçando as etapas que íamos seguir. Foi então explicado que em cada mesa se encontrava uma cartolina e quatro folhas que continham um problema cada, identificado pelos próprios profissionais ou crianças e jovens em conversas intencionais. Desta forma, dividiram-se os elementos que se encontravam na sessão em três grupos, sendo que cada grupo tinha que ter no mínimo um elemento da ET, um elemento da EE e um elemento da EA. Era suposto também que os vários elementos de cada equipa rodassem por cada mesa, exceção feita ao anfitrião, cujo lugar era fixo pois teria que apresentar as conclusões finais.</p> <p>Posto isto, foi pedido que cada grupo se juntasse e que lessem com atenção os problemas que lhes tinham sido atribuídos e que decidissem por qual é que gostariam de começar a refletir. A primeira mesa tinha os problemas: escassez de recursos humanos, divergências intra EE, insuficiente articulação entre a ET e a EE,</p>

	<p>inexistência de ER e falta de formação específica e ficou como anfitriã da mesa a Dra. Sofia. A segunda mesa tinha como problemas a falta de autonomia por parte dos jovens, a superproteção das crianças e jovens por parte dos profissionais, jovens pouco críticos e reflexivos e jovens com baixa autoestima. Esta mesa teve como anfitriã a Ed. Maria. Já a terceira mesa tinha os seguintes problemas: excesso de proteção dos jovens com NEE, comportamentos desadequados por parte de alguns jovens, conflitos entre as jovens do 1º piso e o excesso de regras na casa. A anfitriã do grupo foi a Ed. Rita.</p> <p>No final, cada anfitrião teve que partilhar em grande grupo as conclusões finais a que chegaram, tendo por base todas as reflexões realizadas em pequeno grupo. A Dra. Sofia referiu que, relativamente ao problema da escassez de recursos humanos, com a exceção da D. Laura e da D. Rosa que consideraram que precisavam de mais um elemento no núcleo da cozinha (pertencente à EA), todos os profissionais referiram que à data da sessão, este problema já não era sentido, nem relevante porque houvera mudanças na EE, sendo de destacar a entrada de dois elementos (tratava-se de uma macro questão, cuja resolução não estaria ao nosso alcance).</p> <p>No que toca ao segundo problema, divergências existentes entre os diferentes elementos da EE, os profissionais presentes consideraram que o problema existia, no entanto não trazia repercussões nas dinâmicas institucionais, podendo ser tratado nas reuniões de equipa e/ou reuniões de supervisão. Acrescentaram, contudo, que esta equipa deveria falar mais abertamente sobre os problemas, devendo haver mais sinceridade, responsabilidade e sentimento de compromisso. Para isso, e segundo os mesmos, deveria haver mais reuniões de equipa e mais momentos de convívio que facilitassem a comunicação direta. Para findar o</p>
--	---

	<p>assunto, a Dra. Vera referiu que “devia haver menos paleio e mais execução”.</p> <p>Em relação à insuficiente articulação entre a ET e a EE, os profissionais presentes consideraram que este problema advinha da rotatividade de horários, da sobrecarga de trabalho da ET e da EE, a falha de comunicação sobretudo pessoal e da imposição de tarefas à EE. Desta forma, como necessidades referiram: maior articulação entre profissionais, sendo crucial que os profissionais reconhecessem a importância do seu papel na casa de acolhimento; uma maior articulação entre ambas as equipas e os profissionais de cada equipa; um maior envolvimento da EE na tomada de decisão e na planificação de tarefas; e, por fim, rentabilizar os conhecimentos das equipas, envolvendo-as ativamente no quotidiano dos jovens e no desenvolvimento das suas competências. Acrescentaram ainda que se houvesse mais partilha entre profissionais, isso facilitaria a intervenção realizada.</p> <p>Relativamente ao problema da inexistência de educador de referência, a Dra. Sofia começou por explicar que este problema gerara alguma discussão em grupo e que não fora consensual inicialmente. Assim, começou por referir que dois ou três profissionais consideraram que como o papel do ER já não estava a ser implementado na casa, provavelmente o melhor seria deixar este papel de parte e continuar assim, como evidencia a Ed. Cláudia “se o papel não está a ser desenvolvido, talvez não devesse ser feito a partir de agora. No entanto, acho que poderia ser benéfico que fosse desenvolvido”. Por outro lado, alguns profissionais consideraram que este papel era fundamental e, portanto, seria importante que retomassem o trabalho que já havia sido desenvolvido, tal como referiu a Ed. Mariana “acho que é mesmo importante que este papel exista numa Instituição. Já estive noutra Instituição em que era feito e só trazia benefícios para as crianças e</p>
--	--

	<p>jovens”. Desta forma, o grupo concluiu referindo que o que contribuiu para “a não implementação do papel” foi o facto da ET cumprir algumas tarefas que estavam nas funções do ER e de não haver uma supervisão por parte da ET relativamente à operacionalização da figura do ER por parte da EE. Paralelamente, a ausência de estabilidade na EE agravava toda esta problemática. Posto isto, os profissionais referiram que havia a necessidade de distinguir o papel do ER do papel do gestor de caso e estabelecer um acompanhamento regular dos educadores de referência.</p> <p>A Ed. Maria apresentou, então, as conclusões do seu grupo, referindo que relativamente ao primeiro problema, jovens pouco críticos e reflexivos, os profissionais consideraram que isso se deve ao facto de aqueles não se interessarem por noticiários, não se interessarem por problematizar as situações, de modo a perceber o porquê das coisas. A Dra. Sara referiu que os Projetos “Assembleias da Casa”, “Eu e os Outros” e “Sarilhos Amarelos” pretendem “exatamente isso, fomentar a reflexão dos jovens de modo a envolvê-los nas tomadas de decisão”, mas, tal como salientou a Dra. Beatriz “isso é um processo gradual”, tendo acrescentado que era importante que se “responsabilizasse mais os jovens, ao invés de proibir. Tinha que ser uma responsabilização com vigia”. A Ed. Maria realçou ainda que o grupo considerou que era importante que estes jovens assistissem aos noticiários, debates e reportagens, para debater em grupo; concluíram referindo que ao fomentar a autonomia dos jovens, estes tornar-se-ão mais críticos e reflexivos.</p> <p>Em relação ao problema, jovens com baixa autoestima, o grupo considerou que este problema pode estar relacionado com a sua história de vida, referindo também que a maior parte tem acompanhamento, no sentido de o procurar resolver. Para os mesmos, era importante que se trabalhasse com o grupo de pares e que o jovem em questão fosse envolvido numa atividade lúdica,</p>
--	---

	<p>recreativa ou desportiva. Concluíram referindo que ao fomentar a autonomia no jovem, estarão também a dar-lhe mais confiança.</p> <p>No que concerne ao terceiro problema, superproteção das crianças e jovens por parte dos profissionais, os profissionais consideraram que isto derivava do sentimento de proteção que todos os profissionais tinham em relação às crianças e jovens, referindo que há que começar a trabalhar mais cedo a autonomia, para que as crianças e jovens não sejam tão dependentes dos profissionais.</p> <p>Relativamente ao último problema, falta de autonomia dos jovens a nível pessoal e social, o grupo considerou que a autonomia é uma área vasta que engloba muitas aprendizagens, nomeadamente, saber cozinhar, aprender a organizar/limpar, aprender a passar a ferro, literacia financeira/gerir dinheiro, aprender a gerir o seu tempo, tendo em conta as suas obrigações diárias, o cuidado pessoal (lavar dentes, lavar-se, cortar unhas, tomar a medicação, saber acordar sozinho, estudar, conhecer as entidades locais e a sua cidade). A apresentação deste problema suscitou ao grupo um grande debate onde se considerou que este problema tinha duas vertentes, ou seja, era um problema dos jovens, mas que estava diretamente ligado a um problema dos profissionais, que era a dificuldade que estes tinham de promover a autonomia dos jovens, tendo a noção que se substituíam aos mesmos, conseguindo assim mais rapidez na concretização da tarefa. Neste sentido, a Dra. Beatriz reforçou que havia a necessidade de que “todos os profissionais da casa percebessem como podem/devem contribuir para o desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens”, salientando que para isso era necessário que houvesse a implicação de todos os profissionais. Acrescentou ainda que os profissionais têm que estar disponíveis para o papel de “fazer com” (envolvimento e disponibilidade).</p>
--	---

	<p>Relativamente aos jovens, a Dra. Beatriz salientou a necessidade de serem estes a encontrarem as soluções para os problemas que trazem e serem envolvidos nas tomadas de decisão. Posto isso, os profissionais referiram: “há muito trabalho a fazer. Estamos a fazer algum trabalho, mas não chega” (Dra. Beatriz), “é preciso responsabilizar mais estes jovens. Mas para isso é preciso também trabalharmos todos para que isso aconteça e nem toda a gente reconhece a necessidade deste trabalho (Ed. Mariana); “a tarefa da cozinha não está a ser feita como queríamos. As cozinheiras limitam-se a fazer o que é mais fácil não pensando no futuro destes jovens” (Dra. Sara); “temos que estabelecer metas para que os jovens consigam alcançar o sucesso. Estamos estagnados no mesmo” (Dra. Vera). Concluimos assim que as necessidades dos profissionais eram: compreender o conceito de autonomia e as suas implicações; repensar as práticas profissionais numa postura crítica, reflexiva e implicativa; desenvolver novas formas de intervenção. As necessidades dos jovens eram: desenvolver competências pessoais e sociais, promover o auto e heteroconhecimento e o sentimento de pertença, desenvolver uma maior confiança e segurança pessoal e interpessoal e consciencializar-se para a perceção da vida real.</p> <p>Antes de terminar, a Ed. Maria referiu que em grupo concluíram que os problemas jovens pouco críticos e reflexivos, jovens com baixa autoestima e a superproteção das crianças e jovens por parte dos profissionais estavam todos relacionados com o grande problema, falta de autonomia por parte dos jovens, a nível pessoal e social, sendo causas e efeitos do mesmo problema.</p> <p>Por fim, a Ed. Rita apresentou as conclusões do terceiro e último grupo. Relativamente ao primeiro problema, comportamentos desadequados por parte de alguns jovens, os profissionais referiram que apesar de o problema existir, não é relevante visto que são poucos os casos existentes na Instituição. A Ed. Rita reforçou ainda</p>
--	---

	<p>que os problemas que surgiam, iam sendo resolvidos tendo em conta as repercussões dos mesmos. Ainda relativamente a este problema, falou-se na necessidade de os profissionais frequentarem formação específica para saber lidar com os comportamentos de risco e situações de stresse. A Dra. Beatriz referiu ainda que era importante que as equipas pudessem partilhar as situações difíceis que vão surgindo. Debateu-se também a necessidade de definir consequências perante determinados comportamentos (unificação das medidas disciplinares).</p> <p>No que concerne ao segundo problema, os conflitos entre as jovens do 1.º piso, consideraram que o grupo das raparigas era muito radical, porque ou gostam, ou não gostam, não dando a oportunidade de se conhecerem sequer. Referiram também que este problema existia por estas “sentirem as dores das outras” com regularidade. Concluíram referindo que este problema não assume um peso preponderante na Instituição.</p> <p>Em relação ao terceiro problema, excesso de regras na casa, o grupo referiu que não considerava que existisse excesso de regras, mas que numa das próximas sessões da Assembleia da Casa, ia-se discutir este problema, para clarificar o que estes entendem por regras e por excesso de regras, bem como clarificar a importância das regras, sobretudo numa casa com as dimensões que a CAR tem. A Dra. Beatriz concluiu referindo que “é importante implicá-los também nas regras da casa. Desta forma, estaremos a responsabilizá-los”. A mesma concluiu referindo que “os nossos filhos em casa também acham o mesmo”.</p> <p>Relativamente ao último problema, superproteção dos jovens com NEE, considerou-se que este estava relacionado com o da superproteção dos jovens em geral, não havendo a necessidade de distinguir os dois problemas. No entanto, propuseram que se começasse a definir um plano de intervenção com uma vertente</p>
--	--

	<p>psicoeducativa. Paralelamente, consideraram que deveria haver mais estimulação da parte dos profissionais em relação a estes jovens, nomeadamente nas aprendizagens da cozinha, acordarem autonomamente (com despertador) e começarem a ser os mesmos a desfazer a barba, com uma máquina de barbear.</p> <p>Finalizada a partilha do trabalho em grupo, procedeu-se à priorização dos problemas identificados, tendo em conta a importância e a urgência dos mesmos. Para isso, a Dra. Beatriz voluntariou-se para escrever no quadro os problemas priorizados e para orientar o debate no grupo. Estando em concordância, o grupo definiu que o primeiro problema a ser priorizado deveria ser a falta de autonomia por parte dos jovens a nível pessoal e social, realçando que este trabalho tinha também que passar pelo acompanhamento dos próprios profissionais; como segundo problema, priorizaram a insuficiente articulação entre as equipas, num trabalho conjunto para um fim comum; por fim, consideraram que o terceiro problema a priorizar deveria ser a inexistência do educador de referência, por tudo o que tinha sido debatido na sessão. Os profissionais demonstraram vontade em desenvolver o Projeto, apesar de o considerarem ambicioso, como relatou o Ed. Tomás “no dia a dia há muito trabalho... nem sempre é fácil conjugar as tarefas que já temos”; a Ed. Cláudia acrescentou que “não vai ser fácil, mas também não é impossível”. Ao finalizar, a Dra. Vera reforçou que todos os aspetos mencionados foram fundamentais e que não serão esquecidos, revelando a sua utilidade para futuras intervenções.</p>
--	--

Dinâmica de Grupo “Está mal” (Crianças e Jovens - Raparigas)	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	25.01.2018; 20h-21:30h.
Presenças	Maria Inês, Maria João, Joana, Lara, Mafalda, Carolina e Sofia.
Descrição	<p>Na dinâmica de grupo “Está mal” participaram as jovens Maria Inês, Maria João, Joana, Lara, Mafalda, Carolina e Sofia, sendo de referir que a Leonor se encontrava na casa, no entanto não tinha tido um dia bom, tal como referiu, pedindo então para conversar mais tarde com a investigadora. A gestora de caso da Leonor, Dra. Sara, fez questão de referir que a jovem Leonor não se encontrava ligada ao grupo das raparigas e, portanto, provavelmente não se sentia bem em partilhar com elas o que achava. É ainda de referir que a jovem Núria não veio para casa neste dia porque tinha tido autorização da sua gestora para o fazer (tinha saído a sentença da sua mãe e esta pediu para pernoitar em casa da avó).</p> <p>Iniciada a dinâmica, começámos por expor ao grupo o que iríamos fazer, referindo que o objetivo principal seria a devolução dos problemas que já tinham sido identificados anteriormente, através das conversas intencionais realizadas individualmente ou em pequenos grupos. Começou-se por distribuir pelas participantes um post-it colorido, onde cada jovem deveria escrever o que considerava que não estava bem, ou seja, que problemas é que encontravam na CAR. A Maria João identificou como problema “o facto de não ter tempo para estar com o 2º piso, não poder vir sozinha para o salão da casa e também o facto de haver menos proximidade entre as crianças e jovens e os educadores”. A Maria Inês referiu que na casa “há excesso de regras” e que considerava que “era necessário trabalhar a autonomia desde cedo e não a partir dos 15 anos”. A Mafalda também identificou como problemas o facto de “não poder estar com o 2º piso e o facto de existir excesso</p>

	<p>de regras na casa”, dando o exemplo do telemóvel. A Lara e a Joana consideraram que havia conflitos entre as raparigas do 1º piso, referindo que “enquanto não se conseguirem ouvir umas às outras será difícil compreender alguém”. Acrescentam que “todas querem ter razão e que muitas vezes a falta de respeito também se alarga para com os profissionais” da CAR. As jovens Sofia e Carolina referiram que consideravam que “há excesso de regras na casa”, no entanto, quando questionadas, só referiram o facto de não poderem ler depois de se deitar (sendo que se deitam na hora limite), bem como o facto de não poderem ouvir música a fazer as tarefas que lhes estão incumbidas. Para além do mencionado, também referiram que não tinham acesso “à palavra-passe da internet” e que gostariam de ter. No entanto, a Joana referiu que isso só acontece porque “no passado, os jovens usavam a internet e iam para sites pagos”.</p> <p>A Joana referiu que os problemas apresentados eram sobretudo a nível individual, não sendo considerados por esta os grandes problemas da Instituição. Considerou-se então importante identificar realmente os problemas que existiam, tendo para isso recorrido ao “brainstorming”. Como primeiro problema comum, as jovens identificaram a falta de autonomia por parte das crianças e jovens tendo referido que “a única coisa que trabalhamos na autonomia é a parte da roupa e da cozinha... e na cozinha, estou sempre a fazer a mesma coisa” (Lara), “gostava de me sentir mais autónoma. Mas não me sinto. Não me sinto porque também não nos deixam” (Carolina); “não sei gerir o meu tempo, devo confessar. Não tenho horas para nada. Se trabalhassem mais esta questão conosco, provavelmente seria diferente” (Maria João); “sinto que ainda tenho muito a aprender a este nível e sou das mais velhas” (Joana); “eu ainda sou nova, mas gostava de sair autonomamente, de me deslocar para a escola sozinha e assim. Sou responsável,</p>
--	--

	<p>portanto, penso que poderia fazer isso. Também considero que poderia usar o telemóvel autonomamente. Gostava também de começar a aprender a cozinhar, mas como só tenho 12 anos, não me é possível” (Mafalda); “tal como referiu a Mafalda, também gostava de aprender a cozinhar, gostava que me dessem mais autonomia também para mostrar que sou responsável. Acho que estas questões devem ser trabalhadas desde cedo” (Maria Inês); “tenho muito para aprender a este nível, portanto considero que era importante que houvesse mais trabalho a este nível” (Sofia).</p> <p>Como segundo problema, as jovens referiram o facto de haver os conflitos entre as jovens do 1º piso, tendo referido que “no geral, damo-nos mal, é verdade” (Maria Inês); “temos muitos conflitos umas com as outras, não quer dizer que seja entre todas” (Maria João); “eu dou-me melhor com duas ou três apenas. Mas não me faz diferença se me dou ou não com o resto” (Sofia); “nós somos muito conflituosas. Somos raparigas, está tudo dito. Ou é porque usamos uma coisa sem pedir, ou é porque gostamos daquele rapaz... valorizamos muito as pequenas coisas” (Carolina); “a maior parte das vezes chateamo-nos por coisas insignificantes, e nem sempre têm a ver connosco. Mas, como referiu a minha irmã, somos raparigas” (Lara); “somos assim... inconstantes. Tanto estamos bem, como mal, umas com as outras” (Mafalda). A Joana referiu que “eu não me dou muito com o grupo porque não me identifico com ele. Cresci aqui e já tive várias amizades, mas muitos já saíram. Agora, só me relaciono com os mais novos e com a Núria, deste piso”.</p> <p>Como terceiro problema referiram o excesso de regras na casa. Ao debater o problema, as jovens referiram “é verdade. Temos muitas regras e algumas sem sentido” (Maria João); “eu quero ler à noite e não posso. É uma regra sem sentido mesmo” (Lara); “gostava de fazer as tarefas da casa a ouvir música no telemóvel e não me deixam, não compreendo porquê” (Maria Inês), tendo a</p>
--	--

	<p>Sofia referido que concorda com a Maria Inês; “para mim, a maior regra sem sentido é não poder usar o telemóvel sempre que quero, por ter a idade que tenho. No entanto, percebo que nas refeições e assim faz sentido” (Mafalda), tendo a Sofia e a Maria Inês concordado. A Carolinha acrescentou que “apesar de não acontecer muito no nosso piso, também não concordo com os castigos coletivos, em que por vezes por um, pagam todos”. A Joana referiu que “não me identifico com este problema, pois percebo o porquê de ser assim. Acho que elas deviam tentar perceber também”.</p> <p>Por fim, identificaram os comportamentos desadequados por parte de alguns jovens como o quarto problema. As jovens foram consensuais ao referir que este problema se adequava mais ao grupo de rapazes, mas que o tinham que identificar, tendo referido “no grupo dos rapazes é que temos alguns jovens com comportamentos desadequados” (Maria João), “e alguns faltam mesmo ao respeito dos profissionais” (Sofia); “é verdade, há alguns jovens que têm atitudes que nem eu própria compreendo. Tornam-se um pouco agressivos e dizem coisas que não deviam” (Maria Inês); “parecem maluquinhos, só visto, porque contado ninguém se acreditava” (Carolina); “às vezes parecem crianças. Com comportamentos infantis mesmo” (Mafalda); “eu não compreendo o porquê de eles terem esses comportamentos, mas fazia-lhes bem refletir sobre isso, para ver se mudam” (Lara). A Joana concluiu referindo “eles não pensam nos comportamentos que têm e esse é o problema. Não pensam nas consequências. São imaturos”.</p> <p>No final da sessão, agendámos um novo encontro (30.01.2018), sendo que este tinha como objetivo a priorização dos problemas identificados. Foi ainda referido que os rapazes teriam uma sessão semelhante a esta no dia seguinte, sendo que os problemas identificados por eles iam ser referidos para ver se elas também identificavam e se concordavam.</p>
--	---

Dinâmica de Grupo “Está mal” (Crianças e Jovens - Rapazes)	
Local	Instituição: Sala de Reuniões
Data e hora	26.01.2018; 20h-21:30h.
Presenças	Mário, Júlio, Adriano, Raúl, Rúben, João, Afonso, Marco, António, Ivo, Sandro, Lourenço, Salvador, Arlindo, Carlos e o Filipe.
Descrição	<p>No dia 26.01.2018 realizou-se a dinâmica de grupo “Está mal”, mas desta vez com o grupo de rapazes. O Rúben não esteve presente porque se encontrava no treino de futebol. À semelhança da sessão com as raparigas, pretendíamos que os rapazes identificassem os problemas que a casa tinha, e que influenciavam o seu dia a dia. Os rapazes pediram para que o exercício fosse realizado em grupo, não tendo, portanto, realizada o exercício do post-it.</p> <p>Assim sendo, iniciámos a sessão pelo “brainstorming”. Os rapazes foram consensuais ao referirem que identificavam dois grandes problemas, falta de autonomia por parte das crianças e jovens e os comportamentos desadequados por parte de alguns jovens, tendo referido que não identificavam mais nenhum.</p> <p>No que concerne ao primeiro problema, falta de autonomia por parte dos jovens, os jovens demonstraram o seu descontentamento relativamente ao facto de o treino de competências só ser realizado a partir de uma determinada idade, e o facto de só trabalharem duas áreas dentro da autonomia, tal como referem no seu discurso: “tenho dificuldades em guardar dinheiro. Sempre que recebo a semanada, gasto-a toda e normalmente em comida” (Filipe), “acho que o treino de competências deveria começar mais cedo. Não tem que ser só a partir dos 15 anos” (Afonso), “a autonomia é trabalhada em duas áreas apenas. Acho que há muito mais trabalho a desenvolver, nomeadamente a nível de gestão financeira e de habitação” (Salvador), tendo o Lourenço, o Mário e o Sandro concordado; “podiam trabalhar outras questões connosco, como</p>

	<p>ensinar a fazer currículos, ajudar-nos a procurar emprego, pois, muitos de nós queremos arranjar part-time e temos dificuldade nisso” (António), tendo sido uma ideia também partilhada pelo Filipe, o Salvador e o Raúl; “a nível da gestão financeira, temos muito trabalho a desenvolver. Não sabemos governar, e isso pode-se ver quando recebemos as semanadas. Não poupamos e gastamos tudo” (Ivo), algo que o Arlindo, o Filipe, o Salvador e o Afonso também referiram. Os jovens referiram ainda que também sentiam dificuldades em perspetivar o futuro, de uma forma consciente, tendo referido que “custa-me pensar a longo prazo e ter uma perceção do que vou fazer” (Raúl); “eu sinto a mesma dificuldade. Tenho dificuldades em pensar na minha vida depois da institucionalização” (Marco); “tenho dificuldades em tomar decisões, nem sei que curso seguir quando terminar este ano” (Filipe). O Arlindo concluiu, referindo “resumindo e concluindo, há muito trabalho pela frente a este nível”.</p> <p>Em relação ao segundo problema, comportamentos desadequados por parte de alguns jovens, os jovens referiam que “temos que confessar que isso acontece, que alguns de nós temos comportamentos desnecessários, claro que não são todos” (Raúl); “às vezes tenho comportamentos desadequados, sei disso. E não penso muitas vezes nas consequências desses comportamentos” (Ivo); “eu também tenho comportamentos desadequados, por vezes, e só penso nos mesmos, depois de os fazer. Às vezes arrependo-me” (Adriano); “eu concordo. Há alguns jovens que têm atitudes que não são próprias da idade que já têm. Mas não refletem sobre elas e por isso é que fazem esse tipo de coisas” (João), tendo o Afonso, o Marco e o António concordado com o João. O Arlindo concluiu referindo que “quando têm este tipo de comportamentos, eles são imaturos e sabem disso. Muitas vezes, chamo-os à atenção e tento fazer com que reflitam sobre esses</p>
--	--

	<p>comportamentos, mas não é fácil porque nem sempre reconhecem que não estiveram bem, ou com algum colega ou com algum dos profissionais”, algo que também foi referido pelo Lourenço e o Salvador.</p> <p>Antes de terminar a sessão referimos que as raparigas, no dia anterior tinham identificado mais dois problemas, sendo eles: os conflitos entre as jovens do 1º piso e o excesso de regras na casa. Neste sentido, questionou-se o grupo para ver se se identificavam com estes problemas. Relativamente ao primeiro, “os conflitos entre as jovens do 1º piso” os jovens presentes foram consensuais ao referirem que “isso não vai mudar. Elas são assim, conflituosas”. O Sandro referiu que “elas não se dão bem. Claro que não é sempre, mas a verdade é que criam muitos conflitos”. O Afonso referiu que “nós também temos os nossos conflitos, mas resolvemos de outra forma, ou seja, na hora. Elas não. Começam com o “diz que disse” e fazem um grande problema de um problema pequeno”, tendo tido o apoio de todos os colegas. O Salvador referiu que “elas deviam preocupar-se mais com outras coisas e menos com essas intrigas que acabam por criar. Só mostram imaturidade com essas atitudes”, tendo o Lourenço, o Ivo e o Adriano concordado. Em relação ao segundo problema referido “excesso de regras na casa”, de forma consensual os jovens referiram que também se identificavam com ele, mas só em relação ao telemóvel e nas medidas reparadoras aplicadas, tendo referido: “realmente em relação aos telemóveis concordo. Não podemos ter o telemóvel sempre, e alguns mediante a idade nem podem levar para a escola. Acho que esta regra devia mudar” (Marco), tendo os restantes elementos concordado; “também não concordo quando a medida reparadora aplicada é os castigos de grupo, ou seja, quando não podemos todos entrar na sala dos jogos porque um de nós teve uma atitude menos correta ou porque fizemos muito barulho no refeitório”, tendo o Adriano, o</p>
--	---

	<p>Ivo, o Sandro e o Afonso sublinhado o referido; “eu também concordo com o que os meus colegas referiram, não faz muito sentido estas coisas. Mas pronto, temos que tentar falar sobre isso com as doutoras” (Salvador), tendo mais uma vez o consenso do grupo.</p> <p>Não tendo mais problemas a identificar, demos por concluída a sessão, tendo marcado a próxima sessão para o dia 30.01.2018, pelas 20h. Referimos ainda que o objetivo da próxima sessão seria a priorização dos problemas por parte dos jovens, tendo em conta o grau de importância e de urgência.</p>
--	---

Dinâmica de Grupo: “Árvore dos Problemas” (Crianças e Jovens - Raparigas)	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	30.01.2018; 20h-21:30h.
Presenças	Maria Inês, Maria João, Joana, Lara, Mafalda, Carolina e Sofia.
Descrição	<p>No dia 30.01.2018 realizou-se o exercício de dinâmica de grupo “árvore dos problemas” com o grupo das raparigas, tendo sido dadas às jovens quatro árvores, uma para cada um dos problemas identificados na sessão anterior. Foi explicado que no caule da árvore, as jovens deveriam identificar o problema; nas raízes, deveriam identificar a origem do problema; nas ramificações, deveriam identificar as consequências que este problema trazia. Explicámos que este exercício iria ajudar as jovens a conseguir, no final, priorizar os problemas já identificados.</p> <p>Assim sendo, deu-se início ao exercício. O primeiro problema referido foi a falta de autonomia por parte dos jovens (no caule). Nas ramificações, as crianças e jovens referiram o facto de serem bastante dependentes de terceiros, não saberem gerir o tempo, não saber gerir-se financeiramente, não terem iniciativa para tomar a medicação sozinhos, não saberem acordar autonomamente, não</p>

	<p>saberem cozinhar, não saberem respeitar, muitas vezes, a opinião dos outros e terem dificuldades em tomar decisões, referindo que também não são envolvidos nas mesmas. Como origem do problema (raízes), referiram o facto de os profissionais não lhes possibilitarem certas coisas, como tomar as decisões, e também a falta de vontade de algumas crianças e jovens, que não pensam nas consequências que isto pode acarretar para o seu futuro.</p> <p>Como segundo problema, referiram as regras sem sentido (caule). Nas ramificações referiram os sentimentos de revolta, de tristeza, desmotivação, infelicidade. Apontaram também a má educação e os conflitos que surgem pelas medidas reparadoras aplicadas. Como origem do problema referiram as pessoas que determinam as regras e que não refletem suficientemente sobre elas.</p> <p>Como terceiro problema, os conflitos entre as jovens do 1º piso, referiram que na origem do problema estava o “diz que disse” e a incompreensão que existia entre as mesmas. Como consequências, apontaram o facto de criarem conflitos umas com as outras, o facto de causarem mau ambiente tanto no piso delas, como na casa.</p> <p>O quarto problema apontado foi comportamentos desadequados por parte de alguns jovens, referindo como consequências do problema as medidas reparadoras, sendo que estas despertam neles sentimentos de fúria, revolta, má educação. As mesmas apontam que na origem do problema estão os atos irrefletidos por parte dos jovens.</p> <p>Num segundo momento, foi pedido às jovens que, tendo em conta tudo o que fora referido até ao momento, o grupo pensasse e refletisse sobre os problemas identificados, de modo a priorizá-los. Foram aconselhados a terem em atenção a importância e urgência que atribuíam aos problemas. Rapidamente referiram que o problema menos urgente e importante seria o excesso de regras na casa, tendo a Joana explicado ao grupo a sua perspetiva “muitas</p>
--	--

	<p>das regras que existem, só existem porque em outros momentos, algo correu mal, e que, portanto, tiveram que recorrer a essas regras para não voltar a acontecer”. Acrescentou ainda que “não me identifico com o problema porque percebo o porquê de ter que ser assim. Quando não percebo tento procurar saber o porquê, o que não acontece com elas”. Após esta explicação, o grupo referiu que a Joana tinha razão, e que, as regras não são “tão sem sentido, como parecem”, compreendendo desta forma a pertinência das mesmas, tendo em conta as dimensões da casa. Concluímos também que este tema poderia ser debatido em Assembleias da Casa, uma vez que era um problema coletivo e que gostavam de compreender e alterar. O segundo problema que o grupo concordou que seria menos importante e urgente foi a “os conflitos entre as jovens do 1º piso”, tendo referido que “não me importo que seja assim” (Lara), “isso não me mete impressão porque sempre vivemos assim” (Sofia); “se até ao momento vivemos assim e estamos bem com isso, por que deveremos agora considerar isto um problema?” (Lara); “dou-me com quem sinto proximidade e não me incomodo com isso” (Carolina); “e não acho que seja a conversar sobre o assunto que isso se vai resolver” (Joana). A Núria acrescentou que “na minha opinião isso também parte das pessoas. Se nós não quisermos que isso se resolva, não vamos resolver, portanto, não priorizo este problema”. Para a Leonor “este problema não é prioritário. Temos outros mais importantes, portanto, vamos dar prioridade a esses”. Em relação aos últimos dois problemas identificados, o grupo considerou que o terceiro problema menos importante seria os “comportamentos desadequados por parte de alguns jovens”, uma vez que, “não é um problema que abrange o grupo” (Carolina), “são só alguns jovens, e comparado com o último problema, acho que este não é tão urgente” (Leonor), tendo todos os elementos presentes concordado.</p>
--	--

	<p>Desta forma, em unanimidade, o grupo concluiu que o problema que devia ser priorizado era o da falta de autonomia por parte dos jovens, uma vez que “é o problema que envolve todas as crianças e jovens” (Maria Inês), “portanto, é prioritário, na minha opinião” (Núria).</p>
--	---

Dinâmica de Grupo “Árvore dos Problemas” (Crianças e Jovens - Rapazes)	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	30.01.2018; 20h-21:30h.
Presenças	Mário, Júlio, Adriano, Raúl, Rúben, João, Afonso, Marco, António, Ivo, Sandro, Lourenço, Salvador, Arlindo, Carlos e o Filipe.
Descrição	<p>No dia 30.01.2018 realizou-se o exercício de dinâmica de grupo “árvore dos problemas”, desta vez com o grupo de rapazes, tendo sido dadas aos jovens duas árvores, uma para cada um dos problemas identificados na sessão anterior. À semelhança da sessão com as raparigas, foi explicado que no caule da árvore, as jovens deveriam identificar o problema; nas raízes, deveriam identificar a origem do problema; nas ramificações, deveriam identificar as consequências que este problema acarretava. Explicámos ainda que este exercício iria ajudá-los a priorizar os problemas identificados.</p> <p>Posto isto, deu-se início ao exercício. O primeiro problema apresentado pelo grupo de rapazes foi a falta de autonomia das crianças e jovens – caule da árvore. Nas ramificações, como consequências, referiram o facto de serem dependentes dos educadores e das doutoras para fazer determinadas tarefas, o facto de a maior parte não confecionar refeições autonomamente, o facto de não saberem ir às compras sozinhos, não saberem fazer o currículo, o facto de alguns jovens não saberem cuidar da sua própria higiene (apresentação), não saber gerir o seu dinheiro, não saber gerir o seu tempo e não saber ouvir e desrespeitarem-se com</p>

	<p>alguma frequência. Nas raízes, como origem do problema referiram a superproteção por parte dos profissionais e o facto de os jovens não valorizarem este tipo de aprendizagens, não tendo consciência de que isto poderá trazer repercussões para a sua vida futura.</p> <p>Como segundo problema, o grupo tinha identificado os comportamentos desadequados por parte de alguns jovens (caule da árvore), como consequências, nas ramificações, os jovens referiram o mau ambiente que se criava no grupo, o isolamento de alguns jovens do grande grupo, as medidas reparadoras aplicadas, muitas vezes ao grupo, e as transferências de Instituição (só em casos extremos). Como origem do problema, apontaram o passado destes jovens, pautados, na sua ótica, por momentos de violência. Apesar de termos também abordado os problemas os conflitos entre as jovens do 1º piso e o excesso de regras na casa na sessão anterior, e de o grupo de rapazes ter referido que concordava e que identificava estes problemas na casa, os jovens não quiseram falar sobre os mesmos referindo que não eram prioritários em relação aos problemas que já elencados.</p> <p>Desta forma, procedeu-se à priorização dos problemas. Em unanimidade, o grupo identificou que o problema priorizado deveria ser a falta de autonomia das crianças e jovens, uma vez que, “para o nosso futuro, este terá mais relevância” (Salvador). O António salientou que “o problema dos comportamentos desadequados refere-se apenas a alguns jovens, portanto, achamos que é melhor priorizar o problema referente à autonomia”. Concluimos assim a sessão referindo que o Projeto não seria desenvolvido com todas as crianças e jovens, pela quantidade de crianças e jovens que a Instituição acolhia e pela diversidade de idades – haverá critérios de seleção dos mesmos e só participará quem estiver interessado.</p>
--	--

APÊNDICE F: SESSÃO DE SELEÇÃO DE JOVENS COM PROJETO DE VIDA: AUTONOMIZAÇÃO

Autonomia: Sessão com Jovens	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	15.02.2018; 20h-21:30h.
Presenças	João, Sandro, Maria Inês, Raúl, Adriano, Joana, Arlindo, Filipe, Salvador, Sofia, Núria, Lourenço, Maria João e Leonor.
Descrição	<p>Após as sessões de identificação e priorização de problemas e tendo em conta o problema priorizado ser falta de autonomia dos jovens a nível pessoal e social, teve que se seleccionar o grupo de jovens que participaria no Projeto. Depois de realizar algumas conversas intencionais com os profissionais da Instituição, para conseguir estabelecer os critérios para restringir o grupo dos jovens, considerámos que o primeiro critério passaria por seleccionar jovens que tinham como Projeto de vida a autonomização. Depois de se analisar o quadro apresentado no Ap. D, verificámos que o grupo com Projeto de vida de autonomização era composto por 14 elementos, sendo todos convidados a participar na sessão que se realizou no dia 15.02.2018.</p> <p>No dia 15.02.2018. realizámos a sessão com estes jovens. Num primeiro momento, realizou-se um “brainstorming” com o grupo, partindo das questões: “o que é ser autónomo?” e “sentem-se autónomos?”. A Núria voluntariou-se a escrever no papel de cenário as ideias que os colegas transmitiam, tendo escrito que para se ser autónomo é preciso que “saiba gerir financeiramente” (Lourenço); “fazer as limpezas domésticas” (Salvador); “saber cozinhar” (Maria Inês); “fazer o tratamento da roupa” (João); “saber acordar sozinhos” (Sandro); “tomar a medicação sozinhos” (Joana); “ter o seu espaço organizado” (Ivo); “ser responsável com os seus</p>

	<p>compromissos, nomeadamente com a escola” (Sofia); “ter um comportamento adequado” (Maria João); “saber utilizar os serviços da comunidade” (Arlindo); “tratar de arranjar habitação” (Salvador); “saber procurar emprego” (Filipe); “saber fazer compras” (Leonor); “fazer a gestão de tempo”(Raúl). Relativamente à segunda questão, os jovens foram consensuais ao referir que “não se sentem totalmente autónomos”.</p> <p>Num segundo momento, estivemos a debater algumas áreas da autonomia: a gestão financeira, a gestão de tempo, o emprego/formação e o desenvolvimento de competências pessoais.</p> <p>Os jovens consideraram que a gestão financeira “envolve muita coisa. Envolve saber governar-se. Saber poupar. Saber fazer orçamentos semanais e mensais para uma casa”. Consideraram ainda que não era fácil na idade deles perceber estas questões, mas tinham que entender que “a vida deles não é como as outras, que podem estar em casa dos pais até quando quiserem” (Leonor); “nós temos que fazer pela vida. Não é fácil, mas tem que ser. Temos que ter hábitos de poupança por isso” (Salvador). Ao tentar perceber o porquê de estes referirem que têm dificuldades nesta área, os jovens referiram que “com regularidade temos gastos desnecessários” (Sofia), sendo uma ideia partilhada por vários jovens; “temos dificuldades em controlar o nosso dinheiro” (Maria Inês); “é difícil observar as lojas e não comprar nada” (Maria João). O João referiu “eu também gostava de conseguir controlar os meus gastos”, tendo o Raúl referido que “uma técnica que uso é o ter objetivos para o dinheiro. Se pensar que tenho que juntar dinheiro para algo, consigo poupar bastante”, tendo os restantes elementos concordado que poderia ser uma ótima estratégia.</p> <p>Em relação à gestão de tempo, os jovens consideraram que “é a parte mais importante da autonomia de uma pessoa. Sem gestão de</p>
--	--

	<p>tempo, não se consegue fazer as tarefas”. Para superar o problema, os jovens referiram que havia a necessidade de “cada um fazer o seu plano semanal”. Relativamente a este ponto, o Arlindo referiu que “sinto dificuldades em ter horários. Horários para sair da Instituição, para acordar, para organizar o meu tempo. O Raúl referiu que “já senti mais dificuldades do que sinto. O meu método foi organizar o meu tempo. Ter um calendário, onde tenho tudo registado. Assim consigo ter uma visão mais real da minha semana”. O Adriano partilhou também a sua dificuldade em gerir o tempo, referindo que “vou seguir o conselho do Raúl. Talvez resulte também comigo”.</p> <p>Em relação ao desenvolvimento de competências pessoais, a Núria referiu que “é preciso cuidarmos de nós. Cuidar da higiene individual de cada um”; a Joana referiu que “temos que ser nós a ter hora para tomar a medicação”, tendo a Maria João referido que “são sempre as educadoras que nos chamam”; a Sofia referiu que “temos que ter hábitos de poupança e aprender a gerir o nosso dinheiro”, tendo o João e o Lourenço reforçado também essa ideia; relativamente a este ponto, a Maria Inês também referiu que “também precisamos de fazer as nossas compras. Isto é, para a casa, para as refeições, para a nossa higiene”, tendo a Leonor referido que “mas temos que saber escolher os produtos, e optar pelos mais baratos”; o Arlindo referiu que “temos que saber organizar o nosso tempo. É das minhas maiores dificuldades dentro da autonomia”.</p> <p>Relativamente à área de emprego/formação, os jovens referiram que “é uma área fundamental para nós. Temos que investir bastante para o futuro”. Dos jovens presentes, só dois jovens tinham tido a experiência de ter uma entrevista e os restantes mostravam-se bastante receosos, referindo que “não sei como será ir a uma entrevista” (João); “quando tiver que passar por essa situação, vou estar bastante nervosa” (Sofia); “tenho alguma</p>
--	--

	<p>dificuldade em falar sobre mim. Aí vou ter que o fazer” (Joana). Abordámos também a importância da construção de um currículo e de uma carta de apresentação. A maior parte dos jovens não tinha currículo e os que tinham, não tinham sido estes a fazê-lo. Abordámos também as perspectivas de futuro a nível das carreiras, reforçando a necessidade de prosseguimento dos estudos.</p> <p>No final da sessão, o grupo de jovens reuniu-se e partilhou as principais dificuldades que tinham a nível da autonomia, tendo sido referido: “eu penso que a minha maior dificuldade é em controlar os meus gastos, ou seja, em saber gerir-me financeiramente. Acho que também tenho dificuldades em fazer um orçamento mensal de despesas para uma casa, mas ainda tenho algum tempo para aprender” (João); “eu tenho dificuldades na higiene pessoal. Sou preguiçoso e é preciso chamarem-me com frequência para ir tomar banho. Também tenho dificuldade em acordar sozinho. Têm que ser as educadoras da manhã a chamar-me” (Sandro); “eu gostava de aprender a cozinhar. Mas tendo em conta a minha idade, não me deixam ainda. Tenho também algumas dificuldades, mas acho que é natural pela idade que tenho” (Maria Inês); “eu não sinto que tenha dificuldades. Pela minha história de vida, fui obrigado a crescer rápido e aprendi a fazer de tudo numa casa. Acho que se tivesse que viver sozinho, estava preparado” (Raúl); “tenho algumas dificuldades também, mas considero que se devem à minha idade. Ainda não posso fazer o treino das competências na Instituição, sequer” (Adriano); “tenho várias dificuldades, sobretudo a controlar os meus gastos. Gostava também de aprender a não julgar os outros. É um defeito que tenho” (Joana); “eu gostava de aprender a gerir o meu tempo, porque tenho dificuldades. Gostava também de aprender a preparar-me para uma entrevista, pois acho que tenho dificuldades nisso” (Arlindo); “eu tenho dificuldades em todos os níveis abordados” (Filipe); “tenho dificuldades em acordar sozinho,</p>
--	--

	<p>gerir o meu tempo e organizar o meu espaço pessoal. Sou muito preguiçoso” (Salvador); “eu sinto que gasto dinheiro desnecessariamente. Mas na altura não acho isso. Tenho mesmo dificuldades de gestão financeira” (Sofia); “eu também tenho alguma dificuldade em gerir o meu tempo e em definir prioridades, para além do meu problema de ser bastante direta com as pessoas, não pensando, muitas vezes, na consequência das minhas palavras nos outros” (Núria); “a minha dificuldade também é a nível da gestão financeira. Não sei controlar os meus gastos e sou viciado em tatuagens” (Lourenço); “as minhas maiores dificuldades são: acordar sozinha, saber gerir o meu dinheiro e fazer uma gestão do meu tempo” (Maria João); “a minha maior dificuldade é na cozinha. Toda a gente sabe que não sei cozinhar basicamente. Mas, tenho outras dificuldades” (Leonor).</p> <p>Falámos que o Projeto ia ser desenvolvido com alguns dos jovens presentes na sessão, sendo explicado que a participação era voluntária e que, portanto, gostaríamos de saber quem estava mais motivado e interessado em participar. A Núria referiu de imediato “eu quero participar porque quero sair da Instituição assim que possível. Para isso, sei que preciso de todas as ajudas para me tornar numa adulta responsável”. A Leonor referiu que “a minha situação é idêntica à da Núria, quero sair da Instituição quando fizer 18 anos e já falta pouco. Estou um pouco desorientada, sem saber o que fazer depois disso. Portanto, participar num Projeto deste âmbito será uma mais valia”. O Arlindo também referiu que “eu também gostava de participar. Considero que há áreas que deveria aprofundar e até ao momento não o fiz. Este Projeto seria também uma mais valia para mim e para todos, a meu ver”. A Joana partilhou, igualmente, a sua vontade de fazer parte do grupo referindo que “pelo que falámos hoje, também preciso de participar nesse Projeto. Vai ser uma mais valia para mim, sobretudo para o</p>
--	---

	<p>futuro que se avizinha". O Filipe também demonstrou entusiasmo referindo que "estou pronto para fazer parte dessa aventura. Quando é para começar?".</p> <p>Finalizada a sessão, fomos conversar com a ET que referiu que o grupo já criado seria o grupo que aconselhava que participasse no Projeto, até pelo avançar da idade e por sentirem que precisavam de algum tipo de orientação. A Dra. Sara sugeriu que o Lourenço também integrasse o grupo, uma vez que este jovem não estudava (já tinha concluído o ensino obrigatório) e não se encontrava a desenvolver qualquer atividade profissional. Desta forma, e tendo em conta as dificuldades que já tinha demonstrado relativamente à gestão financeira, considerou-se importante conversar com o jovem para ver se ele queria integrar no grupo. Conversámos com ele individualmente e o jovem mostrou-se recetivo referindo "posso participar. Mas só tenho dificuldades a esse nível, como já referi", tendo acrescentado que "até pode vir a ser útil para o meu futuro".</p> <p>O grupo de participantes ficou assim encontrado, fazendo parte dele a Núria, a Leonor, a Joana, o Arlindo, o Filipe e o Lourenço.</p>
--	---

APÊNDICE G: CARACTERIZAÇÃO DOS “PROTAGONISTAS DA PRÓPRIA AÇÃO”

Núria

A Núria nasceu em outubro de 2000, e tinha 17 anos. Esta jovem era proveniente da Póvoa de Varzim, e encontrava-se institucionalizada desde os 11 anos. A Núria frequentava o Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão.

Pelo que se pôde constatar no PSEI da jovem, a sua mãe ausentava-se com frequência da sua cidade, deixando-a ao cuidado inicialmente de uma avó afetiva e mais tarde de uma amiga que trabalhava num bar de alterne. A jovem encontrava-se ao cuidado da avó afetiva, no entanto, a mãe resolvera vir buscá-la, tendo assim a avó afetiva contado à CPCJ que esta já não se encontrava à sua guarda. Posto isto, a CPCJ reencaminhou o caso para tribunal em março de 2011. A jovem foi retirada à família/família alargada (mãe, avó afetiva e amiga da mãe), tendo ficado provisoriamente em vaga de emergência num CAT situado no Porto. Em dezembro a jovem foi institucionalizada na CAR tendo como projeto de vida a reintegração familiar. Com a articulação com alguns dos cuidadores, como com algumas entidades, verificou-se que a jovem não era acompanhada a nível de saúde há três anos, tendo faltado à consulta de obesidade infantil; a nível escolar, a jovem tinha comportamentos inadequados, utilizando vocabulário impróprio para a idade; a avó afetiva referenciava que esta tinha dificuldade em cumprir as regras que lhe eram impostas. Posto isto, foi considerado que a jovem estaria exposta pela mãe (que esteve detida) e por amigos da mãe a modelos desviantes. Foi assim considerado que os motivos de institucionalização da Núria se prendiam com: mau trato físico; negligência: ao nível da saúde, face a comportamentos de risco da criança/jovem, falta de supervisão e acompanhamento familiar, exposição a modelos parentais desviantes; abuso sexual: suspeita de abuso sexual, exposição verbal/física a linguagem ou comportamentos de cariz sexual; abandono; ausência temporária de suporte familiar.

A Núria encontrava-se bem integrada nas dinâmicas e rotinas institucionais. Era considerada uma líder, sobretudo pelo grupo de raparigas, sendo que dependendo da sua opinião, a influência poderia ser positiva ou negativa. No entanto, é de referir que sempre que esta tinha uma atitude errada e quando era chamada à atenção, sabia reconhecer o seu erro. Descrevia-se como uma jovem impulsiva, tinha um discurso assertivo, ainda que com períodos de instabilidade, ora se apresentava motivada e com vontade de participar, ora alheada e desmotivada. Como relatado no PEIS, quando a jovem era questionada acerca dos seus problemas, esta referia com frequência “a vida é minha, os problemas são meus, eu é que tenho de os resolver”.

Para além do mencionado, importa referir que a Núria era acompanhada em consultas de pedopsiquiatria quinzenais, tendo que fazer medicação. Cumpria também o treino de competências semanal na cozinha e tratamento e higienização das suas roupas, bem como organização e limpeza do seu espaço individual e dos seus pertences.

Devido ao agravamento da situação no seio familiar, o projeto de vida da Núria foi alterado para a autonomização de vida.

Leonor

A Leonor nasceu em julho de 2000 e tinha 17 anos. Esta jovem era proveniente do Porto e encontrava-se institucionalizada desde os 2 anos. A Leonor frequentava o 9.º ano do Curso de Educação e Formação de Agente em Geriatria.

Pelo que se pôde verificar no PSEI da Leonor, foram os próprios progenitores que solicitaram a integração da Leonor e dos seus irmãos em contexto institucional, assumindo a sua incapacidade para assegurar a educação e o bem-estar dos menores. O casal encontrava-se em processo de divórcio, verificando-se conflitos, que originaram instabilidade familiar, e em muito afetaram o desenvolvimento psicossocial das crianças. Inicialmente, a Leonor teve que ficar aos cuidados da mãe (de fevereiro a outubro de 2002) devido à inexistência de vagas. Posto isto, e tendo em conta que a

mãe não conseguiu reunir as condições favoráveis para que a menor permanecesse com ela, a Leonor foi retirada, sendo inicialmente acolhida num CAT até ter havido vaga nesta casa.

A mãe apresentava um comportamento muito instável, verificando-se alguma negligência nos cuidados dos menores, relativamente aos cuidados diários (alimentação e higiene), sendo possível detetar na Leonor algum atraso de desenvolvimento. Por tudo isto, os motivos de institucionalização mencionados no PSEI foram: mau trato psicológico ou emocional: rejeição ativa; negligência: ao nível da saúde; exposição a modelos parentais desviantes.

A Dra. Sara mencionou que após a sua institucionalização, a Leonor começou a conviver com uma família de afeto. Passados alguns anos, e tendo em conta que a convivência era positiva, a família quis ficar com a menor, tendo esta saído da CAR em julho de 2011. O processo de acolhimento nesta família não correu bem, uma vez que esta família exigia muito da Leonor, nomeadamente em termos escolares. Foi também evidenciado pela Dra. Sara que esta família se mostrou pouco tolerante em relação aos comportamentos que a Leonor adotava. Isto veio prejudicar a relação saudável que tinha sido construída ao longo de vários anos, tendo esta regressado em fevereiro de 2013 à Instituição.

A Dra. Sara mencionou que a Leonor se encontrava bem integrada na CAR, cumprindo as suas rotinas e dinâmicas. Referiu que a nível de personalidade a Leonor tendia a ser um pouco manipuladora para conseguir alcançar mais rapidamente o que pretendia. Salientou também que lhe fora diagnosticado um quadro depressivo, que tinha por base todos os percalços que lhe foram surgindo, nomeadamente as ruturas que sofrera, por exemplo, com a família afetiva, com os seus pares e com os professores. A Leonor tinha um acompanhamento pedopsiquiátrico (regular) e psicológico e psiquiátrico (irregular), fazendo medicação em ambos os acompanhamentos.

Para além disso, a Leonor também fazia o treino de competências na cozinha e na lavandaria, bem como ajudava nas limpezas dos espaços comuns e do seu espaço pessoal. Tendo em conta toda a sua história de vida e familiar, foi-lhe atribuído o projeto de vida de autonomização.

Filipe

O Filipe nasceu em março de 2000 e tinha 18 anos. Este jovem era proveniente do Porto e encontrava-se institucionalizado desde os 15 anos. O Filipe frequentava o 9.º ano do Curso de Educação e Formação de Agente em Geriatria.

Através do PSEI pudemos constatar que os pais do Filipe estavam divorciados desde 2006, estando desde essa altura o Filipe aos cuidados da sua progenitora. Encontrava-se também aos seus cuidados a irmã do Filipe que na altura tinha 9 anos de idade. Tendo em conta as fragilidades que a família apresentava, esta beneficiava do apoio financeiro do Rendimento Social de Inserção (RSI).

O Filipe adotava com regularidade um comportamento desadequado, nomeadamente uma postura infantil, apelativa e reivindicativa para com a mãe, assumindo, muitas vezes, a liderança no seio familiar. No PSEI do Filipe estava também mencionado que o jovem era acompanhado em Pedopsiquiatria, uma vez que apresentava comportamentos provocados por distúrbios emocionais.

Tendo em conta todos os aspetos referidos, a progenitora do Filipe beneficiou também de um acompanhamento psicológico, no sentido de arranjar estratégias de promoção de parentalidade positiva. Não tendo resultado, a mãe do Filipe considerou que não tinha condições para continuar com a guarda do filho, encontrando-se emocionalmente desgastada. Desta forma, foi a própria que solicitou a sua institucionalização. De referir que foi estudada a hipótese de o Filipe ficar à guarda de outro familiar, no entanto, não houve disponibilidade por parte destes.

Tendo em conta tudo o que foi relatado e pela dificuldade de a mãe impor regras e limites, o Filipe tinha como projeto de vida a autonomização.

O Filipe era um jovem que estava bem integrado nas rotinas e dinâmicas institucionais. Apesar de tudo isto, a Dra. Sofia referiu que este jovem estava bastante confuso face ao seu futuro, mostrando-se indeciso quanto à sua permanência na casa. Relativamente à relação com os adultos, o Filipe tinha um comportamento oscilante, uma vez que tanto respeitava as regras do adulto, como o questionava acerca de algumas práticas adotadas. No entanto, era também evidente que, quando errava, tendia a reconhecer o erro, pedindo desculpa. Com os seus colegas, o Filipe tinha um

comportamento adequado, não havendo registos de ocorrências. A Dra. Sofia salientou que o Filipe tinha acompanhamento pedopsiquiátrico e psiquiátrico regular, tendo medicação diária para fazer.

O Filipe passava os fins de semana junto da mãe e da irmã. A Dra. Sofia mencionou que este relatava situações de conflito, nomeadamente com a irmã, revelando ciúmes desta.

À semelhança dos colegas com a mesma idade, o Filipe cumpria semanalmente as tarefas do treino de competências de cozinha e de lavandaria, bem como da higienização do espaço pessoal e dos espaços comuns da casa.

Arlindo

O Arlindo nasceu em setembro de 1999 e tinha 18 anos. Esta jovem era proveniente do Porto e encontrava-se institucionalizado desde os 15 anos. O Arlindo frequentava o 1.2º ano do Curso Profissional Técnico de Turismo.

Através do PSEI do Arlindo, foi possível perceber que esta era a segunda institucionalização, sendo que na primeira institucionalização, o Arlindo foi retirado para um CAT, com 10 anos de idade, durante um mês. Constatou-se também que este jovem tinha um agregado com forte vulnerabilidade económica e social, sendo acompanhada por uma equipa de RSI. O menor residia com os pais, não sendo asseguradas por estes as necessidades básicas de vida; para além disso, a nível escolar registava absentismo e não cumpria as suas tarefas, não fazia os trabalhos de casa e tinha frequentemente faltas de material. Antes de ser institucionalizado, trabalhou-se durante um ano com a família, mas não se verificaram mudanças significativas. Posto isto, os motivos de institucionalização apresentados no PSEI do Arlindo prendiam-se à negligência: ao nível da educação e ao nível da saúde.

A Dra. Sofia, gestora de caso do Arlindo, mencionou que este jovem estava muito bem integrado nas rotinas e dinâmicas institucionais, tendo uma boa relação com todos os profissionais, bem como com todas as crianças e jovens. A Dra. Sofia

evidenciou também que o Arlindo cumpria todas as tarefas que lhe eram propostas com sucesso e bastante empenho, nomeadamente, o treino de competências pessoais, estando uma hora semanal na tarefa da cozinha e da lavandaria; para além disso, desempenhava ainda tarefas de limpeza e arrumação do seu espaço pessoal, no refeitório e espaços comuns da casa. Destacou ainda que este jovem era bastante responsável, organizado e estava sempre disponível para as solicitações que lhe eram feitas.

Por toda a história de vida, a Dra. Sofia mencionou que o projeto de vida do Arlindo passaria pela sua autonomização.

Joana

A Joana nasceu em fevereiro de 1999 e tinha 18 anos. Esta jovem era proveniente do Porto e encontrava-se institucionalizada desde os 4 anos. A Joana encontrava-se no 11.º ano do Curso Profissional de Animador Sociocultural.

Pelo que se pôde constatar no PSEI da Joana, os seus progenitores encontravam-se doentes; o pai sofria de Esclerose Lateral Amiotrófica, estando desta forma limitado para a realização de atividades diárias; a mãe tinha epilepsia e sintomatologia depressiva, tendo sido várias vezes hospitalizada. Em consequência destes problemas de saúde, a Joana e os seus três irmãos mais velhos encontravam-se numa situação delicada, uma vez que adotavam comportamentos reativos e agressivos, que levaram a que os encarregados de educação considerassem que estas crianças deveriam ser retiradas à família e integrados numa Instituição que lhe proporcionaria melhores condições.

Inicialmente, a CPCJ propôs a medida de apoio junto dos pais. Como não houve sucesso, e tendo em conta todos os fatores de risco que estavam identificados: conflitos entre o casal, instabilidade familiar, fragilidade psíquica e emocional da progenitora, negligência ao nível da saúde e absentismo escolar, as crianças foram institucionalizadas em outubro de 2003. Posto isto, os motivos de institucionalização

que estavam evidenciados no PSEI da Joana eram a negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.

A Dra. Sofia, gestora de caso da Joana, mencionou que esta jovem sempre esteve bem integrada nas rotinas e dinâmicas institucionais. Para além disso, referiu que era uma jovem calma, que não tinha ocorrências com profissionais, nem com o grupo de pares. Considerava que era uma jovem que se encontrava um pouco cansada da sua situação de vida, no entanto, tinha consciência da importância da CAR na sua vida, só querendo abandonar a casa quando tivesse a sua vida mais organizada.

Evidenciou que, também à semelhança dos outros jovens com a sua idade, a Joana fazia o treino de competências de cozinha e lavandaria, bem como a limpeza dos espaços comuns da casa e do seu espaço pessoal. Nas tarefas, mostrava ser uma jovem responsável, revelando apenas dificuldades na tarefa da cozinha. Tendo em conta a sua situação familiar, a Joana teve como projeto de vida a autonomização.

Lourenço

O Lourenço nasceu em dezembro de 1998 e tinha 19 anos. Este jovem era proveniente do Porto e encontrava-se institucionalizado desde os 12 anos.

A situação foi sinalizada pelo Gabinete de Apoio à Vítima do Porto, através de uma denúncia anónima que mencionou que o Lourenço e a sua irmã (Maria João) eram vítimas de violência por parte do progenitor. Estes comportamentos decorriam na maior parte das vezes pelo estado alcoólico que o progenitor apresentava com regularidade.

Através do PSEI do Lourenço, foi possível identificar que o seu seio familiar tinha grandes fragilidades, nomeadamente ao nível de desorganização e falta de higiene de longa data; era também visível o acumular de roupa suja nas várias divisões da casa, bem como odor de urina. A progenitora apresentava-se com uma postura submissa na relação. Era também evidente que a progenitora se assumia como principal cuidadora

das crianças. Por todas as dificuldades que passavam, a família beneficiava do apoio financeiro do RSI.

Tendo em conta tudo o referido, salientavam-se os seguintes fatores de risco no agregado familiar do Lourenço: dificuldades económicas (prioridades mal definidas), fracas condições habitacionais, desemprego dos progenitores e a fraca comunicação entre estes, registando-se várias agressões, tanto físicas como verbais. Posto isto, os motivos de institucionalização que estavam evidenciados no PSEI do Lourenço eram a negligência: falta de supervisão e acompanhamento familiar; exposição a modelos parentais desviantes.

Antes de as crianças serem retiradas aos seus progenitores, foi proposta a medida de apoio junto dos pais. Não havendo sucesso, as crianças foram retiradas sendo colocadas numa vaga de emergência em setembro de 2010. Entretanto, tendo em conta que a situação não se alterou, as crianças integraram esta CAR em outubro de 2010.

Pelo que se pôde constatar com a Dra. Sara, o Lourenço encontrava-se bem integrado nas rotinas e dinâmicas institucionais; no entanto evidenciou que este tendia a ser submisso para ser aceite no grupo de pares. No que toca às relações com os adultos, o Lourenço normalmente era um jovem simpático e disponível, no entanto, em muitos outros momentos, tendia a ser um pouco refilão, como mencionou a gestora. A Dra. Sara acrescentou que o Lourenço participava também no treino de competências de cozinha e lavandaria e colaborava nas limpezas do espaço pessoal e espaços comuns da casa.

Tendo em conta a falta de condições habitacionais e familiares dos progenitores, o Lourenço teve como projeto de vida a autonomização.

APÊNDICE H: DESENHO DO PROJETO “(RE)CONSTRUIR O CAMINHO”

Problema	Indicadores	Causas	Necessidades
<p>Falta de autonomia por parte dos jovens a nível pessoal e social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Há muito trabalho a fazer. Estamos a fazer algum trabalho, mas não chega” (Dra. Beatriz); - “É preciso responsabilizar mais estes jovens. Mas, para isso, é preciso também trabalharmos todos para que isso aconteça e nem toda a gente reconhece a necessidade deste trabalho” (Mariana); - “A tarefa da cozinha não está a ser feita como queríamos. As cozinheiras limitam-se a fazer o que é mais fácil não pensando no futuro destes jovens” (Dra. Sara); - “Temos que estabelecer metas para que os jovens consigam alcançar o sucesso. Estamos estagnados no mesmo” (Dra. Vera). 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade por parte dos profissionais em promover a autonomia dos Jovens. - Substituição dos jovens no desempenho dos seus papeis, sendo estes assumidos pelos profissionais (maior rapidez e facilidade de execução, menosprezando as capacidades dos jovens); - Insuficiente envolvimento de todos os profissionais para o mesmo fim; - Sobreproteção das crianças e jovens por parte dos profissionais; - Dificuldades de operacionalização de objetivos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender o conceito de autonomia e as suas implicações; - Repensar as práticas profissionais numa postura crítica, reflexiva e implicativa; - Desenvolver novas formas de intervenção.

	<ul style="list-style-type: none"> - “A única coisa que trabalhamos na autonomia é a parte da roupa e da cozinha... e na cozinha, estou sempre a fazer a mesma coisa” (Lara); - “Precisávamos de ensinar estes jovens a saber gerir o seu dinheiro. A estabelecer hábitos de poupança e a ter objetivos na vida” (Dra. Sara); - “Tenho dificuldades em guardar dinheiro. Sempre que recebo a semanada, gasto-a toda e normalmente em comida” (Filipe); - “Acho que o treino de competências deveria começar mais cedo. Não tem que ser só a partir dos 15 anos” (Afonso); - “Revolta-me o facto de haver regras de idades. Hoje tenho 17 anos. Amanhã faço 18 anos e já posso fazer certas coisas” (Núria); - “Quero sair da Instituição em breve. Não me sinto ainda com capacidades para gerir a minha vida” (Leonor). 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades rotineiras - desagrado e falta de vontade de alguns jovens; - Ausência do desenvolvimento de competências pessoais, sociais e de empregabilidade; - Desajuste entre as expectativas dos jovens com a realidade futura; - Baixa autoestima dos jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover as competências pessoais e sociais dos jovens; - Promover o auto e hetero conhecimento e o sentimento de pertença; - Desenvolver uma maior confiança e segurança pessoal e interpessoal. - Consciencializar os jovens para a perceção da vida real; - Envolver o jovem no próprio processo de mudança.
--	--	---	---

Problema	Indicadores	Causas	Necessidades
<p>Insuficiente articulação entre a ET e EE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Temos profissionais mais envolvidos do que outros” (Dra. Sofia); - “Há falta de articulação entre equipas. A ET desenha a intervenção e a EE operacionaliza” (Ed. Rita); - “Na teoria, temos objetivos comuns, mas na prática não” (Ed. Mateus); - “A EE executa muitos dos objetivos da ET” (Dra. Vera); - “Não somos envolvidos nos Projetos de vida das crianças e jovens” (Ed. Mariana); - “Sinto que há falta de informações em relação às crianças e jovens porque a ET não nos passa tudo” (Ed. Rita); - “Para mim, o facto de não haver a articulação necessária dificulta a intervenção” (Ed. Mateus); - “A EE poderia ser mais envolvida” (Dra. Sara); - “É preciso coresponsabilizar a EE” (Dra. Beatriz). 	<ul style="list-style-type: none"> - Rotatividade de horários; - Carga de trabalho da ET; - Acompanhamento que as crianças e jovens exigem por parte da EE; - Falha na comunicação sobretudo pessoal. - Imposição de tarefas perante a EE. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a importância do seu papel na casa de acolhimento; - Maior articulação entre ambas as equipas e os profissionais de cada equipa. - Maior envolvimento da EE na tomada de decisão e na planificação de tarefas; - Rentabilizar os conhecimentos das equipas, envolvendo-as ativamente no quotidiano dos jovens e no desenvolvimento das suas competências.

Problema	Indicadores	Causas	Necessidades
<p>Inexistência de educador de referência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - “Na minha opinião, o papel do ER não está a ser implementado” (Ed. Pedro); - “O papel não é desenvolvido na totalidade. E se for, não é por nós de certeza” (Ed. Mariana); - “Se o papel não está a ser desenvolvido, talvez não devesse ser feito a partir de agora. No entanto, acho que poderia ser benéfico que fosse desenvolvido” (Ed. Cláudia); - “Na teoria, o papel deveria estar a ser desenvolvido. Está previsto. No entanto, parece que na prática os educadores não têm feito nada para que isso aconteça” (Ed. Maria); - “Acho que é mesmo importante que este papel exista numa Instituição. Já tive noutra Instituição em que era feito e só trazia benefícios para as crianças e jovens” (Ed. Mariana); - “Na minha opinião, este papel está a ser desenvolvido pelas doutoras... pela ET” (Ed. Rita). 	<ul style="list-style-type: none"> - ET desempenha algumas funções do educador de referência; - Não haver acompanhamento próximo/supervisão em relação aos ER (ET não tinha a noção do papel não estar a ser desenvolvido; - Falta de estabilidade da EE; - Planos idealizados, mas não operacionalizados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir o papel do ER e do gestor de caso; - Acompanhamento e supervisão dos educadores de referência.

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Indicadores
OG1 – Promover uma maior responsabilização, envolvimento e participação dos profissionais no processo de promoção de autonomia dos jovens.	OE1.1 – Compreender o conceito de autonomia e o que envolve;	<p>Saber falar sobre o conceito;</p> <p>Demonstração de conhecimento nas suas atitudes e discursos.</p> <p>Crescente capacidade crítica e reflexiva dos diferentes profissionais;</p> <p>Readaptar/ reajuste das práticas.</p> <p>Crescente capacidade de partilha entre profissionais acerca dos contributos que cada um pode dar;</p> <p>Valorizar a opinião de cada profissional.</p> <p>Maior envolvimento e participação dos jovens;</p> <p>Dar voz aos jovens.</p> <p>Envolvimento de toda a ET e EE na intervenção.</p>
	OE1.2 – Refletir acerca das práticas profissionais adotadas e ajustá-las às necessidades das crianças e jovens;	
	OE1.3 – Perceber como é que cada profissional pode contribuir, de forma intencional, para o desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens;	
	OE1.4 – Envolver os jovens nas tomadas de decisão e nas rotinas e dinâmicas institucionais;	
	OE1.5 – Refletir conjuntamente acerca dos problemas, das necessidades e das potencialidades das crianças e jovens;	
	OE1.6 – Delinear conjuntamente estratégias de intervenção.	
OG2 – Promover a autonomia dos jovens.	OE2.1 – Reconhecer e refletir sobre as suas competências/potencialidades, problemas, limitações, emoções e sentimentos;	<p>Auto e heteroconhecimento;</p> <p>Valorização pessoal e do outro.</p> <p>Satisfação e confiança pessoal;</p> <p>Diminuição da frequência dos atos negativos;</p> <p>Capacidade de iniciativa, motivação e sentido de responsabilidade;</p>
	OE2.2 – Ser capaz de identificar aspetos positivos em si e nos outros;	
	OE2.3 – Identificar e refletir acerca dos efeitos que as palavras e os atos têm em si e nos outros.	
	OE2.4 – Adquirir conhecimentos, recursos e competências pessoais que permitam solucionar problemas do dia a dia	

	OE2.5 – Projetar o futuro de forma realista.	<p>Autorregulação</p> <p>Conhecimento dos recursos disponíveis na comunidade;</p> <p>Procura de emprego e/ou formação; Competências de gestão financeira e doméstica (dinheiro, tempo, tarefas).</p>
OG3 – Promover uma maior articulação entre as diferentes equipas	OE3.1 – Reconhecer a pertinência do envolvimento das diferentes equipas para um trabalho concertado;	<p>Crescente envolvimento da EE;</p> <p>Crescente incentivo da ET.</p> <p>Valorização dos elementos da ET.</p> <p>Crescente frequência de reuniões intra e inter equipas.</p> <p>Valorização crescente da partilha de informação referentes às crianças e jovens.</p> <p>Valorização do trabalho em equipa;</p> <p>Alteração da postura e das práticas dos profissionais.</p> <p>Envolvimento de toda a ET e EE na intervenção.</p>
	OE3.2 – Reconhecer as capacidades e potencialidades de cada profissional no sentido de favorecer o trabalho desenvolvido;	
	OE3.3 – Encontrar tempos comuns para uma articulação e partilha mais regular entre profissionais;	
	OE3.4 – Trabalhar de forma articulada, no sentido de favorecer a promoção da autonomia das crianças e jovens.	
OG4 – Contribuir para a existência do papel do ER.	OE4.1 – Reconhecer a importância do ER, por parte das EE e ET;	<p>Valorização do papel do educador de referência;</p> <p>Definição dos educadores de referência.</p>
	OE4.2 – Definir/clarificar as funções do ER;	
	OE4.3 – Compreender a importância do ER no sentido da promoção da autonomia das crianças e jovens.	

APÊNDICE I: O NOME DO PROJETO E DAS AÇÕES

A designação “(Re)Construir o Caminho” surgiu em pleno desenvolvimento do Projeto. Inicialmente, foram escolhidos os nomes das ações, sendo o das Ação 1 e 3 escolhidos pelos profissionais e o da Ação 2 pelos jovens.

O nome da Ação 1 surgiu numa sessão com os profissionais, na qual foi explicado que tínhamos que dar um nome ao Projeto e à ação que estava a ser desenvolvida. Combinámos que o nome do Projeto deveria ser transversal ao trabalho desenvolvido, tanto com os profissionais, como com os jovens e deveria ser alvo de reflexão por cada elemento do grupo, sendo, posteriormente, partilhadas as conclusões com o grande grupo. Relativamente à Ação 1, decidiram que a sua designação deveria envolver os termos “refletir” e “mudança” visto que “a ação assenta nisso, na reflexão das práticas para a mudança futura” (Dra. Sofia). Os profissionais concordaram com o que tinha sido dito e a Ed. Mariana sugeriu “Refletir para Agir”, reunindo, de imediato, o consenso grupal. Aproveitámos ainda para atribuir o nome à Ação 3, tendo os profissionais refletido, ainda em consequência da decisão anterior, sobre o impacto futuro desta reflexão e desta Ação, pelo que se chegou à designação “Projetar o Futuro”.

O nome da Ação 2 surgiu numa conversa intencional com o grupo. Encontrávamo-nos no refeitório e explicámos que tínhamos que escolher um nome para a Ação. Para isso, a Núria sugeriu que lançássemos alguns nomes para o ar e que, entretanto, tentasse formar-se um nome que, na opinião do Arlindo, “tem que ser forte! Temos que nos rever nele”. Visto que já várias vezes havíamos falado em mudança, a Joana referiu que o nome tinha que “refletir essa mudança, que tanto desejamos”, tendo a Leonor acrescentado, “estão sempre a dizer que a mudança tem que ser feita por nós, que nós é que somos os protagonistas da nossa vida”, tendo a Núria referido “acho que protagonistas é boa ideia. Faz lembrar um filme, neste caso, o papel principal é nosso”, algo com que o grupo concordou de imediato. O Filipe lembrou a ideia transmitida pela Joana referindo “nós é que vamos promover a mudança!” O Lourenço referiu “podia ficar protagonistas da própria vida”. O grupo gostou, mas o Arlindo referiu, “o final não soa bem”, propondo, como alternativa, “Protagonistas da

Própria Ação”. Todos concordámos, tendo assim sido encontrado o nome para a Ação 2.

No que concerne ao nome do Projeto, os jovens apontaram sobretudo palavras-chave, como: futuro, protagonista, refletir, caminho e mudança. Já com os profissionais, a escolha apontou mais no sentido de repensar, reolhar, reconstruir, refazer, uma vez que consideravam fundamental a ideia de criar uma nova oportunidade na vida dos jovens e mudar também as suas práticas quotidianas. Depois de uma intensa discussão, considerámos que a forma verbal mais adequada seria “(Re)Construir”, pela sua semântica eminentemente prática, ainda que apoiada numa constante reflexão. Foi, ainda, consensual que o (re) ficaria entre parênteses por se afigurar mais aplicável no caso dos profissionais, envolvidos num Projeto de reformulação de práticas que já haviam sido adotadas e careciam de mudança e de inovação. Chegámos, assim, à versão final de “(Re)Construir o Caminho”, pela fusão das ideias dos jovens e dos profissionais.

APÊNDICE J: PROJETO “(RE)CONSTRUIR O CAMINHO” - CALENDARIZAÇÃO

Ação 1 – “Refletir para Agir”

Em fevereiro e março	Conversas intencionais com os profissionais
13.03.2018	“Perspetivar a Intervenção”
27.03.2018	“Autonomia? Eis a questão”
12.04.2018	“Repensando as Práticas”
24.04.2018	“Repensando as próprias Práticas”
10.05.2018	“Trabalhando em Equipa”
24.05.2018	“Esboço dos Subprogramas (Parte 1)”
05.06.2018	“Esboço dos Subprogramas (Parte 2)”
20.06.2018	“Avaliação da Ação 1: Refletir para Agir”

Ação 2 – “Protagonistas da Própria Ação”

Em fevereiro	Conversas intencionais com os jovens
09.03.2018	“Refletindo Conjuntamente” (Parte 1)
13.03.2018	“Refletindo Conjuntamente” (Parte 2)
21.03.2018	“Refletindo Conjuntamente” (Parte 3)
22.03.2018	“O contrato”
23.03.2018	“Quem é quem”

26.03.2018		“Mercado das Características” e “Falar dos outros pelas costas”
03.04.2018		“Tiro-te o chapéu porque...” e “Atribuir imagem a alguém”
05.04.2018		“Estilos da Comunicação”
11.04.2018		“Concordo vs Discordo”
12.04.2018		“Da negociação à decisão - Os valores” e “Da negociação à decisão - As profissões”
17.04.2018		“Se fosse comigo... como seria?”
18.04.2018		“Picos do Passado”
23.04.2018		“A minha Vida... agora... e no Futuro”
02.05.2018		“À procura de emprego... cuidados a ter”
03.05.2018		“Como analisar um anúncio de emprego”
09.05.2018	a	Construção de Currículos e Cartas de Apresentação Individuais
24.05.2018		
09.05.2018		Preenchimento de Formulários de candidatura a emprego
14.05.2018		“Como preparar uma entrevista de emprego” e “Entrevistas, e agora?”
16.05.2018		“Venda do Serviço”
21.05.2018		“Entrevistas, e agora?”
24.05.2018		“Os Serviços da Comunidade (1ª parte)”
29.05.2018		“Os Serviços da Comunidade (2ª parte)”
30.05.2018		“Serviços? Para que serve?”
06.06.2018		“Construção Orçamento Hipotético (1ª Parte)”
12.06.2018		“Construção Orçamento Hipotético (2ª Parte)”
19.06.2018		“Construção de Ementas”
21.06.2018		“Mini Chefes (1ª parte)”
26.06.2018		“Mini Chefes (2ª parte)”
05.07.2018		“Avaliação Ação 2: Protagonistas da Própria Ação”

Ação 3 – “Projetar o Futuro”

23.01.2018	Sessão “World Café”
Em fevereiro	Conversas intencionais com os profissionais.
06.03.2018	Conversa com a Diretora da Instituição
23.03.2018	Conversa intencional com a ET
Em abril	Conversas intencionais com os profissionais

APÊNDICE K: REGISTO DO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Ação 1 – “Refletir para Agir”

Sessão n.º 1: “Perspetivar a Intervenção”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	13.03.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Vera, Dra. Sara, Dra. Sofia (ET); Ed. Cláudia, Ed. Rita, Ed. Matilde, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro, Ed. Cátia, Ed. Tomás (EE); D. Rosa, D. Laura, D. Alice (EA).
Descrição	<p>A primeira sessão da Ação 1 “Refletir para Agir” realizou-se no dia 13.03.2018 pelas 15h. Após a priorização dos problemas e necessidades, estabelecemos novas conversas intencionais com os profissionais para compreender o que estes gostariam de ver trabalhado ao longo da Ação 1, tendo sido, de forma consensual, destacada a importância da reflexão sobre as práticas adotadas pela Instituição, tanto a nível individual, como grupal. Tornou-se também evidente, no discurso dos profissionais, a necessidade de repensar novas práticas, nomeadamente, um programa de autonomia para a Instituição. Partindo das conversas intencionais mencionadas, esta primeira sessão pretendia assim proporcionar aos profissionais um espaço de partilha, com o objetivo de esboçarem o conteúdo das próximas sessões, com base nas suas expectativas em relação às mesmas. Inicialmente, começámos por estabelecer a regularidade das sessões, tendo sido pedido pelo Ed. Pedro que as sessões não se realizassem todas as semanas, uma vez que “se for todas as semanas, não vou poder por causa da dinâmica familiar”, tendo a Ed. Cláudia acrescentado que concordava com o</p>

	<p>Ed. Pedro, “sou de longe, vir todas as semanas mais cedo será muito complicado”. Os restantes elementos concordaram, referindo que não nos podíamos esquecer das rotinas da casa, e que, portanto, as sessões tinham que ser marcadas de acordo com essas mesmas rotinas. Estabeleceu-se então que as sessões se realizariam às terças ou às quintas-feiras, por se encontrarem menos crianças e jovens na casa, ficando também decidido que as estagiárias supervisionariam as crianças e jovens presentes naquele dia. Decidiu-se também que o horário mais favorável para todas as equipas seria entre as 15h e as 17h, visto que assim “apanha as saídas dos profissionais das 14h e das 15h, que aguardavam pelo início das sessões” (Ed. Rita) e é “mais vantajoso para quem entra às 16h e as 17h que não tem que entrar com tantas horas de antecedência” (Ed. Mariana). Reunida a concordância de todos os elementos, decidiu-se que as sessões se realizariam de 15 em 15 dias, para não sobrecarregar os profissionais e para não quebrar a dinâmica das sessões, como sublinharam a Ed. Maria e a Dra. Sara.</p> <p>Tratado o primeiro ponto, passou-se à planificação das sessões futuras, tendo como ponto de partida a seguinte questão: o que gostavam de ver trabalhado ao longo das sessões? A Dra. Sofia referiu que “deveríamos antes de mais esclarecer o próprio conceito de autonomia”, tendo a Dra. Sara acrescentado que “só com a uniformização do conceito para todos é que vamos conseguir trabalhar para o mesmo fim”. O Ed. Pedro concordou, acrescentando que “sinto mesmo que o primeiro ponto se deve focar no conceito de autonomia, uma vez que considero que nem toda a gente percebe o que é a autonomia e o que esta envolve”. A Ed. Mariana e Ed. Rita concordaram também com o referido, tendo acrescentado que seria interessante perceber o que a literatura postula e sublinhando que a investigadora teria possivelmente uma visão mais clara do conceito, algo com que a Ed. Cláudia concordou</p>
--	--

	<p>de imediato, afirmando “tenho consciência que nós, trabalhadores do direto, deveríamos fazer algumas leituras ou até mesmo frequentar formações com regularidade, mas todos sabemos que o tempo é escasso, e portanto, não é fácil conciliar a vontade de estar informada com a prática laboral”. A Ed. Maria salientou que nos deveríamos focar “na reflexão sobre as práticas adotadas, tanto a nível institucional, como a nível individual”, tendo tido o apoio de todos os colaboradores presentes, nomeadamente da Dra. Vera que sublinhou a necessidade desta reflexão para as práticas futuras. Posteriormente, abordámos a questão do trabalho em equipa, pela sua importância na vida das crianças e jovens. Abordámos também a necessidade de construir um programa de autonomia para ser desenvolvido futuramente pelos profissionais da Instituição.</p> <p>Antes de terminar a sessão, concluímos que esta Ação não se focaria apenas no trabalho que era necessário fazer para a autonomia, mas também na necessidade de haver uma maior articulação entre equipas, tendo o Ed. Pedro considerado que “ao trabalharmos a autonomia nestas sessões estaremos também a trabalhar a articulação das equipas, uma vez que vamos estar reunidos a refletir e a trabalhar para o mesmo”, no que teve o apoio de todos os elementos presentes.</p> <p>No final da sessão, o “feedback” recebido dos profissionais foi bastante positivo, sendo de destacar a motivação que demonstravam no discurso: “vai ser uma oportunidade para todos” (Dra. Sara); “vamos abrir horizontes” (Ed. Rita); “precisamos mesmo de trabalhar em equipa para conseguir alcançar a mudança” (Ed. Mariana). A Dra. Sofia salientou a importância da sessão referindo que era muito importante trabalhar em equipa, tendo reforçado que “foi uma sessão bem conseguida. Houve a partilha de vários colaboradores, e conseguimos chegar a um consenso facilmente”.</p>
--	---

Sessão n.º 2: “Autonomia? Eis a questão”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	27.03.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Sara, Dra. Sofia (ET); Ed. Cláudia, Ed. Rita, Ed. Matilde, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro, Ed. Cátia, Ed. Tomás (EE); D. Rosa, D. Laura, D. Alice (EA).
Descrição	<p>A segunda sessão realizou-se no dia 27.03.2018 e contou com a presença de 13 profissionais, tendo o Dra. Vera faltado por motivos profissionais. Nesta sessão pretendíamos que os profissionais refletissem sobre o conceito de autonomia. Para isso, numa fase inicial, pedimos ao grupo dos profissionais que se dividisse em três grupos de trabalho, com elementos das três equipas. Distribuímos uma cartolina por grupo e pedimos que cada grupo refletisse sobre o que entendiam por autonomia e que áreas devem ser trabalhadas para uma pessoa se tornar autónoma.</p> <p>Quando terminaram a tarefa, pedimos que cada grupo partilhasse as principais conclusões com o grande grupo. O primeiro grupo, composto pela Dra. Sara, D. Rosa, Ed. Cátia e Ed. Maria e Ed. Rita, definiu a autonomia como o ser capaz de desempenhar todas as tarefas do dia a dia sem necessitar de outrem para o fazer. As tarefas devem passar pelo cumprimento de tarefas domésticas, saber deslocar-se para a escola, conhecer a comunidade, gerir-se financeiramente, conhecer os serviços da comunidade e saber usá-los, e, por fim, saber como procurar emprego e fazê-lo efetivamente. O segundo grupo composto por Dra. Sofia, D. Alice, Ed. Tomás e Ed. Matilde, definiu a autonomia como a capacidade de gerir o dia a dia sem depender de ninguém, capacidade de resolver os próprios dilemas/dificuldades, e por fim, ser capaz de se integrar na sociedade de forma autónoma, utilizando os serviços disponíveis. Este grupo considerou que seria importante trabalhar</p>

	<p>as seguintes áreas dentro da autonomia: educação financeira, gestão de tempo, serviços da comunidade, rede social, cuidados com a imagem pessoal, emprego e tarefas domésticas.</p> <p>O terceiro grupo, composto pela Ed. Cláudia, Ed. Mariana, Ed. Pedro e D. Laura, considerou que a autonomia é algo que se vai adquirindo, desde a infância até à idade adulta, tendo acrescentado que a autonomia envolve muita coisa, nomeadamente, a gestão financeira, saber cozinhar, saber elaborar um currículo, ser capaz de tomar decisões, ser independente, saber tratar da sua roupa, saber procurar emprego e saber cuidar da casa. Ao trabalhar todos estes aspetos, estaremos também a trabalhar a responsabilidade dos jovens.</p> <p>Num segundo momento, distribuámos pelos diferentes grupos algumas frases de diferentes autores, com o objetivo de verificar se o que tinham escrito era sustentado pela literatura e, posteriormente, apontar outras conclusões a que tivessem, entretanto, chegado. O primeiro grupo referiu que uma das maiores aprendizagens foi lerem que a autonomia vai para além da independência, já que contempla aptidões tão vastas quanto o pensar, o sentir e tomar decisões. O mesmo grupo referiu que ser autónomo é saber controlar a sua vida, saber definir metas e regular as suas ações. Reforçaram ainda a necessidade de os jovens terem uma conduta confiante e autodeterminada. O segundo grupo referiu que só acrescentou à sua definição o facto de a autonomia ser trabalhada a três níveis diferentes: cognitivo, emocional e funcional, tendo sido esta conclusão totalmente consensual entre os grupos. Este grupo reforçou que, muitas vezes, estas instituições se focam na parte funcional, ao pensar na autonomia, negligenciando a importância do trabalho a nível cognitivo e emocional. O terceiro grupo destacou a necessidade de os jovens terem equilíbrio nas relações e confiança em si próprios.</p>
--	---

	<p>Acrescentaram ainda a necessidade de estes definirem objetivos e refletirem sobre os seus comportamentos.</p> <p>Antes de finalizar a sessão foram ainda distribuídos três textos que abordavam a importância do trabalho de autonomia com os jovens institucionalizados. Os profissionais presentes mostraram-se entusiasmados ao ler os textos, reforçando por várias vezes a sua pertinência. Relativamente aos excertos dos textos distribuídos acerca da importância da autonomia em jovens institucionalizados, os profissionais valorizaram-nos, tendo referido: “são textos pertinentes que nos trazem uma visão mais clara” (Ed. Mariana); “apesar de saber que é importante que este trabalho exista, os textos ajudaram a perceber realmente a sua utilidade” (Ed. Rita); “foi útil, no entanto nem sempre é fácil passar do teórico para a ação. A articulação de equipas é mesmo fundamental” (Ed. Tomás). Este elemento da EE só participou nas primeiras duas sessões em virtude da rotatividade de horários e por motivos pessoais.</p> <p>No final da sessão, os profissionais refletiram sobre a importância da sessão, tendo concluído que “foi importante porque, como vimos no trabalho em grupo, cada um tem uma opinião, uns mais completa do que outros” (Ed. Cláudia); “pudemos verificar o que achávamos, mas considero que o mais importante foi verificar o que os autores dizem e perceber a que devemos estar mais atentos” (Ed. Maria); “houve uma uniformização dos conceitos para todos os colaboradores porque nem sempre há uma ideia vasta e clara do conceito em si” (Dra. Sara), acrescentando “aplica-se a todos. Eu própria tinha uma ideia não tão abrangente. Os textos foram úteis para clarificar as ideias”. A Dra. Sofia destacou que “quando se pensa em autonomia, pensa-se muito na parte funcional e esquecem-se as outras, a dimensão emocional e a dimensão cognitiva”.</p>
--	--

Sessão n.º 3: “Repensando as Práticas”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	12.04.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Vera, Dra. Sara, (ET); Ed. Cláudia, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro, Ed. Cátia (EE); D. Rosa, D. Laura, D. Alice (EA).
Descrição	<p>A terceira sessão da Ação 1 “Refletir para Agir” realizou-se no dia 12.04.2018 pelas 15h, tendo contado com a presença de 10 profissionais (a Dra. Sofia saiu para uma consulta com um jovem, a Ed. Rita teve uma consulta e a Ed. Matilde foi dispensada pela Instituição, não tendo estado presente em mais nenhuma sessão). Nesta sessão distribuímos pelos profissionais uma cartolina A4 que continha quatro espaços: o que está a ser feito (praticadas adotadas); o que está a ser bem feito; o que é preciso melhorar; o que ainda é preciso fazer. Pretendíamos que, individualmente, os profissionais escrevessem o que pensavam relativamente às questões levantadas, para depois apresentar e refletir em grande grupo. De salientar a resistência de alguns elementos para iniciar a tarefa, uma vez que não queriam partilhar em grupo o que pensavam. Para contornar a situação, optámos por sugerir que só apresentava para o grande grupo quem quisesse. Terminada a tarefa, a Dra. Sara deu início à partilha. Relativamente ao que estava a ser feito, a Dra. Sara referiu o programa de autonomia por nós desenvolvido com um grupo de jovens da casa; o cumprimento das tarefas de cozinha, lavandaria e limpeza; a utilização de transportes de forma autónoma por vários jovens; a utilização de alguns serviços da comunidade por parte de alguns jovens, nomeadamente deslocarem-se a uma consulta no centro de saúde autonomamente; uso do despertador por parte de alguns jovens; o Projeto “eu e os outros” (desenvolvimento de competências socioemocionais). A D. Alice, a Ed. Cláudia e a Ed. Mariana partilharam a opinião da Dra.</p>

	<p>Sara, tendo salientado que tudo o que tinham referido já tinha sido apontado por aquela. A Dra. Vera acrescentou apenas o trabalho desenvolvido nas “Assembleias da Casa”, salientando que neste Projeto dão voz aos jovens, deixando-os tomar algumas decisões. Paralelamente, a Dra. Vera salientou o trabalho desenvolvido ao nível da gestão de conflitos relacionais (vai sendo trabalhado no dia a dia).</p> <p>Apesar de não terem partilhado com o grande grupo, a D. Rosa e a D. Laura, referiram que a autonomia era só trabalhada a nível funcional, nomeadamente através do treino de competências da lavandaria e da cozinha. Por esse motivo, segundo as mesmas, seria necessário conscientizar o resto dos profissionais para não associarem a autonomia apenas a estas tarefas, reforçando ainda a necessidade de respeitarem mais o trabalho desenvolvido pelas funcionárias da cozinha.</p> <p>Os profissionais foram consensuais ao referirem que tudo o que está a ser feito tem que ser melhorado, reforçando que ainda estão numa fase inicial/experimental, portanto, consideram que ainda há muito trabalho a fazer ao nível da autonomia.</p> <p>Relativamente ao que é preciso melhorar, a Dra. Sara referiu que era necessário que os profissionais percebessem a importância de todos adotarem a mesma postura nas situações, dando o exemplo do acordar autonomamente (alguns profissionais encaram isso como sentido de responsabilidade dos jovens, mas outros não). A Ed. Cátia salientou a necessidade das práticas da cozinha e da lavandaria serem alteradas para que os jovens consigam confeccionar uma refeição do início ao fim, e consigam tratar da sua própria roupa. Acrescentou ainda que só desta forma estaremos a trabalhar também o sentido de responsabilidade. Na opinião do Ed. Pedro, o que era necessário melhorar é a falta de comunicação entre profissionais, salientando que tudo o que foi referido pelos</p>
--	--

	<p>colegas acaba por ser consequência dessa falta de comunicação. A este respeito, a Ed. Cláudia acrescentou a necessidade de os profissionais “estarem mais atentos ao que é implementado e de serem mais coerentes”, acrescentou ainda que a “persistência é fundamental, quando se trabalha com jovens”, ideia reforçada pela Ed. Maria e pela Ed. Mariana. A Dra. Vera também concordou com a opinião dos educadores, tendo salientado como importante a necessidade de “corresponsabilizar os diferentes intervenientes” nas práticas, sublinhando a necessidade de “haver um verdadeiro trabalho de equipa, envolvimento e cooperação entre todos. É importante que haja também flexibilidade por parte dos profissionais para chegarmos facilmente a consensos”.</p> <p>No que concerne ao que ainda é preciso fazer, a Dra. Sara referiu a necessidade de alargar algumas das práticas dos jovens mais velhos aos jovens mais novos, nomeadamente acordar autonomamente e deslocarem-se sozinhos para alguns serviços da comunidade.</p> <p>Acrescentou ainda a necessidade de a toma dos medicamentos ser responsabilidade dos jovens. Para a Ed. Cátia, seria importante ensinar as crianças e jovens a gerir o seu tempo e o dinheiro. Para a Dra. Vera e a Ed. Mariana, é necessário consolidar as boas práticas, qualificar as equipas, monitorizar a execução dos programas, avaliar e reformular os objetivos de intervenção mediante os resultados obtidos, bem como envolver todas as equipas neste trabalho. A Ed. Maria salientou a pertinência de todas as intervenções realizadas pelos colegas, e realçou a necessidade de privilegiar mais o futuro profissional destes jovens. O Ed. Pedro apontou a necessidade de continuar a haver empenho e vontade para desenvolver novas práticas por partes dos profissionais, para continuar a lidar com os desafios que do dia a dia. A este respeito, a D. Alice salientou a necessidade de os profissionais trabalharem com os jovens no</p>
--	---

	<p>sentido de os tornar cidadãos mais independentes, sujeitos ativos que consigam traçar o seu próprio caminho. A Ed. Cláudia ressaltou a necessidade de os profissionais valorizarem o trabalho desenvolvido com os jovens diariamente, a par da necessidade de todos “caminharem no mesmo sentido: orientação, educação, passagem de valores para os jovens”.</p> <p>O debate criado com a partilha foi considerado pelo grupo como importante e positivo, pois permitiu “concluir que o que estava a ser feito não era suficiente, estando aquém do que era esperado” (Ed. Maria); “trouxe uma visão do que estava a ser mal feito e como deveria ser feito a partir de agora (D. Alice); “serviu para os profissionais perceberem que a autonomia não é só cozinha e lavandaria” (D. Laura).</p>
--	--

Sessão n.º 4: “Repensando as próprias Práticas”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	24.04.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Vera, Dra. Sofia, Dra. Daniela (ET); Ed. Cláudia, Ed. Rita, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro, Ed. Magda (EE); D. Rosa (EA).
Descrição	<p>A quarta sessão da Ação 1 “Refletir para Agir” realizou-se no dia 24.04.2018 pelas 15h e contou com a presença de 10 profissionais (D. Laura encontrava-se de folga, D. Alice estava de férias, a Dra. Sara ausentou-se para consultas, Ed. Cátia estava no turno da noite). Esta sessão pretendia proporcionar aos profissionais um momento de autorreflexão acerca dos contributos que cada um dava aos jovens diariamente. Recorremos para isso à estratégia da régua sociométrica – num espaço limitado, e numa escala de zero a 100%, pretendíamos que os profissionais se posicionassem de acordo com o que achavam que faziam em termos da promoção da autonomia das crianças e jovens. A Dra. Sofia foi a primeira a posicionar-se tendo referido que se situava nos 50% porque considerava que a ET</p>

	<p>desenvolve “um trabalho mais organizacional e de planeamento e algumas questões mais burocráticas, como carregar o passe, gerir o dinheiro, por isso é que me coloco aqui... posso dizer que gostava de dar mais, mas não dou”; a Ed. Cláudia referiu que “se autonomia, como falámos no outro dia, é desde o momento que se nasce e se vai adquirindo, então aí a EE tem que ir um pouquinho mais para lá”, referindo que quando se situou nos 58%, pensou apenas nos mais crescidos, tendo acrescentado “se realmente a autonomia é desde o início de vida, tenho que ir um pouquinho mais para lá”, reposicionando-se nos 80%.</p> <p>A determinado momento, a Dra. Vera e a Ed. Cláudia referiram que ninguém poderia posicionar-se nos 100%, porque “seria sinal que estava tudo feito, o que não é verdade” (Ed. Cláudia). A este respeito, a Dra. Sofia referiu que ontem lhe tinham perguntado “se tivesse um Projeto na sua gaveta, qual era o Projeto que gostava de ver concretizado?”, tendo esta respondido “um Projeto de autonomia, mas só está esboçado na minha cabeça”. A Dra. Daniela posicionou-se nos 60% “visto que apesar de já não estar no direto com eles, sempre que é preciso marcar alguma coisa, tento espicaçá-los para serem eles a marcar as suas coisas, e não estarem tão dependentes de terceiros”. A Ed. Rita referiu que “sinto que sou daquelas que mais problematizo certas regras e questões, como a do jovem Carlos que temos que ser nós a cortar a barba, o facto de os jovens mais novos não poderem deslocar-se sozinhos e o facto da tarefa da cozinha não estar a ser desenvolvida em prol dos jovens que a praticam. Desta forma, considero que já me situo nos 70%”. Acrescentou a ainda que “os anos em que estive noutra Instituição, que trabalhava a autonomia de forma intensa, proporcionou-me novas reflexões sobre práticas, e sempre que posso, vou partilhando com os meus colegas. Nessa Instituição não tínhamos funcionário de limpeza, não tínhamos funcionário de lavandaria, nem da</p>
--	--

	<p>cozinha, o que fazia com que as jovens tivessem que assumir papéis muito mais importantes na casa”. A D. Rosa situou-se nos 55% referindo que “não me posiciono mais à frente porque era preciso mais, e até ao momento não consegui dar”. A Ed. Maria posicionou-se nos 67% referindo que “tenho tentado trabalhar sobretudo com os mais novos certas questões, no entanto não é nada programado e ainda há a necessidade de fazer muito trabalho”. A Ed. Mariana posicionou-se nos 70% referindo que “no ano passado estava mais a frente, sinto que fui trabalhando com um grupo de jovens, no entanto, o trabalho acabou por se desmoronar com o dia a dia da casa”, acrescentando ainda “acredito que no final deste Projeto haja outros progressos, porque já tem havido, e temos debatido isso nas reuniões de equipa e de supervisão. No entanto, ainda podemos fazer mais!”. O Ed. Pedro também se posicionou nos 70% referindo que “tento fazer o que posso com as condições que tenho, mas sei que ainda tenho muito trabalho a fazer e desenvolver”. A Dra. Vera referiu que o seu posicionamento foi pensado em termos individuais, pois “se fosse o coletivo nem ao 60% chegávamos. Em termos individuais eu preocupo-me com a questão, questiono com regularidade aquilo que se faz, e “bato no ceguinho”, como se costuma dizer, e sou exigente com isso, o que não custa, o problema é o resto. Não estou satisfeita, como é óbvio e estou sempre a promover mudanças e mobilizar a equipa nesse sentido. Para mim isto é um trabalho de equipa, não é um trabalho executado. A nível individual, faço aquilo que me compete que é estar atenta ao que se passa e tentar melhorar as práticas, corrigir as falhas e tentar solucionar as lacunas, porque esta questão da autonomia tem outras questões implícitas, e portanto, também é preciso trabalhar mentalidades, não é só ter que atingir objetivos e definir uma meta clara e objetiva para todos. No entanto isso não é fácil. Tudo depende de como uma pessoa se posiciona face ao objetivo, e há</p>
--	---

	<p>aqui conflitos de interesses que acabam por bloquear o processo. Portanto, eu estou aqui a ver o que se passa. Não faço, não concretizo, mas tento ajudar e empurrar as pessoas para aquilo que é a finalidade do trabalho e não perder de vista o objetivo principal. Posto isto, sinto que me posiciono ao lado da Ed. Cláudia nos 80%". A Ed. Magda não se posicionou, uma vez que tinha começado a trabalhar na CAR há uma semana.</p> <p>No final do exercício, os profissionais referiram que a dinâmica tinha sido uma forma interessante e inovadora de refletir sobre a questão base levantada, tendo referido: "adorei participar na sessão. Foi bom porque me fez pensar sobre o meu trabalho" (Ed. Maria); "proporcionou-nos um momento de reflexão individual, o que é muito importante na nossa prática" (Dra. Sofia); "achei que os profissionais foram contidos e conscientes ao se posicionarem na régua" (Ed. Magda). Já a Ed. Mariana referiu "considero que os profissionais foram modestos, ou seja, desvalorizaram o trabalho que já é feito. No entanto, considerei a sessão interessante, uma vez que permitiu-nos perceber individualmente o que poderíamos ainda melhorar". É de referir que a Dra. Vera e a Ed. Maria tiveram que se ausentar da sessão por motivos pessoais e o Ed. Pedro por motivos profissionais.</p> <p>Na segunda parte da sessão, pedimos aos profissionais que realizassem uma autorreflexão sobre as suas práticas de promoção da autonomia. Para isso, distribuámos uma folha por profissional, na qual tinham que escrever o que gostavam de fazer a este nível, mas que até ao momento não tinha sido possível. Depois de terminarem a tarefa, os profissionais tinham que dobrar o papel e colocá-lo dentro de um saco. Em seguida, o saco passou por todos os elementos, sendo que cada um tinha que retirar uma folha, ler o que nela constava e formular um conselho para superar o problema apontado.</p>
--	--

	<p>A Ed. Mariana começou por ler o que lhe saiu: “gostaria de conseguir levar os jovens a terem gosto por fazer as coisas sem ter que ser solicitado por nós, de forma a se tornarem com o avançar do tempo jovens mais autónomos a todos os níveis”, tendo respondido: “o conselho que dou à pessoa é continuar o trabalho que está a desenvolver até ao momento com persistência (...) só assim é que irás conseguir concretizar o que idealizas”. A D. Rosa retirou um papel em que constava “desenhar e implementar um programa de autonomia atendendo às necessidades de cada jovem e poder desempenhar tarefas mais próximas dos jovens”; o conselho dado foi: “para concretizar o que idealiza é preciso que a equipa se veja como uma só e que façamos um trabalho de equipa total. Temos melhorado, portanto, o que é necessário é continuar o trabalho que temos vindo a desenvolver”. A Dra. Sofia referiu que tinha sido ela a escrever aquela frase, e que gostava de ter um trabalho mais individual com as crianças e jovens, “onde tivesse 30 ou 40 minutos para trabalhar certas questões de competências pessoais e sociais, ou até de questões mais ligadas ao emprego/voluntariado. No entanto, o que consigo é ter cerca de 45 minutos a trabalhar questões do programa “Eu e os Outros”, sendo esse trabalho desenvolvido com um grande grupo”. A mesma profissional acrescentou que “com os mais novos, a EE vai estando mais atenta e trabalhando algumas questões importantes, mas de fácil concretização. Agora com os mais velhos, o que considero é que só levamos um jovem a abrir uma conta porque tem mesmo que abrir, não foi algo planeado para lhe dar autonomia. E é nisso que falhamos. Trabalhamos sempre na última linha, no ter mesmo que ser, e não na prevenção, no planejar com tempo”, tendo tido o apoio dos restantes elementos presentes. No papel da Ed. Magda lia-se: “que os jovens conseguissem confeccionar as suas próprias refeições, desde a aquisição de bens até desenvolverem todos os</p>
--	---

	<p>processos da sua confeção; gestão orçamental para uma semana de refeições e organizar um plano de tarefas individualizado, o mais equiparado possível à vida que os jovens vão ter quando saírem na Instituição”. O conselho que esta deu foi: “esta questão é muito importante, requer o seu tempo”, acrescentando que “como sou novata nisto, ainda não sei como se processam as coisas a este nível”. A Ed. Cláudia referiu que “esta questão será sempre de difícil concretização pela própria organização da Instituição a este nível”, reforçando que “estas mudanças não estão ao alcance da ET, nem EE, sendo uma questão que tinha de ser discutida com a direção da Instituição”. A Dra. Sofia referiu que “esta questão será colmatada se o apartamento de autonomia for para a frente, como a Dra. Vera referiu anteriormente, tendo acrescentado que era uma questão que estava em cima da mesa e a ser debatida”. Para a mesma “só assim é que vamos conseguir trabalhar a gestão financeira a 100%”. Esta questão levantou outras questões, nomeadamente o trabalho que os profissionais desenvolvem nas sessões, tendo sido considerado que todos os profissionais trabalham de forma diferente, e que alguns se substituem aos jovens, dando o exemplo da limpeza das casas de banho, com um profissional a criança/jovem limpa tudo, com outros, já não têm que o fazer. Concluiu-se assim a importância das sessões que estão a ser desenvolvidas para que os profissionais percebam a necessidade de estarem todos a trabalhar no mesmo sentido. O papel da Dra. Daniela dizia: “trabalhar com as crianças e jovens individualmente ou em pequenos grupos e desenvolver atividades em prol da autonomia, responsabilizá-los mais e motivá-los para as tarefas diárias, acordarem autonomamente, irem a pé para a escola”. A Dra. Daniela começou por referir que já tinham sido dados conselhos neste sentido, reforçando a necessidade de os profissionais não se substituírem às crianças e jovens, acrescentando que “é importante</p>
--	--

que estas questões sejam trabalhadas desde cedo, uma vez que quanto maiores forem os jovens, mais difícil será envolvê-los de forma ativa e interessada nas tarefas”, tendo sido uma ideia consensual entre os restantes elementos. No papel da Ed. Cláudia dizia que “gostava de ajudar os jovens na tarefa da cozinha, no entanto, é complicado devido à falta de assiduidade e pontualidade”.

Após a leitura desta frase, debateu-se o facto de os jovens terem muitas vezes sobreposição de tarefas, ou seja, alguns participam nas sessões do programa de autonomia, ou de outros programas, mas ao mesmo tempo, tinham outra tarefa, por exemplo, na cozinha, o que os obriga a faltar a uma delas. Concluiu-se, desta forma, que os planos de tarefas deveriam ser alterados em prol das atividades que os jovens têm, mesmo que isto obrigue a fazer alterações ao longo do ano. Falou-se também da necessidade de “ser um plano feito com os jovens e não para eles, o que os obriga a assumirem um compromisso perante a tarefa” (Ed. Cláudia). Ainda a este respeito, debateu-se de a necessidade de os profissionais estarem atentos a estes aspetos, interrogando-se sobre o porquê deste jovem não ter cumprido o que lhe estava incumbido. No papel da Ed. Rita podia ler-se “ter mais tempo com eles, individualmente ou em grupo para ajudar a criança ou o jovem a projetar o futuro”. Refletiu-se que isto já vinha ao encontro do que havia sido debatido, concluindo-se que “há a necessidade de os profissionais estarem mais próximos e de acompanharem mais as crianças e jovens no direto, ajudando-os desta forma a planear um futuro conscientemente” (Ed. Rita). A Ed. Cláudia salientou “a necessidade de haver mais união entre equipas e de cada equipa partilhar a sua opinião com a outra”, dando o exemplo da EE e de apoio afirmando que “cada equipa guarda o que pensa para si”. Neste sentido, foi reforçada mais uma vez a importância destas sessões “por possibilitar a reflexão de cada

	<p>equipa, ou seja, cada um reflete e partilha a sua opinião, o que no dia a dia não acontece”. Por fim, no papel da Dra. Sofia lia-se “conseguir que toda a equipa trabalhe no mesmo sentido, com os mesmos objetivos, ajudando os jovens a adquirir ou a consolidar as suas aprendizagens e a autonomia diária nas mais pequenas e diversas tarefas. Queria ter tempo para os acompanhar com base num plano de programa concreto feito à medida de cada um e com a colaboração e empenho de toda a equipa”. A Dra. Sofia considerou que já tínhamos vindo a refletir sobre a questão ao longo da sessão, não tendo um conselho concreto para dar a quem escreveu a mensagem.</p> <p>Finalizada a reflexão, os profissionais mencionaram que “foi bom ouvir as sugestões dos meus colegas de trabalho, e de ver como eles próprios solucionavam o que eu tinha escrito” (Ed. Mariana); “o debate foi muito produtivo e refletido, o que possibilitou uma autorreflexão” (Ed. Magda), tendo os restantes elementos concordado. Após essa reflexão, a Ed. Mariana foi escrever num quadro as conclusões a que tinham chegado: a necessidade de mini estágios para os jovens em empresas do seu agrado; a necessidade de se ter uma bolsa de voluntariado para os jovens; a importância do acompanhamento dos jovens na procura ativa de “part-times”, sendo também importante abordar algumas questões mais teóricas, como a postura a adotar em entrevistas, os cuidados a ter, entre outras questões; a necessidade de se trabalhar desde cedo a gestão financeira com as crianças e jovens; a importância de desenvolver as competências pessoais e sociais com as crianças e jovens; e, por fim, a necessidade de qualificar as equipas para este trabalho. Foi também abordado que todo este trabalho teria mais frutos se a Instituição conseguisse levar avante a criação do apartamento de autonomia, uma vez que este obrigaria a outro tipo de trabalho com os jovens, que dentro da Instituição não é possível,</p>
--	---

	<p>nomeadamente, os próprios jovens gerirem o orçamento de uma refeição, o que na opinião de todos os levaria a estarem mais preparados para enfrentar os desafios da transição para a vida futura. A Ed. Mariana concluiu reforçando que “isto é o que gostávamos de atingir a longo prazo”. Para finalizar e tendo em conta o debate que surgiu, pedimos aos profissionais que tendo em conta o referido, priorizassem as áreas da autonomia mais importantes e urgentes a trabalhar, tendo sido apontadas: competências pessoais e sociais, emprego/voluntariado e gestão financeira. Posto isto, os profissionais dividiram-se em grupos de trabalho, tendo em conta as áreas que se sentiam mais à vontade para trabalhar com os jovens, bem como os interesses pessoais. Os profissionais presentes ficaram de falar com os profissionais que não estavam presentes para ver em qual dos grupos estes gostariam de se posicionar. Concluiu-se também que nas sessões onde forem desenvolvidos programas de autonomia centrados nas três áreas escolhidas, a D. Rosa, a D. Laura e a D. Alice estavam dispensadas uma vez que estas não iam trabalhar diretamente com os jovens a este nível – tendo em conta as suas tarefas de base, cozinha e lavandaria.</p> <p>É de referir que nesta sessão tivemos um grupo muito mais crítico e reflexivo, não tendo sido preciso estar constantemente a pedir para falarem sobre o assunto (a alguns elementos). Paralelamente, também se verificou nos discursos dos profissionais que muitas das questões levantadas nas primeiras sessões estão a ser já refletidas em reuniões de equipa, o que prova, simultaneamente, a vontade dos profissionais em concretizar este programa de autonomia e a importância das sessões, que estão a resultar, suscitando uma reflexão constante.</p>
--	---

Sessão n.º 5: “Trabalhando em Equipa”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	10.05.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Vera (ET); Ed. Cláudia, Ed. Rita, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro, Ed. Cátia (EE); D. Rosa, D. Alice (EA).
Descrição	<p>A quinta sessão da Ação 1 “Refletir para Agir” realizou-se no dia 10.05.2018 pelas 15h, tendo contado com a presença de 9 profissionais (a Dra. Sofia teve uma sessão em tribunal, a Dra. Sara teve uma consulta com um jovem, o Ed. Pedro teve uma consulta e a D. Laura encontrava-se de folga). A sessão foi desenvolvida por uma convidada que leciona na Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, com o objetivo de os profissionais perceberem as vantagens do trabalho em equipa, nomeadamente para benefício das crianças e jovens. A convidada começou por referir que o ponto chave do trabalho em equipa é a comunicação e a forma como os profissionais comunicam, tendo salientado desde logo um constrangimento inerente ao trabalho de equipa em instituições, a rotatividade de horários, sendo que para ultrapassar este tipo de constrangimento, se torna importante as equipas munirem-se de novas estratégias. A convidada fez também referência a alguns entraves à comunicação, nomeadamente o “ruído” entre equipas, para exemplificar pediu a três profissionais que voluntariamente saíssem da sala e sem dizer o que ia acontecer, contou uma história aos que permaneceram, a história era longa, tinha várias personagens e muitos pormenores, nomeadamente a nível de objetos e cores; quando terminou, a convidada pediu uma voluntária para contar a história a quem tinha ficado lá fora. A D. Alice voluntariou-se e foi contar a história às restantes colegas. Ao entrarem na sala, a convidada pediu que um dos elementos, que tinha inicialmente saído, contasse a história que acabara de ouvir. A</p>

	<p>Ed. Maria começou a contar a história, tendo tido desde o início profissionais a corrigirem-na; é ainda importante mencionar que nenhum dos profissionais conseguia esclarecer dados momentos da história, por não se recordarem de pormenores como quem tinha sido a personagem ou se a cor do carro era azul ou vermelha. No final do exercício, a convidada perguntou às protagonistas da tarefa o que tinha sido mais difícil, tendo a D. Alice referido “para mim foi o conseguir transmitir todos os pormenores da história. Eram muitos e todos importantes”, acrescentando que “as cores dos objetos só nos ajudavam a confundir”. A Ed. Maria referiu que “o mais difícil foi perceber o fio condutor da história, uma vez que as ideias transmitidas pareciam muito soltas. Sentia que a história estava incompleta”. A partir daqui tentámos fazer as ligações para o trabalho neste tipo de instituições, tendo-se concluído que trabalhar em equipa requer um grau de comunicação elevadíssimo em virtude do grande número de profissionais envolvidos, sendo muito difícil fazer com que as informações circulem entre todos da mesma forma, pelo que as reuniões regulares e com todos os elementos das equipas trazem vantagens para um trabalho em equipa consistente.</p> <p>Para além do referido, a convidada abordou também os elementos da comunicação e estratégias para comunicar de forma eficaz, centrando-se em três palavras-chave: pare (dirige a atenção para o interlocutor), escute (captar a mensagem e uma compreensão global do outro) e olhe (atenção à linguagem corporal e expressão facial). Paralelamente, a convidada apresentou também as diferenças entre um grupo e uma equipa; um grupo reúne-se por afinidades, características em comum para atender aos objetivos; uma equipa cumpre metas específicas, com histórias e competências que se complementam, num ambiente de cooperação, interação e interdependência.</p>
--	--

	<p>Para finalizar, a equipa agradeceu a presença da convidada tendo reforçado a pertinência da sessão para o trabalho futuro. Neste sentido, a D. Alice referiu que “a dinâmica foi extremamente importante e provou que realmente as equipas são assim...sempre a acrescentar ‘um ponto’. Também prova a falta de comunicação”. A Ed. Mariana reforçou que “é realmente importante que haja uma maior coesão de equipa”, tendo a Dra. Sofia acrescentado que “é preciso que os profissionais encarem o trabalho como um compromisso de equipa”. A Ed. Maria terminou referindo que “se já achava que o trabalho em equipa era importante, após a sessão acho que é fundamental! É a base do sucesso”. Para a Dra. Vera, a “abordagem foi muito simples, foi muito clara, mas foi muito politicamente correta”. Acrescentou ainda que tudo vai depender “da forma como cada um interpreta aquilo que ouviu e a forma como vai lidar com isso”.</p>
--	--

Sessão n.º 6: “Esboço dos Subprogramas (parte 1)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	24.05.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Sara, Dra. Sofia (ET); Ed. Rita, Ed. Maria, Ed. Pedro, Ed. Cátia, Ed. Magda (EE).
Descrição	<p>A sexta sessão da Ação 1 “Refletir para Agir” realizou-se no dia 24.05.2018 pelas 15h, tendo contado com a presença de 7 profissionais (Dra. Vera não esteve presente por causa de assuntos profissionais, Ed. Cláudia encontrava-se de folga, a Ed. Mariana estava de férias). Finalizadas as sessões de reflexão das práticas adotadas até ao momento e tendo também refletido acerca das práticas que os profissionais consideravam importantes (um programa de autonomia centrado em competências pessoais e sociais, gestão financeira, emprego/voluntariado), chega o momento de os profissionais delinearem uma intervenção para esse</p>

	<p>programa. Assim, nesta sessão, os profissionais subdividiram-se em grupos que foram previamente definidos pelos próprios participantes, (tendo em conta a área em que estavam mais à vontade para trabalhar e que mais lhes interessava), com o objetivo de refletirem sobre o seu tema e traçarem a intervenção. Destacase o debate que se criou durante a sessão em relação ao programa de gestão financeira, onde, mais uma vez, a Ed. Rita expressou a sua vontade de criar um subprograma prático, que se assemelhasse o mais possível a um contexto familiar. A Dra. Sofia e a Dra. Sara reconheceram que essa questão era realmente importante, no entanto com os moldes da casa, atualmente, não era possível conseguir que “os jovens governassem a casa” (Dra. Sara). No discurso dos profissionais era notória a esperança que tinham na aquisição do apartamento de autonomia para a casa, tendo proferido: “será uma mais valia tanto para nós, como para eles, que terão a oportunidade de lidar com os desafios” (Ed. Cláudia); “vai ajudá-los a crescer e a dar mais valor às coisas” (Ed. Cátia); “que bom que seria, se conseguíssemos levar a ideia avante” (Ed. Maria).</p> <p>Também no final desta sessão, à semelhança do ocorrido em sessões anteriores, os profissionais presentes prontificaram-se a partilhar o trabalho desenvolvido com os restantes elementos, tendo também assumido o compromisso de dar continuidade ao trabalho iniciado, sabendo que tinham duas semanas para o fazer.</p>
--	---

Sessão n.º 7: “Esboço dos Subprogramas (parte 2)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	05.06.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Sara, Dra. Sofia (ET); Ed. Cláudia, Ed. Rita, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Cátia, Ed. Magda (EE).
Descrição	A sétima sessão da Ação 1 “Refletir para Agir” realizou-se no dia 05.06.2018 pelas 15h, tendo a presença de 8 profissionais (Dra. Vera

	<p>encontrava-se numa reunião, o Ed. Pedro não compareceu por motivos pessoais). Num primeiro momento, a sessão tinha como objetivo dar continuidade à sessão anterior, ou seja, aos trabalhos de grupo que estavam a ser delineados. Num segundo momento, pedimos ao grupo das competências pessoais e sociais (Dra. Daniela, Ed. Magda, Ed. Cláudia) para apresentarem o que tinham concluído. Como OG o grupo definiu “Trabalhar a questão dos direitos humanos, promovendo dinâmicas de grupo impulsionadoras de coesão e desenvolvimento de competências de relacionamento interpessoal”. Como OE definiu “selecionar atividades que levem ao reforço positivo” e “zelar pela relação intergrupar e ‘controlar’ o que é dito e a forma como é dito, dando alternativas possíveis e positivas para os aspetos mais negativos”. O grupo pretendia utilizar meios e suportes digitais (vídeos, imagens e áudio), lúdicos (jogos, “roleplaying”) para conhecer os conceitos abordados de forma a permitir o conhecimento e interação. Decidiram, igualmente, que recorreriam a várias estratégias, nomeadamente, selecionar um local agradável e selecionar músicas apropriadas para as idades em questão, que não envolvam linguagem contraditória à atividade e objetivos traçados. O grupo considerou que o trabalho desenvolvido ainda era superficial, tendo constatado que o tema era muito abrangente e, portanto, seriam necessárias leituras para aprofundar a temática. Ao refletirem sobre o que ouviram, os restantes grupos falaram da necessidade de se abordar o tema de conflitos grupais, da negociação das tomadas de decisão, de questões emocionais, entre outros. Finalizada a apresentação do primeiro grupo, foi a vez do grupo da gestão financeira (Dra. Sara, Ed. Rita, Ed. Cátia). O grupo definiu como OG o “desenvolver competências na área da gestão financeira. Como OE delineou “definir e clarificar a importância da gestão financeira”, “gerir financeiramente as suas semanas priorizando os gastos”,</p>
--	---

	<p>“realizar uma ementa semanal equilibrada” e “definir o seu próprio orçamento tendo em conta um valor atribuído”. Para concretizar os objetivos traçados, os profissionais deviam recorrer a várias estratégias: deslocar-se ao supermercado para aquisição dos produtos; frequentar um workshop sobre a importância da gestão financeira (dinamizado pelos profissionais), ser capaz de pesquisar o estabelecimento mais económico para determinada quantidade a adquirir para a ementa planeada. O grupo previu também que no caso dos jovens mais velhos (que estão prestes a sair da casa), seriam os próprios a gerir uma determinada quantia de dinheiro, por exemplo, o seu abono, do qual sairiam algumas despesas fixas como produtos de higiene, despesas na farmácia, passes escolares e dinheiro de bolso.</p> <p>Ao refletir sobre o que ouviram, os restantes elementos do grande grupo referiram que concordavam com as ideias apresentadas, apesar de admitirem que esse trabalho não seria fácil, pois implica grandes mudanças na Instituição, como já tinha sido referido em sessões anteriores. Equacionou-se, uma vez mais, a possibilidade da melhoria das instalações do apartamento, que a este nível seria uma mais valia.</p>
--	---

Sessão n.º 8: “Avaliação da Ação 1: Refletir para Agir”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	20.06.2018; 15h-17h.
Presenças	Dra. Vera, Dra. Sara, Dra. Sofia (ET); Ed. Cláudia, Ed. Rita, Ed. Magda, Ed. Mariana, Ed. Maria, Ed. Pedro (EE); D. Rosa, D. Laura, D. Alice (EA).
Descrição	A oitava e última sessão da Ação 1 “Refletir para Agir” realizou-se no dia 20.06.2018 pelas 15h, e contou com a presença de 12 profissionais (Ed. Cátia encontrava-se de folga).

	<p>Num primeiro momento, realizou-se a partilha do último subprograma – emprego/voluntariado. Na área do emprego, o OG apontado foi “Integração no mercado de trabalho”, tendo como OE: “ser capaz de responder adequadamente aos anúncios de emprego” e “ser capaz de lidar com os sentimentos negativos associados a uma resposta negativa à sua candidatura”. Para isso, o grupo considerou que seria importante trabalhar o perfil dos jovens, a procura de emprego, a simulação de entrevistas e de respostas a anúncios de emprego (construção de currículo, carta de apresentação e carta de motivação), inscrição IEFP, pesquisa de legislação laboral e situação contributiva e, por fim, pesquisa de diferentes modalidades de emprego e tipos de contrato. No sentido de concretizarem tudo isto, os profissionais referiram que seria importante recorrer a estratégias como: pesquisa na internet, consulta de jornais diários, visitar empresas de trabalho temporário, “roleplaying” de entrevistas (perguntas frequentes, postura a adotar e apresentação cuidada), visualização de vídeos e consulta atenta da legislação e situação contributária. Relativamente ao voluntariado, o grupo considerou como OG a “Inserção nas atividades da comunidade”, tendo como OE “dar a conhecer diferentes locais de voluntariado”. Inicialmente, o grupo considerou que seria importante fazer um levantamento dos gostos e interesses dos jovens para a área do voluntariado, para posteriormente ser possível elaborar uma lista de locais com as propostas dos jovens, que teriam de estar implicados no processo, indo aos locais para fazerem a proposta de voluntariado. O grande grupo concordou com as ideias apresentadas pelo grupo de trabalho da Dra. Sofia, da Ed. Maria e da Ed. Mariana, tendo valorizado todo o trabalho desenvolvido. Apontaram, como aspetos a melhorar, a necessidade de haver mais OE, nomeadamente no que diz respeito à questão do emprego pois o que se pretendia fazer</p>
--	---

	<p>não estava apontado nos objetivos (Dra. Sara e Ed. Rita). Paralelamente, também se referiu que no voluntariado seria importante esclarecer o conceito, como funciona e quais as vantagens que os voluntários têm em fazê-lo (Dra. Sara, Ed. Magda, Ed. Cláudia). No final, o grupo partilhou algumas das dificuldades sentidas, por exemplo, ao nível de conseguirem trabalhar em conjunto fora das sessões, por causa da rotatividade de horários. No entanto, tal como ressaltou a Ed. Maria “tudo é possível, e conseguimos”.</p> <p>O balanço das sessões dedicadas ao planeamento do programa de autonomia foi positivo, tendo os profissionais destacado o empenho e o envolvimento da maior parte dos profissionais, tendo sido também valorizado o esforço que todos fizeram para conseguir apresentar o programa na data proposta. Os profissionais proferiram as seguintes frases: “achei interessante ter trabalhado em equipa para construir um esboço de um subprograma” (Ed. Maria); “estas sessões foram produtivas. Construámos um programa de autonomia e, se tudo correr como planeámos, em setembro/outubro estaremos a desenvolver este programa de autonomia na prática” (Ed. Pedro); “o trabalho desenvolvido está muito avançado. Delineámos uma nova intervenção, centrada nas necessidades das nossas crianças e jovens” (Dra. Sara); para a Ed. Mariana, “estas sessões foram pertinentes. Foi necessária a participação de todos os elementos para a concretização deste trabalho” acrescentando que “foram criadas as bases do programa, agora tem que se continuar”; “estas sessões foram úteis porque todos contribuíram para a construção do programa que será desenvolvido futuramente” (Dra. Sofia). A Ed. Cláudia salientou que “não vai ser fácil pela quantidade de trabalho que temos, no entanto, é bem preciso que este trabalho seja feito”. Para além de tudo o que foi mencionado, os profissionais destacaram ainda os</p>
--	--

	<p>debates gerados entre grupos, onde partilharam e discutiram as próprias ideias, nomeadamente no debate da sessão do dia 24.05.2018, em que foi discutida a importância de um subprograma de gestão financeira que se aproximasse do de um ambiente familiar. Concluiu-se, no entanto, que por mais que estas instituições se tentem aproximar de uma realidade familiar, isso nunca acontecerá a 100%, “sobretudo em casas que tenham a dimensão da nossa” (Dra. Vera).</p> <p>Num segundo momento, realizámos a avaliação do Projeto “(Re)Construir o Caminho”, tendo sido construído um grupo de discussão para o efeito. O grupo de discussão tinha como objetivo avaliar a concretização do OG1 “Promover uma maior responsabilização, envolvimento e participação dos profissionais no processo de promoção da autonomia dos jovens” e do OG3 “Promover uma maior articulação entre as diferentes equipas”. No que concerne aos OE do OG1, tendo em conta os indicadores de avaliação delineados, é de referir que o OE1.1. “Compreender o conceito de autonomia e o que envolve” foi unanimemente considerado atingido, tendo os profissionais salientado que: “todos sabemos falar sobre o conceito da autonomia e as áreas que esta envolve” (Dra. Sofia); “foi útil porque a informação chegou de igual forma para todos” (Ed. Rita), tendo os restantes profissionais concordado; “foi um objetivo válido e interessante que possibilitou aferir também as representações e resistências que os profissionais têm perante este assunto” (Dra. Vera); “foi bastante útil. Encaminhou-nos para o mesmo barco” (Ed. Pedro); “na minha opinião foi totalmente atingido, e foi bastante útil para criar a base do trabalho desenvolvido” (Ed. Maria); “como referi no dia da sessão, esta sessão proporcionou uma uniformização do conceito para todos, sendo uma mais valia para o trabalho que se seguiu” (Dra. Sara). Relativamente ao OE1.2. “Refletir acerca das práticas</p>
--	--

	<p>profissionais adotadas e ajustá-las às necessidades das crianças e jovens” considerou-se que este foi parcialmente atingido. Todos concordam que as sessões possibilitaram uma reflexão integral sobre as práticas adotadas, tendo sido considerado “o grande ponto positivo do Projeto” (Dra. Sofia). Os restantes profissionais subscreveram, referindo que “o ponto chave do Projeto foi a reflexão proporcionada ao longo das sessões” (Ed. Maria); “a reflexão proporcionada ao longo das sessões foi fulcral para o desenvolvimento do Projeto” (Ed. Mariana). Para além disso, a Ed. Cláudia e a Dra. Sara salientaram o facto de os profissionais se terem envolvido e terem tido a oportunidade de se ouvirem. Foi também destacado o crescente envolvimento, participação e a reflexão crítica da maior parte dos profissionais. A este respeito, a Dra. Vera referiu que a reflexão possibilitou chegar “a um consenso, percebendo as necessidades e aspetos importantes a melhorar”. Por outro lado, o OE1.2 foi só parcialmente atingido pois não se conseguiu um total reajuste das práticas; apesar de ter havido mudanças significativas, não foram estruturais, o que só por si justifica a continuidade do Projeto, tal como evidencia a Ed. Rita “é preciso mais mudanças”, acrescentando que “isso não invalida todas as mudanças que houve e a preponderância das mesmas, no dia a dia da Instituição”. Para o Ed. Pedro, o caminho a percorrer ainda pode ser longo como foi referido por alguns dos profissionais, no entanto é de ressaltar que “estamos a caminhar para chegar ao objetivo a que nos propusemos”, salientando os reajustes existentes, por exemplo, na lavandaria e na cozinha. O OE1.3. “Perceber como é que cada profissional pode contribuir, de forma intencional, para o desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens” foi atingido, uma vez que na opinião dos profissionais, estes conseguiram perceber a importância do seu papel para o desenvolvimento da autonomia, verificando-se uma crescente</p>
--	---

	<p>capacidade de partilha entre os profissionais relativamente ao contributo que cada um pode dar. Lê-se no seu discurso: “o debate criado foi produtivo e refletido, tendo, não só permitido uma autorreflexão, como também uma reflexão grupal” (Ed. Magda). Contudo, a Dra. Sofia, Ed. Rita, Ed. Magda e Ed. Pedro também realçaram que uma coisa é perceber a importância, outra é alterar as práticas em prol do desenvolvimento da autonomia das crianças e jovens, tendo a Ed. Mariana salientado que “isso só daqui a uns meses é que se consegue verificar”. A este respeito, a Ed. Rita evidenciou a importância da “humildade de estarem dispostos a mudar, na prática, a autorreflexão foi muito boa”. A Dra. Sara acrescentou que “fazemos muito no trabalho da promoção da autonomia, embora ainda existam aspetos a limar, o que está dependente da prática de cada profissional”. A Dra. Vera referiu que ainda havia um longo trabalho a percorrer neste sentido, evidenciando que “para se conseguir colher frutos, é necessário todos vestirem a mesma camisola”. O OE1.4. “Envolver os jovens nas tomadas de decisão e nas rotinas e dinâmicas institucionais” foi considerado também como atingido uma vez que, na opinião da Dra. Sofia “com este Projeto aventurámo-nos”, tendo acrescentado que “quase que podemos dizer que aceitámos o desafio. Fez mexer com a nossa rotina e quebrou a deles”, tendo sido algo partilhado também pela Dra. Sara. No discurso final dos profissionais pudemos verificar que começaram a dar mais importância à opinião das crianças e jovens, o que alterou as suas práticas, nomeadamente o uso do telemóvel com maior autonomia, alargamento das saídas de autonomia e das deslocações para as escolas, referindo que “eles, melhor do que ninguém, sabem o que querem. Envolvê-los nas tomadas de decisão de forma consciente prepara-os para o futuro” (Ed. Rita); “houve mudanças, algumas delas já pedidas pelos jovens há bastante tempo, como o uso do telemóvel por um período mais</p>
--	---

	<p>alargado” (Ed. Maria); “alargou-se as saídas de autonomia para jovens que não saíam. Temos que lhes dar mais liberdade para se tornarem adultos responsáveis” (Ed. Magda); “ao tornar alguns jovens com maiores dificuldades mais autónomos, trabalhámos também com os mais velhos, porque lhes atribuímos mais responsabilidades” (Dra. Sara). O OE1.5. “Refletir conjuntamente acerca dos problemas, necessidades e potencialidades das crianças e jovens” foi considerado pelos profissionais como atingido porque “o espaço criado possibilitou a partilha de estratégias para chegar até determinado jovem” (Ed. Rita); “nem todos os jovens são fáceis, e por vezes alguns criam uma barreira que nos dificulta a interação com eles” (Ed. Cátia), no entanto, como a Ed. Magda disse “só temos que conseguir arranjar as estratégias mais adequadas para chegarmos até eles”. A Ed. Magda, sendo a mais nova do grupo, partilhou que inicialmente também sentiu resistência por parte de alguns jovens, tendo salientado que com as crianças é sempre mais fácil; no entanto, a mesma partilhou que “uma das formas de chegar até eles e construir uma relação mais próxima, é identificar e apostar nos interesses e gostos, de forma a captar a sua atenção”. A Dra. Sara sublinhou a mesma questão, salientando a importância de se valorizar mais “as coisas boas das crianças e jovens”, tendo a Ed. Rita concluído “temos que olhar mais para as potencialidades destas crianças e jovens”. Relativamente ao OE1.6. “Delinear conjuntamente estratégias de intervenção” é de referir que não houve consenso por parte dos participantes. Se, por um lado, uns acharam que este objetivo foi atingido com sucesso, pois o grupo definiu um programa de autonomia focado nas três grandes áreas que falhavam na Instituição, por outro lado, há quem considere que este objetivo só foi parcialmente atingido pelo facto de não terem estado todos os elementos presentes em todas as sessões, ainda que por questões do foro familiar ou profissional. No discurso dos</p>
--	---

	<p>profissionais: “os subprogramas foram construídos com sucesso” (Ed. Maria), tendo acrescentado “em relação aos resultados, estes só serão visíveis a longo prazo, no entanto, não invalida todo o trabalho que foi feito em conjunto”; “delineámos um programa de forma consciente. Ainda temos um longo trabalho pela frente, mas a base está criada” (Dra. Sofia); “valorizo todo trabalho e esforço que fizemos para chegar onde chegámos. Se o caminho ainda é longo? É! Mas estamos cá para continuar o que foi iniciado” (Ed. Cláudia); “considero que este objetivo só poderia ser alcançado com o envolvimento de todos e com a continuidade do Projeto” (Ed. Mariana); “o trabalho desenvolvido foi muito positivo, mas penso que era necessário ter havido o mesmo envolvimento por parte de todos os profissionais, o que não aconteceu” (Ed. Pedro).</p> <p>No que respeita ao OG3, “Promover uma maior articulação entre as diferentes equipas” e respetivos OE, é de referir que os profissionais consideraram todos os objetivos atingidos e “a grande base do trabalho desenvolvido” (Ed. Mariana), uma vez que para se alterar as práticas e para se fazer um trabalho diferente foi necessário uma maior articulação entre os profissionais, considerando que “só assim é que vamos conseguir recolher os frutos que semeámos” (Ed. Pedro). Concluiu-se assim que “a articulação permitiu a construção da intervenção feita por todos, um espaço aberto à participação e ao discurso, em que o compromisso foi maior” (Dra. Sofia) e de “parte a parte”, como referiu a Ed. Cátia. Também a Dra. Vera concordou com o referido, tendo acrescentado que “todos foram implicados na resolução dos problemas, tendo tido a oportunidade de partilhar novas estratégias de intervenção com o grupo”. Foi também sublinhado, nesta sessão, a importância do trabalho desenvolvido entre as equipas fora das sessões do Projeto, uma vez que, como referiu a Ed. Cláudia, “muitas das coisas que aqui debatíamos, eram levadas</p>
--	---

	<p>para as nossas reuniões de equipa e de supervisão”, tendo os restantes elementos concordado.</p> <p>Paralelamente, também valorizaram a quinta sessão por ter tido uma convidada a falar sobre este assunto; a D. Alice referiu que “aquela sessão foi também um ponto chave para que todos percebessem a importância de uma maior articulação de equipas”; “foi importante porque ressaltou a importância do trabalho em equipa, uma equipa, e não três equipas” (Ed. Cátia).</p> <p>Posto tudo isto, considerou-se que com a concretização da Ação 1, foram atingidos os OG1 e o OG3 e os respetivos OE, uma vez que, segundo a Dra. Sofia, “houve a participação e o envolvimento de todos os colaboradores”, tendo acrescentado que “fez-nos repensar as práticas, de modo a melhorá-las”; a Ed. Rita salientou ainda “foi positivo e se conseguirmos por em prática vai ser uma mais valia para todos. Conseguimos unir um grupo de pessoas para o mesmo fim. Refletimos sobre um problema comum, o que até ao momento era difícil”.</p> <p>Os profissionais expressam que o Projeto se apresentou “com um fio condutor, que ajudou bastante. Teve um princípio, meio e fim” (Ed. Cláudia); “todo o trabalho desenvolvido tornou-se uma mais valia por ter permitido ajudar a refletir no assunto de forma intensa” (Ed. Maria). Tudo isto permitiu que os profissionais tenham chegado a novas conclusões e conseguido alterar algumas das práticas, mesmo que se considere que foram pequenas mudanças, estas foram bastante significativas para a Instituição. Paralelamente, os profissionais também destacaram o facto de terem mobilizado os assuntos das nossas sessões para as reuniões de equipa e de supervisão, onde, autonomamente, debatiam os assuntos e faziam as alterações das práticas. Os profissionais consideraram também relevante o facto de se terem respeitado mutuamente, mesmo quando era o exposto contrariava a sua opinião. De referir as</p>
--	---

	<p>principais mudanças nas práticas: mudanças a nível das práticas da cozinha e da lavandaria, responsabilização dos mais velhos (levavam os mais novos/jovens com limitações para a escola, ou mesmo para as consultas de pedopsiquiatria), as saídas de autonomia que foram alargadas para os jovens mais novos e o uso do telemóvel com mais autonomia.</p> <p>Considerámos também como uma mais valia todas as conversas intencionais realizadas “que nos foram incentivando a fazer refletir fora das sessões” (Ed. Cátia), e que “tanto ocorreram individualmente, como em pequenos grupos” (Ed. Magda). Segundo a Ed. Rita “há que referir que também houve alguns constrangimentos”, nomeadamente “ao nível do número de participantes que foi reduzindo” (Ed. Pedro). No entanto, ao refletirmos sobre a questão, considerou-se que isso se deveu ao facto de haver “rotatividade de horários” (Ed. Cláudia) e pelo facto “das sessões terem acontecido em dias de folgas e férias de alguns profissionais” (Ed. Maria), considerando no entanto que não era possível contrariar este aspeto, visto que “todos os dias alguém se encontra de folga, e a partir de uma determinada altura do ano, começam as férias dos colaboradores” (Dra. Sofia).</p> <p>Finalizou-se a sessão a refletir sobre a continuidade do Projeto, concluindo-se que, como não houve mudanças mais estruturais, havia esta necessidade visto que, como refere a Dra. Vera, “os resultados não são atingidos a curto prazo e leva o seu tempo a comprovar”. A Ed. Cátia também reforçou a necessidade de dar continuidade ao Projeto, tendo referido que “todo o trabalho desenvolvido foi bem conseguido! No entanto, daqui para a frente é que se conseguirá ver mais mudanças”, tendo a Ed. Rita referido que “no que respeita ao futuro, tudo vai depender das pessoas quererem mudar e progredir, independentemente da equipa a que pertencem”, tendo sido uma opinião partilhada também pela Dra.</p>
--	---

	Vera que acrescentou que “é preciso vestirem a camisola”. Para a Ed. Mariana, há também a necessidade de “mais formação, sobretudo dos profissionais que não têm tantas habilitações”.
--	--

Ação 2 – “Protagonistas da Própria Ação”

Sessão n.º 1: “Refletir Conjuntamente (1ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	09.03.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Filipe.
Descrição	<p>A primeira sessão da Ação 2 “Protagonistas da Própria Ação” realizou-se no dia 09.03.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença de 5 jovens (a Leonor encontrava-se indisposta, não tendo, portanto, comparecido à sessão). Assim que os jovens chegaram, começámos por explicar aos jovens o objetivo principal do Projeto, perguntando também se todos estavam lá de livre vontade. Com a exceção do Lourenço que não estava muito motivado, todos os outros se mostraram interessados e curiosos.</p> <p>A dinâmica “Refletir Conjuntamente” dividiu-se em três sessões distintas, sendo que, na primeira, os jovens foram convidados a refletir sobre as áreas que a autonomia envolve. Para isso, colocou-se no centro da mesa uma folha de papel de cenário com a palavra autonomia escrita. Pretendia-se que os jovens escrevessem à volta as áreas que a autonomia envolve, identificando as que consideravam importantes abordar ao longo do Projeto. As palavras que os jovens escreveram foram: gestão de dinheiro; limpezas domésticas; cozinhar; fazer o tratamento da roupa; acordar sozinhos; tomar a medicação sozinhos; ter o seu espaço organizado; ser responsável com os seus compromissos, nomeadamente com a escola; ter um comportamento adequado; saber utilizar os serviços da comunidade; tratar de arranjar habitação; procura de emprego; fazer compras; gestão de tempo. Os jovens referiram que este é um domínio que abrange muitas áreas e que trabalhar estas questões é uma tarefa árdua, reforçando que sentiam muitas dificuldades a</p>

	<p>vários níveis, como já tinham evidenciado na sessão da autonomia, realizada no dia 15.02.2018.</p> <p>No final da sessão fez-se um balanço, tendo concluído que a sessão correu bem, no entanto, os jovens encontravam-se um pouco agitados e bastante conversadores, fugindo facilmente do assunto proposto. Os mesmos referiram que: “gostei muito da sessão e da reflexão que foi feita em torno da autonomia, no entanto, tenho que referir que estávamos muito agitados” (Núria); “considero que a agitação deveu-se ao facto de ser a primeira sessão, e por estarmos sempre ansiosos por iniciarmos uma nova tarefa” (Arlindo); “concordo com os meus colegas, estávamos conversadores, mas cumprimos o objetivo da sessão” (Joana). No entanto, também se verificou que os jovens estavam conscientes do que tinha acontecido, tendo o Filipe referido que “na próxima sessão vamos ter em atenção a conversa para correr ainda melhor do que hoje”. Finalizada a sessão, pediu-se aos jovens para agendar a próxima sessão tendo sido unânime a decisão de se agendar para o dia 13 de março, pela mesma hora.</p>
--	--

Sessão n.º 2: “Refletir Conjuntamente (2ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	13.03.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A segunda sessão da Ação 2 “Protagonistas da Própria Ação” realizou-se no dia 13.03.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença de todos os jovens. Sabendo que esta sessão daria continuidade à anterior, a Núria voluntariou-se para recapitular o que tinha sido abordado. Assim sendo, esta sessão pretendia que os jovens debatessem o que gostavam de ver trabalhado ao longo das sessões, tendo em conta as áreas apontadas como fundamentais na</p>

	<p>primeira sessão. Posto isto, depois do debate interessante que os jovens encetaram, onde cada um evidenciou a sua perspetiva, como se pode verificar no discursos “gostava de trabalhar as perspetivas do futuro, porque às vezes tenho dificuldade em perceber o rumo que devo seguir e que decisões tomar” (Leonor); “gostava de conseguir organizar melhor o meu tempo, conseguir tomar decisões mais facilmente e saber controlar os meus impulsos” (Filipe); “a nível de emprego, gostava de aprender a construir um currículo e saber como me devo preparar para uma entrevista”(Arlindo); “para mim, seria importante apenas ter conhecimentos dos gastos que vou ter numa casa” (Lourenço); “gostava que fossem trabalhadas as questões de emprego e dos serviços da comunidade” (Joana); “como quero ser autónoma, tenho interesse em aprender tudo sobre todas as áreas da autonomia” (Núria).</p> <p>Finalizada a sessão, realizámos um balanço, tendo na opinião dos jovens corrido melhor, pois estavam mais atentos, apesar de manterem um discurso descuidado quando interagiam com os seus pares. Definiu-se ainda que a próxima sessão iria realizar-se no dia 21 de março pela mesma hora.</p>
--	---

Sessão n.º 3: “Refletir Conjuntamente (3ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	21.03.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A terceira sessão da Ação 2 “Protagonistas da Própria Ação” realizou-se no dia 21.03.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Mais uma vez, esta sessão pretendia dar continuidade à sessão anterior, tendo novamente a Núria feito a ponte do que já havia sido falado. Pretendia-se que, nesta sessão, os jovens falassem das suas expectativas em relação ao Projeto, tendo</p>

expressado o seguinte: “a nível pessoal e social, espero aprender a controlar mais o que digo” (Núria); “gostava de conseguir construir um currículo para arranjar um emprego de verão” (Leonor); “gostava de saber mais sobre os serviços existentes da comunidade, não sei para que serve a maior parte” (Joana); “por vezes não sei controlar os meus gastos, portanto, gostava de conseguir aprender estratégias de poupança” (Arlindo); “preciso de controlar alguns comportamentos, saber quando falar, e não ser tão intrometido, portanto, penso que o Projeto me possa ajudar neste sentido” (Filipe); “eu sinto-me autónomo, sei que não controlo os meus gastos, mas porque estou aqui. Quando sair, vai ser diferente” (Lourenço).

Tendo em conta o que tinha sido referido ao longo das três primeiras sessões, elaborámos em conjunto uma tabela com as áreas que os jovens gostavam de trabalhar, tendo à frente o que gostariam de fazer (e que pode ser consultada no final da descrição da sessão).

Antes de finalizar a sessão, falámos com os jovens relativamente ao comportamento que estes tinham adotado nas sessões, demonstrando dificuldade em se controlar e adequar o discurso ao contexto, tendo sido referido pela Joana que “há um desrespeito grande entre nós, no entanto temos que mudar”. No discurso dos jovens, ouvia-se com regularidade: “és mesmo burro”, “óh tone, não percebes o que quero dizer”, “é ignorante”. Posto isto, definimos como estratégia para combater este tipo de discurso/ruído o estabelecimento de um contrato que definiria os direitos e os deveres de todos os participantes. Na opinião da Núria, da Joana e do Arlindo, só com um contrato é que conseguiríamos que todos cumprissem as regras. Posto isto, os jovens referiram que “vamos pensar no assunto” (Núria), e “para a próxima sessão, já trazemos alternativas pensadas” (Arlindo) para a construção do contrato.

	<p>Houve ainda tempo de marcar a próxima sessão, ficando agendada para o dia seguinte.</p>	
<p>Geral</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Perspetivar o futuro – saber estabelecer prioridades; - Gestão de tempo; - Implicação do jovem em tomadas de decisão. - Autoconfiança, autoconsciência emocional, autorregulação; - Relacionamento interpessoal; - Fazer e receber críticas construtivas; - Gestão de conflitos/negociação de soluções. 	
<p>Emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias procura de emprego, posturas numa entrevista e como se apresentar; - Construção do currículo e carta de apresentação; - Preenchimento de formulários/questionários de candidatura; - Simulação de entrevistas; - Concorrer a empregos. 	
<p>Gestão Financeira/ Cozinha</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de um livro de receitas; - Elaboração de ementas/ parte nutricional; - Elaboração de lista de compras para as ementas; - Confeção de receitas para o grupo. - Delinear um orçamento mensal de despesas; - Lista de compras mensais – comida. 	
<p>Apoios Sociais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos disponíveis na sociedade (objetivo + funcionamento); - Escolher alguns sítios para nos deslocarmos: banco. 	

Sessão n.º 4: “Contrato”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	22.03.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A quarta sessão da Ação 2 “Protagonistas da Própria Ação” realizou-se no dia 22.03.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Como tinha sido referido anteriormente, para esta sessão, os jovens ficaram de pensar sobre o contrato que queriam elaborar. De forma unânime, o grupo considerou que este contrato seria uma mais valia, uma vez que “ao assinar, estou a assumir um compromisso contigo” (Filipe), tendo a Núria acrescentado “e com o grupo”. Os jovens trouxeram efetivamente sugestões, como: “temos que respeitar a vez dos outros para falar” (Núria, Joana, Filipe e Leonor), “respeitar a opinião dos outros” (Joana), tendo o restante grupo concordado; “temos direito à privacidade de grupo” (Filipe), tendo o Lourenço acrescentado que isso era fundamental, e que não deveríamos permitir que ninguém estivesse no nosso espaço durante as sessões. Para além dos direitos mencionados, o grupo pensou também em deveres: “não podemos dizer asneiras” (Filipe), “temos que manter a ordem” (Arlindo), “não podemos estar com os telemóveis” (Joana). Posto isto, o grupo considerou que deveríamos pensar melhor, pois possivelmente ainda teríamos mais direitos e deveres que não estavam elencados e que eram importantes, pelo que surgiu a ideia de o grupo se dividir em dois subgrupos para ser mais rentável e cada grupo elencar novos direitos e deveres. Terminada a tarefa, cada grupo apresentou as suas ideias e, todos juntos, construímos o contrato no computador. No final, leu-se o documento em voz alta, acordando que na próxima sessão seria assinado (o contrato pode ser consultado abaixo).</p>

A sessão finalizou com a marcação da próxima, agendada para o dia seguinte, 23 de março, pela mesma hora.

Contrato:

Eu _____ comprometo-me a estar presente, sempre que possa, nas atividades da Ação 2, intitulada “Protagonistas da Própria Ação” e a participar de forma ativa nas mesmas.

Abaixo mencionamos os direitos e deveres que o grupo selecionou para as sessões:

Direitos:

- Direito de ser ouvido na minha vez;
- Direito de ser respeitado, mesmo que a minha opinião divirja dos meus colegas;
- Direito de participar nas sessões por vontade própria;
- Direito à privacidade.

Deveres:

- Dever de ouvir os meus colegas;
- Dever de esperar pela minha vez para falar;
- Dever de respeitar as opiniões dos meus colegas;
- Ter uma postura e comportamento correto para uma sessão;
- Não perturbar as sessões.

Assinatura: _____

Sessões: Competências Pessoais e Sociais

Sessão n.º 1: “Quem é quem”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	23.03.2018; 18h-19:30h
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Filipe.
Descrição	<p>A primeira sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 23 de março, pelas 18 horas, contando com a presença de 5 jovens (a Leonor teve uma consulta médica). Como forma de conhecer um pouco mais sobre os jovens e de perceber se se conheciam entre si, foi pedido a cada um deles que pegasse numa folha branca e numa caneta e se sentasse longe de todos os colegas. Assim que os jovens fizeram o que foi pedido, começámos por referir que iríamos fazer perguntas sobre gostos pessoais e que deveriam escrever a resposta no papel enumerando ao a questão. Foi também referido que os jovens não deveriam trocar opiniões nem fazer quaisquer perguntas.</p> <p>As perguntas feitas foram as seguintes: a música preferida, a comida preferida, o filme preferido, o livro preferido, o país preferido, a profissão que gostaria de ter no futuro, três qualidades e três defeitos, a viagem de sonho, o maior medo, o valor mais importante, o ídolo, a pessoa mais importante da sua vida e as suas potencialidades.</p> <p>No final de todos terem respondido, foi pedido que cada jovem entregasse o seu papel dobrado em cinco e o colocasse num saco. Seguidamente, esse saco retornou ao grupo e um a um retirou um papel. À vez, foi pedido que cada um lesse o que estava escrito e tentasse adivinhar o autor. É de referir que alguns jovens tiveram mais facilidade do que outros em atribuir os papéis, sendo que o Filipe referiu que “apesar de nos conhecermos há muito tempo, por</p>

vezes não sabemos alguns pormenores que se tornam importantes”. Seguindo a mesma linha de pensamento, a Joana referiu que “só nestes momentos é que temos consciência que não nos conhecemos assim tão bem como pensamos” (as respostas dadas pelos jovens podem ser consultadas no quadro abaixo).

No final da dinâmica foi pedido ao grupo que refletisse sobre a importância da mesma para eles e para o grupo. Assim, num momento de conversa e partilha de ideias, o Filipe referiu que “este jogo serviu para nos conhecermos melhor”, algo que foi também partilhado pela Núria e pela Joana. Neste sentido, os jovens concluíram que “não foi fácil adivinhar a quem pertencia o papel, na minha opinião” (Lourenço); “só adivinhei pelo estilo de música, porque se não tinha várias opções” (Leonor). A Joana referiu ainda as dificuldades que sentiu em identificar as suas qualidades, tendo afirmado “tive mais dificuldades em dizer qualidades minhas”.

É ainda de referir que ao longo da dinâmica, houve alguns comentários desnecessários entre os jovens e, portanto, foi pedido que pensassem nas atitudes que têm para com os outros. A sessão terminou com a marcação da sessão seguinte, que ficou agendada para o próximo dia 26 de março.

Jovem	Lourenço	Núria	Filipe	Joana	Arlindo
Música	“RZO”	-----	“I hate you, I love you”	-----	“Música eletrónica”
Comida	“Francesinha”	“Bacalhau com natas”	“Bacalhau com natas”	“Bacalhau com natas”	“Francesinha”
Filme	“Velocidade Furiosa”	“The Mazer Runner”	“As cinquenta sombras mais livres”	-----	“It”
Livro	-----	“Coleção livros Sherub”	“Uma aventura no Porto”	“Todos os diários”	“Manuel Comics”

País Preferido	“América”	“Índia, Angra, China”	“Alemanha”	“Portugal”	“Inglaterra”
Profissão	“Segurança”	“Assistente Social”	“Engenheiro mecânico”	“Auxiliar de um lar de idosos”	“Militar”
Qualidades	“Humilde e amigo”	“Simpática, divertida e amiga”	“Saber ouvir os amigos”	“Compreensiva e boa ouvinte”	“Simpático, engraçado e bom amigo”
Defeitos	“Resmungão”	“Arrogante”	“Sou irritante e resmungão”	“Julgar as pessoas facilmente”	“Irritante e preguiçoso”
Medos	“Não tenho”	-----	“Alturas”	“Alturas e perder as pessoas que ama”	“Perder todas as pessoas que ama”
Viagem de sonho	“América”	“Marte”	“Alemanha”	“Dubai”	“Nova York e Las Vegas”
Valor mais importante	“Amizade”	“Sinceridade”	“Honra”	“Sinceridade”	“Humildade”
Ídolo	“Chiusto”	-----	“Bruno Ferreira”	-----	“Lewis Hamilton”
Pessoas importantes	“Família”	“A minha avó”	“Mãe, irmã e avó”	“Pai, irmãos e sobrinhos”	“Pai e mãe”
Potencialidades	“Saber jogar Rugby e Desenhar”	“Animar os outros e dar conselhos”	“Saber cozinhar e saber ajudar o outro”	“Não reconheço nenhuma”	“Pró-ativo e competente”

Sessão n.º 2: “Mercado das Características” e “Falar dos outros pelas Costas”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	26.03.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	A segunda sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 26.03.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Nesta sessão foram propostos dois exercícios de dinâmica de grupo, intitulando-se o primeiro “Mercado das Características”. No arranque do exercício, foram entregues aos jovens três folhas coloridas: na verde tinham que escrever uma característica/competência que gostavam de manter,

	<p>na laranja os jovens tinham que escrever uma característica/competência que tinham, mas de que não gostavam e que, se pudessem, trocariam com outro colega e na azul tinham que registar uma competência que não tinham, mas gostavam de ter.</p> <p>O Arlindo referiu que uma das características que tinha e gostava de manter era o facto de “estar sempre disponível para ajudar os amigos”; a característica que gostava de trocar era o facto de “por vezes ser arrogante”; a característica que gostava de ter e não possuía era “saber persuadir as pessoas”. A Joana referiu que a característica que tinha e gostava de manter era “ser compreensiva”; a característica que gostava de trocar era “ser arrogante”; a característica que gostava de ter, mas não possuía era “não julgar os outros tão facilmente”. O Filipe referiu que a característica que gostava de ter era “saber ouvir os outros”; a característica que gostava de trocar era “ser resmungão”; e a característica que gostava de ter, mas não possuía era “ser mais neutro face aos problemas dos outros”. A Núria referiu que a característica que gostava de ter era “ser divertida”; a característica que gostava de trocar era “ser arrogante”; e a característica que gostava de ter, mas não possuía era “ser mais paciente”. O Lourenço referiu que a característica que gostava de manter era “ser amigo do seu amigo”; a característica que gostava de trocar era “ser menos resmungão”; e a característica que gostava de ter, mas não possuía era “ser um bom ouvinte”. A Leonor referiu que a característica que gostava de manter era “ser genuína”; a característica que gostava de trocar era “ser impulsiva”; e a característica que gostava de ter, mas não possuía era “ter mais paciência”.</p> <p>Ao avaliar o exercício, os jovens referiram que tinha corrido muito bem, mas que os tinha feito pensar um pouco, concluindo que nem sempre é fácil falar de si: “tive que pensar muito, para identificar as</p>
--	--

	<p>melhores características” (Arlindo); “tenho alguma dificuldade em reconhecer as minhas qualidades, e, por esse motivo, custou-me mais a identificar a característica da folha verde” (Joana); “achei que a dinâmica foi muito interessante e fez-nos refletir” (Leonor), acrescentando que “não tinha noção de que tinha tanta dificuldade em reconhecer pontos positivos em mim”. A Núria e o Lourenço revelaram alguma dificuldade na consecução do exercício, tendo referido “tive dificuldade em identificar a característica que trocava com alguém, pois considero que cada um é como é” (Núria); “também tive dificuldades em identificar essa característica, assim como a característica nova que gostava de ter... estou bem assim!” (Lourenço).</p> <p>O segundo exercício de dinâmica de grupo intitulou-se “Falar dos outros pelas costas”, no qual se pretendia que os jovens escrevessem, nas costas dos colegas, aspetos positivos e negativos que lhes reconheciam. No Filipe, os colegas reconheceram que ele era “simpático, engraçado, bom amigo e sabia apoiar os outros”; como aspetos negativos, reconheceram que era “uma pessoa que leva tudo a peito, irritante, não ouve os outros, chorão, ‘chato’ e mimado”. Relativamente à jovem Núria, os colegas reconheceram que como qualidades ela era “engraçada, boa pessoa, boa amiga, boa conselheira, dedicada às pessoas que lhe fazem bem”; como aspetos negativos, reconheceram que era “arrogante quando aborrecida, que descarrega em quem não tem culpa e resmungona”. Para o Lourenço, os colegas reconheceram como aspetos positivos, apesar de terem tido alguma dificuldade, que ele era “brincalhão, tinha uma voz engraçada e era bom amigo”; como aspetos negativos referiram que “passa a vida a mandar vir, arrogante, resmungão, antipático, mal-humorado e irritante”. Como aspetos positivos, para a Joana os colegas apontaram “ser amiga do amigo, ser meiga para quem merece, ser verdadeira e boa</p>
--	---

	<p>conselheira”; como negativo referiram o facto de “ser mal-humorada, impaciente e resmungona”. Relativamente à Leonor, referiram como positivo ela ser “simpática, compreensiva, conselheira, amiga do amigo e divertida”; como negativo apontaram o facto de “nem sempre ter paciência, ser chata e irritante”. Por fim, para o Arlindo referiram que ele era “risonho, simpático, bom ouvinte, amigo, divertido, brincalhão, extrovertido e dinâmico”; como negativo referiram que por vezes era “mal-humorado e chato”. O balanço do exercício foi positivo, tendo a Núria referido que se identificava com todas as qualidades que lhe apontaram, mas que acrescentaria “sou fiel aos meus amigos”. Em relação aos pontos negativos, também concordou referindo que “quando estou chateada, não vale a pena aproximarem-se de mim”. O jovem Arlindo referiu que não esperava ter tido tão poucos pontos negativos, salientando que “concordo com tudo o que lhe foi dito, não alterava nada”. O Lourenço não se quis pronunciar face aos comentários, referindo que “são opiniões”. A Joana concordou com todos os aspetos positivos e negativos apontados, mas referiu que “a nível negativo, só sou assim para quem merece, não é para todos”. O Filipe referiu que “não concordo com o facto de dizerem que sou mimado”, e que “não ouço os outros, quando não quero”, tendo concordado com tudo o resto. A Leonor também concordou, concluindo que “conhecem-me bem”.</p> <p>No final, o balanço da sessão foi positivo como transmitiram nos discursos: “foi bom ouvir o que os meus colegas acham de mim” (Núria), sendo uma ideia reforçada também pelo Arlindo; “podemos aproveitar os reforços positivos e negativos para ver o que precisamos de melhorar” (Joana); “tenho uma postura crítica para comigo” (Arlindo).</p>
--	--

Sessão n.º 3: “Tiro-te o chapéu porque...” e “Atribuir uma imagem a alguém”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	03.04.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A terceira sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 03.04.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. A sessão iniciou-se com o exercício de dinâmica de grupo “Tiro-te o chapéu porque...”. Neste primeiro exercício, foi dado aos jovens um chapéu, sendo que lá dentro se encontrava um espelho. O restante grupo pensava que dentro do chapéu estava foto de um elemento do grupo; a tarefa era dizer por que tiravam o chapéu àquela pessoa. Foi também explicado que deveriam ser discretos e imparciais para que não fosse fácil os colegas adivinharem. Os jovens propuseram que se pudesse falar tanto de aspetos positivos como negativos e, por ser um pedido consensual, foi aceite. Desta forma, a Joana voluntariou-se para ser a primeira. Ao ver o que estava dentro do chapéu (o espelho), a jovem riu-se de imediato, dando uma volta sobre si mesma. Depois de referir que “ó pá sei lá” a jovem referiu que “é amiga do seu amigo, protege os seus, consegue guardar segredos, às vezes, tem pena de quem não merece e, eu admiro essa pessoa”; a Núria também começou a sorrir, sem saber o que dizer, tendo referido “esta pessoa... é difícil falar desta pessoa, não podemos mudar de pessoa?”. Depois de pensar um pouco, a Núria referiu que “esta pessoa é uma boa pessoa, é simpática, é uma pessoa divertida, ajuda os amigos, é uma pessoa apaixonada pela vida, é direta, não tem problemas com o que possa acontecer, pode vir mais um obstáculo que a pessoa vai superar de certeza, e é por isso que eu admiro esta pessoa”. Assim que viu o chapéu, o Filipe disse “esta pessoa... não sei! É engraçado, brincalhão, risonho, vai superando</p>

as dificuldades... é irritante e por vezes, impulsivo. Sabe ouvir os outros e é esforçado”. O Arlindo referiu que “esta pessoa é amiga, sabe ouvir, sabe respeitar o outro, é ponderada, sabe divertir-se e divertir os outros. É corajoso e supera as adversidades da vida”. Para o Lourenço, a pessoa que estava no chapéu era “amiga, alegre, simpática quando quer, aventureira, otimista e resmungona”. A Leonor referiu que aquela pessoa era “Ai... esta pessoa é... deixa-me pensar, porque é realmente difícil... é feliz, calma, consciente, aventureira, persistente, compreensiva, dedicava-se aos outros, uma pessoa que ama e que gosta de ser amada”. Assim que acabaram o exercício, os jovens referiram unanimemente que a atividade tinha sido bastante interessante, apesar de difícil de iniciar: “foi tão difícil iniciar, mas depois comecei a falar de mim, sem dar por mim” (Núria); “foi desafiante. Mas adorei fazer a atividade. Foi difícil utilizar a terceira pessoa, mas se não fosse assim, eles iam perceber” (Leonor); “tive dificuldades porque não sou bom a falar de mim. Mas depois lembrei-me de tudo o que temos falado nas sessões e comecei a referir aquilo que têm dito de mim”; “eu cheguei lá e assustei-me. Não sabia o que dizer. Só tive vontade de me rir. No entanto, acabou por fluir e consegui falar de mim” (Joana); “sou confiante. Não senti muita dificuldade em cumprir o desafio” (Lourenço); “senti-me mais desinibido do que nunca, estava a falar de mim, sem os outros saberem” (Arlindo); “foi um desafio. Tive muita dificuldade, mas consegui” (Filipe).

Na segunda parte da sessão, realizámos a dinâmica “Atribuir uma imagem a alguém”. Para a elaboração do exercício, espalharam-se no chão algumas imagens (trevo, urso de peluche, algodão doce, palhaço, montanha russa, pérola, caixa surpresa, tartaruga, rosa com espinhos), tendo os jovens que escolher uma para atribuir a cada colega e justificar a sua escolha. O Arlindo atribuiu ao Lourenço a rosa com espinhos, visto que “a rosa é como a vida e os espinhos

	<p>são os obstáculos, no fim temos aquela coisa bonita se conseguirmos chegar lá. Equiparo isto ao Lourenço porque a relação que temos foi assim. Ele é uma pessoa que tem muitos espinhos, muitos defeitos e está sempre a reclamar. Mas lá no fundo é boa pessoa”; ao Filipe atribuía “o urso de peluche e o palhaço porque o primeiro faz-me lembrar o facto de ele ser muito criança ainda, e o segundo porque é muito divertido”; para a Núria “atribuía a montanha russa porque ela é uma pessoa divertida e gosta da sua liberdade”; à Joana atribuía “uma caixinha de surpresas, por eu não saber muito bem como ela é. Apesar de nos conhecermos há algum tempo, é uma pessoa que não é próxima de mim”; a Leonor “é uma perolazinha. É uma pessoa de quem gosto muito, por quem tenho uma enorme estima, uma pessoa que me tem ajudado, quando eu preciso dela, e, portanto, também atribuía o trevo. Tive sorte... tive muita sorte de a ter encontrado”. A Joana atribuiu o palhaço ao Filipe, referindo “mas o palhaço no bom sentido... ele é divertido e diverte-nos a nós com as barbaridades que diz”; à Núria “atribuo a pérola, porque ela é o bem mais precioso que tenho cá na casa”; à Leonor “atribuo a caixa de surpresas, porque está sempre a surpreender-me, tanto pela positiva como pela negativa”; ao Lourenço “atribuo a montanha russa, porque tão depressa está bem, como está mal... é inconstante”; ao Arlindo “atribuo o gato porque acho que se pica por pouco”. A Núria atribuiu ao Lourenço a montanha russa referindo que “dou a mesma justificação que a Joana”; à Leonor atribuiu a “caixa de surpresas, porque estou sempre a descobrir coisas novas nela”; à Joana “dava os gatos porque é muito difícil aproximarem-se dela ... ela sabe que por vezes afasta as pessoas, parece que tem uma barreira” tendo acrescentado “todos os dias que acordo penso no privilégio que tenho de ser amiga dela, porque ela é mesmo difícil”; ao Filipe “dou o mesmo que a Joana deu, o palhaço, também pelo mesmo motivo”;</p>
--	--

ao Arlindo “dou-lhe o peluche porque ele é fofinho... não implica com ninguém, não se chateia com nada, não se mete com as pessoas”. O Filipe referiu que atribuía à Leonor a rosa “porque ela é bonita como a rosa, mas também tem os espinhos, o lado negativo”; ao Lourenço “dou a tartaruga porque quando está com a cabeça de fora da carapaça, é uma pessoa frágil, mas quando mete a cabeça para dentro, torna-se uma pessoa forte”; à Núria “atribuo a montanha russa, porque acho que ela é muito divertida”; para a Joana “a caixa de surpresas, mas no bom sentido”; ao Arlindo “só posso atribuir a pérola, pela pessoa que é”. A Leonor atribuiu à Núria e à Joana a montanha russa uma vez que considera “são inconstantes, têm muitos altos e baixos, tal como uma montanha”; ao Lourenço “atribuo a rosa de espinhos. Tem uma parte boa e uma má: é bonita, o lado bom, mas tem espinhos, o lado mau”; ao Filipe “atribuo a pérola e a montanha russa. A pérola porque ele é muito boa pessoa, já me ajudou muito. Mas por outro lado, também é inconstante, devo referir”. O Lourenço referiu que à Núria também atribuía a montanha russa “pelos seus altos e baixos”; ao Filipe atribuiu “o palhaço por ele ser divertido”; à Joana “atribuo o gato, também pelo que já foi referido”; à Leonor “atribuo a rosa de espinhos porque, tal como ela disse sobre mim, também reconheço o seu lado bom, mas quando quer, mete os espinhos de fora”; ao Arlindo “atribuo a pérola, pela pessoa bondosa que ele é”.

O balanço do exercício foi bastante positivo, podendo ser comprovado através dos discursos: “compreendi e aceitei as imagens que me tinham sido atribuídas. A atividade foi divertida e foi bom ver o que os meus colegas achavam de mim” (Lourenço); a Núria referiu que achava realmente que a montanha russa lhe assentava, como tinha referido o Filipe, mas “pelos altos e baixos que tenho, e não tanto por ser divertida”, acrescentando “adorei as imagens todas que me atribuíram. Adorei a atividade, até gostava

	<p>de repetir com todos os meninos do lar” (Núria); a Joana referiu que “pessoalmente não estava à espera que a Núria me tivesse atribuído aquela imagem, uma vez que somos muito amigas. No entanto, sei que as amigas dizem as verdades, e sim, eu sou uma pessoa que tenho quase uma bolha à minha volta que não deixa as pessoas aproximarem-se, mas tenho os meus motivos”, tendo acrescentado que “gostei muito da atividade”; “quando podemos repetir esta atividade? Gostei mesmo muito” (Leonor). É ainda de realçar que nesta sessão os jovens adotaram um comportamento mais adequado, tendo feito críticas construtivas e fundamentadas, o que revelou uma evolução do grupo.</p>
--	---

Sessão n.º 4: “Estilos da Comunicação”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	05.04.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Joana, Filipe.
Descrição	<p>A quarta sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 05.04.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença de três dos jovens (o Arlindo encontrava-se a estagiar, a Leonor teve uma consulta e o Lourenço tinha um compromisso pessoal, não tendo sido possível desmarcar).</p> <p>Inicialmente, foram apresentados três estilos de comunicação (passivo, assertivo e agressivo), tendo os jovens que atribuir ao colega, numa decisão conjunta, um estilo de comunicação. Pretendíamos, assim, dar continuidade à sessão anterior, mas agora com a temática “Estilos da Comunicação”. Os jovens deveriam atribuir um estilo a cada colega, tendo de justificar a sua escolha; por sua vez, o colega deveria aceitar as críticas de natureza construtiva e referir se concordava ou não com o estilo que lhe tinha sido atribuído. Para isso, num quadro, apresentámos várias palavras</p>

	<p>soltas: impulsivo, direto, agradar o outro, injusto, autêntico, submisso, intolerante, não tem opinião própria, honesto, evita conflitos e confrontos com os outros, dominador, espontâneo, ansioso, arrogante, positivo, desilusão, responsável, medroso (arriscar e decepção), hostil, irritado, autoritário. Num primeiro momento os jovens tiveram que escolher três palavras, que atribuiriam a si próprios. A Núria iniciou o exercício, referindo que se considera “espontânea, agressiva e direta”, tendo salientado “se pudesse acrescentava o irritante, mas eram só três”; a Joana referiu “arrogante, autêntica e intolerante”; o Filipe escolheu “impulsivo, intolerante e irritante”. Pedimos também que os jovens refletissem sobre o facto de as características escolhidas serem positivas ou negativas, tendo a Núria apontado que ser “direta, era a única característica que poderia ser positiva, mas também tem o seu lado negativo”, “magoa as pessoas muitas vezes” (Joana). Os jovens presentes concordaram todos com o que a Núria referiu, tendo dito que também se identificam com essa característica. A Núria referiu que “eu consigo dizer o que acho à Dra. Vera, à Sara, etc. Mesmo que saiba que as posso magoar, eu digo”. Perguntámos aos jovens se achavam que iriam ter de se controlar nalgum contexto, pela característica em questão, e responderam que “eu vou dizer sempre aquilo que penso porque acho que as coisas que pensamos devem ser sempre ditas” (Núria); a Joana referiu que “em contexto profissional, temos que nos controlar, não vamos poder ser diretos como somos com as outras pessoas”. Posteriormente, foi referido que estas características poderiam ser agrupadas em três estilos de comunicação, tendo a Joana referido o assertivo e o passivo e a Núria, o agressivo. Pedimos que cada um ficasse com um estilo e identificasse as suas características. A Núria ficou com o estilo agressivo e identificou as palavras “dominador, autoritário, hostil e intolerante”; a Joana ficou com o estilo assertivo e identificou</p>
--	--

	<p>“positivo, honesto e autêntico”; “o Filipe tinha o estilo passivo e identificou o “agradar o outro, submisso, evita conflitos e confrontos com os outros”. No final, refletiu-se que nem todas as palavras tinham sido atribuídas a um estilo, tendo posteriormente, em trabalho de grupo, distribuído as palavras restantes. Neste caso, ligámos ao estilo agressivo “impulsivo, injusto, intolerante, dominador, arrogante, hostil e autoritário” (Núria); no estilo assertivo identificámos as características “direto, autêntico, honesto, espontâneo, positivo e responsável” (Joana); no estilo passivo identificámos “agradar o outro, submisso, evita conflitos e confrontos com os outros, ansioso, desilusão, medroso (arriscar e decepção), irritado e não tem opinião própria” (Filipe). Tendo em conta o referido, os jovens tentaram identificar o estilo de comunicação com que mais se identificavam e aquele que os colegas lhes atribuíam. A Núria referiu que “achei que tinha um pouco de cada estilo, isso é possível?”, tendo acrescentado que, “no entanto, se só pudesse escolher um estilo provavelmente escolhia o estilo agressivo, por ter mais características que identifiquei em mim”. Já a Joana e o Filipe, atribuíram à Núria o estilo assertivo, “pelo conjunto de características apresentadas”. A Joana atribuiu a si o estilo agressivo, sendo que a Núria e o Filipe atribuíam uma mistura do estilo agressivo com o estilo assertivo visto que “ela tanto é impulsiva, intolerante e arrogante, como é direta, autêntica, espontânea e honesta” (Joana). O Filipe referiu que “o estilo com que mais me enquadró é o agressivo”, tendo a Núria e a Joana referido que “é difícil identificar um só estilo no Filipe uma vez que ele tem um pouco de cada estilo” (Joana), “é impulsivo, injusto, por vezes intolerante, direto, honesto e espontâneo, mas também consegue não ter uma opinião própria e gosta de agradar o outro”. O balanço final da sessão foi positivo, tendo os jovens referido que “gostei de perceber as características de cada estilo, não tinha</p>
--	---

	conhecimento (Filipe); “foi interessante perceber o porquê de me atribuírem aquela característica” (Joana); “adorei a sessão, foi bastante interessante” (Núria).
--	---

Sessão n.º 5: “Concordo vs Discordo”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	11.04.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A quinta sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 11.04.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis elementos do grupo. Foi pedido, inicialmente, que os jovens pegassem em três cartolinas de cores diferentes (verde, amarela e vermelha) e que se sentassem em roda. Posteriormente, foi explicado que, nesta dinâmica, a investigadora dizia uma frase e os jovens teriam que mostrar a cartolina que correspondesse à sua resposta, sendo que a cartolina verde correspondia a concordo, a cartolina amarela era o intermédio e a cartolina vermelha correspondia a discordo. As frases proferidas foram as seguintes: “quando me contrariam fico irritado/a”, “quando passo de ano sinto-me realizado/a”, “quando dão atenção aos outros e não a mim, sinto ciúmes”, “sinto-me grato/a por estar aqui”, “quando não gosto da situação fico agressivo/a”, “às vezes sinto-me só”, “sinto com regularidade as dores dos outros”, “quando sou ajudado/a, gosto de retribuir”, “julgo facilmente os outros” e “sou dotado de competências”.</p> <p>Posto isto, ao referir a frase “quando me contrariam fico irritado/a”, a Leonor, o Arlindo e a Núria mostraram a cartolina amarela, tendo referido “quando não tenho razão não fico irritada, mas muitas vezes fico” (Núria), para a Leonor isso também varia mediante as “pessoas e os assuntos”; “se me contrariarem e</p>

	<p>estiverem certos eu respeito e assumo, mas quando me contrariam e eu tenho a razão toda, começo a ficar muito irritado” (Arlindo); enquanto que a Joana e o Filipe mostraram a verde, referindo que “na altura nem penso se tenho razão ou não” (Filipe), para a Joana, “às vezes só reconheço que errei quando já passou muito tempo, mas depois sei reconhecer”. À frase “quando passo de ano sinto-me realizado/a”, a Leonor, o Filipe, a Joana mostraram a cartolina verde, referindo que “é sempre bom quando passamos” (Leonor), “eu gosto mais de mostrar às pessoas que consegui passar, sobretudo quando não acreditam que é possível” (Joana); a Núria mostrou a cartolina amarela, referindo que “é indiferente, uma vez que não tem pressa para terminar a escola”, acrescentando “não quero ter vida de adulto”; o Arlindo mostrou a cartolina vermelha referindo “sinto-me normal”. À frase “quando dão atenção aos outros e não a mim, sinto ciúmes”, com a exceção do Arlindo que referiu que “não sinto e, portanto, mostro a vermelha”, os restantes jovens mostraram a cartolina amarela, tendo todos concordado que isso variava “mediante a pessoa e os casos” (Núria). À frase “quando vou para casa sinto-me feliz”, todos os jovens mostraram a cartolina verde, tendo o Arlindo referido “isso é um verde, mas daqueles verdes fortes” sendo que a Joana, a Leonor, a Núria e o Arlindo concordaram ao afirmar que “também me sinto bem aqui” (Joana). A Núria acrescentou que “eu gosto de ir para casa, mas é uma seca. Fica um pouco longe daqui, e como já saí de lá há alguns anos, não tenho lá amizades, por isso prefiro ficar mil vezes aqui”. À frase “sinto-me grato/a por estar aqui”, o Lourenço, a Leonor, o Arlindo, a Joana e o Filipe mostraram a cartolina verde, tendo referido que “se não tivesse vindo para aqui, tinha ficado na rua” (Filipe); “cresci aqui, é uma família para mim” (Leonor); “pelos anos que estou aqui, tenho mesmo que me sentir grata” (Joana); o Arlindo referiu “sem dúvida”; a Núria salientou que “sinto-me grata</p>
--	--

	<p>porque tudo o que sou hoje, é graças a este colégio, mas por vezes sinto o contrário, quando estou mais irritada”. À frase “quando não gosto da situação fico agressivo/a”, a Leonor, a Joana, o Filipe, o Arlindo e o Lourenço mostraram a cartolina amarela, tendo referido “quando me faltam ao respeito, sim” (Joana); “depende das pessoas e das situações” (Filipe); “depende se a situação me envolve ou se envolve alguém muito próximo” (Arlindo), tendo a Leonor e o Lourenço concordado; a Núria mostrou a cartolina verde e referiu “quando me irritam, mais vale sair da frente, no entanto, depois reconheço, quando não tenho razão e sei pedir desculpa”. À frase, “às vezes sinto-me só”, todos os jovens mostraram a cartolina amarela, referindo que depende sempre da situação e dos momentos; a Joana referiu que “eu própria isolo-me muitas vezes das pessoas”. À frase “sinto com regularidade as dores dos outros”, a Leonor, o Filipe, o Arlindo e o Lourenço mostraram a cartolina amarela, tendo concordado com o Lourenço que referiu “eu sinto sempre a dor dos outros, quando são meus amigos, mas quando não são, não me meto”; a Joana mostrou a cartolina vermelha, referindo que “isso nunca acontece”; a Núria mostrou a cor verde tendo reforçado que “sinto sempre a dor dos outros. Odeio injustiças. Até costumam dizer que sou a salvadora da pátria”. À frase “quando sou ajudado/a, gosto de retribuir”, todos os jovens mostraram a cartolina verde, tendo referido que “é sempre importante demonstrar a gratidão perante quem nos ajuda” (Arlindo). À frase “julgo facilmente os outros”, a Leonor, o Filipe, o Lourenço e a Núria mostraram a cartolina amarela, tendo concordado que “depende dos momentos” (Lourenço); a Joana mostrou a cor verde referindo que “julgo as pessoas pela aparência”; o Arlindo mostrou a cartolina vermelha, referindo que “se voltássemos uns 3 anos atrás, sem dúvida que mostrava a verde, no entanto, tenho que confessar que isso mudou, muito graças ao meu amadurecimento, desde que</p>
--	--

	<p>entrei para cá”. À frase “sou dotado de competências”, a Leonor e o Arlindo mostraram a cartolina verde, tendo a Leonor referido que “mas não sou convencida”, o Arlindo referiu que “estas sessões têm-me feito pensar mais sobre mim e sobre as minhas competências/qualidades, portanto sim, agora vejo mais as minhas competências”; a Núria, a Joana, o Lourenço e o Filipe mostraram a cor amarela visto que sentem que têm competências, “mas não sou dotada delas” (Joana).</p> <p>No final da sessão foi salientado o respeito que houve entre os jovens, tendo sido referido: “penso que nos respeitámos e, mesmo que não concordássemos com a resposta de alguém, tivemos modos para falar” (Núria); “gostei muito desta sessão. Foi bastante calma” (Leonor); “na minha opinião, foi visível que o grupo respeitou a opinião de cada um, no início isso não acontecia” (Joana); “atualmente temos um respeito pelo outro muito maior” (Arlindo); “também concordo que temos evoluído enquanto grupo, e gosto disso” (Lourenço); “gosto do grupo assim... somos mais unidos” (Filipe).</p>
--	--

Sessão n.º 6: “Da negociação à decisão – Os valores” e “Da negociação à decisão – As profissões”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	12.04.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	A sexta sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 12.04.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Nesta sessão pretendia-se que, num primeiro momento, os jovens conseguissem salvar oito valores que consideravam fundamentais para o mundo. Para isso, distribuíram-se 15 placas, cada uma com um valor: liberdade, compromisso,

	<p>humildade, solidariedade, companheirismo, compreensão, respeito, tolerância, amor, igualdade, honra, lealdade, honestidade, amizade e justiça.</p> <p>Inicialmente, os jovens mostravam-se muito agitados, sem saber o que excluir, tendo referido por várias vezes “todos são importantes”, “não conseguimos excluir nenhum dos valores”, “precisamos de todos para conseguir viver”. Posteriormente, e tendo em conta o tempo que estavam a demorar, a Núria referiu “vamos centrar-nos no exercício. Como nos foi dito, temos que excluir sete valores. Vamos um a um e ver o que conseguimos excluir”, tendo os restantes elementos concordado. Desta forma, começaram por referir que o respeito era fundamental e, portanto, fazia todo o sentido manter. A lealdade e o amor também por decisão consensual de todos os participantes. Relativamente aos restantes valores, a tarefa não foi fácil, uma vez que os jovens não conseguiam reunir o consenso pretendido. Se por um lado uns valorizavam a amizade, como o Lourenço que referiu “a amizade para mim é mais importante”, por outro, a Joana referia que “comparado com outros valores que temos aqui, eu excluía visto que, para ter uma amizade, também se tinha que ser honesto, leal, respeito, e muitos mais”. A Leonor referiu que “pessoalmente, eu retirava a liberdade e mantinha a amizade”, dando o exemplo que “aqui dentro não sou livre, mas tenho amizades”, algo que a Joana referiu que “aceito o teu ponto de vista, mas não vejo as coisas dessa forma”. O Arlindo referiu que “tudo o que tirámos é necessário, como a tolerância, mas sem humildade, não conseguimos alcançar o resto”, tendo a Leonor referido que “consegues alcançar a liberdade”. Desta forma, e depois de terem debatido e partilhado por diversas vezes a sua opinião e ouvido a dos restantes, decidiram salvar a humildade, a lealdade, o amor, a honestidade, o respeito, a amizade, a solidariedade e a honra. Este</p>
--	--

	<p>primeiro exercício não foi de fácil concretização, mas os jovens conseguiram alcançar o objetivo e negociar, sendo que para isso tiveram que ser persistentes, mas em momento algum faltaram ao respeito a outro colega, aceitando sempre os diferentes pontos de vista, algo que não acontecia nas primeiras sessões.</p> <p>Num segundo momento, realizámos o mesmo exercício, mas agora com as profissões: padeiro, farmacêutico, professor, carteiro, operador de caixa, padre, agricultor, trabalhador social, condutor de transportes públicos, mecânico, bombeiro, estilista, médico, segurança e cabeleireiro. O Arlindo referiu que “retirava o padre, pois considero que não ia afetar a vida das pessoas”, tendo os restantes elementos concordado, uma vez que, tal como referiu a Núria, “a crença está dentro da pessoa”. A Núria sugeriu que o próximo que excluía era o trabalhador social, referindo que “não tenho nada contra a profissão em si, mas, comparando com as restantes, sinto que essas são mais importantes para o nosso dia a dia”, tendo tido o apoio dos restantes elementos do grupo. O Lourenço sugeriu que se retirasse o cabeleireiro visto que “é algo que podemos fazer em casa”, tendo tido, mais uma vez, o apoio do grupo. Seguindo o mesmo pensamento, a Leonor referiu que “o padeiro também pode sair, visto que também podemos fazer pão em casa”, sendo uma opinião unanime do grupo. O Arlindo referiu que também excluía o segurança visto que, “de entre as hipóteses, também não considero tão importante”; no entanto, o Lourenço referiu que “sou contra. Acho que é uma profissão importante e precisa”. O restante grupo referiu que concordava com o Arlindo, tendo assim esta profissão sido excluída. A Joana sugeriu que se retirasse o operador de caixa, visto que “agora há as máquinas, não precisamos desse profissional”, tendo mais uma vez, sido uma decisão consensual. O Filipe sugeriu que se retirasse o condutor dos transportes públicos, tendo referido que nos podíamos deslocar a</p>
--	---

pé para os locais. O Lourenço e a Núria não concordaram, tendo a Núria questionado “se te quiseses deslocar para um serviço mais longe, como fazes?”, ao que a Joana respondeu: “tiras a carta e deslocas-te no teu carro”. Depois de debaterem a questão chegaram ao consenso de excluir esta profissão. A Leonor acrescentou que “caso tivesse que retirar mais algum, retiraria o farmacêutico, visto que o médico poderia fazer um dois em um”, tendo reunido o apoio da Joana e da Núria que referiram que “facilitaria o trabalho”.

Como ainda restava um pouco de tempo, a Núria sugeriu que, “visto que temos os valores escritos em cartões, podíamos atribuir um valor que o outro tem e que nós admiramos nele”; tendo tido o consentimento do restante grupo, demos início à atividade. A Núria quis ser a primeira, tendo dito que atribuía “ao Lourenço, a igualdade; à Leonor, a liberdade; à Joana, o amor; ao Filipe, a amizade; ao Arlindo, honestidade”. A Leonor atribuía “à Joana o companheirismo; ao Filipe, a honra; à Núria a tolerância e a liberdade; ao Arlindo, a honestidade; ao Lourenço atribuo a igualdade”. A Joana atribuiu “ao Lourenço a tolerância; à Leonor, o companheirismo; ao Filipe, a justiça; à Núria, atribuo um pouco de todas; ao Arlindo, a humildade”. O Filipe atribuiu “ao Lourenço e ao Arlindo a solidariedade, a amizade e o companheirismo; à Leonor atribuo a lealdade; à Joana a amizade; à Núria a liberdade. Por fim, o Arlindo atribuiu “ao Lourenço, honra; à Leonor, amizade e o companheirismo; à Joana, a tolerância; ao Filipe, o companheirismo; à Núria, a justiça”.

O balanço final da sessão foi positivo, tendo todos concordado que o primeiro exercício foi mais difícil “todos eram importantes” (Arlindo); “nem sempre concordei com a opinião dos meus colegas, mas tive que aceitar. Tinha que ser uma decisão conjunta” (Joana); “achei uma maneira interessante para trabalharmos as questões da

	<p>negociação, mas devo referir que as opções que nos trouxeste não eram fáceis” (Leonor); “foi interessante partilhar o meu ponto de vista. Por vezes, não concordavam comigo, mas depois de explicar o meu ponto de vista, por vezes aceitavam e concordavam” (Lourenço); “foi incrível. Inicialmente difícil, mas foi uma dinâmica interessante, como todas as que trazes” (Núria). Por fim, o Filipe acrescentou que “devemos ouvir sempre os outros e respeitar a opinião deles. Foi isso que fiz e conseguimos chegar a um consenso”, tendo a Leonor concordado e salientado que “apesar de termos chocado a nível de ideias, soubemos ouvir o outro e isso é fundamental o trabalho em grupo”.</p>
--	---

Sessão n.º 7: “Se fosse comigo... como seria?”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	17.04.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A sétima sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 17.04.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Antes de iniciar a sessão programada, pediu-se que os jovens refletissem rapidamente sobre as sessões que já tinham decorrido, pronunciando sobre a sua pertinência para eles. De modo geral, todos os jovens reconheceram que as sessões foram pertinentes e que estavam a gostar de fazer parte deste Projeto. De referir ainda que os jovens se mostraram curiosos relativamente às sessões seguintes. Para iniciar a dinâmica proposta, pediu-se um voluntário ao grupo, tendo-se disponibilizado a jovem Núria, o jovem Arlindo e o jovem Filipe. Pediu-se então que estes chegassem a uma decisão, tendo a jovem Joana referido de imediato “agora já somos mais conscientes em relação às tomadas de decisão... falámos disso nas sessões já”. Posto</p>

isto, de forma consensual, os jovens referiram que seria a jovem Núria a iniciar e que depois daríamos a prioridade aos restantes elementos que se voluntariaram. Desta forma, saímos da sala com a Núria e explicámos que ela deveria escolher um colega para representar consigo uma situação de conflito. Ela escolheu o jovem Filipe e foi-lhes atribuído o tema de conflitos em contexto institucional. Regressámos à sala, dando a indicação aos jovens para entrarem quando estivessem prontos para o “roleplay” da situação escolhida. Passados cerca de dois minutos, os jovens entraram, já a representar a situação escolhida. Os jovens representaram uma situação de conflito entre duas profissionais, sendo uma da ET e outra da EA. Na situação, o elemento da ET tinha, na opinião dos jovens, faltado ao respeito ao outro elemento, pois tinha berrado para chamar a atenção da profissional, não tendo o cuidado de salvaguardar os menores. Ao refletir-se sobre a situação representada, foi unânime a ideia de que o elemento da ET deveria “ter falado para o outro elemento com mais respeito” (Núria); “para mim houve falta de educação” (Filipe); “falar assim para alguém não é correto” (Leonor), tendo a Joana acrescentado “independentemente do cargo que ocupe”. Paralelamente, os jovens referiram que alguém devia ter intervindo na situação, pedindo “para o elemento da ET se acalmar” (Arlindo). Os jovens concluíram que “nunca fazia o que ela fez” (Lourenço), tendo a Núria acrescentado “muito menos à frente de algumas crianças e jovens”, “sim, porque se estamos a representar esta cena, foi porque a presenciámos” (Joana).

A segunda cena foi representada pelo Arlindo e pela Leonor, dando corpo a uma situação de conflito entre colegas. Na situação era visível que o Arlindo representava o elemento opressor enquanto que a Leonor o papel de “oprimida”. Ao refletir-se sobre a cena representada, os jovens referiram, por unanimidade, que

estas cenas são muito recorrentes no dia a dia em contexto escolar. Para eles, as situações de “bullying” que mais vivenciaram foram as psicológicas e não físicas, no entanto, a Joana referiu que “às vezes dói mais o psicológico do que o físico”. A Núria referiu que “não sei até que ponto é que chamar um nome mais feio a um jovem não será considerado “bullying”, referindo que isso acontece com alguma regularidade”. A mesma acrescenta que “na Instituição vamos, por vezes, chamando nomes menos simpáticos, no entanto, não é por mal ou com essa intenção, mas a verdade é que depende da interpretação de cada um e se estes levam ou não a sério”. Os outros jovens concordaram referindo que “no dia a dia, não pensamos muito nas consequências das nossas palavras, o que está errado” (Joana); “esta reflexão faz com que tenhamos mais atenção ao que fazemos” (Arlindo); “acredito que, por vezes, praticamos ‘bullying’ sem essa consciência” (Leonor).

A terceira cena foi representada pelo Lourenço, o Arlindo e a Leonor, uma situação de violência do namoro. Na cena, era visível um casal de namorados, sendo que passou um rapaz e ficou a olhar para a namorada. O namorado agride a namorada com uma estalada e bate também no rapaz que ficou a olhar, empurra-o, dá socos e insulta-o. Ao refletir sobre a cena, os jovens concordaram, mais uma vez, que são cenas recorrentes e referiram que “se visse uma cena destas intervinha” (Lourenço), tendo os restantes elementos concordado. O Arlindo referiu que “tentava acalmar o namorado, chamando-o à razão”; o Filipe referiu que “intervinha, mas sem bater. Fazia o mesmo que o Arlindo”; a Joana, a Núria e a Leonor referiram que os rapazes tendem a ser bastante ciumentos e possessivos, mas isso “não lhes dá o direito de intervir desta forma” (Núria), tendo a Joana acrescentado “olhar não tira pedaço”.

A quarta cena representava um conflito familiar, tendo sido o Arlindo, o Lourenço e a Joana a protagonizar. Na cena, o irmão mais

	<p>velho (Arlindo), mexeu nas coisas do irmão mais novo (Lourenço), tendo originado um conflito entre ambos. A Joana interpretava o papel da mãe e bateu ao irmão mais novo por este ter brigado com o outro irmão. Ao refletirem sobre a cena, os jovens concordaram que todas as personagens falharam, uma vez que o irmão mais velho não deveria ter mexido nas coisas que não são dele. O irmão mais novo falhou porque começou a bater no irmão mais velho; a mãe não hesitou em castigar o irmão mais novo, sem antes perceber o que tinha acontecido. Para os jovens, havia outras formas de resolver a situação, nomeadamente, “conversar sobre o sucedido” (Arlindo), tendo a Joana acrescentado que “nestas situações tem que se perceber o contexto do conflito, não podendo tomar partidos”. O Lourenço referiu que teria castigado ambos os irmãos, ficando cada um em seu quarto. Para a Leonor “só no momento é que conseguia saber o que fazer”.</p> <p>Apesar de ter chegado ao final do tempo destinado para a sessão, os jovens pediram para representar mais uma situação de conflito. A situação escolhida foi uma de preconceitos e foi protagonizada pelo Arlindo, Filipe e Lourenço. Na cena, o Filipe e o Lourenço representavam um casal homossexual que passeava no parque; o Arlindo passou por estes ficando a olhar fixamente para o casal de namorados. Não gostando do que vira, o Arlindo começou a insultar o casal dizendo “não se aproximem, ainda passam o vírus”, “deviam de morrer”, “deveriam ser todos exterminados”. Ao refletir sobre a situação protagonizada, o Arlindo referiu que, ao vivenciar a situação “tinha intervindo. Não fazia as figuras que protagonizei”. Para a Joana, não havia motivos para o que aconteceu “temos que respeitar os sentimentos dos outros”; a Leonor referiu que “sou totalmente contra a quem goza com estas pessoas pela sua opção”; “cada um faz o que quer, deve haver respeito entre as pessoas” (Núria); “temos que respeitar o caminho que cada um escolhe”</p>
--	---

	<p>(Lourenço). O Filipe referiu que “a minha melhor amiga é lésbica e eu respeito a opção dela”; também a Joana referiu “tenho um primo que é homossexual, no entanto olho para ele a mesma forma que olho para todas as pessoas”. A Leonor acrescentou que “o preconceito é a pior coisa que pode existir”.</p> <p>O balanço, no final da sessão, foi positivo, tendo os jovens referido que “adorei. Por mim, tinha feito todas as representações” (Núria); “foi muito dinâmico. Representámos coisas que não fazemos, mas situações que podem acontecer no dia a dia, e é importante termos noção disso” (Arlindo); “gostei imenso desta sessão e tenho consciência que foi das que mais participei até ao momento” (Lourenço); “gostei bastante da sessão, foi muito dinâmica”, apesar de ter referido que “as situações que representámos mexiam comigo e, em certos momentos, dava mesmo vontade de intervir” (Joana); “gostei mesmo desta sessão. Muito muito prática e representámos situações que nos deixam a pensar” (Leonor), tendo o Filipe referido que concordava com tudo o que tinha sido referido até ao momento, não tendo desta forma, nada a acrescentar.</p>
--	--

Sessão n.º 8: “Picos do Passado”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	18.04.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A oitava sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 18.04.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Inicialmente, foi explicado aos jovens que íamos fazer uma reflexão sobre o passado, sendo que para isso cada um tinha que desenhar uma linha do tempo, onde, na ponta esquerda, estaria o ano em que nasceu e, na ponta direita, a idade atual do jovem. Os jovens tinham que assinalar para cima os pontos</p>

	<p>altos que já tinham vivido, e para baixo os pontos negativos, podendo ou não refletir com o grupo sobre o porquê.</p> <p>O Arlindo foi o primeiro a partilhar com o grupo os seus picos, tendo centrado os positivos apenas depois de ter sido institucionalizado, reforçando que até aí tudo tinha sido negativo. Apontou também a sua institucionalização como algo negativo, no entanto reconheceu que depois dos primeiros momentos, percebeu que só poderia ser benéfica a sua institucionalização. Salientou ainda a morte de uma colega como negativo. O Filipe salientou o facto de ter rachado a cabeça aos 6 anos, a morte da sua avó aos 15 anos e o tio ter sido preso aos 17 anos como picos negativos, referindo três pontos positivos: dois deles idas de férias e a mudança recente de casa. A Joana referiu que teve uma vida cheia de pontos negativos, salientando apenas como positivo o nascimento do seu irmão mais novo aos 8 anos e o nascimento dos sobrinhos aos 17 anos. Como negativo, a jovem aponta o ter entrado para a Instituição aos 4 anos, o acidente que teve com 11 anos e as “chatices com familiares” que tem tido de há 3 anos para cá. O Lourenço salientou como pontos negativos a sua institucionalização e a sua transferência no mesmo ano para esta Instituição; como positivo apontou apenas a sua visita a Itália no ano passado. A Leonor referiu como positivo o facto de estar acolhida desde os 2 anos tendo salientado que já passou por vários picos positivos na casa; o facto de se ter “adaptado a vida que tenho... tendo sido apenas por volta dos meus 16/17 anos”; o facto de “ter começado a namorar este ano”. Como negativo, referiu a “revolta que senti quando entrei na adolescência, pela vida que tenho”; as “desinstitucionalizações dos meus irmãos”; as “tristezas amorosas”. A Núria referiu que o início da sua vida foi triste, pelo facto de o seu pai não querer saber dela e por ter estado sem a mãe porque esta fugiu. Apontou como positivo o regresso da mãe e o ter estado até</p>
--	---

	<p>ao momento com a sua avó, mas que depois de entrar no ciclo, a sua rebeldia não ajudou e acabou por ser institucionalizada. Refere que depois de estar institucionalizada teve momentos positivos, apontando a prisão da mãe como algo negativo. Aponta que o ponto seguinte positivo foi quando a mãe saiu da prisão, sendo de referir que o momento seguinte foi ainda mais difícil “a minha mãe foi recentemente presa novamente. Foi a maior desilusão da minha vida (chora)”. É de realçar o respeito que todo o grupo teve perante a Núria, tendo de imediato proferido palavras de conforto e aconchego.</p> <p>É de referir que ao longo da sessão os jovens foram evidenciando algumas dificuldades na concretização da tarefa, uma vez que foi difícil atribuir os “picos mais positivos e mais negativos” (Joana, Filipe e Lourenço). A Núria também reconheceu “foi um pouco difícil pensar em tudo o que já vivi, mas foi bom ver que tenho muitos pontos positivos”. O Arlindo também reconheceu a dificuldade da sessão, referindo que “tive que reviver alguns momentos indesejados na minha cabeça, mas faz parte”. Salienta-se ainda o facto de a Núria, a Joana e o Arlindo, inicialmente, referirem que não iam partilhar certas coisas com o grupo, no entanto, acabaram por fazê-lo, de livre vontade, tendo referido que “já vou tendo uma maior confiança no grupo, por isso é que acabei por revelar algumas coisas” (Arlindo); “só falei porque no momento senti confiança para o fazer”; “foi difícil falar sobre a desilusão que sinto por a minha mãe ter sido presa, no entanto, foi reconfortante ter chorado e ter um grupo que respeitou a dor, ficando um silêncio enorme na sala”. No entanto, realça-se o facto de terem considerado a sessão positiva: “independentemente das dificuldades sentidas por estar a pensar no meu passado, gostei de fazer a atividade, e considerei pertinente” (Arlindo); “eu achei bastante interessante ter feito a régua da minha vida. Nunca tinha feito. Foi bom ter feito uma</p>
--	---

	retrospectiva de todo o meu passado” (Filipe); “sabes, não penso muito no passado, porque acredito que para a frente é que é o caminho, mas esta sessão fez-me pensar muito na minha vida, e ajudou-me a ver o rumo que quero seguir” (Leonor); “pensar no passado traz dor... mas é bom para ajudar a perspetivar o meu futuro” (Núria).
--	---

Sessão n.º 9: “A minha Vida...agora...e no Futuro”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	23.04.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A nona sessão do domínio das competências pessoais e sociais realizou-se no dia 23.04.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Inicialmente foi pedido aos jovens que se espalhassem pela sala e pegassem numa cartolina e marcadores à escolha. De seguida, explicou-se que iríamos dar continuidade à sessão anterior, pedindo a um dos jovens que relembresse o grupo do que tinha sido feito. A jovem Núria voluntariou-se de imediato. Começou por explicar que na sessão anterior cada jovem teve que identificar os pontos altos e baixos do seu passado. Desta forma, referimos que, à semelhança da última sessão, os jovens deviam fazer uma linha do tempo, sendo que esta se destinava ao presente e ao futuro.</p> <p>Foi também explicado que, para isso, os jovens deveriam pensar a curto, médio e a longo prazo. Para isso, o Arlindo sugeriu que se estabelecesse o limite de idade para cada uma das etapas. Tendo tido o apoio do grupo, pediu-se então aos jovens para chegarem a um consenso. Os jovens começaram por refletir acerca do limite de idade para perspetivar o futuro a curto prazo. Foram pronunciadas idades como os 20 anos, 21 anos e 25 anos. No entanto depois de</p>

	<p>partilharem as diferentes opiniões individuais, o grupo chegou à conclusão que deveria ser até aos 21 anos, uma vez que como já existem dois jovens com 19 anos, consideraram que deveria haver pelo menos dois anos de intervalo, e que 25 anos já seria pensar a médio e não a curto prazo. A médio prazo, os jovens sugeriram até ao 25 anos, 28 anos e 30 anos. Depois de partilharem as diferentes opiniões, os jovens decidiram que os 25 e os 28 anos não seria viável tendo decidido que o médio prazo incidiria entre os 22 anos e os 30 anos. A longo prazo, os jovens não conseguiram ser consensuais numa fase inicial, uma vez que uns consideravam que deveria ser até aos 40 ou 45 anos e outros referiam os 65 anos como sendo a idade de reforma. Foi então pedido que os jovens debatessem mais um pouco e chegassem a um consenso. Depois de refletirem melhor, os jovens decidiram que a fase “longo prazo” deveria incidir a partir dos 30 anos, sem uma data limite. Depois de todos jovens construírem a sua linha de vida do futuro, estes partilharam com o grupo as suas previsões.</p> <p>Assim, a primeira jovem a partilhar foi a Núria, que referiu que “a curto prazo pretendia terminar os estudos obrigatórios, entrar na faculdade, tirar a carta e comprar um carro. A médio prazo pretendo conhecer alguns sítios novos e saltar de um paraquedas. A longo prazo quero ser mãe e construir a minha família”. O Arlindo referiu que “a curto prazo pretendo terminar o décimo segundo ano, acabar de tirar a carta e entrar para a Marinha. A médio prazo prevejo estar a prestar serviço militar, entrar na escola de Sargentos e entrar para a Polícia Marítima. A longo prazo pretendo formar a minha família”. O Filipe referiu que “a curto prazo pretendo terminar os estudos, mas ainda me faltam três anos e arranjar emprego. A médio prazo prevejo arranjar um emprego, tirar a carta, comprar um carro e construir uma família. A longo prazo, prevejo conseguir trabalhar por conta própria e ter os meus filhos”. A Joana</p>
--	--

	<p>referiu que “a curto prazo pretendo acabar o décimo segundo ano e tirar a carta. A médio prazo pretendo arranjar um emprego, de preferência na área dos idosos e arranjar uma casa. A longo prazo, pretendo construir uma família e ter uma vida estável”. O Lourenço pretende “a curto prazo, acabar de tirar a carta e arranjar um trabalho. A médio prazo pretendo arranjar uma casa e construir uma família. A longo prazo, pretendo casar e ter os meus filhos e, posteriormente, ser avô”. A Leonor referiu que “a curto prazo, pretendo terminar a escolaridade obrigatória, arranjar um part-time para as minhas despesas e tirar a carta. A médio prazo, pretendo ter um emprego seguro, o que já percebi que não é fácil, e conseguir ser mãe. A longo prazo, pretendo aproveitar um pouco a vida, ou seja, conhecer novos sítios”.</p> <p>No final da sessão, o balanço foi positivo apesar de os jovens terem evidenciado que sentiram dificuldades em projetar o seu futuro conscientemente: “é difícil pensar num futuro a curto, médio e longo prazo, quando tenho dificuldade em prever os próximos dias” (Joana) algo que foi partilhado também pelos restantes elementos. É também importante salientar que, quando os jovens faziam referência ao emprego, tentámos sempre perceber quais os empregos que estes queriam ter no futuro e que trajetões escolares deviam seguir para alcançar o desejo, sobretudo a Leonor e o Filipe que se encontravam a finalizar o nono ano. Com o Lourenço também se debateu o seu futuro, visto que, como referiu, “tenho um curso que não gosto do trabalho. Gostava de ser segurança”. Desta forma, tentámos aconselhá-lo a seguir o sonho e a consultar os preços para tirar o curso, salientando ao mesmo tempo a necessidade que este tinha de arranjar um emprego para poder juntar dinheiro para seguir o sonho, tendo o Arlindo referido “assim estás a definir metas para concretizares o que anseias”. Com o Arlindo falámos sobre a Marinha, e de como este deveria fazer para</p>
--	---

	<p>se inscrever. O jovem ficou mais esclarecido e com mais vontade ainda de se inscrever. A Núria referiu que está no 10.º ano, mas não gosta da área em que está sendo, desta forma, aconselhada a conversar com a sua gestora para ver se há a possibilidade de mudar de área, tendo esta considerado que “não será uma perda, mas um ganho para o meu futuro”. A Joana referiu que “estou bem neste curso. Sei o que quero e sei que gostava de trabalhar nesta área”. Os jovens concluíram referindo que “estamos mais esclarecidos em relação ao futuro que se avizinha”.</p>
--	--

Sessões: Emprego

Sessão n.º 1: “À procura de emprego...cuidados a ter”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	02.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A primeira sessão do domínio do emprego realizou-se no dia 02.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Inicialmente, foi perguntado ao grupo se queriam fazer algum comentário relativamente às sessões passadas, visto que íamos abordar outra vertente da autonomia. A Núria referiu que “tenho gostado imenso destas sessões porque são sempre muito divertidas, e ensinam coisas através da brincadeira e dos jogos”. O Arlindo referiu que “as sessões são sempre diferentes e isso diverte-me”. Complementando a opinião dos jovens, a Joana referiu que “nunca sei o que vai acontecer numa sessão, e às vezes chego mesmo a pensar que esta foi a melhor, no entanto, já achei isso duas ou três vezes e já me surpreendi”. Os jovens Lourenço, Filipe e</p>

	<p>Leonor partilham da mesma opinião referindo que tem sido divertido e que têm gostado das sessões. Os jovens mostravam-se entusiasmados com as próximas sessões visto serem temas do seu interesse.</p> <p>Nesta sessão abordámos a questão do emprego, tendo sido referido que, quando se procura emprego, devemos, primeiramente, conhecer-nos a nós próprios, a nível do que sabemos fazer, do que gostamos ou não de fazer, entre outras questões importantes. Posteriormente, realizou-se um “brainstorming” sobre “onde procurar anúncios de emprego”. A Joana referiu que se pode procurar emprego nos jornais, sendo que “essa procura deve ser ativa”. Para a Núria “é importante procurar emprego nos centros de emprego”; o Lourenço referiu que “também podemos procurar na internet, através de alguns sites próprios”; o Arlindo acrescentou as câmaras municipais e as juntas de freguesia como sendo “boas opções também para procurar emprego”; para a Leonor, podemos procurar emprego “porta a porta, ou seja deslocarmo-nos aos locais e entregar os currículos”. Para completar a lista consultou-se o livro “Como procurar emprego: Guia prático” do Instituto de Emprego e Formação Profissional, tendo sido acrescentados: “Diário da República (no caso de concursos públicos), as Unidades de Inserção na Vida Ativa (UNIVA), os clubes de emprego em agências privadas de colocação, empresas de trabalho temporário, os postos de informação nas associações profissionais e sindicais, nas paróquias e noutros locais públicos”.</p> <p>O balanço da sessão foi realizado na sessão seguinte, visto que íamos dar continuidade à presente sessão.</p>
--	--

Sessão n.º 2: “Como analisar um anúncio de emprego”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	03.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A segunda sessão do domínio do emprego realizou-se no dia 10.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Nesta sessão, continuámos a falar sobre os cuidados a ter em entrevistas de emprego.</p> <p>Num primeiro momento, falámos sobre os cuidados a ter ao analisar um anúncio de emprego, bem como os cuidados a ter ao responder, nomeadamente falar pausadamente, se o contacto for telefónico, responder com clareza às questões colocadas e abordar todas as questões que possam surgir. Foi também sublinhada a importância de se elaborar uma carta de apresentação e um currículo, sendo que a primeira deve ser simples e breve (acompanha o currículo), enquanto que o segundo deve ser mais longo, tendo presente o resumo dos seus dados pessoais, da formação, das principais experiências profissionais e extraprofissionais, dando destaque às competências e conhecimentos que possui. Salientou-se ainda que o currículo não deve de ter mais de duas ou três páginas, deve ter uma apresentação cuidada e uma escrita clara. Importa referir que tudo isto foi realizado de forma participada, tendo cada jovem demonstrado os seus conhecimentos, completando-se mutuamente. No final, tendo em conta o livro “Como procurar emprego: Guia prático”, acrescentou-se as ideias ainda não referidas.</p> <p>Num segundo momento, foram distribuídos pelos jovens jornais com propostas de trabalho e outros anúncios de empregos retirados da internet de diferentes áreas, nomeadamente, padeiro,</p>

	<p>restauração, lojista, assistente social, ajudante de cozinha, serralheiro, carpinteiro, construtor civil e ajudante de apoio domiciliário. Pretendíamos que os jovens analisassem os anúncios apresentados, tendo em conta as qualificações, a experiência profissional e as características pessoais exigidas, visto que, como já tínhamos refletido em conversas intencionais, os jovens apresentavam dificuldades a este nível. Durante a análise, os jovens foram colocando as suas dúvidas e formulando comentários como “não tinha noção que estes anúncios eram tão rigorosos a nível de experiência e qualificações” (Filipe); “nossa, exigem muitas qualificações” (Leonor); “a experiência profissional aparece na maior parte como um fator eliminatório, o que não é positivo para nós, que não temos experiência” (Núria); “o mercado de trabalho é muito competitivo, daí a exigência pedida” (Arlindo); “temos mesmo que estudar e fazer voluntariado para ter alguma experiência na área” (Joana).</p> <p>O balanço final das duas sessões realizadas foi positivo, tendo referido que “adquiri novos conhecimentos que serão úteis para o meu futuro” (Núria); “mostraste-nos um mundo que ainda não conhecíamos” (Joana); “gostei bastante de analisar os anúncios de emprego. A partir de agora, vou ter mais atenção a isso e ver as propostas dos jornais” (Leonor); “foi bom poder partilhar com o grupo o que já sabia, visto que no meu curso fomos falando nisso, mas foi ainda melhor aprender coisas novas que são úteis para nós” (Arlindo). O Lourenço referiu que “já tinha noção da maior parte das coisas abordadas, no entanto, aprendi sempre umas coisas novas que espero que sejam úteis para arranjar trabalho”.</p> <p>Importa ainda referir que, em simultâneo com as sessões dedicadas ao emprego, realizaram-se seis sessões individuais onde foram construídos os currículos e as cartas de apresentação de cada jovem pertencente ao Projeto. As sessões decorreram entre o dia</p>
--	---

	09.05.2018 e o dia 24.05.2018, tendo sido agendadas previamente com os jovens, tendo sempre em conta a sua disponibilidade.
--	---

Sessão n.º 3: “Preenchimento de Formulários de candidatura a emprego”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	10.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A terceira sessão do domínio do emprego realizou-se no dia 14.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens.</p> <p>Nesta sessão, foram distribuídos pelos jovens vários formulários de candidatura a emprego, nomeadamente de lojas de grandes superfícies comerciais, do Continente, Pingo Doce e Minipreço. Preenchemos também formulários online, nomeadamente da loja “Primark”. É de referir que, ao longo da sessão, os jovens foram demonstrando dificuldades a vários níveis, tendo por esse motivo solicitado ajuda com regularidade “estou com dificuldade em compreender o que eles perguntam” (Filipe); “posso colocar duas opções ou só uma?” (Joana); “como preencho aqui?” (Leonor); “não sei o que vou responder nesta pergunta” (Lourenço). As dúvidas foram sendo esclarecidas, mas acabámos por interromper a sessão para conversar um pouco. Nesse momento, os jovens partilharam individualmente com o grande grupo as dúvidas que estavam a ter, e perceberam, em conjunto, que todas as suas dúvidas surgiam da má interpretação do que liam. Desta forma, rapidamente, os jovens continuaram a tarefa, revelando mais atenção na tarefa pedida.</p> <p>O balanço final da sessão foi positivo, tendo os jovens referido que “sinto que a partir de agora vou ter mais facilidade em preencher os formulários” (Núria); “já não vou ter que recorrer às doutoras para me ajudarem (Filipe); “depois da sessão, tudo pareceu mais fácil”</p>

	(Leonor); “é tudo uma questão de interpretação e de atenção, é a conclusão a que cheguei após a sessão realizada” (Arlindo).
--	--

Sessão n.º 4: “Como preparar uma entrevista de emprego” e “Entrevistas, e agora?”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	14.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A quarta sessão do domínio do emprego realizou-se no dia 16.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Nesta sessão, continuámos a falar sobre os cuidados a ter em entrevistas de emprego. Para abordar o assunto, inicialmente, foi pedido aos jovens que se dividissem em dois grupos, sendo cada um composto por três elementos. Pretendíamos que o primeiro grupo debatesse os objetivos da entrevista e como se deviam preparar para ela; ao segundo grupo foi pedido para refletirem sobre como comportar-se numa entrevista e aspetos que poderão ser abordados no seu decurso. Quando finalizaram o solicitado, o primeiro grupo, composto pela Núria, Joana e o Filipe, começou por apresentar ao grande grupo as suas conclusões, tendo referido que uma entrevista é um momento de diálogo entre duas pessoas, em que uma assume o papel de entrevistador e outra de entrevistado; o entrevistador tem que fazer perguntas ao entrevistado, de modo a perceber se este tem o perfil e as competências necessárias para assumir o cargo a que se está a candidatar, enquanto que o entrevistado deve “promover” os seus serviços, mostrando desta forma que é o candidato ideal para o cargo. Assim sendo, e pelo que pudemos aprofundar através do livro “Como procurar emprego: Guia prático”, são objetivos do entrevistador: conseguir fazer perguntas de modo a aprofundar os dados que são apresentados no</p>

	<p>currículo; verificar as competências e as motivações do entrevistado; recolher outras informações que possam ser úteis. Relativamente aos objetivos do entrevistado, deve conseguir “promover” os seus serviços, mostrar as suas competências e tentar convencer o entrevistador a contratá-lo. Em relação aos aspetos a ter em conta na preparação de uma entrevista, o grupo referiu que o entrevistado deveria, previamente, recolher o máximo de informações relativamente à empresa que o está a entrevistar, sabendo em específico os serviços que estes disponibilizam; deve estar à vontade para aprofundar qualquer aspeto do seu currículo, se necessário, levando todos os documentos comprovativos de formações ou mesmo de experiências profissionais; deve estar preparado para qualquer tipo de entrevista, podendo as perguntas ser mais gerais ou mais específicas; deve apresentar-se na entrevista com algum tempo de antecedência; deve ainda apresentar-se de forma cuidada, uma vez que, nestas situações, as primeiras impressões são fundamentais.</p> <p>O segundo grupo, composto pelo Lourenço, o Arlindo e a Leonor, referiu que no que concerne ao comportamento que deve ser adotado numa entrevista pelo entrevistado, este deve: saudar o entrevistador e aguardar que este lhe diga para se sentar; deve olhar de frente para o mesmo; deve mostrar interesse no trabalho e desejo de progredir na carreira; deve responder com determinação; deve exemplificar com casos concretos as suas competências; deve esclarecer todas as suas dúvidas, sempre de forma delicada. Relativamente ao que não deve fazer, referiram que: não deve interromper o entrevistador; mexer em objetos; suplicar pelo lugar; autoelogiar-se; mostrar uma atitude arrogante. Em relação aos aspetos que podem ser abordados numa entrevista, o grupo referiu que o entrevistador pode querer aprofundar as competências profissionais do entrevistado; pode tentar perceber o</p>
--	---

	<p>motivo pelo qual o entrevistado se encontra desempregado; o porquê de este se estar a candidatar ao lugar; perceber quais as motivações deste para trabalhar na empresa. O entrevistador pode perceber quais as suas funções se ficar com o lugar; perceber as possibilidades de progressão na carreira e de apostar em formação; o horário e a remuneração do trabalho. À semelhança do outro grupo, e tendo em conta as dificuldades que estavam a apresentar na concretização da tarefa, os jovens recorreram ao livro “Como procurar emprego: Guia prático”. Antes de terminar a sessão, falou-se sobre os “nãos” que os jovens poderão vir a receber ao longo da sua vida quando se candidatam a empregos, referindo que isso não poderá ser motivo para desistir. Falou-se também que estes deviam no final da entrevista fazer um balanço sobre a mesma, vendo o que correu pior, para que numa próxima, não se repita e estejam mais bem preparados.</p> <p>O balanço da primeira parte da sessão foi positivo, tendo os jovens referido que “o meu grupo teve alguma dificuldade, mas com a ajuda do livro, conseguimos concretizar a tarefa” (Filipe); “o livro é muito bom. Gostava de ter um para consultar sempre que precisar. Relativamente ao exercício, foi muito bom. Deu para aprender muitas coisas que não sabia e relembrar outras tantas” (Arlindo); “gostei bastante desta sessão. Sinto que aprendi muito. Agora, estou mais preparada para ir a uma entrevista” (Leonor); “esta era uma área que gostava mesmo de aprofundar pois sinto que sabia muito pouco. Por isso, considero que esta sessão foi muito útil, tanto para mim, como o restante grupo” (Joana); “apesar das dificuldades que sentimos no início do exercício, considero que aprendemos muito nesta sessão. O debate criado no grupo foi interessante também e positivo para nós” (Núria); “concordo com os meus colegas. Foi uma sessão interessante e produtiva para mim e para o grupo”.</p>
--	--

	<p>Na segunda parte da sessão, realizaram-se duas simulações de entrevistas, visto que, até ao momento, só dois dos jovens tinham tido a oportunidade de ir a uma entrevista. Para isso, um jovem representou o papel do entrevistado, enquanto outro o papel de entrevistador. Ao longo do exercício, os jovens foram revelando bastante dificuldade na execução da tarefa; sempre que interrompiam a tarefa, pedíamos aos jovens que invertessem os papéis assumidos. A primeira simulação foi entre a Núria e o Lourenço, tendo a Núria assumido o papel de entrevistadora e o Lourenço de entrevistado. Inicialmente, a Núria cumprimentou o Lourenço, e referiu que tinha analisado o seu currículo, no entanto, queria que este falasse um pouco do seu percurso. O Lourenço teve dificuldades em falar sobre o assunto, tendo hesitado em vários momentos, realizando-se desta forma a primeira inversão de papéis. A Núria conseguiu abordar algumas questões importantes, nomeadamente a sua formação e experiência profissional. Inverteram-se novamente os papéis, visto que o Lourenço referiu que não sabia o que perguntar à Núria. Posteriormente, esta pediu ao Lourenço para referir o porquê de se ter candidatado ao emprego, ao que ele respondeu, “porque preciso de trabalho”, não conseguindo desenvolver a ideia, apesar de a Núria ter pedido. Inverteram-se os papéis e a Núria falou no gosto que tinha pela área da restauração. Nova inversão de papéis, e a Núria, como também estava a sentir dificuldades, preferiu terminar com a entrevista, pedindo para o jovem aguardar um contacto. Na segunda simulação, a Joana assumiu o papel de entrevistadora e a Núria o papel de entrevistada. A Joana iniciou a entrevista cumprimentando a Núria, tendo perguntado de imediato o porquê de esta se ter candidatado ao lugar. A Núria referiu que tinha gosto na área dos idosos e, portanto, foi por esse motivo que se candidatou. Falou da sua formação e evidenciou, mais uma vez, o gosto pela área, tendo</p>
--	--

	<p>a Núria referido a sua dificuldade em conseguir desenvolver a resposta dada. A Joana também começou a sentir dificuldades, não conseguindo prosseguir a entrevista, tendo sido concluído em grupo que íamos realizar outra atividade que possivelmente os ajudaria na concretização deste exercício.</p> <p>Apesar do sucedido, o balanço no final do exercício foi positivo, apesar de todos salientarem as dificuldades que foram enfrentando ao longo da sessão: “foi muito difícil assumir o papel de entrevistador, não sabia o que perguntar” (Joana); “tive dificuldade em responder às perguntas que me colocavam... perdia muito tempo a pensar” (Núria); “foi difícil realizar o exercício, mas preparou-nos para situações futuras” (Lourenço).</p>
--	---

Sessão n.º 5: “Venda do Serviço”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	16.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Filipe.
Descrição	<p>A quinta sessão do domínio do emprego realizou-se no dia 21.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença de cinco jovens (a Leonor não compareceu porque teve uma consulta médica).</p> <p>Nesta sessão, realizou-se o exercício de dinâmica de grupo “Venda do serviço”, onde pretendíamos que os jovens “vendessem” os seus serviços ao entrevistador, sendo que todos estavam a lutar pelo mesmo lugar – EE de uma CAR. Para isso, os jovens deveriam evidenciar as suas principais qualidades e competências. A Núria quis ser a primeira a realizar o exercício tendo referido que “sou uma pessoa com à vontade sobretudo para trabalhar com crianças e jovens, tenho vontade de trabalhar, de aprender, sou disponível, responsável, empenhada, criativa, gosto de trabalhar em equipa e</p>

	<p>não tenho problemas em trabalhar por turnos”. O Filipe pediu para ser o seguinte e referiu “sou responsável, educado, disponível, autónomo, respeitador, bem-disposto, sei trabalhar em equipa e adapto-me aos contextos. Sou organizado, pontual, assíduo e empenhado. Tenho uma boa capacidade de relacionamento e sou comunicativo”. A Joana referiu que “sou organizada, empenhada, responsável, disponível e criativa. Gosto do trabalho com crianças e jovens. Considero também que sei controlar as minhas emoções, sei impor regras e limites, trabalhar em equipa e tenho uma boa capacidade de comunicação”. O Lourenço referiu que “sou responsável, empenhado e organizado. Sei trabalhar em equipa e gosto do trabalho com as crianças e jovens. Por tudo isso, considero que tenho as competências necessárias para ficar com o lugar”. Por fim, o Arlindo sublinhou “para além de tudo o que foi já referido pelos meus colegas, sinto que tenho uma boa capacidade de comunicação, de tomada de decisão, de trabalho em equipa. Sou flexível, sou bastante criativo e dinâmico. Gosto de trabalhar com crianças e jovens e tenho as competências necessárias para assumir o trabalho em questão”.</p> <p>No final do exercício, os jovens referiram que este tinha sido interessante, divertido e “inovadora, porque nunca fiz algo desse género” (Filipe), tendo o Arlindo acrescentado que “é uma boa forma de trabalhar a questão do emprego”; a Núria referiu que “achei o exercício muito interessante e, ao mesmo tempo divertido”, tendo a Joana acrescentado que, “não é fácil vender os nossos serviços aos outros, sobretudo mostrar que somos melhores do que os outros”. O Lourenço finalizou referindo que “diverti-me com a sessão. Foi engraçado ter que vender os meus serviços para conseguir um emprego”.</p>
--	--

Sessão n.º 6: “Entrevistas, e agora?”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	21.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A sexta sessão do domínio do emprego realizou-se no dia 21.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Nesta sessão, realizámos novamente a dinâmica “Entrevistas, e agora?”, visto que nas conversas realizadas durante a semana, tinham referido que gostavam de repetir. A Núria e a Joana partilharam com o grande grupo que “temos andado a fazer simulações de entrevistas no quarto para estarmos mais bem preparadas para o futuro” (Joana), tendo a Núria acrescentado “e tem sido muito divertido”.</p> <p>Na primeira simulação, o Filipe representou o papel de entrevistador, enquanto a Núria o papel de entrevistada. Inicialmente, aquele começou por cumprimentar a Núria e fez um pequeno enquadramento sobre o trabalho em questão. O lugar disponível era de auxiliar para um lar de idosos, tendo o Filipe perguntado o que a motivava a candidatar-se ao lugar. A Núria referiu que era uma área do seu interesse e que reunia as qualificações e competências exigidas. O Filipe pediu à Núria para falar um pouco das suas qualificações, tendo esta respondido que tinha concluído recentemente o 12.º ano de geriatria, e que se sentia apta para trabalhar, tendo desde logo reforçado os estágios realizados ao longo dos três anos do curso. O Filipe mostrava-se impressionado e pediu para a Núria falar das suas competências. Esta referiu que era pontual, disponível, gostava de aprender, cuidadosa, carinhosa, interessada, pontual e que tinha um gosto enorme pela área dos idosos. O Filipe deu por terminada a</p>

	<p>entrevista, referindo que em breve a contactariam para comunicar se ficara com o lugar.</p> <p>Na segunda simulação, o Arlindo entrevistou a Leonor. Este começou por a cumprimentar e pedir para ela falar um pouco da Instituição e do trabalho que achava que era desenvolvido numa CAR, tendo desde logo referido que o lugar disponível era para a EE. A Leonor referiu que, pelo que sabia, a CAR acolhia crianças e jovens retiradas aos pais, tendo que assegurar as suas necessidades básicas; salientou que o trabalho a desenvolver devia ser de supervisão das crianças e jovens e auxílio do estudo dos mais novos, no dia a dia. Acrescentou ainda que quando era mais nova tinha passado por uma situação idêntica e, portanto, sentia-se capaz de desempenhar estas tarefas na perfeição. O Arlindo pediu para a Leonor falar também das suas competências, referindo que para trabalhar com as crianças e jovens, tinha que ter pulso firme, pois estes tentavam, com regularidade, manipular os adultos. A Leonor referiu que sabia perfeitamente disso, referindo que conseguiria manter a ordem. Referiu que, como competências, apontaria a sua persistência, o acreditar no futuro destas crianças e jovens, ser empenhada e interessada, pontual, criativa e saber trabalhar em equipa. O Arlindo deu por terminada a entrevista, referindo que se ela tivesse qualquer dúvida poderia contactá-lo e que em breve daria uma resposta.</p> <p>A última simulação de entrevista foi entre a Joana, que assumiu o papel de entrevistadora, e o Lourenço, o papel de entrevistado. Os jovens escolheram que o contexto do trabalho seria a restauração, visto que o Lourenço já tinha tido uma experiência a este nível. A Joana começou por cumprimentá-lo, perguntando o porquê de se ter candidatado àquele emprego. O Lourenço referiu que precisava mesmo de arranjar um emprego para organizar a sua vida e que este emprego estava diretamente ligado à sua formação escolar. Desta</p>
--	--

	<p>forma, a Joana pediu ao jovem para falar um pouco da sua formação e experiência profissional. Ele referiu que terminara no ano letivo anterior o curso profissional de restauração e bar e que tinha trabalhado num restaurante de sushi, tendo a Joana questionado sobre o porquê de ter deixado o emprego. O Lourenço referiu que tinha deixado o emprego porque tinha um horário muito duro, tendo a Joana perguntado se este achava que o trabalho que estava à disposição ia ser melhor. Ele referiu que não sabia, mas que estava pronto para o trabalho, tendo acrescentado que tinha sido um ato de irresponsabilidade, mas que não voltaria a acontecer. A Joana pediu-lhe para falar das suas competências, tendo este referido o gosto que tinha pela área, ser pontual e responsável, ser empenhado e ter vontade de trabalhar, querer aprender mais sobre a área e saber trabalhar em equipa. A Joana deu por terminada a entrevista, referindo que se ficasse com o trabalho o contactariam.</p> <p>Ao longo das três simulações, houve algumas inversões de papéis, apesar de ter sido num número muito mais reduzido do que na sessão anterior. Sentimos que as inversões de papéis ajudaram os jovens a “desencravar”, conseguindo desta forma continuar o exercício.</p> <p>No final das três simulações, estivemos a debater o que tinha corrido melhor e pior em cada uma delas, apontando o que teriam feito diferente se voltassem a repetir a entrevista. Foi ainda debatido que, ao longo do seu percurso profissional, iriam ouvir muitos “nãos”, visto que o mundo do trabalho é assim. Acrescentámos também que muitas vezes os empregadores não dão uma resposta, tendo o Filipe referido que isso lhe tinha acontecido recentemente, quando se inscreveu no Pingo Doce da localidade.</p> <p>O balanço da sessão foi mais positivo do que o da anterior, visto que os jovens referiram que “foi notória a evolução do grupo”</p>
--	--

	<p>(Arlindo); “havia mais à vontade da nossa parte” (Joana); “houve empenho de parte a parte nas simulações” (Lourenço); “senti que não desistíamos na primeira dificuldade que nos aparecia, o que não aconteceu na sessão anterior, pelo que me disseram” (Leonor); “encravámos muito menos do que na sessão anterior” (Filipe). Para a Núria, isso era natural, visto que “já não era novidade para nós. Portanto, refletíamos muito mais rápido do que na primeira vez”. Foi também referido pela Núria, pela Joana e pelo Arlindo o crescente envolvimento do Filipe e do Lourenço como um ponto positivo.</p> <p>Antes de terminar a sessão, houve ainda tempo para refletir sobre o conjunto de sessões grupais e individuais realizadas sobre o emprego, tendo sido referido pelos jovens “adorei tudo! Desde a parte mais teórica às sessões práticas que nos proporcionaste” (Núria); “aprendi muito. Gostei sobretudo das partes práticas que tivemos” (Joana); “as sessões foram muito dinâmicas, gostei muito mesmo” (Filipe).</p>
--	---

Sessões: Serviços na Comunidade

Sessão n.º 1: “Serviços da Comunidade (1ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	24.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	A primeira sessão do domínio dos serviços da comunidade realizou-se no dia 24.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença de cinco jovens (o Arlindo não esteve presente porque se encontrava no estágio). Nesta sessão, pedimos aos jovens para

	<p>identificarem os serviços que conheciam na comunidade, mesmo que não soubessem qual a sua utilidade.</p> <p>Ao longo da sessão, falámos sobre alguns serviços disponíveis na comunidade: a segurança social, um serviço identificado pelo Filipe, que referiu que “já fui lá muitas vezes com a minha mãe, apesar de não saber para que serve”; a loja do cidadão que foi mencionado pela Joana, visto que “fui lá há pouco tempo porque tive que ir tirar o cartão de cidadão”; os bombeiros, tendo o Lourenço referido “tenho um tio que trabalha lá, por isso tenho algum conhecimento desse serviço em concreto”; a polícia que, segundo a Leonor, “vem com alguma regularidade à Instituição, para ver se está tudo bem, e também costuma estar perto das escolas, na hora de maior movimento”; por fim, o tribunal, tendo a Núria referido que “já fui lá algumas vezes, por estar aqui institucionalizada”. Aproveitámos a sessão para explorar um pouco cada serviço, tendo cada um partilhado os seus conhecimentos; paralelamente, tentámos identificar os horários dos mesmos, tendo alguns jovens ficado admirados, como foi o caso do Filipe e da Núria que referiram que “não tinha noção que o horário de fechar era tão cedo”. Aproveitámos também a sessão para falar do banco e dos seus serviços, visto que a maior parte tinha uma conta, mas sabia pouco dos serviços disponíveis e como os utilizar.</p> <p>Antes de terminar a sessão, pedimos aos jovens que procurassem novas entidades para partilharmos com o grupo e explorar na próxima sessão.</p>
--	---

Sessão n.º 2: “Serviços da Comunidade (2ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	29.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.

Descrição	<p>A segunda sessão do domínio dos serviços da comunidade realizou-se no dia 29.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. No início da sessão, a Núria, o Arlindo e a Joana mencionaram que tinham cumprido o desafio lançado na última sessão, visto que tinham estado à procura de novas entidades importantes, sendo elas: a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, as Finanças e o Centro de Emprego. Acrescentaram que “a pesquisa foi feita na internet” (Arlindo), mas, “quem nos falou destas entidades foi a Dra. Sofia” (Joana). A Núria acrescentou que “devo confessar que os sites se tornam confusos, falam de tanta coisa que senti dificuldade em compreender”. Para além destes, a Leonor e o Filipe referiram que, em conversa, também lhes surgiram duas novas entidades importantes: os serviços de saúde e o banco.</p> <p>Depois de termos identificado e conversado um pouco sobre cada entidade nova trazida, foi apresentado ao grupo uma apresentação de diapositivos que continha todas as entidades importantes da comunidade, com uma breve explicação do serviço, para que servia e o horário de funcionamento. Durante a apresentação, os jovens puderam tirar as suas dúvidas e entrar nos sites do serviço em questão para aprenderem a pesquisar o mesmo. É importante referir que este trabalho foi desenvolvido em articulação com a ET, uma vez que estas salientaram alguns dos serviços que achavam fundamentais para estes jovens terem novos conhecimentos.</p> <p>No final da sessão, os jovens referiram: “agora é que tenho noção que não conhecia mesmo os serviços que temos disponíveis” (Filipe); “temos uma comunidade rica em serviços. Temos mesmo que aproveitar para os conhecer, pois vão ser bastante úteis no nosso futuro” (Núria); “eu tinha noção, no entanto, não sabia que respostas davam” (Joana); “já conhecia alguns serviços até porque vou às vezes com a minha madrastra a alguns, no entanto foi bom saber que existem mais e para que servem” (Lourenço); “está a ser</p>
-----------	---

	bom para conhecer melhor a nossa comunidade” (Arlindo); “devo confessar que não conhecia muito bem. Está a ser bastante produtivo fazer parte deste Projeto” (Leonor).
--	--

Sessão n.º 3: “Serviços? Para que serve?”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	30.05.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A terceira sessão do domínio dos serviços da comunidade realizou-se no dia 30.05.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Esta sessão teve uma componente mais prática, sendo que os jovens deviam conseguir mobilizar os conteúdos mais teóricos que tinham aprendido nas duas primeiras sessões para esta. Desta forma, na mesa encontravam-se doze caixas identificadas pelo nome de um serviço, sendo eles: Tribunal, Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Segurança Social, Finanças, Centro de Emprego, Loja de Cidadão, Polícia, Unidades de Saúde, Bombeiros, Correios e Banco. A cada jovem foi distribuído um conjunto de cartões, sendo que em cada um se encontrava um nome de um serviço específico de entre os serviços disponíveis na comunidade. Pretendíamos que os jovens fossem capazes de colocar o cartão na caixa correta, tendo que recorrer, sempre que necessário, à negociação de grupo. Ao longo do exercício, os jovens tiveram que tomar decisões e recorreram à negociação de grupo por várias vezes, uma vez que nem sempre houve consenso.</p> <p>No final, os jovens verificaram no site se estava tudo correto, tendo comprovado que no Tribunal pode-se tratar do registo criminal, de divórcios e da guarda dos filhos; na Câmara Municipal oferecem o serviço de gestão do município, de habitação social e de proteção civil; a Junta de Freguesia promove e desenvolve Projetos</p>

	<p>de intervenção comunitária nas áreas de ação social, cultural e desportiva, têm o gabinete de inserção profissional e o gabinete de serviço social; na Segurança Social pode-se tratar dos abonos, do subsídio de desemprego, do cartão europeu de saúde e de apoios sociais mediante a faixa etária; nas Finanças pode-se tratar do IMI, do património e do IRS; no Centro de Emprego tem-se acesso ao IEFP (estágios profissionais) e a cursos (formações ativas específicas), ajudam a procurar emprego e trata-se do subsídio de desemprego; na Loja de Cidadão trata-se da certidão de nascimento, da certidão do matrimónio, do cartão de cidadão e do passaporte; na Polícia pode-se tratar da participação de ocorrências pessoais como, perda/roubo de documentos e reportam-se crimes públicos; nas Unidades de Saúde trata-se do plano de vacinação, do planeamento familiar, consultas de rotina e urgências; os Bombeiros tratam dos incêndios, das inundações, do transporte de doentes e do socorro habitacional; nos Correios podemos enviar e/ou receber encomendas, enviar cartas e fazer pagamentos; no Banco podemos guardar o nosso dinheiro em segurança, trocar dinheiro no caso de irmos para outro país, fazer pagamentos de serviços e compras e carregamentos do telemóvel.</p> <p>O balanço das três sessões realizadas nesta área foi positivo, sendo consideradas pelos jovens como relevantes para o seu futuro, como se pode verificar no discurso dos mesmos: “foi útil não para agora, mas para o futuro” (Arlindo); “aprendi muito nestas sessões. Tenho a certeza que no futuro vou lembrar-me disto” (Filipe); “foi muita informação, não sei se consegui reter tudo, no entanto foi bom porque sei que aprendi muito” (Núria); “eu já conhecia a maior parte, isso é tudo óbvio para mim. Sei que errei ao atribuir alguns serviços específicos às entidades, no entanto isso é porque às vezes confundo-me” (Lourenço); “se calhar agora não dou o valor, no entanto, quando precisar vou lembrar-me muito destas sessões”</p>
--	--

	(Leonor). A Joana concluiu referindo que “ao final de 19 anos conheço a nossa sociedade”.
--	---

Sessões: Gestão Financeira

Sessão n.º 1: “Construção Orçamento Hipotético (1ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	06.06.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A primeira sessão do domínio da gestão financeira realizou-se no dia 06.06.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Introduziu-se, nesta sessão, a última área a trabalhar no âmbito da autonomia: a gestão financeira.</p> <p>Como mote para a discussão, lançámos a pergunta: que despesas esperam ter quando tiverem a vossa casa? Consensualmente, os jovens fizeram referência à despesa da renda, da água, luz e gás. Depois de questionados sobre se seriam apenas aquelas despesas, e de refletirem melhor sobre o assunto, os jovens acabaram por se lembrar também da despesa da televisão e internet que consideravam imprescindível, assim como a despesa do telemóvel. A Núria e a Joana lembraram-se ainda da despesa de alimentação e de medicação, tendo o Filipe referido “sim, a alimentação é fundamental”. Finalizado o debate, foi entregue a cada jovem um rendimento mensal hipotético, partindo-se dum salário base de 580€, e de um agregado familiar composto por dois elementos, apesar de se ter considerado que só um elemento é que trabalhava e que, portanto, o salário seria de 580€. As despesas fixas</p>

	<p>referenciadas eram: o aluguer da casa (250€), conta da água (25€), conta da eletricidade (28€), conta do gás (20€), conta da televisão e internet (25€) e a despesa do telemóvel (20€). Paralelamente, encontrava-se em branco a despesa da alimentação e despesas adicionais. Na mesa encontravam-se vários folhetos de diferentes supermercados com promoções. Pretendíamos que, através destes, os jovens conseguissem calcular o valor que gastariam para as despesas em branco, lembrando que tinham que ter em atenção o ordenado base. Após o esclarecimento das dúvidas que surgiram, demos início à tarefa. Ao longo da mesma, foi notória a interajuda dos jovens: iam comparando os preços de um determinado produto e partilhavam o mais barato com o grande grupo; a Joana e a Leonor também recorreram à aplicação do Continente, e partilharam os valores que encontraram relativamente a produtos que não figuravam nos panfletos.</p> <p>Apesar de estar prevista uma terceira tarefa para esta sessão, foi adiada para a seguinte, uma vez que os jovens precisaram de mais tempo do que o previsto para concluir a tarefa.</p> <p>No final da sessão, os jovens referiram que “foi interessante, mas deu trabalho (Lourenço); “inicialmente, tive alguma dificuldade em começar. Não sabia como me organizar, mas a Núria foi-me ajudando” (Filipe); “adorei..., mas foi trabalhoso” (Núria); “gostei bastante de fazer esta sessão. Acho que no meu futuro vou recorrer a estas tabelas para me ajudar a organizar o meu orçamento familiar” (Leonor); “é sempre difícil prever algo que ainda não passamos. Mas consegui cumprir o objetivo e estou feliz por isso. No entanto, já prevejo muito trabalho para o futuro” (Arlindo). A Joana concluiu referindo, “dediquei-me bastante à tarefa. Houve ajuda mútua entre todos, o que foi bonito de ver”.</p>
--	--

Sessão n.º 2: “Construção Orçamento Hipotético (2ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	12.06.2018; 18h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A segunda sessão do domínio da gestão financeira realizou-se no dia 12.06.2018 pelas 15h, tendo contado com a presença dos seis jovens. A sessão iniciou-se com os jovens a partilharem as despesas que iam ter relativamente à alimentação e despesas adicionais. Assim, a Núria iniciou a partilha referindo que “preciso de uma embalagem de pão de forma (0,89€), uma embalagem de leite achocolatado (1,09€), uma embalagem de queijo (1,59€), uma embalagem de espetadas de porco (5,49€), uma embalagem de pato (2,95€), uma embalagem de perna de peru (2,29€), uma embalagem de peito de peru (4,79€), uma embalagem de bifanas de porco (2,99€), uma embalagem de tiras de entrecosto (4,69€), um quilo de pepino (0,99€), uma embalagem de batatas (1,49€), uma alface (1,19€), uma embalagem de peras (1,39€), uma embalagem de bacalhau desfiado (4,11€), uma garrafa de azeite (2,99€), um garrafa de “ice tea” (0,69€), um de gel de banho (2,49€), um desodorizante (1,84€), uma embalagem de guardanapos e de lenços (2,99), um pacote de arroz (0,84€), um de detergente da louça (3,85€), uma garrafa de Sonasol (1,84€), um pacote de massa (0,56€) e uma garrafa de óleo (1,39€). No total prevê gastar “55,42€.</p> <p>Nos custos adicionais, tenho que inserir o tabaco, a medicação que faço e as consultas no oculista”.</p> <p>A Leonor referiu que “necessito de duas embalagens de queijo (3,18€), duas embalagens de fiambre (3,25€), duas embalagens de pão de forma (2,98€), um bolo de brigadeiro (2,59€), uma garrafa de azeite (3,99€), duas latas de salsichas (1,36€), um frasco de feijão branco (0,53€), duas latas de atum (2,38€), um embalagem de</p>

	<p>açúcar (0,69€), um pacote de Oreo (0,99€), uma embalagem de barritas de chocolate (1,84€), uma embalagem de manteiga (1,39€), um pacote de leite (2,36€), uma pasta dos dentes (2,24€), uma embalagem de pensos higiénicos (2,24€), um desodorizante (1,29€), um shampoo (3€), um de gel de banho (2,30€), uma embalagem de cerejas (1,98€), uma saca da laranjas (1,89€), uma embalagem de tiras de entrecosto (4,69€), uma embalagem de bifanas de porco (2,99€), uma embalagem de espetadas de porco (5,49€), três pacotes de arroz (1,68€), três pacotes de massa (1,17€), uma lasanha (2,75€), um detergente da louça (3,85€), um detergente da roupa (1,84€), um pacote de bolachas manteiga (0,55€), uma embalagem de quatro gelatinas (0,99€), uma embalagem de leite achocolatado (1,09€), uma embalagem de cereais (1,79€), uma embalagem de “Malteasers” (1,94€), uma embalagem de uvas (1,99€), uma embalagem de papel higiénico (3,34€), alface (1,19€), uma embalagem de maçãs (1,59€) e uma embalagem de douradinhos (5,45€)”. Como extra referiu que mensalmente gostava de colocar unhas de gel (15€). No total, “gastava 86,85€ de despesas alimentares e 15€ de extras, que, no total daria 101,85€”. A Joana referiu que “necessito de uma embalagem de bifanas de porco (2,99€), um pacote de açúcar (0,69€), uma embalagem de leite (0,46€), preciso de produtos para a casa, num valor total de 20€, um pacote de esparguete (0,39€), um pacote de massa espiral (0,49€), um pacote de arroz agulha (0,56€), um pacote de arroz carolino (0,65€), uma lata de atum (0,40€), duas latas de salsichas (1,10€), preciso de produtos de higiene no valor total de 20€, uma embalagem de rissóis de carne (2,05€), uma embalagem de papel higiénico (3,34€), e uma embalagem de perna de frango (2,39€) e uma embalagem de peito de peru (4,79€). No total prevê gastar “60,30€. Relativamente a custos adicionais será a medicação que faço, para além das consultas no dentista”. O Arlindo referiu que</p>
--	--

	<p>“preciso de muita coisa. Preciso de dois pacotes de arroz (1,12€), dois pacotes de massa (0,78€), uma embalagem de batatas (1,49€), seis latas de atum (2,40€), seis latas de salsichas (3,30€), uma embalagem de perna de frango (2,39€), uma embalagem de peito de peru (4,79€), uma embalagem de rissóis de carne (2,05€), uma embalagem de bolinhos de bacalhau (1,89€), uma embalagem de tiras de entrecosto (4,69€), uma embalagem de bifanas (2,99€), uma embalagem de medalhões de pescada (2,19€), uma embalagem de papel higiénico (3,34€), um desodorizante (1,65€), um shampoo (2€), um gel de banho (2,49€), um pacote de açúcar (0,69€), três embalagens de leite (1,38€), e para bolachas gastava à volta de 5€”. Acrescentou que para produtos da casa precisaria de 15€, e “não prevejo custos adicionais fixos, a não ser roupa, caso precise”. No total prevê gastar “61,63€ em despesas para a casa”. O Lourenço referiu que “para produtos de higiene e da casa gasto à volta de 25€, pelas minhas contas. Relativamente à alimentação “necessito de duas embalagens de queijo (3,18€), duas embalagens de fiambre (3,25€), duas embalagens de pão de forma (2,98€), uma garrafa de azeite (3,99€), duas latas de salsichas (1,36€), duas latas de atum (2,38€), um pacote de açúcar (0,69€), um pacote de Oreo (0,99€), uma embalagem de barritas de chocolate (1,84€), uma embalagem de manteiga (1,39€), dois pacotes de arroz (1,12€), dois pacotes de massa (0,78€), uma embalagem de batatas (1,49€), uma embalagem de perna de frango (2,39€), uma embalagem de peito de peru (4,79€), uma embalagem de rissóis de carne (2,05€), uma embalagem de bolinhos de bacalhau (1,89€), uma embalagem de tiras de entrecosto (4,69€), uma embalagem de bifanas (2,99€), uma embalagem de medalhões de pescada” (2,19€). No total prevejo gastar “71,43€ em despesas para a casa”. Relativamente aos custos adicionais, o Lourenço referiu que “vai ser o meu vício, as tatuagens”.</p>
--	--

O Filipe referiu que “tal como a Joana e o Lourenço, também fiz as contas das despesas da higiene e da limpeza da casa gerais, portanto, prevejo gastar à volta de 30€ para isso. Relativamente à alimentação, vou precisar de quatro pacotes de arroz (2,24€), quatro pacotes de massa (1,56€), três embalagens de batatas (4,47€), doze latas de atum (4,80€), doze latas de salsichas (6,60€), duas embalagem de perna de frango (4,78€), duas embalagem de peito de peru (9,58€), duas embalagens de rissóis de carne (4,10€), duas embalagem de bolinhos de bacalhau (3,78€), uma embalagem de tiras de entrecosto (4,69€), duas embalagem de bifanas (5,98€), duas embalagens de medalhões de pescada (4,38€), quatro embalagens de leite (1,84€), três embalagens de cereais (3,99€), três embalagens de iogurte (2,97€), e para bolachas, gasto 10€. No total, gasto 105.76€. Em custos adicionais, não sei. Acho que não vou ter”.

Num segundo momento, realizámos um debate sobre o tema, tendo para isso partido de algumas questões-base, sendo elas: “Que contas fizeram para apurar quanto dinheiro podiam gastar?”, “Sobrou algum? Quanto?”, “Em que gastariam o dinheiro que sobrou?”, “O que acontece quando as pessoas ficam sem dinheiro até ao final do mês?”, “O que acontece se não pouparmos algum dinheiro para o próximo mês?”, “E se uma família gastar 490€ e tiver uma emergência que tenha que gastar 155€, o que fazer?”, “Onde podemos poupar dinheiro?”, “Qual a importância de guardarmos os recibos/faturas?”, “Acham que um programa deste género vos poderá ajudar a ter mais controlo dos gastos? Porquê?”.

Relativamente à primeira questão, “Que contas fizeram para apurar quanto dinheiro podiam gastar?”, todos os jovens foram unânimes ao referirem que “primeiro, somámos todas as despesas fixas mensais, tendo o total sido 368€. Entretanto, ao salário-base retirámos os 368€, tendo sobrado 212€. Foi assim que chegámos ao

	<p>valor que podíamos gastar, tanto nas despesas da casa, como nos custos adicionais”. À segunda pergunta, “Sobrou algum? Quanto?”, todos os jovens referiram que sim, tendo sido quantias diferentes: “a mim sobrou-me 156,58€, mas depois de ouvir alguns colegas e de pensar melhor, penso que gastaria no mínimo mais 30€ em comida, sobrando-me cerca de 126,58€. Falta também acrescentar as despesas da medicação e do oculista que não consigo calcular ao certo. Para o tabaco devo gastar à volta de 40€ por mês. Ou seja, nos meses em que não tivesse que ir ao oculista, pouparia à volta de 60€” (Núria); “a mim sobrou-me 110,15€. Penso que o meu orçamento está bem feito e que não me esqueci de nada que fosse importante” (Leonor); “a mim sobrou-me 151,70€, mas, tal como a Núria, provavelmente também ia precisar de mais comida, ou seja se acrescentar 30€ de comida e contar com cerca de 20€ de medicação, poupava por volta dos 100€ por mês” (Joana); “agora que elas falam, também considero que devia descontar algum dinheiro do que me sobrou para comida, ou seja, retirar uns 30€ aos 150,37€ que me sobraram, ficando assim com cerca de 120, 37€” (Arlindo); “sobrou-me 140,57€. E acho que fiz bem as contas” (Lourenço); “sobrou-me 106,24€. Também fiz bem as contas. Meti quantidades grandes para a comida, portanto, estou descansado com o orçamento que fiz” (Filipe). Em relação à terceira pergunta, “Em que gastariam o dinheiro que sobrou?”, todos os jovens foram consensuais ao referirem que “o resto poupava”, mas acrescentaram que “claro que vamos ter despesas de roupa” (Núria), “de consultas que podem aparecer” (Joana), “de medicação” (Arlindo), “despesas de roupa” (Leonor), “ou até de mais despesas na casa” (Filipe). À quarta pergunta, “O que acontece quando as pessoas ficam sem dinheiro até ao final do mês?”, os jovens foram mais uma vez consensuais ao referirem que “ou tínhamos que nos governar até ao final do mês com o que tínhamos,</p>
--	--

	<p>ou tínhamos que pedir emprestado”. O Filipe considerou que a melhor opção seria “pedir emprestado a algum familiar”. A Joana pôs a hipótese de ficar a dever no sítio onde vai fazer as compras, isto se for numa mercearia local. À quinta pergunta, “O que acontece se não pouparmos algum dinheiro para o próximo mês?” a Joana referiu “se a conta da água ou do gás do próximo mês vier mais elevada, ficamos sem isso porque podem cortar, o que é muito mau. Considero que devemos pensar sempre nos imprevistos que podem surgir”, tendo a Núria, Lourenço e a Leonor concordado. O Filipe referiu que “podemos estar em maus lençóis, ou seja, podemos ficar sem os serviços como a Joana referiu”; “podemos correr o risco de ter que pedir emprestado, apesar de não ser a melhor opção” (Arlindo). À sexta pergunta, “E se uma família gastar 490€ e tiver uma emergência que tenha que gastar 155€, o que fazer?”, a Joana referiu que “não é muito correto, mas teria que poupar (não carregar o telemóvel por exemplo, mas possivelmente não chegaria. É complicado); “tinha que poupar na comida, por exemplo, no telemóvel. Ia evitar pedir dinheiro” (Leonor); “eu também faria como a Joana e a Leonor. Ia poupar no que pudesse, para contornar a situação” (Arlindo); a Núria referiu que “eu, se não tivesse poupanças fazia como eles, ou seja, tinha que conseguir contornar a situação” (Núria); o Filipe e o Lourenço referiram que “tinha que mexer nas poupanças, no caso de as ter”. À sétima pergunta, “Onde podemos poupar dinheiro?”, os jovens foram consensuais ao referirem que tinham que poupar nas despesas mais básicas como na “televisão (pacote mais reduzido), luz (apagar sempre a luz), e ter cuidado com a água que se gasta”. O Arlindo referiu que também era “possível poupar no telemóvel e na alimentação”, tendo os restantes elementos concordado com o que foi referido. À oitava pergunta, “Qual a importância de guardarmos os recibos/faturas?”, todos os jovens referiram que era “útil para</p>
--	---

	<p>comprovar que pagámos as contas e para controlar os gastos do mês”. Na última pergunta, “Acham que um programa deste género vos poderá ajudar a ter mais controlo dos gastos? Porquê?”, os jovens referiram “sim! O nosso ordenado poderá passar por isto, portanto considero que foi útil para o futuro” (Joana); “deu-nos uma perspetiva das despesas, portanto, só poderia ser útil” (Leonor); “foi útil e fez-me pensar nos gastos. É mesmo importante ter hábitos de poupança” (Filipe); “claro que era e foi útil! É mesmo importante fazer-nos pensar nestas questões” (Arlindo); “clarificou-me imenso, e fez-me pensar também. Portanto, considero mesmo que é fundamental” (Lourenço); “claro que sim! Para mim, foi muito importante perceber como posso e devo proceder” (Núria).</p> <p>Concluimos que, ao longo do debate, os jovens foram dinâmicos e participativos, podendo notar-se no seu discurso consciência da vida real; contudo, evidenciam-se também as dificuldades que o Filipe sentiu na concretização da tarefa, referindo por várias vezes “se não tiver dinheiro, tenho que pedir emprestado”.</p> <p>O balanço final da sessão foi positivo, tendo os jovens referido “adorei debater com os meus colegas e perceber as prioridades deles” (Arlindo); “o debate foi muito interessante” (Leonor); “nota-se que o Filipe é um pouco inconsciente, no entanto, senti que ele percebeu a importância de se governar sozinho e não gastar mais do que tem” (Joana); “eu gostei bastante. E mais do que isso aprendi. Vou ter que me conter nos meus gastos adicionais” (Núria); “senti algumas dificuldades, e percebi que pedir emprestado não é a melhor opção, por isso, foi muito importante esta sessão” (Filipe); “para mim foi uma sessão bastante produtiva” (Lourenço).</p>
--	---

Sessão n.º 3: “Construção de Ementas”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	19.06.2018; 15h-17h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A terceira sessão do domínio da gestão financeira realizou-se no dia 19.06.2018 pelas 18h, tendo contado com a presença dos seis jovens.</p> <p>Com o objetivo de dar continuidade à sessão anterior, nesta sessão foi pedido aos jovens para elaborarem uma ementa semanal, com todas as refeições do dia, tendo sido para isso entregue uma tabela com as divisões. Apesar de, inicialmente esta tarefa ter um cariz individual, rapidamente passou a ser uma tarefa grupal, uma vez que o grupo se apresentava demasiado agitado e a levantar questões em voz alta, como “o que estás a meter no pequeno almoço?”, “e para o almoço?”, “dá-me uma sugestão...”, “também vou escrever isso”.</p> <p>A mudança foi, no final da sessão, considerada positiva, uma vez que deixou de haver conversas paralelas, estando todos a trabalhar para o mesmo fim. No final da tarefa, a Núria referiu “já que estamos a construir umas ementas, podíamos fazer uma refeição na Instituição”, tendo os restantes elementos concordado.</p> <p>Desta forma, fomos falar com a Dra. Vera, e após a aprovação, voltámos para a sala para selecionar duas refeições, que seriam confeccionadas no dia 21.06.2018 e no dia 26.08.2018, pelos jovens. Como nos comprometemos a entregar a ementa até ao final do dia seguinte, começámos de imediato a trabalhar nesse sentido: lista de ingredientes, quantidade e valor final. Analisámos as refeições realizadas para a semana e escolhemos duas refeições completas (que estavam mais equilibradas e que, ao mesmo tempo, eram as que mais agradavam aos jovens), apesar de não ter sido uma tarefa</p>

	<p>fácil para eles (queriam confeccionar vários pratos porque gostavam), tendo recorrido à negociação de grupo para selecionar as melhores refeições. Desta forma, decidiu-se que no dia 21.06.2018 íamos confeccionar caldo verde, bacalhau com natas e para sobremesa, salada de fruta. No dia 26.08.2018 íamos confeccionar um creme de cenoura, massa à bolonhesa e, como sobremesa, “mousse” de chocolate. Para conseguir selecionar a quantidade de cada ingrediente e para verificar se as receitas que tinham selecionado da internet estavam corretas, recorremos à D. Rosa, que se encontrava a trabalhar naquele dia e pedimos-lhe ajuda. Ela mostrou-se bastante disponível e prontificou-se de imediato a colaborar connosco. Apesar de termos construído um orçamento para cada refeição, este não foi utilizado, por a Instituição recorrer a grandes supermercados para fazer as suas compras, sendo feito em quantidade – a Instituição já tinha os ingredientes na quantidade necessária.</p> <p>No final da sessão, os jovens estavam contentes, mas ao mesmo tempo, com receio. Quando questionados, referiram “é um grande desafio, cozinhar para esta casa” (Joana); “sobretudo sozinhos... sozinhos não, temos o teu apoio” (Lourenço); “olha eu não sei cozinhar, vais ter que nos ajudar” (Leonor); “estou muito contente, gosto de cozinhar” (Filipe); “vai ser muito bom fazer a minha comida preferida, estou mesmo feliz e ansiosa que chegue o dia” (Núria). O Arlindo concluiu, referindo “mal posso esperar pela hora... quando é mesmo?”.</p>
--	--

Sessão n.º 4: “Mini chefes (1ª parte)”	
Local	Instituição: Cozinha
Data e hora	21.06.2018; 17h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A quarta sessão do domínio da gestão financeira realizou-se no dia 21.06.2018 pelas 17h, tendo contado com a presença de cinco jovens (o Lourenço começou a trabalhar, não podendo desta forma estar presente na confeção do jantar).</p> <p>Quando chegámos à cozinha, começámos por colocar o avental e a touca de higiene. Posteriormente, verificámos se tínhamos todos os ingredientes e nas quantidades necessárias para a confeção da refeição, tendo-os separado. Após isso, sentámo-nos para organizar quem ia fazer o quê, para que tudo corresse pelo melhor. Após a divisão das tarefas, o Filipe e a Leonor ficaram encarregues de desfiar o bacalhau, a Núria e a Joana de descascar e cortar as batatas e o Arlindo encarregue da sopa, sendo que ao longo da refeição houve uma grande interajuda de todos e a ajuda da D. Rosa, que mais uma vez se mostrou bastante disponível. A confeção da refeição correu sem grandes percalços, sendo feita com tempo.</p> <p>O balanço final da sessão foi realizado na sessão seguinte.</p>

Sessão n.º 5: “Mini Chefes (2ª parte)”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	26.06.2018; 17h-19:30h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A quinta sessão do domínio da gestão financeira realizou-se no dia 26.06.2018 pelas 17h, tendo contado com a presença de cinco jovens (Lourenço só chegou na hora do jantar porque esteve a trabalhar).</p>

	<p>À semelhança da sessão anterior, começámos por colocar o avental e a touca de higiene; em seguida, verificámos se tínhamos todos os ingredientes e nas quantidades necessárias para a confeção da refeição, procedendo à sua separação. Posto isso, sentámo-nos e dividimos as tarefas, tendo desta vez a Núria e a Joana ficado responsáveis pela sopa, a Leonor, o Filipe e o Arlindo pela confeção da massa e da carne picada. A sobremesa tinha sido previamente confeccionada pelo Filipe e Joana, com a D. Laura. Mais uma vez, a confeção da refeição correu bem, em parceria com a D. Laura que se mostrou disponível para colaborar connosco. Foi também evidente, mais uma vez, a ajuda entre todos os jovens.</p> <p>O balanço da confeção das duas últimas sessões foi positivo, tendo os jovens referido “correu mesmo bem. Pensei que fosse correr pior. Sabemos cozinhar, mas nem sempre autonomamente. Estava uma delícia, temos que repetir!” (Joana); “correu super bem, poderíamos fazer isto todos os dias! Estava ótimo!” (Núria); “adorei a comida estava boa. Foi divertido poder fazer estes pratos com os meus colegas” (Filipe); “o bacalhau estava delicioso, foi o meu preferido” (Leonor); tendo o jovem Arlindo terminado com “quando podemos repetir?”. Apesar de o Lourenço não ter confeccionado as receitas, jantou e referiu “estava muito bom. Tive pena de não ter estado presente para vos ajudar”.</p> <p>No final, agendámos a última sessão, tendo sido referido que seria uma sessão um pouco diferente do habitual. O Filipe e a Leonor propuseram que fosse organizado um lanche, por ser a última sessão, sendo que, para isso, teríamos que definir uma hora e um dia favorável para todos, tendo decidido que o melhor dia seria 05.07.2018, pelas 15 horas.</p>
--	--

Sessão de Avaliação: Ação 2

Sessão: “Avaliação da Ação 2: Protagonistas da Própria Ação”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	05.07.2018; 15h-18h.
Presenças	Núria, Arlindo, Joana, Lourenço, Leonor, Filipe.
Descrição	<p>A última sessão da Ação 2 “Protagonistas da Própria Ação” realizou-se no dia 05.07.2018 pelas 15h, tendo contado com a presença dos seis jovens. Num primeiro momento, realizámos a avaliação da Ação desenvolvida, tendo sido para isso criado um grupo de discussão entre os jovens, para avaliar a concretização do OG2 “Promover a autonomia dos jovens” e os respetivos OE.</p> <p>Como se pode verificar no discurso dos jovens, o OE2.1, “Reconhecer e refletir sobre as suas competências/potencialidades, problemas, limitações, emoções e sentimentos” foi alcançado, tendo desde logo possibilitado um auto e heteroconhecimento: “conseguimos pensar em tanta coisa, desde o mais simples ao mais complexo. Foi bom!”, tendo acrescentado “sinto até que me conheço melhor... as minhas qualidades, os meus defeitos” (Filipe); “sinto-me mais crítica e reflexiva, tanto comigo e com coisas que estão diretamente ligadas a mim como com os outros. Tenho também que salientar todo o trabalho desenvolvido, tanto em sessões como individualmente, nas nossas longas conversas, em que falámos da minha dificuldade em reconhecer as minhas potencialidades. Resultou, não a 100%... mas tenho que admitir, estou diferente” (Joana); “conseguimos mudar atitudes e refletir mais do que antes. Reconheço melhor as minhas potencialidades, mas também as minhas limitações. Trabalhei também as emoções... devo confessar que ao longo das sessões houve mesmo tempo para tudo. Foi ótimo, e tenho a certeza que, a</p>

	<p>partir de agora, vou ser uma pessoa mais contida e refletida” (Núria); “para mim, foi útil e sei que vai ajudar no futuro. Consegui refletir sobre o que era pressuposto” (Arlindo); “ajudou-me a pensar imenso sobre mim. Fui partilhando isso contigo e com o grupo” (Leonor); “sinto que com as sessões cresci e melhorei um pouco. Fui bastante resistente, mas acabei por ser cativado por algumas sessões” (Lourenço). Concluimos assim que ao longo do Projeto conseguimos trabalhar a autoconsciência emocional e a autorregulação de cada jovem, o relacionamento interpessoal, bem como a capacidade de dar e receber críticas sempre numa ótica construtiva.</p> <p>Relativamente ao OE2.2, “Ser capaz de identificar aspetos positivos em si e nos outros”, os jovens consideram que também foi alcançado tendo sido um processo gradual. Isso pode ser comprovado através dos discursos dos jovens, ao referirem: “no início via mais rapidamente os defeitos nos outros e não em mim. Mas, as sessões foram-nos mostrando que nem sempre devemos julgar os outros porque não sabemos o que está por trás, e como a pessoa vai reagir. Nesse aspeto, melhorei!” (Arlindo); “eu tive alguma dificuldade em identificar, tanto aspetos positivos em mim, como nos outros. Com os outros, é sempre um bocadinho mais fácil, mas o mais difícil foi nas duas primeiras sessões. Depois de nos conhecermos melhor, tudo fluiu. Agora já vejo os meus pontos positivos. Sou uma pessoa capaz, independentemente da situação” (Leonor); “inicialmente, só era capaz de ver a minha parte negativa, agora apesar de não ter mudado muito, sei que já olho mais para as coisas positivas. Nos outros, foi tudo mais fácil” (Joana); “apesar de já reconhecer aspetos positivos em mim, acho que agora reconheço mais. Nas primeiras sessões, custava-me falar de mim e de como sou. Lembrava-me sempre dos aspetos negativos, como ser resmungona, irritante, arrogante; mas agora já reconheço que</p>
--	--

	<p>tenho as minhas qualidades. Com os outros, também mudei. Ao longo das sessões tornei-me uma pessoa contida nos comentários que fazia, e olhava mais para o positivo, em vez de valorizar o negativo” (Núria); “reconheço mais facilmente aspetos positivos em mim e nos outros” (Filipe); “devo confessar que não mudei muito em relação a mim porque sempre soube reconhecer as minhas qualidades. As mudanças alcançadas foram em relação aos outros e na relação criada com o grupo. Agora não critico tanto, olho para eles de outra forma” (Lourenço). A Núria referiu que “agora temos uma autoestima maior” tendo os restantes elementos concordado.</p> <p>O OE2.3, “Identificar e refletir acerca dos efeitos que as palavras e os atos têm em si e nos outros”, também foi considerado pelos jovens como atingido, como se pode verificar no seu discurso: “era uma das minhas maiores dificuldades e acho que melhorei. Considero também que os meus colegas foram melhorando, tanto comigo, como com outros colegas” (Filipe), tendo os restantes jovens concordado; “penso mais nas atitudes que tenho e nas repercussões que estas podem ter nos outros. Estou mais crítico” (Lourenço); “na minha opinião, deu para entender que as ações que nós temos têm uma forte consequência nos outros. Foi útil para pensarmos melhor nisso e saber quando parar em muitos momentos” (Arlindo); “acho que um dos problemas dos adolescentes é mesmo esse. Falar sem pensar. Aqui fizemos o contrário, pensávamos antes de falar. Ao longo das sessões foram várias as vezes que eu própria já me corrigia e reconhecia o erro, algo que no início não acontecia” (Núria); “tornamo-nos pessoas mais contidas. É verdade. Mas só temos que agradecer por isso, por nos fazeres refletir sobre os nossos atos e atitudes” (Leonor); “concordo com tudo o que foi dito. Reforço apenas o que a Núria disse... a evolução que fomos tendo de sessão para sessão” (Joana). Concluimos assim que as sessões contribuíram para a diminuição</p>
--	--

	<p>dos comportamentos negativos entre o grupo, fomentando o sentimento de pertença grupal.</p> <p>O OE2.4, “Adquirir conhecimentos, recursos e competências pessoais que permitam solucionar problemas do dia a dia”, foi trabalhado em áreas distintas (emprego, recursos da comunidade e gestão financeira), tendo sido considerado pelos jovens como alcançado, como podemos verificar nos discursos: “sentimo-nos mais autónomos a todos os níveis trabalhados” (Joana); “também considero que agora temos mais iniciativa, mais motivação e estamos mais responsáveis” (Núria). Relativamente à temática do emprego, os jovens referiram: “era algo que já sabia como fazer, mas acabei por também aprender. Deu uma ajuda extra nisto, e foi um reforço do que já tinha aprendido no curso” (Arlindo), tendo acrescentado “devo referir também que me senti útil nesta área em concreto por ter ajudado os meus colegas com os meus contributos, do que já sabia”; “ajudou-me a saber preencher os formulários. O currículo consegui construir quase sozinha, até me senti autónoma” (Leonor); “eu destaco sobretudo as simulações de entrevista, que nos ajudaram bastante, preparando para o futuro” (Joana); “sinto-me mais autónomo. Candidatei-me mesmo a empregos, apesar de não ter recebido resposta. Mas continuo com esperança, e quero continuar a fazer isso” (Filipe); “gostei bastante das sessões do emprego, sobretudo das simulações. Treinei no quarto com a Joana. Um dia, quando for a uma entrevista, vou lembrar-me de cada dica dada” (Núria); “foram interessantes, devo confessar, sobretudo, as sessões da venda de serviços e da simulação de entrevistas” (Lourenço).</p> <p>Nas sessões dos recursos da comunidade “também aprendi imenso sobre isso, era o que menos sabia. Por isso, foi importante” (Arlindo), tendo a Joana acrescentado, “trabalhar os recursos também foi bastante útil para a aquisição de novos</p>
--	--

	<p>conhecimentos”. Os restantes jovens concordaram com o que o Arlindo e a Joana referiram.</p> <p>Em relação à gestão financeira, os jovens referiram que “correu muito bem, adorei ter feito e a esse nível adquirimos as competências” (Arlindo); a Leonor salientou que “poupei dinheiro para um telemóvel. Foi uma experiência positiva porque percebi que sou capaz de juntar dinheiro e concretizar o que quero. Mas temos é que ter metas”, tendo acrescentado “foi útil também porque falámos em orçamentos e adorei fazê-los. Senti-me empenhada e envolvida”; “adorei tudo e acho que tudo foi útil para aprender. Adquiri novos conhecimentos, fortaleci outras aprendizagens anteriores” (Núria), algo que também foi partilhado pelos restantes elementos do grupo. O Filipe salientou “gostei de fazer o orçamento, de procurar os produtos mais baratos e de ter confeccionado as refeições”. A Joana destacou que “apesar de já ter alguma noção das despesas, sinto que agora tenho mais. Mas ainda há muito trabalho para fazer. É preciso dar continuidade ao trabalho que aqui começámos”. Por fim, o Lourenço referiu que “aprendi a fazer um orçamento familiar e a olhar mais para os produtos em promoção, ao invés do que fazia”.</p> <p>Relativamente ao OE2.5, “Projetar o futuro de forma realista”, os jovens também o consideraram atingido, uma vez que, apesar de terem tido algumas dificuldades, como assumem no discurso, conseguiram estabelecer metas, tanto a curto, como a médio e longo prazos: “foi difícil de projetar, mas consegui. A curto prazo é exequível, mais do que isso é muito difícil mesmo. Falámos disso na altura. Mas sinto que tenho uma visão mais clara do que quero, e isso devo-o a ti e ao grupo em que estive. Devo admitir que não pensava muito nisto” (Arlindo), tendo a Leonor referido, “temos os pés mais assentes na terra. Refleti sobre o que ouvi e ajudou-me a perceber muita coisa. Estou a fazer de tudo para ter metas como</p>
--	---

falámos. Antes não pensava muito nisso também”. A Núria referiu que “eu agora tenho metas. Antes não pensava na vida assim. Tudo o resto que fizemos ajudou a compreender e clarificar muita coisa e a ter uma perceção da vida mais real”. A Joana referiu “para mim foi difícil prever o futuro a longo prazo pois não sei o que vem amanhã. Mas ajudou-me a ter objetivos concretos. Acho que foi um objetivo alcançado. Para mim, também foi difícil prever as coisas, mas consegui. Correu muito bem. Agora já consigo definir objetivos concretos e ter uma noção mais real da vida, apesar de o caminho ainda ser longo”. O Lourenço referiu que “já tinha noção da vida, às vezes tenho dificuldades, mas vou superando. Em relação aos objetivos de vida, eu já tinha tudo muito concreto, mas as conversas que tivemos ajudaram a clarificar umas ideias”. O Filipe referiu que não tinha nada a acrescentar, tendo concordado com tudo o que fora referido pelos colegas. A Leonor concluiu, referindo que “sei que, quando tiver de tomar decisões mais concretas, vou lembrar-me de tudo o que falámos e de cada sessão em particular”.

Refletimos ainda sobre as conversas intencionais realizadas ao longo do Projeto, tanto individualmente, como em pequenos grupos, tendo estas sido valorizadas por todos os jovens. Estas conversas favoreceram a participação gradual e o envolvimento do grupo nas sessões.

Na segunda parte da sessão, realizámos um piquenique, tendo os jovens trazido produtos para partilhar. O piquenique correu muito bem, conversámos sobre o Projeto desenvolvido e sobre o futuro.

Ação 3 – “Projetar o Futuro”

“Ponto da Situação”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	-----
Presenças	-----
Descrição	<p>Inicialmente, através das conversas intencionais estabelecidas com os profissionais percebemos que os membros da EE consideravam que o papel do ER não estava a ser desenvolvido, apesar de estar previsto. Nessa altura questionámos a ET sobre esse assunto; inicialmente referiram que não tinham noção, mas com a sessão do Word Café acabaram por concordar realmente que o papel não estava a ser bem executado pela sobreposição de papéis que existia.</p> <p>Como já foi referido no Ap. H (p.169), na sessão de “World Café” debateu-se o problema: inexistência do ER. Apesar de inicialmente o problema ter criado discórdia, rapidamente, os profissionais chegaram ao consenso de que este problema tinha que ser resolvido, bem como da importância que este profissional teria junto da criança ou do jovem, tendo-o priorizado no final da sessão.</p> <p>Posto isto, e ainda na mesma sessão, mencionámos as necessidades intrínsecas deste problema: distinguir o papel do ER do papel do gestor de caso; estabelecer um acompanhamento regular do ER.</p> <p>Para delinear uma intervenção participada, após esta sessão, reunimos com os elementos da ET, no sentido de perceber o que já tinha sido feito no passado em relação a este papel e conseguir construir uma intervenção futura.</p>

“Conversa com a DT da CAR”	
Local	Instituição: Gabinete DT
Data e hora	15.02.2018; 11h.
Presenças	Dra. Vera
Descrição	<p>No dia 15.02.2018 reunimos com a DT da CAR. Em conversa, esta partilhou o seu contentamento pela sessão do “World Café”, referindo que “foi uma sessão muito bem conseguida. Falámos de vários problemas que conseguimos identificar graças à tua intervenção. Devo mesmo confessar que alguns dos problemas identificados, eu nem fazia ideia que existiam. Não é porque não esteja atenta, mas não chegam até mim. Se não me comunicam estes problemas que existem no terreno, eu não vou ter conhecimento. Mesmo comigo a arranjar estratégias como algumas reuniões esporádicas com as equipas, elas não me falaram da maior parte desses problemas. Um dos que fiquei mais surpreendida foi com o problema da inexistência do ER. Pessoalmente, e pelo que era referido pelos restantes elementos de ET, este papel estava a ser desenvolvido e estava a ter bons frutos”. A DT salientou que, “após a sessão contigo, fui falar com a ET e percebi realmente que o papel já não estava a ser desenvolvido”.</p> <p>A Dra. Vera mencionou que “quando tentámos implementar este papel na casa, foi necessário dar formação a todos os colaboradores para que percebessem exatamente o que era pretendido. Na altura, penso que este papel efetivamente existiu e resultou. Mas pelo que estou a perceber deixou de funcionar”.</p> <p>Perguntámos à Dra. Vera se a origem do problema não estaria na instabilidade da EE visto serem estes os responsáveis por tal papel. A Dra. Vera evidenciou que esta conclusão poderia estar realmente na origem do problema, uma vez que “como já te deve ter sido dito, a EE é uma equipa com muitas entradas e saídas. Realmente isso</p>

	<p>pode ter sido o problema. Apesar de ser dito que era a função deles fazer esse acompanhamento mais individual, de estar registado nas suas competências e de quando entra um elemento lhe ser atribuído um grupo de crianças e jovens, não lhes é explicado como o operacionalizar. Neste sentido, concordo que este pode ter sido o nosso problema primordial”.</p> <p>Questionámos também a Dra. Vera sobre a atribuição das crianças e jovens a este ER, ao invés de ser a criança/jovem e o educador a evidenciar esse gosto e proximidade por determinada pessoa. A Dra. Vera mencionou que “acho que esta atribuição é feita sobretudo por uma lógica de organização. Se deixássemos escolher, não sei até que ponto é que não haveria mais meninos num determinado profissional e menos noutra. Pretendemos com isto facilitar o trabalho. No entanto, compreendo o ponto de vista e acho que era muito mais correto proceder de acordo com o teu ponto de vista. Provavelmente este papel até seria desenvolvido de outra forma, ou seja, com uma maior responsabilidade do adulto, e maior interesse dos meninos por se identificarem mais com a pessoa”. A Dra. Vera salientou que era “um caso a pensar para o futuro”.</p> <p>A DT mencionou que tendo em conta a sessão e a conversa que estávamos a ter que “era importante que houvesse novamente a formação que em tempos já tinha existido. A formação foi dada por um conhecimento meu e correu muito bem. Portanto, penso que seria bom trazer novamente a mesma formação. A maior parte dos profissionais não esteve presente”.</p> <p>Posto isto, concordámos que se impunha repetir esta formação e esclarecer os profissionais acerca do que era esperado tanto da ET, que desempenhava o papel de gestor de caso, como da EE que desempenhava o papel de ER.</p> <p>Acordámos, então, que íamos trabalhar em conjunto, tendo-se a DT comprometido a agendar a sessão com o formador e,</p>
--	---

	<p>posteriormente, informar sobre a data prevista para a sua realização.</p> <p>A Dra. Vera salientou que “neste trabalho de articulação é também de louvar a presença de elementos externos como a tua e de outras estagiárias que nos traz sempre uma nova visão e novas estratégias de resolução dos problemas”.</p>
--	---

“Conversa com a ET da CAR”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	19.02.2018; 10:30h.
Presenças	Profissionais
Descrição	<p>No dia 19.02.2018 realizou-se uma reunião com os restantes elementos da ET, onde foi debatido o problema da inexistência do ER.</p> <p>Inicialmente, com os elementos presentes da ET, tentámos perceber a sua posição perante o problema mencionado e repensar as práticas que estavam a ser adotadas até ao momento.</p> <p>De forma consensual, a ET referiu que não estavam a par da situação, tendo a Dra. Sara mencionado que “sabes que aqui na Instituição temos sempre muito trabalho. E nem sempre temos uma perceção de tudo. Na minha opinião o papel estava a ser desenvolvido, mas já percebi que não”. A Dra. Sofia acrescentou que “eu tenho uma opinião semelhante à Sara. Achava que o papel estava a ser desenvolvido. Mas, após a sessão contigo percebi que essa não era a opinião da EE”. A Dra. Beatriz também evidenciou o mesmo tendo salientado que “nunca nos tinha sido reportado pelos educadores a sua opinião. Mas depois de os ouvir, dei-lhes razão. Reconheço realmente que existe uma sobreposição de papéis, nomeadamente entre a EE e a ET. Temos que resolver esta situação. Por isso é que priorizámos este problema. É realmente importante</p>

	<p>e urgente”. Depois de todas exporem o seu ponto de vista, considerámos que esse problema era causado pela falta de comunicação que existia entre as equipas, havendo poucos momentos de partilha coletivos. Considerou-se assim que para se trabalhar este problema ter-se-ia que trabalhar, simultaneamente, o problema da insuficiente articulação entre a ET e a EE.</p> <p>À semelhança da reunião com a DT, tentámos perceber como surgiu este papel do ER e se realmente era importante para o bom desenvolvimento da Instituição, bem como para as crianças e jovens. A Dra. Beatriz, a Dra. Sara e a Dra. Sofia mencionaram que este papel surgiu há uns anos e que na altura teve um grande impacto nas crianças e jovens, sendo os ER encarados como um apoio fundamental para os gestores de caso. A Dra. Beatriz salientou que “sinceramente, não sei dizer se mesmo no início não houve sobreposição de papéis. Penso que os moldes que utilizámos foram sempre os mesmos, sendo que com a entrada e saídas de profissionais, bem como de novas crianças e jovens, este papel começou a perder-se, até chegarmos a este ponto. A Dra. Sara concordou com o mencionado referindo que “penso exatamente da mesma forma. No início, a ideia era muito boa mesmo. Pretendíamos criar esse papel porque sabíamos que o impacto seria com certeza positivo. Todos fizemos formação para saber exatamente o que era pretendido. No entanto, quando o implementámos, tivemos que fazer alguns ajustes, que provavelmente não foram bem pensados. Nunca os alterámos e chegámos a este ponto”. De acordo com a Dra. Sofia “sublinho tudo o que foi dito até ao momento. Foi exatamente isso que aconteceu. Mas, agora que o problema foi identificado e estamos todos a par da situação, vamos resolvê-lo da melhor maneira possível, como conversámos. O primeiro passo está dado, vamos ter todos</p>
--	--

	<p>formação novamente. E com a experiência que já temos, com certeza que desta vez vai correr melhor”.</p> <p>Quando questionadas sobre o que poderia ser alterado para que o papel do ER fosse desenvolvido de forma mais sustentada e prática, a Dra. Sara referiu “uma das coisas que penso que era importante era que houvesse uma EE fixa. Desta forma, evitamos exatamente o que aconteceu”. A Dra. Beatriz mencionou que “também considero que faria todo o sentido que este papel não fosse atribuído ‘à sorte’, mas sim pelas afinidades criadas. Considero que esse foi outro ponto que falhou na implementação deste papel, pois algumas crianças e jovens nunca recorriam aos seus ER, mas sim a outros educadores. Se for atribuído por proximidade, provavelmente seria diferente e mais produtivo”. A Dra. Sofia evidenciou também que “é fundamental que as funções deste papel sejam também clarificadas junto das equipas, neste caso da ET e da EE. Para além disso, temos que definir reuniões com alguma periodicidade para que este trabalho corra melhor, se possa debater as dúvidas e tomar as decisões em conjunto”.</p> <p>Ao finalizar a reunião, os elementos presentes da ET evidenciaram que este trabalho desenvolvido em parceria era fundamental e que estava a unir as equipas. A Dra. Beatriz também salientou que “esta visão de fora é mesmo muito importante. Sei que não foste tu que identificaste o problema sozinha, foram os profissionais que te foram referindo este problema. O certo é que se não fossem as conversas intencionais que vais estabelecendo, tudo ia continuar igual, ou seja, a falta de comunicação continuava e a ET ia continuar sem ter conhecimento de que a EE tinha esta opinião em relação ao ER. Isto fez a ET parar e pensar verdadeiramente no que estava a acontecer e concordar com o problema”, tendo a Dra. Sara e a Dra. Sofia concordado.</p>
--	---

“Conversa com a DT da CAR”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	06.03.2018; 11:30h.
Presenças	Dra. Vera
Descrição	<p>No dia 06.02.2018 reunimos novamente com a Dra. Vera. Em conversa percebemos que este assunto tinha sido levado para a reunião com o supervisor externo que considerou, em conjunto com as equipas, que “a EE tinha uma equipa bastante heterogénea em relação ao grau académico. Isso dificultava o desenvolvimento do papel do ER porque considerámos que alguns elementos não possuíam as competências necessárias para o seu desenvolvimento”.</p> <p>Posto isto, a Dra. Vera mencionou que “quem ficou de assumir o papel de ER, pelas suas competências e pelas habilitações académicas, foi a ET que a longo prazo ao desempenhar este papel de forma articulada estaria a dar a formação que a EE precisava, bem como a prepará-la para o trabalho que iriam assumir mais tarde”.</p> <p>A DT mencionou que “considero desta forma que o problema da inexistência do ER ficou resolvido apesar de não ser a EE a assumi-lo. A longo prazo, como já referi, é isso que pretendemos. Mas para isso, vamos com tempo prepará-los. Este assunto será também tema das reuniões com o supervisor externo”.</p>

“Conversas intencionais com os profissionais”	
Local	Instituição: Salão
Data e hora	Durante o mês: março
Presenças	Profissionais
Descrição	<p>Após a reunião com a DT, estabelecemos conversas intencionais com os diferentes elementos da EE e da ET para perceber a sua posição perante a solução encontrada.</p> <p>A Dra. Beatriz mencionou que “eu concordo com a solução que arranjámos. No entanto, será uma situação temporária. Pretendemos que este período seja uma fase de adaptação para a EE. Nós, como ET, vamos trabalhar com a EE certas competências de modo a que daqui a uns meses este papel seja totalmente assumido por eles”. Acrescentou ainda que “todas as conversas que estabelecemos para a resolução deste problema foram essenciais até para todos nos conscientizarmos da existência deste problema. O trabalho desenvolvido não foi em vão, antes pelo contrário. Foi bastante importante e produtivo”.</p> <p>A Dra. Sofia salientou que “a solução encontrada foi a melhor para todos. Resolvemos um problema e isso foi o mais importante. Não vamos esquecer tudo o que fomos falando contigo, antes pelo contrário. Ficou tudo registado e vamos ter isso em conta quando os educadores voltarem a assumir o seu papel”.</p> <p>A Dra. Sara referiu que “à semelhança das minhas colegas, eu também concordei. Acho que neste momento foi a decisão mais sensata e correta. Claro que não será uma solução para o futuro, mas como já referiram, neste momento, é uma mais-valia para o nosso trabalho. É preciso dotar a EE de competências. É isso que vamos fazer. Vamos implicá-los mais nas próprias tomadas de decisão”.</p>

	<p>A Ed. Cláudia evidenciou que “após a reunião que tivemos, eu percebi realmente a importância deste papel. Se bem te lembras na primeira vez mencionei que provavelmente esse papel deveria deixar de existir. A minha opinião mudou contigo e a ouvir a opinião dos outros profissionais. Na reunião com o supervisor externo reconheci que nem todos os profissionais têm, neste momento, as competências para desenvolverem este trabalho, pelo menos por enquanto. Acredito sinceramente que isso vai mudar e que para o ano, depois do trabalho articulado que vai existir, voltaremos nós educadores a assumir este papel que nos pertence”.</p> <p>A Ed. Rita salientou “concordei. Não totalmente, porque não sei se concordo muito com a ideia de que a equipa não tem competências. Alguns se calhar não têm tanto perfil, isso sim. Mas não quer dizer que não possam desenvolver o papel. Isto foi uma solução para resolver no imediato. Mas concordei. Acho que o mais importante vai ser o trabalho que vamos desenvolver a longo prazo, com a ET a implicar-nos mais nas tomadas de decisão, o que permitirá aprender com os exemplos práticos”.</p> <p>O Ed. Pedro mencionou que “infelizmente não consegui estar presente na reunião com o supervisor externo, uma vez que tive que acompanhar a minha mulher ao hospital. No entanto, pelo que me explicaram posso dizer que concordei. Acho que este trabalho feito em conjunto trouxe vantagens para todos os envolvidos, nomeadamente para as crianças e jovens que vão beneficiar de um trabalho mais individual”.</p> <p>O Ed. Tomás evidenciou que “eu concordei com o que ficou decidido. Eu nunca fui ER porque, apesar de ser da EE, eu fazia os turnos da noite. Só recentemente é que houve algumas mudanças e deixei de fazer os turnos da noite. Por isso, não estava muito por dentro dos assuntos da EE. Mas pelo que me foi explicado,</p>
--	---

	<p>reconheci realmente esse problema e a solução que foi discutida em equipa foi bastante positiva para todos”.</p> <p>A Ed. Mariana referiu “eu fui sempre uma defensora do papel do ER como pudeste ver na primeira sessão. Reconheço a importância deste papel sobretudo porque estive a trabalhar numa casa com os mesmos moldes, mas fora de Portugal. Lá, as coisas funcionavam muito bem mesmo e o impacto deste papel era bastante positivo para as crianças e jovens. Tendo em conta tudo o referido e visto que na reunião reconhecemos que alguns elementos da EE não tinham competências para assumir este cargo, achámos que a melhor opção foi a que foi tomada. Por isso, concordo. Defendo, no entanto, que este trabalho tem que ser temporário e que deverá ter continuidade pelos educadores, assim que estes apresentem as competências necessárias”.</p> <p>A Ed. Maria salientou que “eu também concordei com a decisão tomada. Penso que foi a melhor para ambas as partes. Assim, por um lado, os educadores vão aprender com a ET, e a ET estará a ajudar a EE, bem como a ajudar as crianças e jovens. Estes últimos sairão beneficiados pelo trabalho individual que isto permitirá”.</p> <p>A Ed. Cátia evidenciou que “também concordei. Acho que foi a decisão mais acertada tendo em conta as dúvidas que a EE estava a ter. Desta forma, penso que será mais fácil para nós perceber exatamente o que é esperado de nós”.</p> <p>Por fim, a Ed. Matilde mencionou também concordar com o que foi decidido na reunião, referindo que desde que “comecei a trabalhar nesta Instituição, nunca exerci o papel de ER, apesar de estar previsto na teoria. Por isso, concordo que a ET deveria mesmo assumir este papel enquanto a EE aprende a desempenhá-lo. Para isso será necessário um trabalho de articulação de equipas”.</p> <p>À semelhança do que aconteceu na conversa com a DT, os restantes profissionais também concordaram que tendo em conta</p>
--	---

	<p>as mudanças e as decisões acordadas, não faria sentido dar continuidade à intervenção da Ação 3, considerando que “tendo em conta as necessidades evidenciadas, o problema ficou solucionado” (Dra. Beatriz).</p> <p>Como se pôde verificar nos discursos dos profissionais, as conversas realizadas no âmbito da Ação 3 foram fundamentais para a resolução do problema, o que é comprovado pelos seguintes discursos: “as conversas realizadas ajudaram a terminar com uma falsa questão” (Dra. Sofia); “todo o trabalho desenvolvido foi útil porque identificámos contigo e foi contigo que discutimos o assunto. Não metíamos o papel em prática, portanto, não fazia sentido continuar assim” (Ed. Rita); “só depois da sessão inicial é que levámos o tema para reuniões com o supervisor externo. Portanto, o facto de teres trazido o tema para a sessão, deu-nos a oportunidade de refletir e debater, foi muito positivo” (Ed. Mariana); “o trabalho que realizámos em conjunto neste sentido foi bastante importante, não só para a EE como para a nossa equipa” (Dra. Sara); “este trabalho que realizámos através de conversas foi muito produtivo. Destaco a primeira sessão porque foi aí que conseguimos chegar a um consenso a este nível” (Ed. Pedro); “a primeira sessão e todas as conversas que realizaste com a ET foram fundamentais para a melhoria deste problema. Apesar de não ser preciso uma intervenção com sessões propriamente ditas, conseguimos trabalhar o problema e solucioná-lo de outra forma” (Ed. Maria); “todo o trabalho desenvolvido é que contribuiu para a solução encontrada. Provavelmente se não tivesse existido aquela primeira sessão onde discutimos vários problemas, inclusive o assunto do ER, não tínhamos conseguido chegar onde chegámos. Portanto é de valorizar todo o trabalho que realizámos e a tua força de vontade”.</p>
--	--

APÊNDICE L: ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL

Ao longo da Ação 2, foram realizados alguns encontros individuais que se revelaram importantes no desenvolvimento do Projeto. Estes momentos não tinham uma periodicidade marcada, ocorrendo sempre que os jovens nos procuravam ou sempre que considerávamos que era positivo para eles conversarem individualmente.

Particularizando, a Leonor procurou-nos algumas vezes para expor situações que a inquietavam, como a necessidade de criar hábitos de poupança para conseguir comprar um telemóvel. A jovem mostrava-se com vontade, mas não sabia como juntar dinheiro. Assim, tentámos perceber qual o telemóvel que pretendia, qual o valor em causa e se esta teria pontos para ter um desconto. Posto isto, em conjunto conversámos sobre maneiras de poupar dinheiro, tendo a jovem arranjado um mealheiro. Com algum esforço e tendo falado também com a sua gestora, a Leonor conseguiu comprar o telemóvel, mostrando-se agradecida pelas dicas que demos “obrigada por teres estado sempre a meu lado e por me teres ensinado a estabelecer metas. Esta era a minha primeira meta e consegui”. Outro dos assuntos que a Leonor trouxe para estes momentos individuais foi o facto de estar confusa, referindo “sempre estive ansiosa por fazer 18 anos para deixar esta casa. No entanto, não pensava muito no futuro. Agora que estou nos últimos meses, não sei o que fazer. Sinto-me um pouco perdida”. Desta forma, tentámos que a Leonor pensasse nas vantagens e desvantagens da institucionalização e colocasse um peso nisso. Pedimos também que pensasse nas duas possibilidades e previsse como seria o seu futuro se tomasse uma ou outra decisão. Apesar de continuar sem uma resposta definitiva, a Leonor conseguiu refletir sobre tudo o que tínhamos falado e como referiu “estou mais inclinada para ficar mais um pouco cá. Afinal, ainda estou a concluir o 9.º ano. Se sair, não sei como será a minha vida”. A jovem reconheceu a importância e a pertinência destas conversas individuais, referindo que “sinto-me bem em falar contigo. Tu compreendes-me e ajudas-me muito”.

Com o Filipe, os acompanhamentos individuais centraram-se em conversar sobre algumas atitudes que ele afirmava ter, nomeadamente, com a sua irmã que não se encontrava institucionalizada. Este jovem referia com frequência que se dava mal com

a irmã e que era ela que deveria estar institucionalizada, não ele, acrescentando ainda que sentia ciúmes dela, e que muitas das atitudes que tinha para com a mãe deviam-se a isso mesmo. O Filipe referia ainda que “quando vou para casa ao fim de semana, a mãe tem que ser minha, não da minha irmã que já está com ela todos os dias”. Neste sentido, tentámos conscientizá-lo para que não desejasse que a irmã estivesse institucionalizada, salientando que não era por esse motivo que ele estava lá. Ao longo das conversas foi notória a sua evolução, tendo mudado a sua maneira de pensar. Para além disto, com o Filipe também conversámos sobre a sua instabilidade interna, por este ter conhecimento que a partir de agora poderia deixar a qualquer momento a Instituição (tinha completado 18 anos). O que acontecera foi que por qualquer “conflito” ou “contradição”, o Filipe referia “vou-me embora. Estou farto disto. Eu agora já posso sair, portanto ninguém me vai impedir”. Nestas situações, tentávamos acalmar o Filipe, e fazê-lo perceber que a vida não é tão simples quanto parece, questionando-o sobre o que iria fazer, sabendo que só no final do ano letivo decorrente iria para o 10.º ano. Aos poucos, o jovem foi refletindo e estas ocorrências começaram a diminuir. O Filipe reconheceu que estes momentos individuais foram positivos para ele, tendo salientado “acalmaste-me em vários momentos. Fazias-me pensar, o que era difícil. Agia de cabeça quente. Agora, estou mais consciente e preparado”.

A Joana procurou-nos algumas vezes para conversar sobre situações que a deixavam perturbada, nomeadamente, conflitos familiares. Nestes momentos, tentámos aconselhar a jovem a ter mais calma e tentámos transmitir-lhe a segurança de que necessitava. Para além disso, e como referiu, “durante as conversas que tivemos senti-me ouvida e compreendida”. Conversámos também sobre a possibilidade de a jovem integrar um voluntariado na área do seu interesse: lar de idosos, uma vez que a nível de emprego ela sentia-se apreensiva e considerava que “se trabalhar, vou perder a bolsa que tenho. Para além disso, provavelmente baixo os meus rendimentos escolares, e não queria”. A Joana gostou da ideia do voluntariado e, como tal, falámos de algumas instituições que se situavam nas redondezas. Chegámos também a conversar com a Dra. Sofia, gestora de caso da Joana, que se mostrou contente pela decisão. A jovem ficou de ir conversar com a instituição que se

localizava ao lado da CAR para perceber a possibilidade de integrar o seu voluntariado. Por fim, ainda houve tempo de falar sobre as inseguranças da Joana em relação a si própria. Ao longo das sessões, foi-se mostrando uma jovem pouco segura de si e com baixa autoestima. Nestes acompanhamentos, tentámos mostrar à jovem que ela tinha muitas qualidades e que era uma pessoa perfeitamente capaz de conseguir alcançar os seus sonhos. No final, a jovem conseguiu reconhecer a pertinência deste acompanhamento individual, referindo que “foi muito bom estar contigo. Mostraste-me que era capaz! Sei que não mudei a 100%, mas com o tempo, vou conseguir olhar para mim de outra forma”.

Com a Núria conversámos, nos acompanhamentos individuais, sobre a sua impulsividade no dia a dia, nomeadamente, quando não concordava com alguma coisa. A Núria referia com frequência que “eu sei que devia adotar outra postura e ter mais calma. Mas não consigo, parece que é mais forte do que eu”. Pedimos então para a jovem pensar em aspetos que a acalmavam e para nesses momentos tentar lembrá-los. Dissemos que deveria pensar mais antes de agir, tendo a jovem admitido “esse é o meu problema. Não penso. Ajo de cabeça quente por vezes”. Ao longo das pequenas conversas que fomos estabelecendo, a Núria percebeu a necessidade que tinha de alterar o seu comportamento, já que, no futuro, poderia sair prejudicada por essas atitudes, por exemplo, depois de entrar no mundo do trabalho. No final do acompanhamento individual, a Núria mencionou que “sinto-me mais capaz”.

O Arlindo procurou-nos para conversar sobre o seu futuro, nomeadamente sobre o seu sonho de entrar na Marinha. O jovem mostrou-se bastante apreensivo por não saber que rumo seguir, apesar de saber que este era o seu sonho. Em conversa, perguntámos se ele sabia o que implicava concorrer à Marinha, tendo ele referido “vou ficar longe dos que mais gosto, mas estou disposto a fazê-lo pelo meu futuro”. Posto isto, estivemos com o Arlindo a investigar quando abriria a fase de recrutamento e os requisitos exigidos. Ao longo deste acompanhamento, o jovem foi-se mostrando sempre motivado e empenhado, manifestando um enorme interesse pela área. O Arlindo reconheceu também que todo o acompanhamento individual foi importante para orientar o seu futuro e materializar o seu sonho.

Por fim, com o Lourenço, nos acompanhamentos individuais, conversámos sobre a importância de o jovem procurar emprego para atingir os seus objetivos. O Lourenço referia com frequência que gostava de tirar um curso de segurança, pelo que o incentivámos a ir a uma empresa apurar quais eram os requisitos necessários. Após uma reunião, o jovem referiu que este curso acarretava custos, que não poderiam ser suportados pela Instituição; incentivamo-lo, por isso, a arranjar um trabalho para conseguir juntar o dinheiro necessário. O jovem não se mostrou logo motivado para encontrar um emprego, referindo com regularidade “depois penso nisso”. Após algumas conversas, o Lourenço referiu que tinha falado com um tio e que este lhe ia arranjar um emprego nas obras. Mais uma vez, tentámos falar com o jovem para que não estivesse à espera de uma resposta do tio, que tardava já, incentivando-o a estabelecer hábitos de procura de emprego. O jovem começou a fazer o que conversámos e passado algum tempo arranjou um emprego. Após o acompanhamento, o Lourenço admitiu que todo o trabalho que desenvolvemos em conjunto foi produtivo e que o ajudou a perceber a importância de estabelecer metas para conseguir atingir o que quer, tendo referido “a partir de agora vou seguir alguns conselhos que me deste”.

Face ao exposto, considera-se que este acompanhamento individual, que decorreu ao longo da Ação 2, com os “Protagonistas da Própria Ação”, foi fundamental para os conscientizar sobre práticas e atitudes basilares da vida quotidiana, tendo decorrido num contexto informal. Através destes momentos também conseguimos estabelecer uma relação de maior proximidade e de confiança com os jovens.

APÊNDICE M: REGISTO CONVERSAS INTENCIONAIS APÓS DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Após o desenvolvimento do Projeto “(Re)Construir o Caminho”, foram estabelecidas duas conversas intencionais com profissionais da CAR, que não haviam estado presentes na sessão de avaliação do produto da Ação 1.

Como a Ed. Cátia não tinha estado presente na sessão terminal do Projeto, conversámos com ela no dia 26 de junho. A Ed. Cátia começou por referir que “o Projeto que desenvolvemos em conjunto foi bastante produtivo. Considero que os objetivos a que nos propusemos foram todos atingidos, claro que uns foram totalmente atingidos, outros não. Para mim, o único que poderia ter sido mais bem trabalhado, mas que exigia um trabalho maior para todo o grupo era o 1.2., visto que realmente refletimos, mas em relação à adoção de novas práticas penso que poderia ter havido mais mudanças. Contudo, isso requer mais tempo”. A este respeito, a Ed. Cátia mencionou “as mudanças que conquistámos foram importantes. Estamos a tornar estes jovens mais responsáveis a longo prazo. O facto de serem os mais velhos a levarem os mais novos à escola ou os jovens conseguirem desenvolver competências que ainda não tinham são algumas delas”. A Ed. Cátia terminou referindo que “foi bem conseguido! No entanto, daqui para a frente é que se conseguirá ver mais mudanças”.

À semelhança do que aconteceu com a Ed. Cátia, no dia 28 de junho, estabelecemos uma conversa intencional com o Ed. Tomás. Este referiu que “eu não participei muito no Projeto. No entanto, tentei fazer contigo o ponto da situação e também com os meus colegas de trabalho. Fui também percebendo as mudanças através das reuniões de equipa que tivemos. Aliás, destaco mesmo que começou a haver uma maior articulação entre as diferentes equipas. Esse acabou por ser um dos maiores resultados do Projeto. Conseguiste juntar todos rumo a um objetivo comum. Acho que isso nunca aconteceu no passado. Por tudo isso, valorizo muito o que conquistámos”.

Tentámos também, através das conversas intencionais, perceber a opinião dos profissionais, relativamente ao trabalho que desenvolvemos com os jovens. A avaliação foi, no geral, positiva, tendo referido “é sempre útil, há sempre algo que fica

do trabalho desenvolvido. Tenho a certeza que eles deram valor, eles próprios diziam isso” (Ed. Cláudia); “os jovens falaram-me das tuas sessões. Não vou dizer que todos tinham o mesmo envolvimento ao falar, mas alguns expressavam mesmo o gosto que tinham em estar presentes, notava-se que gostavam bastante” (Ed. Rita); “foi bom para reforçar o que vão adquirindo. Reconheceram que era um trabalho importante. Ao longo do Projeto senti que se mostravam mais disponíveis para se envolver nas próprias rotinas institucionais” (Ed. Mariana); “senti que o discurso deles foi mudando ligeiramente, tendo mesmo referido que têm que fazer tarefas e ter responsabilidade, mas é esse trabalho que os prepara para a vida” (Ed. Magda); “os jovens foram partilhando comigo a motivação que tinham no Projeto contigo” (Ed. Pedro). A Dra. Sara e a Dra. Sofia referiram que os jovens demonstraram motivação ao longo do Projeto, acrescentando que “muitas vezes vinham falar sobre os exercícios práticos que faziam contigo. Divertiam-se, senão não partilhavam os bons momentos que passaram contigo” (Dra. Sara). A Dra. Vera também reforçou a importância de todo o trabalho que desenvolvemos, salientando que “foi com certeza útil sobretudo para o futuro deles. Para nós também foi fundamental porque nem sempre conseguimos fazer este acompanhamento ao nível de desenvolvimento de competências. Por tudo isso, considero que o trabalho realizado dará frutos, mesmo que seja a longo prazo”.

NM